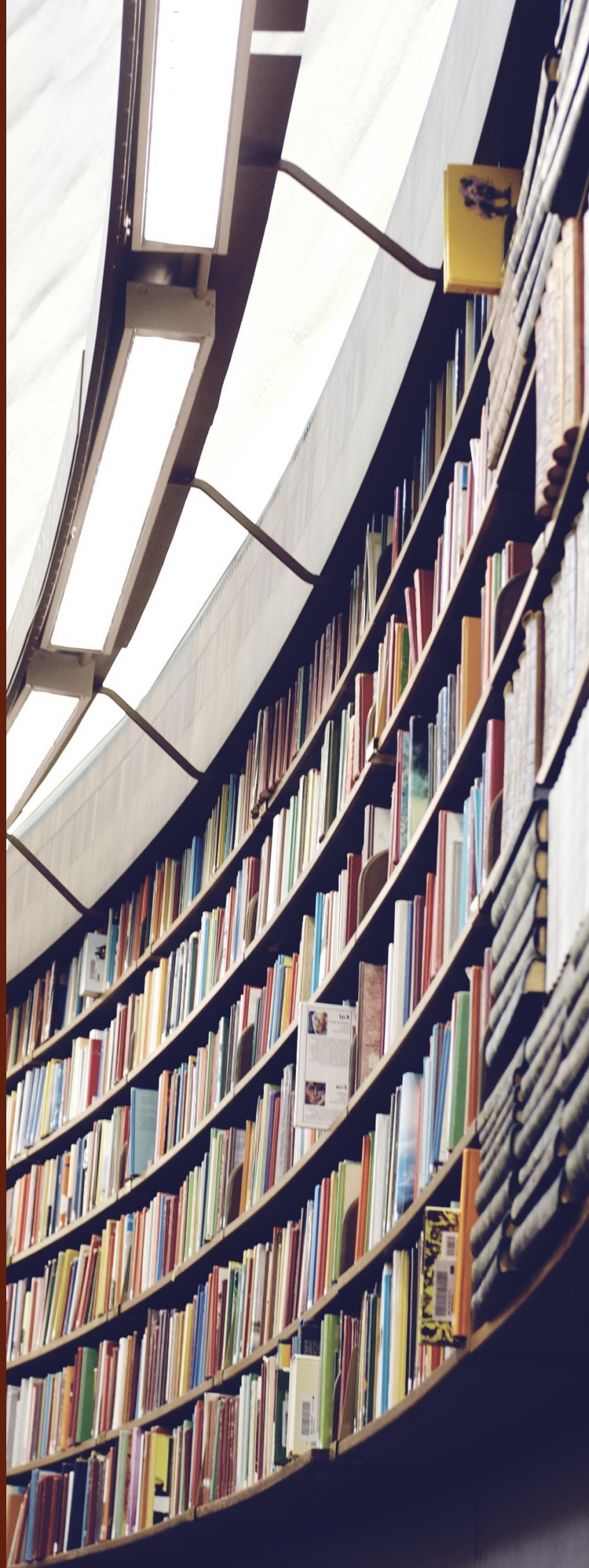


# Algarve

## 2014 - 2020

### Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente

(RIS 3 Algarve)



# Ficha Técnica

**Título:**

RIS3 Algarve – Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente  
(Versão revista em julho 2015)

**Coordenação Geral:**

David Santos, António Ramos

**Coordenação Técnica:**

João Guerreiro (UALg), António Ramos (CCDR Algarve)

**Equipa técnica:**

Hugo Pinto (UALg.), Manuel Carvalho e Paulo Bota (CCDR Algarve)

**Consultoria Externa Especializada:**

Sigma Team Consulting; Jorge Graça

**Edição:**

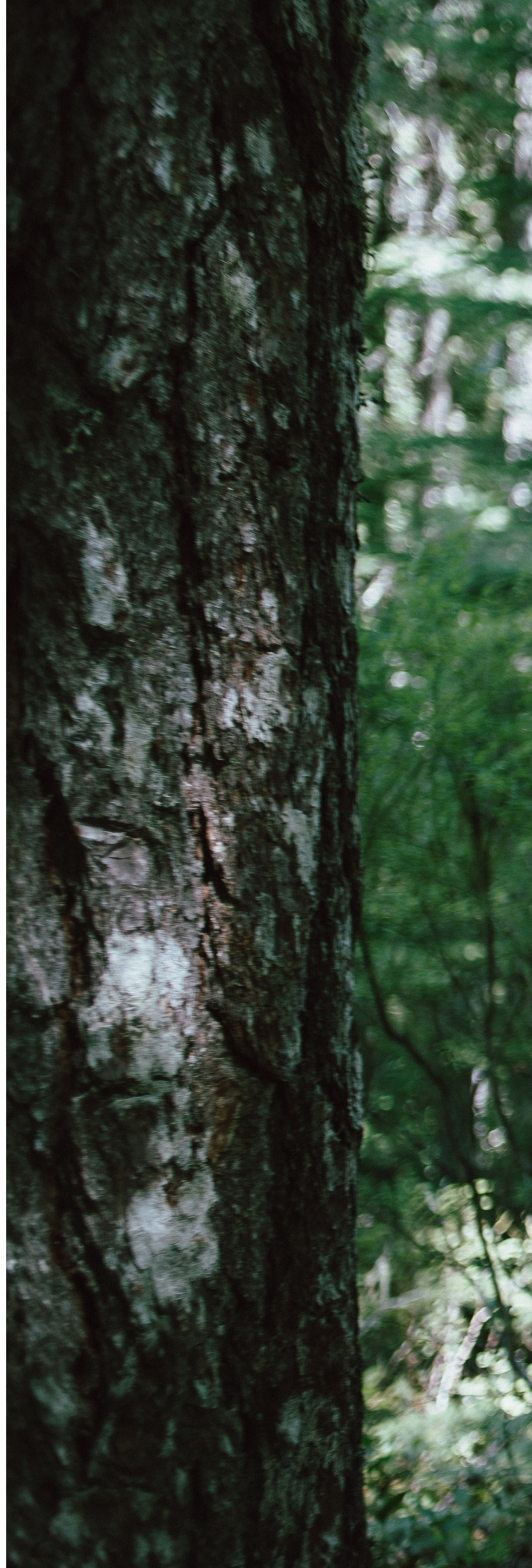
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

**Design e paginação:**

Letras Generosas, Lda (ETIC\_Algarve)

Faro, Setembro de 2015

Reprodução autorizada, exceto para fins comerciais, com indicação da fonte.





# Índice

<b>Nota Introdutória</b>	X
<b>1. A Importância da Inovação</b>	6
1.1. Definição de Inovação	7
1.2. Desinição de Sistema de Inovação	8
1.3. Definição de Sistema Regional de Inovação	10
1.4. Avaliação do Desempenho da Inovação Regional	12
1.5. A Abordagem das “Falhas Sistémicas” nas Políticas de Inovação	14
1.6. Explorando os Instrumentos da Política de Inovação	16
<b>2. Programas Europeus de Referência: Europa 2020 e RIS3</b>	18
2.1. Europa 2020	19
2.2. O que é a RIS3 - Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente?	22
<b>3. O Contexto Regional</b>	24
3.1. Um Retrato do Algarve	25
3.2. Contexto Socioeconómico	26
3.3. Dinâmica Empresarial	31
3.4. Investimento	37
3.5. Comércio Internacional	41
3.6. Contexto da Investigação e Inovação	43
<b>4. Potencial de Inovação: Areas para a Especialização Inteligente</b>	52
4.1. Seleção de Prioridades	53
4.1.1. A Variedade Relacionada	59
4.2. Setores Consolidados	68
4.2.1. Turismo	68
4.2.2. Mar - As Atividades Marítimas	76
4.3. Setores Emergentes	83
4.3.1. Agroalimentar	83
4.3.2. Economia Verde	90
4.3.3. Saúde e Ciências de Vida	94
4.3.4. TIC e Atividades Criativas	98

<b>5. Quadro Estratégico para o Algarve</b>	102
5.1. Rumo à RIS3 Algarve	103
5.1.1. A Experiência do Plano Regional de Inovação 2007	103
5.1.2. Metodologia da RIS3	105
5.2. Rumo à RIS3 Algarve: Visão	109
5.3. Modelo de Governança para a RIS3	112
5.3.1. Descrição do Modelo de Governança	117
5.4. Objetivos e Articulação de Políticas	120
5.5. Articulação com os Mecanismos das RIS3 do Alentejo e da Andaluzia	140
5.6. Articulação com outros Instrumentos Financeiros da União Europeia	143
5.7. Integração de Mecanismos de Monitorização e Avaliação	144
<b>6. Observações finais</b>	148
6.1. Notas Finais	149
6.2. Documentos de Referência	156

# Índice de Figuras

Figura 1.1-	Sistema Regional de Inovação	10
Figura 1.2-	Painel da Inovação Regional	13
Figura 2.1-	Passos para a criação da RIS3	22
Figura 3.1-	A localização do Algarve	25
Figura 3.2-	Índice de disparidade do PIB <i>per capita</i> do Algarve	27
Figura 3.3-	Taxa de desemprego trimestral	27
Figura 3.4-	Desempregados inscritos (%) nos centros de emprego do Algarve, por atividade económica (Situação no final do ano)	28
Figura 3.5-	População desempregada por grupo etário e nível de escolaridade, no Algarve, (2011)	29
Figura 3.6-	Desempregados inscritos à procura de um novo emprego, segunda a actividade de origem, no Algarve	29
Figura 3.7-	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, por componentes, no Algarve	30
Figura 3.8-	Empresas, segundo o escalão de pessoal ao serviço	31
Figura 3.9-	Saldo da constituição e dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas no período 2008-2012, por atividade económica (Secção - CAE Rev. 3), no Algarve	32
Figura 3.10-	Distribuição das empresas por atividade económica (Secção - CAE Rev. 3), em 2012	33
Figura 3.11-	Distribuição das empresas das cinco principais atividades económicas (Subclasse - CAE Rev. 3), no Algarve	33
Figura 3.12 -	Distribuição do pessoal ao serviço das empresas em 2010, por atividade económica (Secção - CAE Rev. 3)	34
Figura 3.13 -	Distribuição do pessoal ao serviço das empresas nas cinco principais atividades económicas (Subclasse - CAE Rev. 3), no Algarve	35
Figura 3.14 -	Distribuição do volume de negócios das empresas em 2010, por atividade económica (Secção - CAE Rev. 3)	35
Figura 3.15 -	Distribuição do valor acrescentado bruto das empresas não financeiras em 2010, por atividade económica (Secção - CAE Rev. 3)	36
Figura 3.16 -	Distribuição do valor acrescentado bruto das empresas nas cinco principais atividades económicas (Divisão - CAE Rev. 3), no Algarve	37
Figura 3.17 -	Projetos aprovados no QREN – Sistemas de Incentivos às empresas (situação em 2013/06/04)	38
Figura 3.18 -	Investimento e incentivo aprovado no QREN – Sistema de incentivos às empresas, por atividade económica (CAE Rev. 3), no Algarve (situação em 2013/06/04)	38
Figura 3.19 -	Pagamentos efetuados ao abrigo do PROMAR – Programa Operacional das Pescas 2007 – 2013, por NUTS II (situação em 2012/11/30)	39
Figura 3.20 -	Taxa de variação das importações e das exportações	41
Figura 3.21-	Exportações e Importações de bens em 2011, por tipo de bens (Nomenclatura Combinada NC2)	42

# Índice de Figuras

Figura 3.22- Top 5 dos mercados para as exportações / importações dos operadores sediados no Algarve	42
Figura 3.23- Proporção da despesa em I&D no PIB	43
Figura 3.24- Instituições portuguesas incluídas no SCImago Institutions Rankings (SIR)	44
Figura 3.25- Número de Publicações por área científica, Algarve	45
Figura 3.26- Desempenho do Algarve em atividades de inovação, em 2011	46
Figura 3.27- Desempenho do Algarve em atividades de inovação face às regiões portuguesas com melhor e pior pontuação	47
Figura 3.28- Estrutura do Algarve nas três dimensões da agenda para a Europa 2020	50
Figura 4.1- Áreas de especialização inteligente no Algarve	54
Figura 4.2- Contributo das atividades selecionadas para a economia do Algarve	56
Figura 4.3- Dimensão atual das cadeias de valor / prioridades da região	58
Figura 4.4- Dimensão atual e potencial das cadeias de valor / prioridades de menor dimensão na região	58
Figura 4.5- Articulação intersetorial	60
Figura 4.6 - Articulação entre a atividade económica e o conhecimento regional – Situação atual	62
Figura 4.7 - Articulação entre a atividade económica e o conhecimento regional – Situação expectável	64
Figura 4.8 - Atividades do “cluster” do Turismo	68
Figura 4.9 - Articulação intersetorial – Domínio do Turismo	74
Figura 4.10- “Cluster” das atividades marítimas	76
Figura 4.11 - Operadores de actividades marítimo- Turísticos registados (a partir de 2013/04/12)	80
Figura 4.12 - A articulação intersetorial – Domínio do Mar	81
Figura 4.13 - Cadeia de valor do agroalimentar	83
Figura 4.14 - Distribuição das empresas da indústria transformadora em 2010, de acordo com a CAE-Rev.3	86
Figura 4.15 - Articulação intersetorial – Domínio do Agroalimentar	88
Figura 4.16- Quota da produção bruta de eletricidade, por tipo de produção de eletricidade	90
Figura 4.17- Articulação intersetorial – Domínio das Energias Renováveis	92
Figura 4.18- Articulação intersetorial – Domínio das Ciências da Saúde e da Vida	96
Figura 4.19- Articulação intersetorial – Domínio das TIC e Atividades Criativas	100
Figura 5.1- Síntese do processo participativo no Algarve	106

# Índice de Figuras

Figura 5.2-	Esquema do processo participativo no Algarve	108
Figura 5.3-	Visão prospetiva para o Algarve em 2025	109
Figura 5.4-	Circulação conhecimento	113
Figura 5.5-	Hélice quádrupla no Algarve	116
Figura 5.6-	Modelo de Governança Regional para a Inovação no Algarve	118
Figura 5.7-	Modelo de Governança Regional para a inovação do Algarve	119
Figura 5.8-	Fluxos intersetoriais e “Variedade Relacionada”	122
Figura 5.9-	Instrumentos, Prioridades e Desafios	125
Figura 5.10-	Fontes de Financiamento da RIS3 Algarve	126
Figura 5.11-	Articulação das prioridades inseridas nas RIS3 do Algarve, Alentejo e Andaluzia	142

# Índice de Tabelas

Tabela 2.1-	Metas Europa 2020	20
Tabela 3.1-	Proporção de empresas individuais	31
Tabela 3.2-	Projetos aprovados no PRODER- Programa de Desenvolvimento Rural, por NUTS II (situação em 2013/04/05)	39
Tabela 3.3-	Investimento aprovado pelo PROMAR no Algarve, por Eixo e Medida (situação em 30/11/2012)	40
Tabela 3.4-	Indicadores de inovação empresarial por NUTS II	48
Tabela 3.5-	Estratégias de inovação para diferentes tipos de regiões	49
Tabela 3.6-	Análise SWOT da inovação no Algarve	51
Tabela 4.1-	As atividades mais relevantes (CAE Rev.3) Algarve	55
Tabela 4.2-	Hierarquização das 5 atividades económicas principais em cada indicador (Algarve)	56
Tabela 4.3-	Principais cadeias de valor no Algarve	57
Tabela 4.4-	Estabelecimentos e capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros	70
Tabela 4.5-	Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por local de residência dos hóspedes	70
Tabela 4.6-	Indicadores da Hotelaria	70
Tabela 4.7-	Matriz dos produtos turísticos no Algarve	72
Tabela 4.8-	Análise SWOT do Turismo	75
Tabela 4.9-	Pescadores matriculados	77
Tabela 4.10-	Navios de pesca registados	77



# Índice de Tabelas

Tabela 4.11- Capturas nominais de pescado	77
Tabela 4.12- Produção dos estabelecimentos de aquicultura	78
Tabela 4.13- Produção dos estabelecimentos de aquicultura por tipo de água e regime de exploração, em 2011	79
Tabela 4.14- Análise SWOT do Mar	82
Tabela 4.15- Superfície agrícola utilizada	83
Tabela 4.16- Explorações agrícolas	84
Tabela 4.17- Produção das principais culturas no Algarve (toneladas)	85
Tabela 4.18- Análise SWOT do setor Agroalimentar	89
Tabela 4.19- Análise SWOT das Energias Renováveis	93
Tabela 4.20- Camas (n <sup>o</sup> ) nos hospitais e Centros de Saúde	94
Tabela 4.21- Camas (n <sup>o</sup> , lotação praticada) nos estabelecimentos de saúde por 1000	94
Tabela 4.22- Análise SWOT da Saúde, Bem-Estar e Ciências da Vida	97
Tabela 4.23- Análise SWOT das TIC e Indústrias Culturais e Criativas	101
Tabela 5.1- A perspetiva da governança multinível	114
Tabela 5.2- Matriz para o aparecimento de nichos de excelência	123
Tabela 5.3- Matriz de relação entre os domínios diferenciadores da RIS3 do Algarve e as prioridades da ENEI	127
Tabela 5.4- Matriz de relevância das políticas por domínio diferenciador da RIS3 do Algarve	128
Tabela 5.5- Matriz de relevância das PI / objetivos específicos por domínio diferenciador da RIS3 do Algarve	130
Tabela 5.6- Matriz de imputação orçamental (indicativa) do PO Algarve CRESC-2020 à RIS3, por dimensão política	132
Tabela 5.7- Linhas de ação prioritárias para o Domínio “Turismo e Lazer”	133
Tabela 5.8- Linhas de ação prioritárias para o Domínio “Mar, Pescas e Aquicultura”	134
Tabela 5.9- Linhas de ação prioritárias para o Domínio “Agroalimentar Agro-Transformação, Floresta e Biotecnologia-Verde”	136
Tabela 5.10- Linhas de ação prioritárias para o Domínio “TIC e Indústrias Culturais e Criativas”	137
Tabela 5.11- Linhas de ação prioritárias para o Domínio “Energias Renováveis”	138
Tabela 5.12- Linhas de ação prioritárias para o Domínio “Saúde, Bem-Estar e Ciências da Vida”	139
Tabela 5.13- Quadro Resumo Provisório dos Indicadores de Resultado e Realização para as prioridades Centrais da RIS3 do Algarve	146
Tabela 5.14- Articulação com outros programas	147

# Nota Introdutória

A estratégia Europeia para o próximo período de programação 2014-2020 impõe às Regiões Europeias a necessidade de elaboração de um documento estratégico autónomo, centrado no contexto da sua Especialização Inteligente.

O objetivo, como se explica adiante, é identificar os setores de afirmação regionais, no cruzamento entre o conhecimento e o mercado, reforçando a captura de valor centrada nos recursos endógenos e na dimensão internacional das produções regionais.

O Algarve, fruto da sua sobre especialização no conjunto de atividades que gravitam em torno do Turismo, apresenta estrangulamentos típicos de *lock-in* cognitivo e produtivo. Esta concentração em torno do setor turismo provocou *crowding-out* sobre outras atividades económicas e sobre os recursos humanos, limitando a capacidade de inovação regional, restringindo a disponibilidade de investimento e investidores em outros setores e expondo a região a choques externos. Paralelamente, não se desenvolveu a densidade institucional necessária à consolidação de um sistema regional de inovação, existindo fragmentação e desarticulação entre atores e entre iniciativas. Estas fragilidades implicam menor eficiência e eficácia na inovação.

Estas debilidades em termos do desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (C&T) e Inovação foram, no entanto, atenuadas pela capacidade demonstrada pelo tecido empresarial local, suportada sobretudo num relativamente robusto modelo DUI (*Doing, Using, Interacting* - Fazendo, Usando, Interagindo) suportado fundamentalmente por processos de inovação *"in-house"*.

A Região do Algarve, enquanto Região de Transição, deverá (por obrigações regulamentares) afetar 60% do seu envelope financeiro aos **objetivos temáticos 1** (*Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação*), **2** (*Melhorar o acesso às tecnologias da informação, bem como a sua utilização e qualidade*) e **3** (*Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas*), dando prioridade à transferência do conhecimento para o mercado/empresas, visando a obtenção de resultados previamente definidos. Por sua vez, o processo de encerramento do Programa Operacional, quer na dimensão de programação, quer na lógica de ajustamento aos compromissos negociais com a Comissão Europeia, conferiu a este documento da RIS3 Regional um papel estruturante, tanto nos domínios *"tradicionais"* da Ciência, do I&DT e da Inovação, como em áreas mais transversais da formação, empreendedorismo ou da criação de emprego. Este novo papel obriga a que a RIS3 Regional, mais do que um documento estratégico, seja um referencial das opções e das escolhas Regionais e um instrumento de apoio para a concretização dos resultados desejados.

Esta nova dimensão de fatores críticos, em conjugação com as orientações impostas pelo novo paradigma estratégico proposto pela Comissão Europeia, implica que se estabeleça uma plataforma alargada e parcerias comprometidas para assegurar a definição das melhores soluções para os desafios que a Região tem que enfrentar no horizonte 2020.

É nosso entendimento que a **Especialização Inteligente** que somos desafiados a alcançar parte do princípio de que a inovação e a competitividade das regiões se deve fundar nas respetivas **características e ativos existentes** no seu território, concentrando os recursos nos domínios e atividades económicas em que exista ou se possa reunir **massa crítica relevante**, tendo como objetivo a criação de **valor e emprego**. Esta abordagem das Estratégias de Especialização reforça a necessidade das regiões reavaliarem o seu posicionamento competitivo em função do mercadoglobal e da sua capacidade de afirmação internacional, num contexto de desenvolvimento baseado na sua capacidade de se afirmarem, diferenciando-se.

**Neste contexto, a Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente do Algarve (RIS3 Regional)** deve ser a nossa capacidade de sermos inteligentes na definição das prioridades para o futuro. Neste sentido devemos considerar que:

- A parceria real entre empresas, universidades, instituições e utilizadores<sup>1</sup> (a hélice quádrupla como preconiza a Especialização Inteligente) na busca de consensos e na definição de novas prioridades já não é um desejo, **tem que ser o caminho**;
- A ambição de diversificação da base económica não é mais um horizonte distante, **é a solução**;
- A afirmação da cadeia de valor dos recursos endógenos não pode ser mais um objetivo estratégico, **tem que ser o foco dos resultados**;

Assim, **apostar no que a região faz bem e "Fazer Novo com o Velho"** passa por apostar nos principais setores e nos recursos da Região (naturais e construídos), de forma a assegurar uma Região mais competitiva e que **funciona todo o ano**, sem que se perca a sua capacidade de continuar territorialmente e paisagisticamente atrativa.

---

<sup>1</sup> Destaca-se neste âmbito os protocolos assinados com as principais Associações Empresariais da Região (ACRAL, AECOPS, AHETA, AIHSA, ANJE, CEAL e NERA), com a Associação de Municípios e com a Universidade do Algarve.

O presente documento resulta assim de todos os contributos recolhidos e recebidos no âmbito da participação ativa de mais de 140 entidades (empresas, entidades públicas e associativas, centros de conhecimento, sociedade civil, e de cidadãos a título individual) que, numa abordagem multinível e multiescala, se envolveram num debate dinâmico (mais de 40 fóruns e 17 comunidades de inovação) em torno dos objetivos regionais e da Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (RIS3) da Região.

Trata-se **de um documento dinâmico**, como decorre da metodologia definida para este processo pela Comissão Europeia. Esta estratégia deve ser enriquecida por todos quantos pretendem remeter os seus contributos e comentários. Este deverá ser um documento em evolução ao longo do período 2014-2020 e só atingirá a plenitude dos resultados se for apropriado por todos os envolvidos (empresas, associações, centros de conhecimento, entidades públicas) e se se encontrarem mecanismos ágeis e simplificados de responder às necessidades da Região. Acreditamos convictamente que superar os atuais constrangimentos do Algarve implica capacitar a Região, as suas empresas e os seus recursos humanos para os desafios que temos que enfrentar. Este processo obriga a um esforço concertado de todo/a(s) e à definição de novos paradigmas de envolvimento, centrados na captura de valor gerado a partir dos recursos endógenos e na capacidade de criar empregos mais qualificados.

**Este é um desafio de todo/a(s) e para todo/a(s).  
Contamos consigo!**



**David Jorge Mascarenhas dos Santos**

(Presidente da CCDR Algarve/ Gestor do CRESC Algarve 2020)



# 01

A importância da  
inovação



## Nota Prévia

Este documento destaca os elementos críticos para a RIS3 do Algarve - Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente.

A equipa técnica que preparou o documento incluiu membros da Universidade do Algarve e da CCDR Algarve. O processo de preparação incorporou análise documental estratégica, revisão da literatura académica sobre a inovação regional, reuniões com partes interessadas e especialistas e o envolvimento dos centros de conhecimento, das empresas, das associações empresariais e das entidades públicas, num processo bottom up, com coordenação top down.

O documento está organizado em seis secções. As secções 1 e 2 destacam as noções relevantes para a política regional de inovação e apresentam sumariamente as estruturas europeias de referência. A Secção 3 apresenta a região do Algarve, destacando o seu contexto socioeconómico e o desempenho inovador. A secção 4 identifica e discute as prioridades da RIS3 (Turismo, Mar, Agroalimentar, Energias Renováveis, Saúde e Ciências da Vida, TIC e Atividades Criativas). Por fim, a secção 5 estabelece um quadro para a estratégia, os seus instrumentos de política, o modelo de governação, instrumentos de monitorização e avaliação e a secção 6 apresenta as observações gerais.

### 1.1 Definição de Inovação

***“A inovação é o principal motor do crescimento económico e do emprego.”***

Comissão Europeia

A inovação promove o desenvolvimento e o emprego através da melhoria da eficácia dos processos económicos e amplia o conjunto de oportunidades num território específico. A inovação induz a diferenciação e estimula a produção de maior valor acrescentado. Numa perspetiva geral, a inovação pode ser dirigida para os desafios sociais, respondendo a desafios globais em setores como a energia ou a saúde, por exemplo.

É crucial para o desenvolvimento das regiões em convergência positiva uma conceção ampla de inovação. Inovação refere-se a criações com relevância económica, e não apenas aquelas que são disruptivas e radicais, mas também aquelas que são incrementais, com base na absorção de conhecimento codificado, tácito e de tecnologia já existente. A inovação está frequentemente relacionada com a construção de competências e a aprendizagem, ao invés da mera introdução de novos produtos no mercado. Os mecanismos baseados na procura e ancorados no fazer, usar e interagir (DUI) são modos de aprendizagem tão relevantes para a dinâmica de inovação como os fatores comuns do lado da oferta, com foco na Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI). O conhecimento tradicional estabelecido pode ser um catalisador para a inovação.

As empresas são atores centrais na dinâmica da inovação. Elas desenvolvem produtos novos ou melhorados, bens materiais ou serviços intangíveis, implementam processos tecnológicos e organizacionais novos ou melhorados e trazem os benefícios da inovação para os utilizadores através da colocação no mercado. Existem outros agentes relevantes no processo de inovação, mesmo não introduzindo diretamente produtos ou processos no mercado, mas que atuam através da sua influência sobre o contexto em que as empresas operam (por exemplo, órgãos do governo).

O contexto inovador compreende todos os fatores que moldam processos inovadores. As contribuições da literatura sobre sistemas de inovação sublinham o papel dos determinantes da inovação na capacidade de inovação. A política de inovação refere-se às ações específicas desenvolvidas pelas organizações públicas para melhorar o contexto para a inovação.

## Quadro 1.1. - Questões-chave para a inovação

A experiência da inovação analisada nos países membros da OCDE destaca uma série de questões-chave:

**A inovação é mais do que I&D.** A inovação é composta por uma gama de ativos complementares, além de Investigação e Desenvolvimento, tais como software, capital humano e novas estruturas organizacionais.

**Modos mistos.** Termos como inovação “*tecnológica*” ou “*não tecnológica*” são simplificações e podem ser enganosas. A maioria das empresas introduz simultaneamente inovações de produto e de processo, muitas vezes juntamente com inovações de marketing ou organizacionais. Isto é verdade tanto para empresas industriais como de serviços.

**Diferenças entre as empresas.** As empresas diferem em tamanho e de setor para setor. Por exemplo, uma maior proporção de empresas em serviços irá introduzir apenas inovações de marketing ou organizacionais quando comparado com empresas de produção de bens.

**Networking.** As empresas que colaboram são propensas a inovar mais do que aquelas que não o fazem e a colaboração com parceiros externos é pelo menos tão importante quanto a cooperação interna. A colaboração é usada em processos de inovação sempre e em tudo em que as empresas precisem de realizar alguma I&D. A este respeito, as políticas que estimulem iniciativas de redes terão impacto sobre um espectro mais amplo de empresas inovadoras.

**Produção de conhecimento científico.** Este está a mudar dos indivíduos para os grupos, a partir de instituições simples para relações múltiplas e a partir do anfiteatro nacional para os palcos internacionais.

**Transdisciplinaridade.** A inovação é conseguida através da convergência de diferentes áreas científicas e tecnologias. Isso requer a criação de espaços de interação e fertilização cruzada de diferentes áreas do conhecimento. Por exemplo, a nano ciência surgiu a partir da interação da física e da química. A investigação ambiental é um exemplo de um campo de investigação multidisciplinar.

*Adaptado de OECD (2010) Measuring Innovation: A New Perspective, OECD Publishing, Paris.*

## 1.2 Definição de Sistema de Inovação

O objetivo principal de cada sistema de inovação é acelerar a dinâmica da inovação. Num nível mais amplo, os sistemas de inovação podem ser vistos como ferramentas de políticas que visam promover a convergência e um desenvolvimento regional mais sustentável e resiliente ancorado no conhecimento.

O conceito de sistema de inovação incide tanto sobre as componentes internas como sobre as ligações dos sistemas. As componentes referem-se aos atores (organizações públicas e privadas), bem como às instituições envolvidas em processos de inovação, aos constrangimentos e facilitadores que orientam a ação individual e o comportamento coletivo e às regras do jogo.

O que acontece dentro de um sistema de inovação pode ser entendido como atividades inovadoras. Essas dinâmicas de inovação têm impacto direto nas atividades e determinam o desempenho da inovação do sistema. Uma explicação satisfatória de inovação será, portanto, multicausal, integrando a importância relativa e inter-relacional de diferentes fatores determinantes.

Os sistemas de inovação podem assumir diferentes níveis (nacional, regional ou local) e ser de âmbito setorial ou tecnológico e transversal. Diferentes tipos de sistemas de inovação coexistem e complementam-se. A conceção mais adequada de um sistema de inovação depende, em grande medida, das questões que carecem de resposta e dos instrumentos de políticas disponíveis.

## Quadro 1.2. - Principais atividades num Sistema de Inovação (SI)

### I. Fornecimento de inputs de conhecimento para o processo de inovação

Fornecimento de I&D e, por isso, criação de novos conhecimentos.

Desenvolvimento de competências, por exemplo, através da ação individual (educação e preparação da força de trabalho para as atividades de I&D e Inovação) e aprendizagem organizacional.

### II. Atividades do lado da procura

Criação de novos mercados de produtos.

Articulação dos requisitos de qualidade que emanam do lado da procura em relação aos novos produtos.

### III. Fornecimento de componentes aos SI

Criando e alterando as organizações necessárias para o desenvolvimento de novos campos de inovação. A título de exemplo, fomentar o aumento do empreendedorismo para criar novas empresas, ativas e empreendedoras na diversificação das atividades das empresas já existentes e na criação de novas organizações de investigação, agências de política, entre outras.

*Networking* através dos mercados e outros mecanismos, incluindo a aprendizagem interativa entre as diferentes organizações (potencialmente) envolvidas nos processos de inovação. Isto implica integrar novos elementos de

conhecimento, desenvolvidos em diferentes esferas do SI e vindos do exterior com elementos já disponíveis nas empresas inovadoras.

Criação e alteração das instituições - por exemplo, legislação de patentes, fiscal, ambiental e de segurança, rotinas de I&D, normas culturais, que influenciam as organizações inovadoras e os processos de inovação, fornecendo incentivos e removendo obstáculos à inovação.

### IV. Serviços de apoio para empresas inovadoras

Atividades de incubação, como o fornecimento de acesso às instalações e apoio administrativo para os esforços de inovação.

Processos de inovação, financiamentos e outras atividades, que podem facilitar a comercialização do conhecimento e a sua adoção.

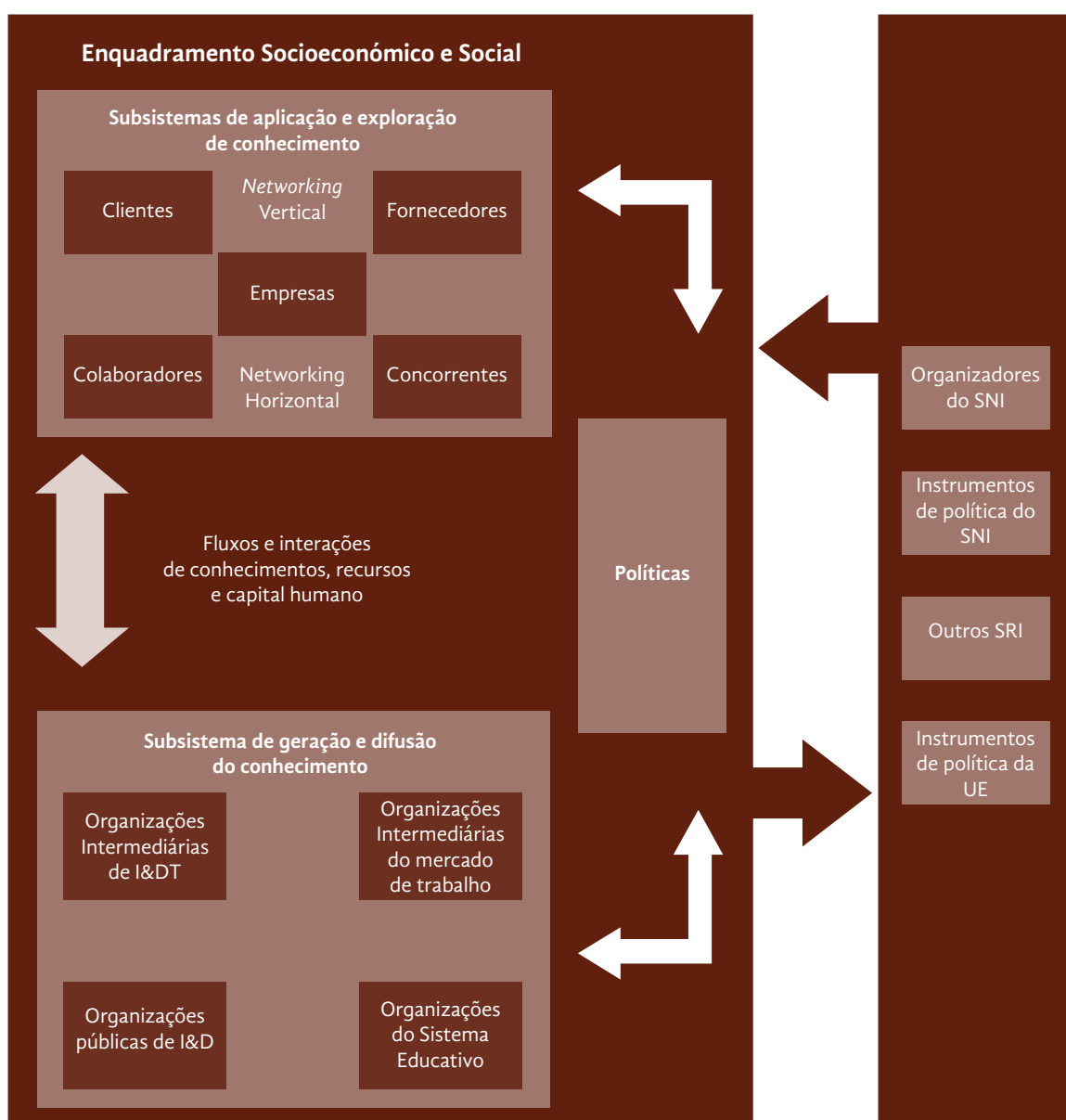
Prestação de serviços de consultoria relevantes para os processos de inovação, por exemplo, transferência de tecnologia, informações comerciais e aconselhamento jurídico.

Fonte: Edquist, C. (2005) "Systems of Innovation: Perspectives and Challenges" in Fagerberg, J.; Mowery, D. and Nelson, R. R. (eds.), *The Oxford Handbook of Innovation*. New York: Oxford University Press, 181-208.

A intervenção política no que respeita às atividades de investigação e inovação a nível regional é relevante, pois os processos de inovação não se disseminam uniformemente entre os países e entre as regiões. Geralmente concentram-se em certas áreas, apesar de alguns ultrapassarem essa dinâmica. As diferenças de desempenho são acompanhadas por diferenças nas estruturas de governança<sup>2</sup>.

A abordagem sistémica para as regiões pode ser aplicada em termos de (1) componentes do sistema; (2) ligações

do sistema e (3) limites do sistema<sup>3</sup> (ver figura 1.1). Conforme salientado anteriormente, os componentes referem-se aos atores (por exemplo, empresas, universidades, centros tecnológicos) e instituições. As ligações do sistema referem-se às relações entre os componentes. Os limites referem-se à delimitação do sistema em causa, sobrepondo-se às relações com atores extrarregionais, as redes e instituições.



**Figura 1.1 - Sistema Regional de Inovação**

Fonte: Tödting e Trippl (2005: 1206)

<sup>2</sup> Howells, J. (2005) "Innovation and regional development: A matter of perspective?" *Research Policy*. 34, 1220-1234.

<sup>3</sup> Bjørn Asheim, Markus M. Bugge, Lars Coenen, Sverre Herstad (2013) "What Does Evolutionary Economic Geography Bring To The Policy Tab-

le? Reconceptualising regional innovation systems", Paper no. 2013/05, CIRCLE Electronic Working Papers, Lund University, CIRCLE - Center for Innovation, Research and Competences in the Learning Economy.



A expressão “*Sistema Regional de Inovação*” entrou em uso no início dos anos 90 do século passado, na sequência de informação de investigação em profundidade em algumas regiões industriais europeias<sup>4</sup>. Essas regiões foram percebidas como estando a funcionar em sistemas de inovação, ou seja, numa “*combinação apoiada administrativa e geograficamente, em redes e instituições definidas como inovadoras, que interagem regular e fortemente para melhorar os outputs inovadores das empresas dessas regiões*”<sup>5</sup>.

A tensão dos sistemas regionais de inovação exige uma dinâmica de inovação acelerada através de mecanismos baseados no mercado e de uma forte governança com base numa diversidade de combinações<sup>6</sup>. A abordagem regional é particularmente útil para compreender a natureza contingente da inovação e intervenção política. Não há uma política “*one size fits all*”, ou uma combinação de instrumentos de política, disponíveis e aplicáveis de igual forma a todos os casos, porque as regiões e países são muito diversas<sup>7</sup>.

Os sistemas regionais de inovação podem ser instrumentos normativos para a construção de vantagens regionais<sup>8</sup> num contexto em que as condições pré-existentes definam os objetivos de intervenção necessários e também os conjuntos de oportunidades e complementaridades.

O foco regional dos sistemas de inovação é particularmente relevante porque a aglomeração e diferentes tipos de proximidade são dimensões cruciais, acelerando a aprendizagem institucional e o capital social<sup>9</sup>. Essas discussões estão associadas à “*variedade relacionada*”, num delicado equilíbrio entre proximidade e a distância cognitiva entre os setores de uma região em que é necessário saber como espalhar o conhecimento de forma eficaz entre os mesmos. As empresas locais têm maiores oportunidades de aprendizagem, maior variedade em todos os setores relacionados numa região e maior conexão com os setores<sup>10</sup>.

O conceito de inovação sistémica a nível regional está a recuperar a ênfase nas empresas como locais de inovação, e reduzindo o papel das universidades e outras organizações públicas de investigação como agentes ativos na inovação. A visão estabelecida havia consolidado a abordagem da tripla hélice e o quadro da “*universidade empreendedora*”, elevando as expectativas e colocando as universidades e os atores da ciência académica como pontos focais para promover a inovação<sup>11</sup>, uma visão que está a ser revista, reavaliando o que pode ser realisticamente esperado das universidades e dos organismos de investigação.

<sup>4</sup> Uyerra, E. and K. Flanagan, (2012). “Reframing Regional Innovation Systems: evolution, complexity and public policy”, in P. Cooke (ed) Re-framing Regional Development, Routledge, Abingdon.

<sup>5</sup> Cooke, P. and G. Schienstock, (2000). “Structural Competitiveness and Learning Regions”. Enterprise and Innovation Management Studies, 1(3), 265-280.

<sup>6</sup> Cooke, P. (2001) “Regional Innovation Systems, Clusters, and the Knowledge Economy” Industrial and Corporate Change. 10(4), 945-974.

<sup>7</sup> Tödtling, F. and Trippl, M. (2005) “One size fits all? Towards a differentiated regional innovation policy approach” Research Policy. 34(8), 1203-1219.

<sup>8</sup> Cooke, P. and Leydesdorff, L. (2005) “Regional development in the knowledge-based economy: the construction of advantages” The Journal of Technology Transfer. 31(1), 5-15.

<sup>9</sup> Boschma, R. A. (2005) “Proximity and innovation. A critical assessment” Regional Studies. 39(1), 61-74.

<sup>10</sup> Boschma, R., A. Minondo and M. Navarro (2012) Related variety and regional growth in Spain, Papers in Regional Science, 91 (2), 241-256.

<sup>11</sup> Asheim et al. (2013).

O desempenho da inovação refere-se à análise e avaliação de indicadores estatísticos em blocos fundamentais para avaliar o comportamento comparativo dos sistemas de inovação. As variáveis em análise referem-se muitas vezes à medição do que acontece no núcleo do sistema, às atividades de inovação e também às estruturas institucionais regionais e nacionais, por exemplo, à concorrência do produto no mercado, ao mercado de trabalho, ao sistema de investigação, ao nível económico e de crescimento ou ao nível de educação. Há várias análises, com base em indicadores estatísticos para criar medidas compostas e facilitar a comparação de desempenhos regionais de inovação<sup>12</sup>.

Um exercício recente da OCDE<sup>13</sup>, que utiliza o mercado de trabalho e indicadores de inovação de base tecnológica, encontra evidências de três categorias de regiões exibindo um comportamento comum em termos de especialização, mas onde cada uma enfrenta desafios estratégicos específicos: “centros de conhecimento”, “zonas de produção industrial” e “regiões não focadas na Ciência e Tecnologia”.

Os “centros de conhecimento” contam com cerca de 30% do PIB das amostras e 25% da população. Estes encontram-se em países mais intensivos em conhecimento, principalmente nos Estados Unidos, Finlândia, Alemanha, Suécia e Reino Unido, mas também incluem as capitais dos países mais periféricos e têm, de longe, o mais alto investimento em I&D e a mais elevada intensidade de patenteamento de qualquer grupo.

As “zonas de produção industrial” abrangem cerca de 60% do PIB e da população das amostras. Para se manterem competitivas, elas podem precisar de diversificar e reestruturar as suas economias.

As “regiões não focadas na Ciência e Tecnologia” representam apenas 14% da população e cerca de oito por cento do PIB. Estas regiões têm baixa intensidade em patentes e I&D, sendo esta última impulsionada principalmente pelo

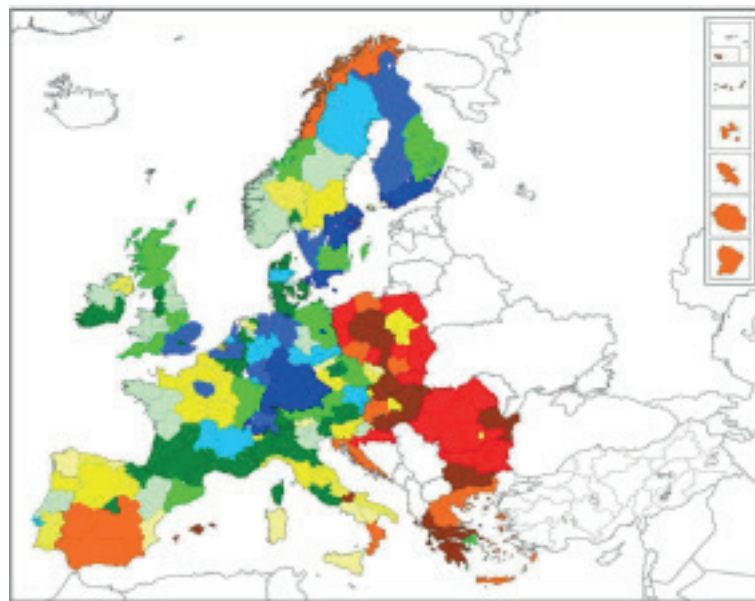
setor público. Esta categoria apresenta um subgrupo de “inércia estrutural ou regiões em desindustrialização”, com pior desempenho da inovação em relação à média nacional, com maiores taxas de desemprego e, geralmente, baixa valorização económica. Outro subgrupo é o das “regiões intensivas do setor primário”, muitas vezes com importantes extensões rurais e uma participação notavelmente maior do emprego em atividades do setor primário. Estas regiões têm níveis significativamente mais baixos de riqueza e valores abaixo da média nos indicadores relacionados com tecnologia. Todas as regiões portuguesas estão incluídas neste subgrupo, com exceção de Lisboa, que é um “Centro de Conhecimento”.

Outro exemplo importante de comparação da inovação é o exercício do Painel Europeu da Inovação Regional (The Regional Innovation Scoreboard). O Scoreboard 2014<sup>14</sup> organiza 190 regiões da UE em quatro grupos; o primeiro engloba 34 regiões, as “líderes em inovação”, o segundo 57, as “seguidoras da inovação”, num terceiro grupo incluem-se 68 como “inovadoras moderadas” e no quarto 31 regiões, consideradas como “inovadoras modestas”. A maioria dos Estados-Membros da União Europeia tem regiões com diferentes níveis de desempenho da inovação, porque este varia mais a nível regional do que a nível nacional. Um exemplo evidente é Portugal; existem regiões seguidoras de inovação (Lisboa) e inovadoras modestas (Madeira). O Algarve é uma região inovadora moderada, identificada no grupo das regiões que, no quadro 2007-2013, apresentaram reduzida capacidade de absorver fundos estruturais para as dimensões prioritárias da Inovação, Investigação e Desenvolvimento Tecnológico.

<sup>12</sup> Para uma revisão sobre essas comparações e aplicação, verificar Pinto, H. (2009) “The Diversity of Innovation in the European Union: Mapping Latent Dimensions and Regional Profiles” European Planning Studies. 17(2), 303-326.

<sup>13</sup> OECD (2011) Regions and Innovation Policy, OECD Reviews of Regional Innovation, OECD Publishing.

<sup>14</sup> O relatório completo e os detalhes metodológicos estão disponíveis on-line em: [http://ec.europa.eu/enterprise/policies/innovation/files/ris/ris-2014-summary\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/enterprise/policies/innovation/files/ris/ris-2014-summary_en.pdf)



**Figura 1.2 - Painel da Inovação Regional**  
 Fonte: European Regional Innovation Scoreboard 2012

No entanto, apesar desta evolução, o contexto de Inovação e Investigação no Algarve e a capacitação dos seus recursos continua a apresentar várias limitações, que são maioritariamente sistémicas.

As falhas de “mercado” impedem os agentes privados de investirem em I&D e fazerem uma utilização adequada dos mecanismos de propriedade industrial. As falhas de infraestrutura dificultam a promoção da inovação e articulação de agentes públicos e privados em C&T, impedindo a

existência na região de vários tipos de agentes da inovação que devem preencher um sistema regional de inovação dinâmico.

Por outro lado, a falta de conexão interna entre os atores, especialmente a falta de cooperação entre as empresas, e as ligações limitadas entre os produtores de conhecimento e as empresas também não favorecem a dinâmica do sistema.

A política de inovação engloba um conjunto de ações por parte de organizações públicas que influenciam o contexto da inovação e os processos inovadores. A política de inovação aborda a solução de problemas que reduzem o desempenho do sistema de inovação<sup>15</sup>.

A lógica tradicional de intervenção política baseia-se na identificação de “falhas de mercado”, onde os decisores políticos devem intervir quando o mercado não pode, por si só, alocar recursos de forma eficiente no processo de inovação. A principal linha de argumentação assenta na ideia de que as características do conhecimento científico como um bem público, a incerteza, os limites de apropriabilidade e indivisibilidade conduzem à falta de investimento em I&D por parte das empresas e outros atores privados, justificando incentivos públicos para o investimento em I&D<sup>16</sup>. Esta visão pressupõe que haja uma relação sequencial entre a I&D e o crescimento económico e que se sobrestimem incentivos económicos para atividades e instrumentos, para lidar com problemas na propriedade de ativos intangíveis baseados em investigação.

No entanto, o conceito de “falha de mercado” é bastante vago e não é suficiente para proporcionar uma justificação política suficientemente forte para medidas regionais de apoio à inovação. Não só os mercados não conseguem produzir os melhores resultados, como também pode existir um contexto frágil para a inovação, que pode ser referido como “falha sistémica”<sup>17</sup>.

A “falha sistémica” é amplamente definida como a incapacidade do sistema para apoiar a criação, absorção, retenção, utilização e difusão de conhecimento economicamente útil através da aprendizagem interativa ou investimentos para I&D “em casa”. Para além de tratar as falhas de mercado que levam à falta de investimento em I&D e inovação, a abordagem da “falha sistémica” facilita a compreensão de como o sistema regional de inovação pode trabalhar de forma mais eficaz como um todo, através da remoção de bloqueios na conexão dos seus componentes. As falhas sistêmicas podem referir-se a problemas nos componentes do sistema e problemas na dinâmica do sistema.

Os problemas relacionados com os componentes do sistema consideram questões diferentes e inter-relacionadas, associadas às competências e capacidades das organizações do sistema, estruturas institucionais e às interações entre os atores organizacionais. No sistema podem faltar alguns tipos de atores, como instituições de investigação, empresas ou organizações intermediárias. Estes são frequentemente chamados problemas de infraestrutura. Podem ainda existir os atores, mas eles podem estar ausentes ou não terem competências humanas organizacionais e tecnológicas suficientes, o que se reflete numa limitação à capacidade para aprender, adotar ou produzir inovação ao longo do tempo. A falta de competências pode também restringir a capacidade de se envolverem em aprendizagem interativa com outros atores, causando problemas na rede. A interação também pode ser limitada por problemas institucionais informais, por exemplo, a ausência de confiança entre os agentes, ou problemas institucionais formais, como um quadro regulamentar deficiente.

Os problemas relacionados com a dinâmica do sistema referem-se principalmente às dificuldades que podem surgir quando as empresas e outros atores registam problemas tecnológicos ou enfrentam as mudanças nos paradigmas técnico-económicos vigentes que excedem as suas capacidades atuais<sup>18</sup>. Estes podem ser chamados problemas de transição. Geralmente estes problemas aparecem quando os atores são confrontados com mudanças de trajetória imprevistas ou inovações disruptivas que exigem certas capacidades que o sistema carece naquele momento.

Os sistemas regionais de inovação emergentes podem sofrer de ligações intersetoriais fracas, da ausência de entidades de interface e de universidades especializadas, principalmente na oferta de força de trabalho. As formas de aprendizagem ciência-tecnologia-inovação (CTI) podem ser frágeis devido ao baixo nível ou à reduzida capacidade de investigação nas universidades e nas empresas. As formas de aprendizagem fazendo-utilizando-interagindo (DUI) são problemáticas quando as competências dos utilizadores são limitadas e falta confiança nas relações<sup>19</sup>.

<sup>15</sup> Edquist, C. (2008) “Design of Innovation Policy through Diagnostic Analysis: Identification of Systemic Problems (or Failures)”, Paper no. 2008/06, CIRCLE Electronic Working Papers, Lund University, CIRCLE - Center for Innovation, Research and Competences in the Learning Economy.

<sup>16</sup> Arrow, K. J. (1962) “Economic welfare and the allocation of resources for invention” in Nelson, R. R. (ed.), *The Rate and Direction of Inventive Activity*. New Jersey: Princeton University Press, 609-625.

<sup>17</sup> European Commission (2009) *Making Public Support for Innovation in the EU More Effective: Lessons Learned from a Public Consultation for Action at Community Level*, Luxembourg: Publications Office of the European Union.

<sup>18</sup> Chaminade, C. and Edquist, C. (2006) “From theory to practice: The use of the systems of innovation approach in innovation policy” in Hage, J.; De Meeus, M. (Eds) *Innovation, Learning and Institutions*. Oxford, Oxford University Press.

---

Nos sistemas com estas características, geralmente as empresas e outros componentes ainda não são capazes de produzir inovações radicais, mas acumulam competências e capacidades que são necessárias para se envolverem em diferentes formas de aprendizagem. As políticas de inovação também tendem a ser restringidas pela capacidade limitada dos decisores políticos, em parte em função das culturas políticas internas e dos recursos e exigências impostas externamente<sup>20</sup>.

Diferentes falhas do sistema podem ser encontradas em diferentes tipos de regiões. Os problemas sistêmicos estão relacionados com a “*fragilidade organizacional*” e são frequentemente detetados em regiões periféricas, associados aos problemas de “*bloqueio*” tecnológico, uma característica de antigas regiões industriais e, finalmente, aos problemas relacionados com a fragmentação do sistema interno, normalmente detetado em regiões metropolitanas.

A variedade de problemas sistêmicos requer apoio político adaptado para além do tradicional “*one-size-fits-all*”<sup>21</sup>. Um problema num sistema específico pode não ser um problema noutro sistema de inovação. Assim, falhas sistêmicas precisam ser identificadas tendo em conta as características específicas do seu sistema, da evolução e do contexto socioeconómico em que ele está inserido.

---

<sup>19</sup> Jensen, M. B.; Johnson, B.; Lorenz, E. and Lundvall, B. A. (2007) “Forms of knowledge and modes of innovation”, *Research Policy*. 36, 680-693.

<sup>20</sup> Chaminade, C., Lundvall, B.Å., Vang-Lauridsen, J. and Joseph, K.J., (2010) “Innovation policies for development: towards a systemic experimentation based approach”, Paper No 2010/1, CIRCLE Electronic Working Papers, Lund University, CIRCLE - Center for Innovation, Research and Competences in the Learning Economy.

<sup>21</sup> Tödtling and Trippel (2005).



## Quadro 1.3. – Enquadramento das falhas do sistema na política de inovação

### I. Falhas de infra-estrutura

Questões relativas à infra-estrutura física na relação com a inovação.

### II. Falhas institucionais

Falhas institucionais fortes. Estes são os mecanismos institucionais formais que podem dificultar a inovação, e pode ser uma parte do quadro de regulação que consiste em normas técnicas, leis laborais, regras de gestão de risco, regulamentos de saúde e segurança ou o sistema jurídico geral em matéria de contratos, emprego, direitos de propriedade intelectual dentro do qual os atores operam.

Falhas institucionais suaves. A sua origem é o contexto mais amplo de valores políticos, culturais e sociais, que molda objectivos de política pública, o ambiente da política macroeconómica e a forma “*de fazer negócios*”. Estas falhas institucionais suaves ou informais incluem normas e valores sociais, a cultura, a vontade de partilhar recursos e associar-se com outros atores, o espírito empresarial dentro das organizações, indústrias, regiões ou países.

### III. Falhas de interação

Falha forte de rede. A intensa cooperação entre os atores pode ser muito produtiva como fonte de sinergia, *know-how* complementar, resolução criativa de problemas, partilha de capacidades, etc. Quando existe uma falha de rede forte, os atores individuais são guiados por

outros atores da rede na “*direção errada*” e, consequentemente, não conseguem entre si os conhecimentos necessários. Isto é consequência da falta de troca de informações com os atores que desempenham um papel de ligação. Isto pode potencialmente bloquear a renovação vinda de fora. Causas para a falha forte na rede: (i) miopia devido à orientação interna, (ii) a falta de laços fortes ou laços fracos, e (iii) a dependência de parceiros dominantes. Falha fraca de rede. A inovação é cada vez mais o resultado de uma estreita interação entre os conhecimentos complementares, tecnologias e atores. Quando a conectividade entre esses elementos é pobre, os ciclos de aprendizagem e inovação podem ser prevenidos.

### IV. Falhas de capacidades

Empresas e outros atores-chave da inovação carecem de competências, capacidade e recursos para inovar.

*Baseado em: Woolthuis, R., Lankhuizen, K., and Gilsing, V. (2005) “A system failure framework for innovation policy design”, *Technovation*, 25(6), 609-619.*

## 1.6

## Explorando os Instrumentos da Política de Inovação

Em geral, os instrumentos de política de inovação estão relacionados com<sup>22</sup>:

- Instrumentos de regulação

O uso de instrumentos legais para a regulação das interações sociais e de mercado.

- Instrumentos económicos e financeiros

Prestação de incentivos específicos (ou desincentivos) e apoio às atividades sociais e económicas específicas. Pode envolver meios económicos em dinheiro ou em espécie, e com base em incentivos positivos (Incentivar, promover, determinadas atividades) ou desincentivos (desanimadores, restringindo certas atividades).

- Instrumentos suaves

Estes instrumentos são voluntários e não coercivos e, portanto, aqueles que são “*governados*” não estão sujeitos a medidas obrigatórias, sanções, incentivos diretos ou desincentivos por parte do governo ou dos seus órgãos públicos. Em vez disso, os instrumentos suaves fornecem recomendações, fazem apelos normativos ou oferecem acordos voluntários ou contratuais.

## Quadro 1.4. – Ferramentas da política de inovação

As regiões enfrentam três tipos principais de opções (que correspondem às configurações estratégicas), dependendo do seu perfil de inovação:

Aproveitar as vantagens atuais (“*science push*”, “*technology-led*”, ou um mix);

Apoiar a transformação socioeconómica (reconversão ou a identificação de uma nova fronteira);

Recuperar o atraso no sentido da criação de capacidades baseadas no conhecimento, nomeadamente através de instrumentos específicos como:

Agências regionais de desenvolvimento de negócios;

Cursos de formação e de aprendizagem ao longo da vida (provisão pública, incentivos para as empresas);

Programas de intercâmbio de estudantes e programas de atração de talentos;

Incentivos regionais para a melhorar os programas de competências nas empresas;

Incentivos para a contratação de pessoal qualificado para as empresas;

Criação de centros de conhecimento em áreas tradicionais (por exemplo, agricultura, turismo), e filiais de organizações nacionais de investigação;

Programas de apoio à inovação para inovações incrementais;

Ligação das organizações de apoio às empresas (por exemplo, câmaras de comércio) a redes mais amplas;

Financiamento de projetos experimentais e inovadores nos setores tradicionais;

Promoção da ligação de atores regionais às redes de produção nacional e internacional;

Programas de apoio à inovação (intermediários de inovação), suporte ao desenvolvimento de negócios (delegações de agências nacionais), a ligação com as câmaras de comércio e exportação;

Atrair investimentos nacionais em educação e formação profissional;

Promover a formação nacional, sistemas de aprendizagem ao longo da vida para empresas e particulares;

Proteger investimentos nacionais de infra-estrutura para melhorar a conectividade.

Fonte: OCDE (2011).

# 02

**Programas europeus  
de referência:  
Europa 2020 e RIS3**





**“Num mundo em mudança, queremos que a UE se torne numa economia inteligente, sustentável e inclusiva. Estas três prioridades, que se reforçam mutuamente, devem ajudar a UE e os Estados-Membros, proporcionando altos níveis de emprego, produtividade e coesão social.”**

José Manuel Barroso - Ex-Presidente da Comissão Europeia

A União Europeia está a esforçar-se para superar a crise económica e criar condições para uma economia mais competitiva e com mais emprego no período 2014-2020. Depois de uma estratégia de Lisboa de largo espectro e do seu relançamento, que falhou na ambição de transformar a União Europeia numa *“economia baseada no conhecimento, mais competitiva e dinâmica do mundo, capaz de um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e maior coesão social”* (Conclusões da Presidência, Conselho Europeu de Lisboa, 23 e 24 de Março de 2000), a União Europeia está agora a dar ênfase à seletividade e foco de objetivos políticos. A Europa 2020 é um estratégia que visa alcançar um crescimento:

- **Inteligente**, investindo de forma eficaz na educação, investigação e inovação;
- **Sustentável**, movendo-se em direção a uma economia de baixo carbono;
- **Inclusivo**, enfatizando a criação de emprego e a redução da pobreza.

A estratégia Europa 2020 define metas nas áreas do emprego, da inovação, da educação, da redução da pobreza, do clima e da energia:

- Emprego - aumentar a taxa de emprego na faixa etária dos 20-64 anos para 75%;
- I&D - aumentar o investimento da UE em I&D para 3% do PIB;

- Alterações climáticas e sustentabilidade energética:
  - Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20% (ou em 30%, se forem reunidas as condições necessárias) relativamente aos níveis registados em 1990;
  - Obter 20% da energia a partir de fontes renováveis;
  - Aumentar a eficiência energética em 20%;
- Educação
- Luta contra a pobreza e a exclusão social - reduzir pelo menos em 20 milhões o número de pessoas em risco ou em situação de pobreza ou de exclusão social.
  - Reduzir a taxa do abandono escolar precoce de educação e formação para menos de 10%;
  - Aumentar a percentagem da população na faixa etária dos 30-34 anos que possui um diploma do ensino superior para, pelo menos, 40%;

Os objetivos da UE são traduzidos em metas nacionais que cada Estado-membro deve alcançar para o seu próprio progresso em direção a essas ambições (ver tabela 2.1).

Indicadores Europa 2020	Unid.	Situação atual				Meta Portugal	Meta UE
		Ano	Algarve	Portugal	UE		
<b>Taxa de emprego (20 - 64 anos)</b>	%	<b>2012</b>	<b>66,3</b>	<b>66,5</b>	<b>68,5</b>	<b>75</b>	<b>75</b>
Homens		nd	69,9	74,6			
Mulheres		nd	63,1	62,4			
<b>Despesa em I&amp;D em % do PIB</b>		<b>2010</b>	<b>0,45</b>	<b>1,6</b>	<b>2,0</b>	<b>2,7- 3,3</b>	<b>3</b>
Setor público (PNR)						1,0-1,2	-
Setor privado (PNR)						1,7- 2,1	-
<b>Taxa de abandono precoce de educação e formação</b>		<b>2012</b>	<b>*20,2</b>	<b>20,8</b>	<b>12,8</b>	<b>10</b>	<b>10</b>
Homens		22,9	28,2	14,5			
Mulheres		17,3	14,3	11,0			
<b>População dos 30-34 anos com ensino superior ou equiparado</b>		<b>2012</b>	<b>22,8</b>	<b>27,2</b>	<b>35,8</b>	<b>40</b>	
Homens		nd	24,3	31,6			
Mulheres		nd	30,1	40,0			

\* Algarve 2012: desvio do padrão de qualidade / coeficiente de variação elevado. nd: não disponível

**Tabela 2.1 – Metas Europa 2020**

Fonte: [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/europe\\_2020\\_indicators/headline\\_indicators](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/europe_2020_indicators/headline_indicators). ww.ine.pt

O Algarve apresenta, nestes quatro indicadores, um desempenho inferior à média nacional e, na maioria dos casos, o seu posicionamento é dos menos satisfatórios, comparativamente às restantes regiões do Continente. Nos anos mais recentes a taxa média de emprego (15 - 64 anos) diminuiu em todas as regiões portuguesas, sendo a região algarvia a que apresenta a descida contínua mais prolongada desde 2007. Contudo, importa também referir que o Algarve apresentava normalmente, até então, valores acima da média do país ou dos mais positivos. Crescimento inteligente traduz-se em melhorar o desempenho da UE no domínio da educação, incentivando as pessoas a aprender, estudar e atualizar as suas competências, na investigação e inovação, através da criação de novos produtos e serviços que gerem crescimento e emprego, para enfrentar os desafios sociais e com a plena integração na sociedade digital, utilizando tecnologias de informação e comunicação.

O crescimento inteligente está a ser implementado ao nível da UE através de **três iniciativas emblemáticas**:

**1. Agenda Digital para a Europa** - A criação de um mercado único digital baseado na Internet rápida e ultrarrápida e em aplicações interoperáveis, até 2013; acesso à banda larga para todos, até 2020; acesso de todos à velocidades de internet de 30 Mbps ou superior, até 2020; 50% ou mais das famílias europeias com ligações de internet acima de 100 Mbps.

**2. União da Inovação** - Reorientação da I&D e inovação para os principais desafios da sociedade, como a mudança climática, energia e eficiência dos recursos, a saúde e a evolução demográfica, fortalecendo todos os elos da cadeia de inovação, desde a investigação “azul” até à comercialização.

**3. Juventude em movimento** - Ajudar os estudantes e estagiários a estudar no exterior, preparando melhor os jovens para o mercado de trabalho, melhorando o desempenho / a capacidade de atração internacional das universidades europeias, bem como todos os níveis de educação e formação (excelência académica e igualdade de oportunidades).

A especialização inteligente é uma abordagem estratégica para o desenvolvimento económico através do apoio específico à investigação e inovação focada no mercado. Este é um pilar importante para os investimentos dos fundos estruturais, como parte da contribuição da política de coesão da agenda para a Europa 2020.

As anteriores estratégias regionais de inovação na UE sofreram muitas vezes de uma ou mais das seguintes deficiências<sup>23</sup>:

- Falta de uma perspetiva internacional e trans-regional - a inovação regional e o sistema económico foram muitas vezes considerados isoladamente;
- Falta de sintonia com o tecido industrial e económico da região - envolvimento excessivo do setor público em I&D que não era orientado para o mercado;

- Análise frágil dos ativos das regiões;
- Síndrome da “Escolha do vencedor”;
- Imitação de regiões com melhor desempenho e “melhores práticas”, sem considerar o contexto local.

Como resultado, as políticas regionais de inovação têm sido menos eficazes na seleção de prioridades. O assunto é ainda mais crítico hoje em plena turbulência económica, com escassez de recursos financeiros públicos e privados para a inovação. A especialização inteligente é uma maneira de resolver esses problemas, promovendo o uso eficiente, eficaz e sinérgico dos investimentos públicos para apoiar os Estados-membros e as suas regiões a reforçar a capacidade de inovação, apoiar o crescimento económico e a prosperidade, concentrando os recursos humanos e financeiros em áreas globalmente competitivas.

## Quadro 2.1. – Princípios da especialização inteligente

Os princípios da especialização inteligente são baseados em quatro fatores:

**Escolhas e massa crítica:** número limitado de prioridades, com base nos seus pontos fortes e especialização internacional. Evitar a duplicação e fragmentação do Espaço Europeu de Investigação. Concentrar-se as fontes de financiamento que garantam a gestão orçamental mais eficaz;

**Vantagem competitiva:** mobilizar talento, combinando as capacidades de I&DT + I e as necessidades de negócio através de um processo de descoberta empresarial;

*Fonte: Guia RIS3*

**Conectividade e clusters:** desenvolver clusters de craveira mundial e disponibilizar plataformas para a variedade relacionada e intersectorial, ligações internas na região e externas, conduzindo à diversificação tecnológica especializada. Coincidir o que a região tem com o que o resto do mundo tem;

**Liderança colaborativa:** sistemas eficientes de inovação, com o esforço colectivo, baseados em parcerias público-privadas.

<sup>23</sup> Guia RIS3 disponível em: <http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/s3pguide>

## O que é a RIS3 - Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente?

A especialização inteligente requer o desenvolvimento de uma visão, identificando as vantagens competitivas, a definição de prioridades estratégicas e fazendo uso de políticas para maximizar o potencial de uma região, baseando o desenvolvimento no conhecimento, seja forte ou fraco, de alta ou baixa tecnologia.

As estratégias de investigação e inovação para a especialização inteligente (RIS3) são agendas integradas de base local, de transformação económica, desenvolvidas a nível nacional e regional, que abordam cinco domínios:

Fornecer e focar as políticas de apoio e os investimentos nas prioridades nacionais e regionais, selecionadas tendo em conta os desafios e necessidades para o desenvolvimento do conhecimento;

Desenvolver as forças de cada território, vantagens competitivas e potencial de excelência;

Apoio Tecnológico e à inovação, estimulando o investimento do setor privado com base na investigação aplicada;

Envolvimento das partes interessadas, fomento da inovação e da experimentação;

Devem ser suportadas em evidências e incluir mecanismos de monitorização e avaliação.

A criação de estratégias de investigação e inovação para a especialização inteligente envolve seis aspetos inter-relacionados (ver Figura 2.1).



**Figura 2.1 - Passos para a criação da RIS3**

Fonte: Guia RIS3

## Quadro 2.2. – Passos para o desenvolvimento de uma RIS3

### 1. Análise do contexto regional e potencial de inovação

A análise deve abordar três dimensões: (i) os ativos regionais, tais como infraestruturas tecnológicas, (ii) as ligações com o resto do mundo e a posição da região na economia europeia e mundial, e (iii) a dinâmica do ambiente empresarial.

### 2. Criação de uma estrutura de governança sólida e inclusiva

Assegurar que as partes interessadas apropriam e compartilham a estratégia. Os sistemas de governança devem permitir liderança colaborativa, ou seja, que as hierarquias na tomada de decisões devem ser flexíveis o suficiente para permitir que cada ator tenha um papel e, eventualmente, assumam a liderança em fases específicas do projeto, de acordo com as características de fundo e com as capacidades dos atores. Quando os atores são muitos e diferentes pode ser muito difícil para eles encontrar a sua própria maneira de colaborar e gerir potenciais conflitos. Para resolver este potencial problema os órgãos de governança devem incluir limites gerais, pessoas ou organizações com conhecimento interdisciplinar e comprovada capacidade de traduzir os interesses em compromissos.

### 3. Produção de uma visão compartilhada sobre o futuro da região

A principal qualidade de uma visão é o seu poder de mobilização; deve atrair atores regionais em torno de um projeto ousado comum, um sonho, para o qual muitos sintam que podem contribuir e de que podem beneficiar. Vai ser mais fácil de executar este passo quando uma “*grande figura*” regional (por exemplo, um político, um empresário, um líder académico, um artista bem conhecido) empurrar a visão para a frente. Os tempos de crise muitas vezes oferecem uma boa oportunidade para gerar essas novas visões, a partir da necessidade, bem reconhecida, para superar a crise. A principal dificuldade para a visão é ser ambiciosa, mas credível; só algumas regiões podem realmente afirmar que pretendem tornar-se a “*região mais inovadora da UE*”. No entanto, afirmações demasiado ambiciosas podem prejudicar a estratégia desde o início, se a visão não poder ser levada a sério pelos atores regionais. O “*sonho*” deve ser ousado e grande o suficiente para acomodar as prioridades realistas e os caminhos específicos do desenvolvimento. A visão deve apontar caminhos possíveis para a renovação económica e transformação da região.

### 4. Seleção de um número limitado de prioridades para o desenvolvimento regional.

O estabelecimento de prioridades no contexto da estratégia implica uma correspondência efetiva entre um processo top-down de identificação dos grandes objetivos alinhados com as políticas da UE e um processo bottom-up de surgimento de nichos candidatos à especialização inteligente, áreas de experimentação e desenvolvimento futuro decorrente da atividade de descoberta de atores empresariais. É fundamental que os órgãos de governança RIS3 se concentrem num número limitado de prioridades de investigação e inovação, em linha com o potencial para a especialização inteligente, detetadas na fase de análise e ancorada na descoberta empreendedora. Estas prioridades serão as áreas onde a região pode realisticamente esperar sobressair.

### 5. Estabelecimento de uma adequada mistura política

A estratégia deve ser implementada através de um roteiro, com um plano de ação eficaz, permitindo um grau de experimentação através de projetos-piloto. O plano de ação deve detalhar e organizar todas as regras e ferramentas que uma região precisa para atingir as metas prioritizadas e fornecer a informação abrangente e consistente sobre os objetivos estratégicos, prazos para implementação, identificação de fontes de financiamento e alocação do orçamento preliminar.

### 6. Integração de mecanismos de monitorização e avaliação

Monitorização refere-se à necessidade de acompanhar o progresso da implementação. A avaliação verifica se, e como, os objetivos estratégicos são alcançados. Para realizar a avaliação é essencial que os objetivos estejam claramente definidos na estratégia em termos mensuráveis para cada nível de implementação, ou seja, a partir dos objetivos gerais estratégicos devemos estruturar objetivos específicos e respetivas ações. Devem ser integrados, desde o início, na estratégia e nos seus diferentes componentes, mecanismos de acompanhamento e avaliação. A tarefa central do projeto é identificar um conjunto moderado, mas abrangente, de indicadores de produção e de resultados e estabelecer linhas de base para os indicadores de resultados e metas para todos eles.

Baseado em: Guia RIS3

# 03

O contexto regional



O Algarve é uma das sete regiões NUTS II de Portugal, localizada na zona mais meridional do território continental, limitada ao sul e a oeste pelo Oceano Atlântico, a leste pelo rio Guadiana, que marca a fronteira com Espanha, e a Norte por uma morfologia montanhosa que partilha com a NUTS II Alentejo, representando pouco mais de 4% do território nacional. A região registava em 2011 uma população residente de 451 006 habitantes, 4,27% da população portuguesa.



Figura 3.1 - A localização do Algarve

O Algarve manteve a sua estrutura territorial desde o nascimento de Portugal enquanto nação. No entanto, os dezasseis municípios da região (Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António) têm características e recursos distintos. A estrutura urbana é centrada sobre a dinâmica de duas áreas principais (Faro-Loulé-Olhão e Portimão-Lagos-Lagoa).

No Algarve, os níveis descentralizados de governança geralmente coincidem com os limites espaciais, o que é raro em Portugal. A nível distrital as NUTS II e III, bem como a área de influência da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Algarve (CCDR), a da associação de municípios e outros órgãos, tais como delegações ou representações descentralizadas dos ministérios, entidade regional de turismo, entre outras, são também coincidentes com os limites territoriais da região.



O Algarve é, como referido, uma região de pequenas dimensões em relação às restantes regiões nacionais e às regiões europeias, com uma produção de riqueza (PIB) que representa cerca de 4,5% do total nacional.

No entanto, nas últimas décadas a região revelou capacidade de atração de população, tendo sido a NUTS II com o maior crescimento, cerca de 14% (entre os censos de 2001 e 2011) e 16% (entre 1991-2001). A região também cresceu rapidamente na perspetiva económica. Este crescimento intenso foi baseado na exploração dos recursos naturais (clima e paisagem), que fez do Algarve o destino turístico mais importante do país e um destino de referência na Europa, com base essencialmente no produto “*sol e mar*”. Esse crescimento promoveu um setor turístico dinâmico, baseado fundamentalmente em PME.

O turismo tem sido o principal motor económico da região, estimulando outras atividades (por exemplo, construção e imobiliária), que foram essenciais para o processo de desenvolvimento em termos de emprego, de criação de riqueza, qualificação, competências e qualidade de vida. Por sua vez, o foco **nestas atividades condicionou a inovação e a diversificação da economia regional e também produziu sinais errados sobre o nível de riqueza real da região.**

Durante o período de 2000-2006 (3º Quadro Comunitário de Apoio - QCA III) o Algarve fazia ainda parte do grupo das regiões menos desenvolvidas dos países da UE. No entanto, devido ao processo de desenvolvimento acima mencionado e ao enviesamento estatístico<sup>24</sup> induzido pela atividade turística, em 2007-2013, o Algarve ultrapassou os 75% do PIBpc médio da UE, tornando-se uma região em “*phasing-out*”. Este novo enquadramento resultou numa diminuição significativa das transferências dos fundos estruturais. O Programa Operacional Regional do Algarve POAlgarve21 (2007-2013) integrou regionalmente apenas FEDER e teve um orçamento global cerca de 1/3 do que havia beneficiado no período anterior.

De entre as regiões mais desfavorecidas da Europa Ocidental na década de sessenta, o crescimento do Algarve nos últimos 30 anos trouxe-o para mais perto dos padrões das economias desenvolvidas, em boa parte por força dos investimentos do FEDER (particularmente relevante no caso das infraestruturas públicas de saneamento, rede escolar, saúde, reabilitação urbana e ligações rodoviárias).

A atividade económica beneficiou, em larga medida, do aumento do turismo. No entanto, o turismo tornou-se a atividade dominante focada no produto “*sol e mar*” levando a uma especialização da base económica regional. Esta forte especialização acabou por criar restrições noutros setores da economia, alguns deles com vitalidade, como era o caso da agricultura e das pescas, uma vez que o turismo absorveu a maior parte da atenção dos decisores políticos e “*capturou*” a maioria dos investimentos e da capacidade de mobilização e de empenhedorismo dos atores privados.

Essa especialização, permitiu ao Algarve sustentar o crescimento (baseado fundamentalmente no turismo e na construção e imobiliária) e teve como consequência uma forte concentração do emprego e um investimento residual nos setores transformadores e tecnológicos. De acordo com o Eurostat<sup>25</sup>, em 2010, num conjunto 268 regiões europeias, o Algarve surgia como a 11ª região com maior concentração nos cinco principais setores de atividade e como a 5ª região com menor taxa de emprego Industrial<sup>25</sup>.

Neste contexto a economia da Região apresenta um perfil altamente dependente de setores de baixa intensidade tecnológica e uma alta concentração do emprego nos serviços (77,5%). A população empregada no setor primário corresponde a 8,1% e na indústria 14,4%. Uma análise interessante, mostrando a relação entre o crescimento económico e a evolução das despesas em I&D em várias regiões da Europa durante os anos oitenta e na primeira metade da década de noventa, mostrou que o Algarve, ao contrário de outros casos, revelou uma fraca associação entre esses dois fenómenos. O Algarve cresceu independentemente da criação de condições dinâmicas de competitividade<sup>26</sup>.

Apesar das décadas de 90 e 2000 terem sido um período próspero, os últimos anos têm revelado a falta de resiliência do Algarve. A crise económica, a partir de 2008, juntamente com os défices da estrutura económica regional, a falta de instrumentos públicos para estimular a economia, a redução substancial dos fundos comunitários e as medidas de austeridade tiveram um forte impacto negativo na região. Além disso, o turismo na região é uma atividade altamente sazonal, pouco diversificada, dependente dos mercados externos e com centros de decisão fora da região. As atividades económicas relacionadas como o imobiliário também foram severamente afetadas. A recessão económica no Algarve atingiu níveis sem precedentes e o PIB tem vindo a diminuir de forma consistente (ver Figura 3.2).

<sup>24</sup> De acordo com o INE e o Eurostat, o PIB regional assume as rendas efetivas e imputadas de todo o parque habitacional.

<sup>25</sup> Concentração Regional de Emprego em 2010 (% acumulada do peso dos cinco principais setores (divisões NACE); emprego em setores não

financeiros) Fonte: Eurostat, Maio 2014.

<sup>26</sup> Rodriguez-Pose, A. (2001) Is R&D in lagging areas of Europe worthwhile? Theory and empirical evidence, Papers in Regional Studies, 80, pp. 275-295.





Figura 3.2 - Índice de disparidade do PIB "per capita" do Algarve

O desemprego, que durante vários anos esteve próximo da sua "taxa natural", atingiu num curto período temporal níveis antes impensáveis e regista atualmente valores sem paralelo no contexto nacional (ver Figura 3.3).

A natureza cada vez mais estrutural que o problema do desemprego adquiriu nos últimos anos faz com que esta seja a principal questão social a ser resolvida e, portanto, uma matéria que deve estar sempre presente nesta estratégia.

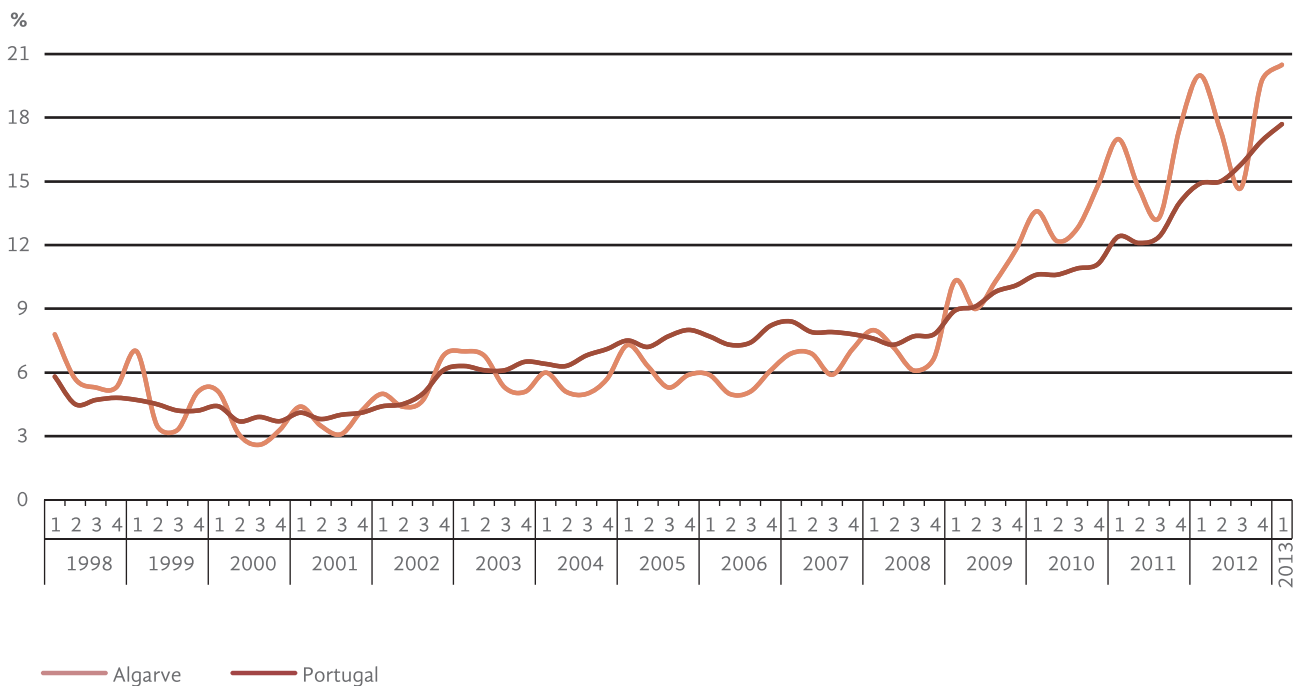
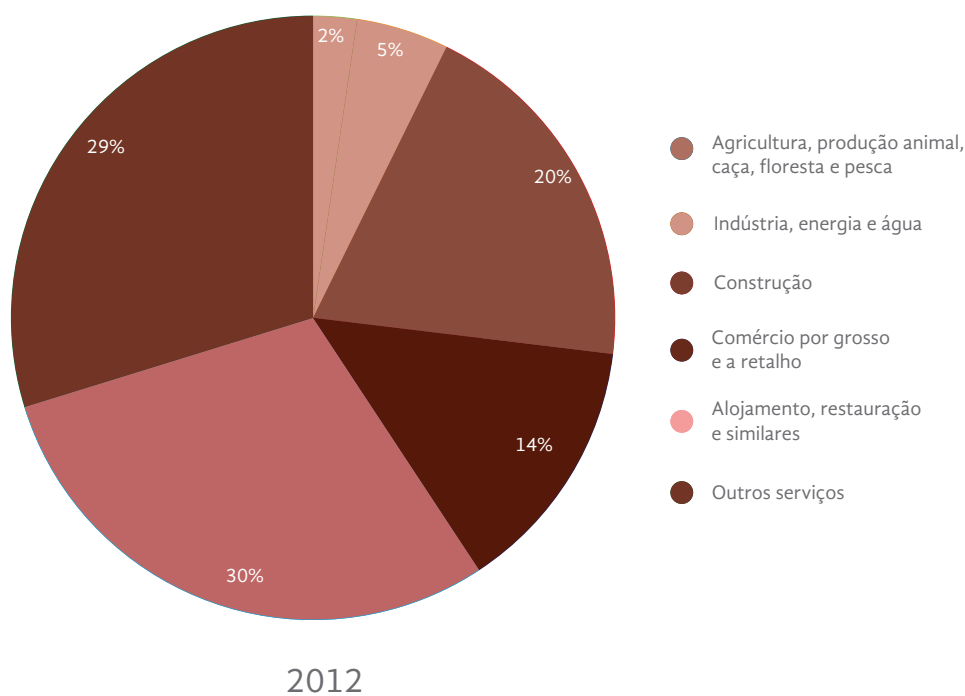
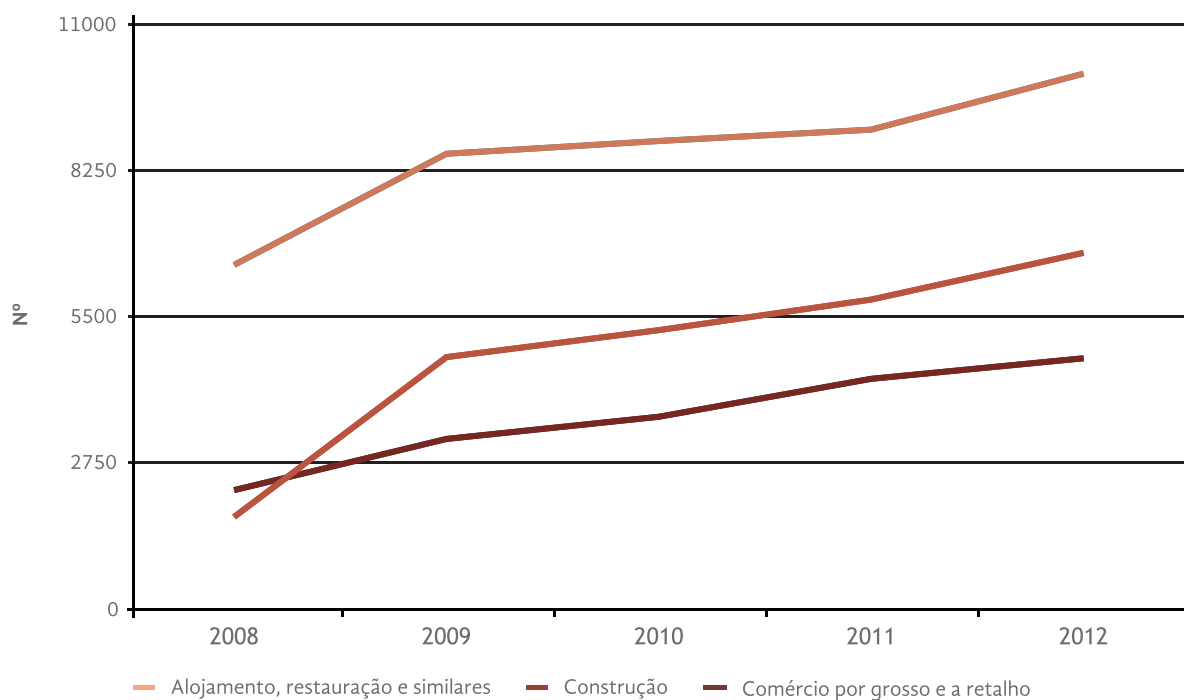


Figura 3.3 - Taxa de desemprego trimestral  
Fonte: Inquérito ao Emprego, INE

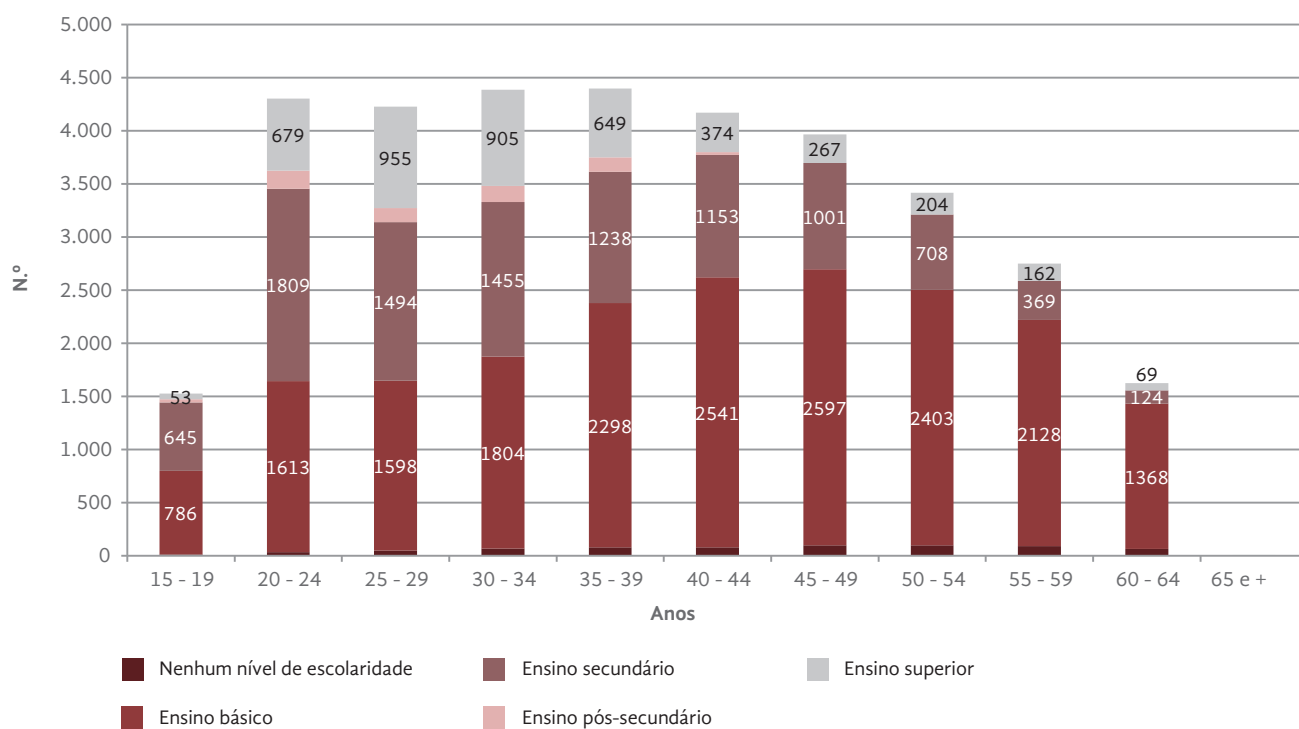
Também os setores que tradicionalmente eram âncoras do emprego regional registam um aumento de forma consistente nos números de desemprego, contribuindo assim de forma negativa para a situação presente (Figura 3.4). A maioria da população desempregada é composta por pessoas em idade ativa (até 64 anos) (ver Figura 3.5), e destas, a grande maioria não possui o ensino superior.

Por outro lado, há uma proporção relativamente maior de jovens desempregados com ensino superior, especialmente nas primeiras faixas etárias ativas - o desemprego dos jovens aumentou de 14,1% em 2004 para 37,7% em 2012. Além disso, devido à especialização em atividades ligadas ao turismo, o desemprego na região é tradicionalmente sazonal (Figura 3.6).



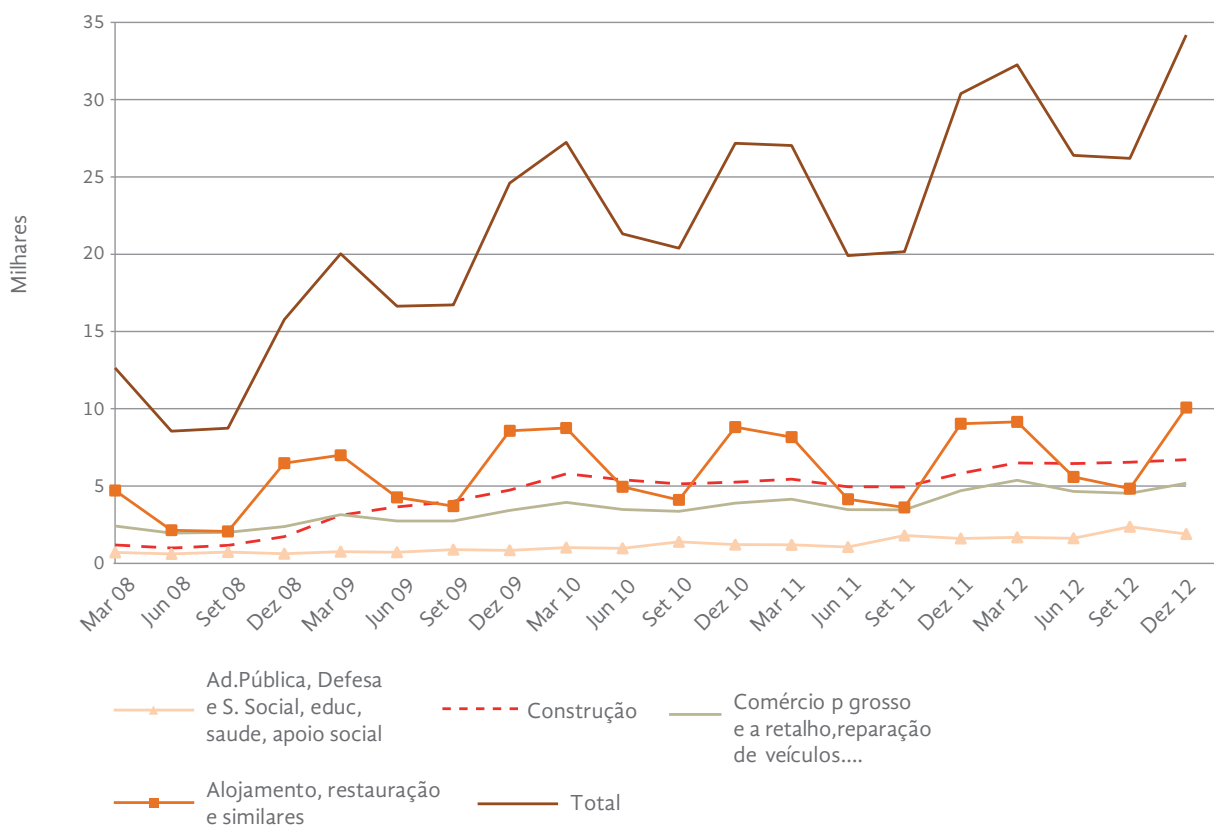
**Figura 3.4 – Desempregados inscritos (nº / %) nos centros de emprego do Algarve, por atividade económica (Situação no final do ano)**

Fonte: IEFP



**Figura 3.5 - População desempregada por grupo etário e nível de escolaridade, no Algarve, (2011)**

Fonte: Recenseamento da população e habitação 2011, INE



**Figura 3.6 - Desempregados inscritos à procura de um novo emprego, segundo a atividade da origem, no Algarve**

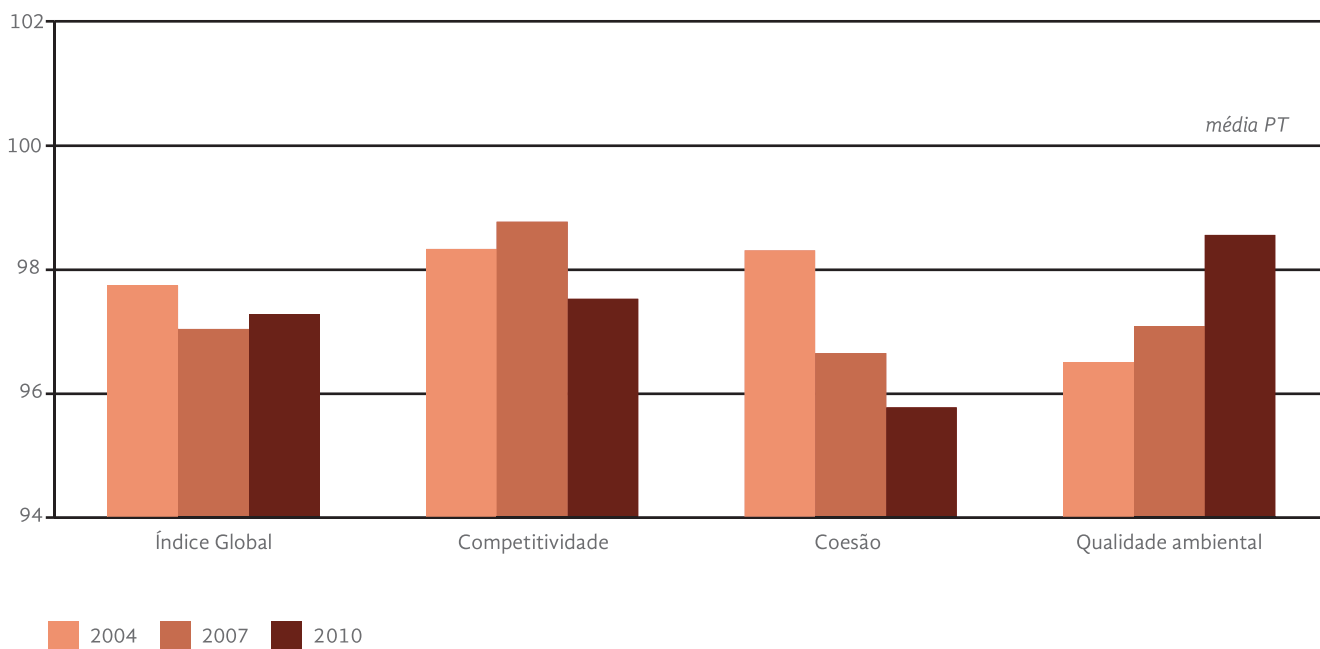
Fonte: IEFP

A falta de capacidade para superar o problema reside na reduzida densidade, dimensão e na fraca resiliência do setor produtivo. Além disso, os centros de decisão (tanto no setor público, como no privado) estão muitas vezes localizados fora da região, o que dificulta uma abordagem baseada em políticas *bottom-up*, voltada para as especificidades da região. A combinação desses fatores com investimentos insuficientes na região, em particular no que diz respeito à aplicação comercial e exploração de conhecimentos e de I&DT, resultou na situação que a região regista atualmente.

Estas restrições tornaram-se especialmente relevantes no contexto do período de programação 2007-2013. O Algarve é hoje uma região em “*phasing-out*” e, portanto, os mecanismos financeiros utilizados em anteriores períodos de programação para atrair investimentos já não

estão disponíveis. Por outro lado, as perspetivas futuras a este respeito também não são favoráveis, uma vez que o Algarve será em 2014-2020 a única região Portuguesa no grupo das regiões “*transição*”. O Algarve regista agora um período de ajuste recessivo, partindo para o próximo período com evolução negativa em vários indicadores, quando comparado com a dimensão nacional.

O Índice Sintético de Desenvolvimento Regional <sup>27</sup> ilustra as limitações económicas e sociais que a região tem vindo a sofrer ao longo dos últimos anos, representando a perda de competitividade e coesão do Algarve face às demais regiões portuguesas (ver Figura 3.7). Este cenário está a assumir características estruturais e, portanto, os investimentos seletivos para o Horizonte 2020 terão de ser dirigidos a fatores críticos de sucesso, para contrariar as tendências atuais.



**Figura 3.7 - Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, por componentes, no Algarve**  
 Fonte: Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, INE.

<sup>27</sup> O Índice sintético de desenvolvimento regional (ISDR) foi desenvolvido “com o objetivo de disponibilizar, com uma periodicidade bienal, resultados que permitissem acompanhar assimetrias regionais e apoiar a análise de contexto das políticas públicas territorializadas ou com impactos territoriais diferenciados”. O ISDR é um indicador composto e contempla as dimensões competitividade, coesão (...) e ambiental. (...) A competitividade pretende captar o potencial de cada sub-região para um bom desempenho (seja em termos de recursos humanos, seja no que respeita as infraestruturas físicas), o grau de eficiência na trajetória seguida (medido pelos perfis educacional, profissional, empresarial e produtivo) e, finalmente, a eficácia na geração e atração de riqueza e na capacidade demonstrada pelo tecido empresarial para competir no

contexto internacional. A coesão está associada ao grau de acesso da população a equipamentos e serviços coletivos básicos de qualidade, aos perfis conducentes a uma maior inclusão social e à eficácia das políticas públicas traduzida no aumento da qualidade de vida e na redução das respetivas disparidades. Na qualidade ambiental, captam-se as pressões exercidas pelas atividades económicas e pelas práticas sociais sobre o meio ambiente - numa perspetiva vasta que se entende à qualificação e ao ordenamento do territórios respetivos efeitos sobre o estado do mesmo e as consequentes respostas económicas e sociais, seja em termos comportamentos individuais, seja ao nível das políticas públicas”  
 In Documento Metodológico ISDR. Versão 2.0. INE

### 3.3 Dinâmica Empresarial

A estrutura empresarial do Algarve caracteriza-se essencialmente pela existência de grande proporção de microempresas, isto é, empresas com menos de 10 empregados (ver Figura 3.8). No período 2005-2010 as microempresas representavam 96,6% do tecido empresarial da região, valor este acima da média nacional. A estratégia de especialização inteligente, tendo presente esta realidade, deve ser “amiga” das PME e ter em particular

atenção a estrutura atomizada do setor empresarial, uma situação que deve ser considerada na análise de cada um dos setores. A reduzida dimensão das empresas regionais está relacionado com o facto de uma maioria significativa corresponder, em termos jurídicos, a empresas individuais, característica que também tem maior peso no Algarve. (ver Tabela 3.1).

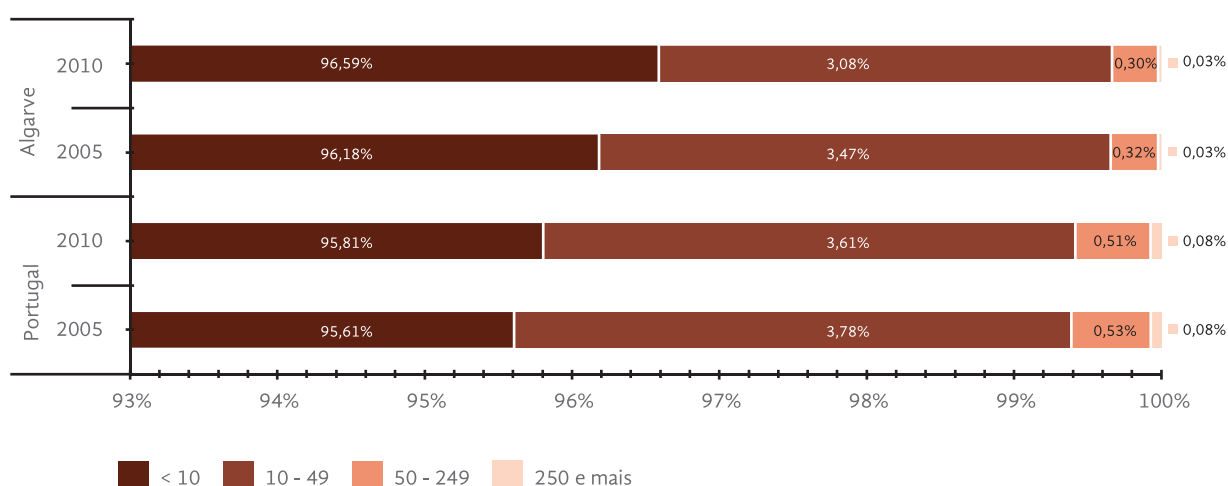


Figura 3.8 - Empresas, segundo o escalão de pessoal ao serviço

Fonte: CCDR Algarve.INE.

Território / Ano	2005	2010
Portugal	69,33%	68,51%
Algarve	71,69%	70,74%

Tabela 3.1 - Proporção de empresas individuais

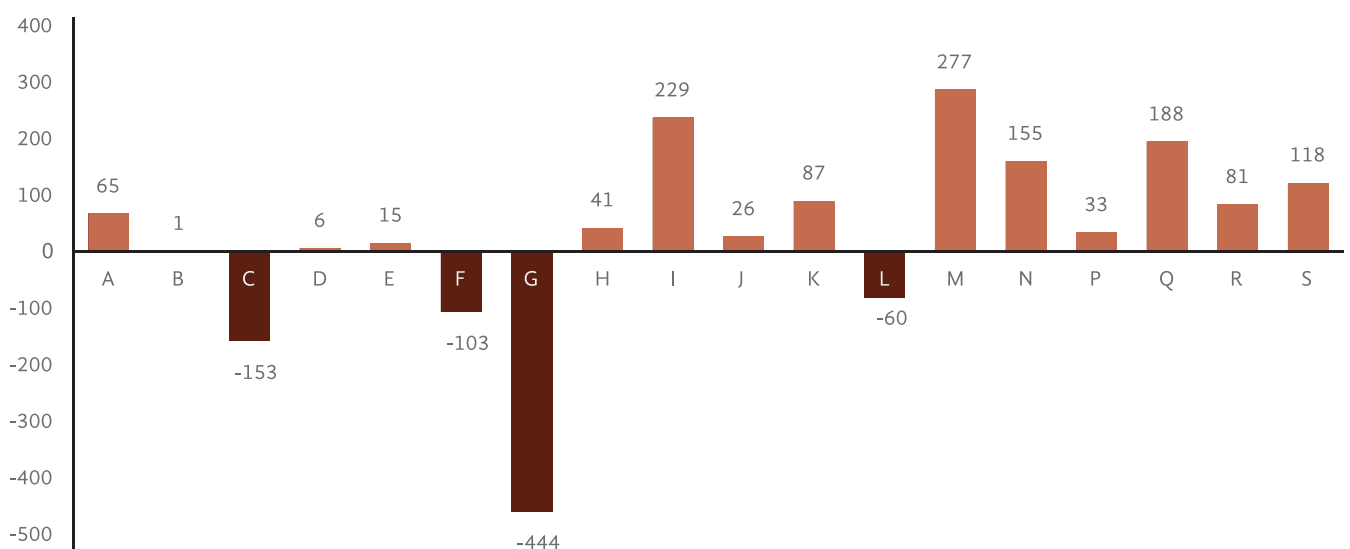
Fonte: –Sistema de Contas Integradas das Empresas, INE.

Apesar da crise económica, o no período 2008-2012 o saldo entre a constituição e a dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas, foi positivo, com exceção para a indústria transformadora, Construção (F), comércio por grosso e a retalho (G) e atividades imobiliárias (L), (ver Figura 3.9). Um indicador positivo para a renovação da base empresarial da Agricultura, uma atividade tradicional na região, que perdeu força em detrimento do Turismo, foi o aumento da criação líquida de empresas neste período.

Como mencionado nas secções anteriores, o “*processo empresarial de descoberta*” do passado levou a uma especialização nos setores G (Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos), I (alojamento, restauração e similares), N (atividades administrativas e dos serviços de apoio) e F (construção), ou seja, a uma concentração em atividades de alguma forma relacionadas com o Turismo. A análise dos níveis de emprego, do volume de negócios e do VAB apresenta um quadro semelhante, como se verá a seguir.

Assinale-se uma maior proporção de empresas da secção A (agricultura, produção animal, caça e silvicultura), no Algarve, ocorrendo situação inversa no caso das Indústrias transformadoras (C). No período 2004-2010 a indústria tem vindo, de facto, a perder alguma dinâmica no país, o mesmo se verificando no Algarve, mas de forma mais marcada. Em geral, a evolução da especialização da região, avaliada através do número de empresas, tem acompanhado a dinâmica do país durante todo o período. No entanto, a crise económica tem afetado negativamente as atividades de alojamento e restauração, que são o núcleo do turismo.

A análise ao número de empresas enfatiza o facto das cinco principais atividades estarem diretamente relacionadas com o Turismo, representando cerca de metade do universo empresarial do Algarve. (ver Figura 3.11).



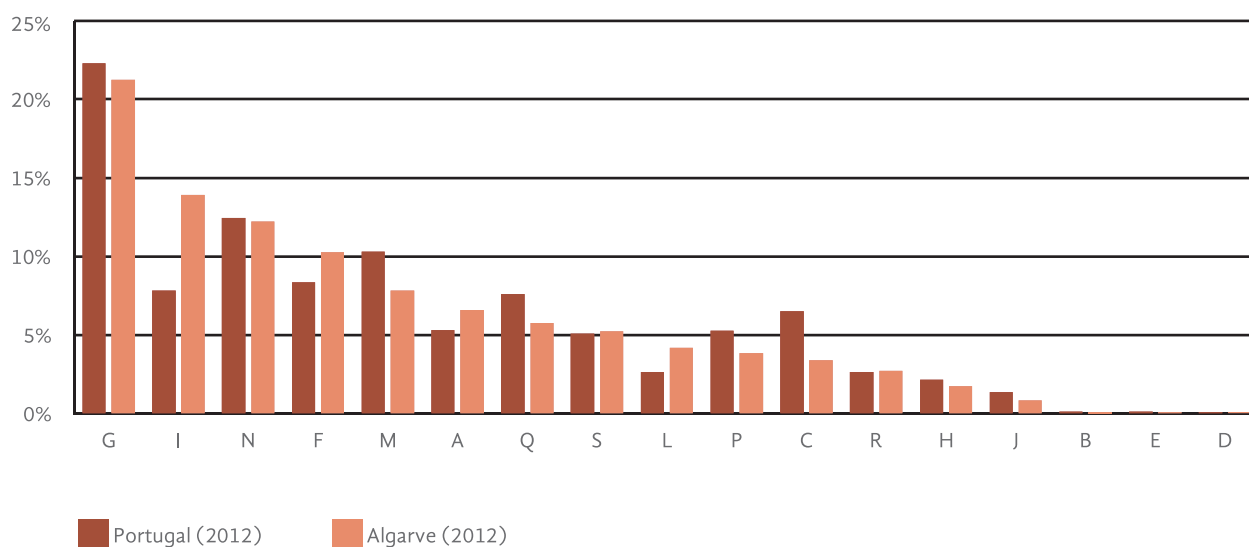
**Figura 3.9 - Saldo da constituição e dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas no período 2008-2012, por atividade económica (Secção - CAE<sup>28</sup> Rev. 3), no Algarve**

Fonte: CCDR Algarve. Direção Geral da Política de Justiça

#### <sup>28</sup> Secções da CAE (Rev.3)

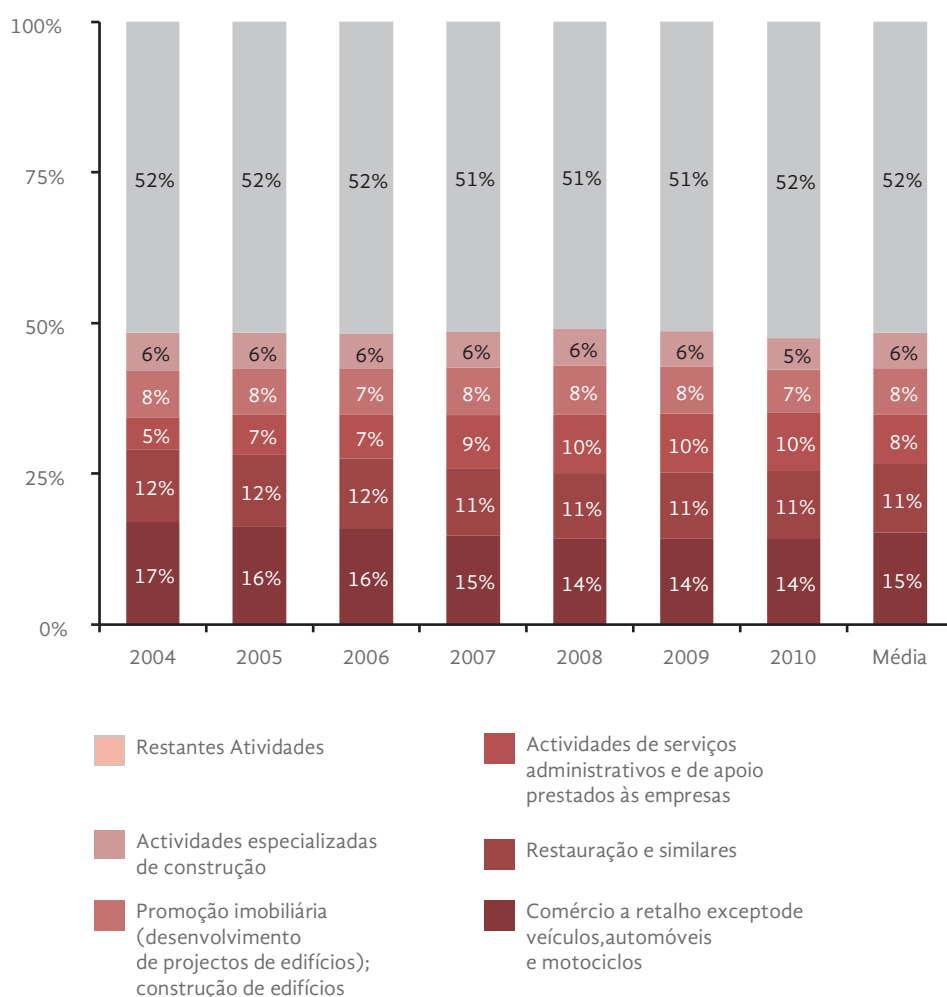
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; B - Indústrias extrativas; C - Indústrias transformadoras; D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; F - Construção; G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; H - Transportes e armazenagem; I - Alojamento, restauração e similares; J - Atividades de informação e de comunicação; K - Atividades financeiras e de seguros; L - Atividades imobiliárias; M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; N - Atividades

administrativas e dos serviços de apoio; O - Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória; P - Educação; Q - Atividades de saúde humana e apoio social; R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; S - Outras atividades de serviços; T - Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio; U - Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais



**Figura 3.10-Distribuição das empresas por atividade económica (Secção - CAE<sup>29</sup> Rev. 3), em 2012**

Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.



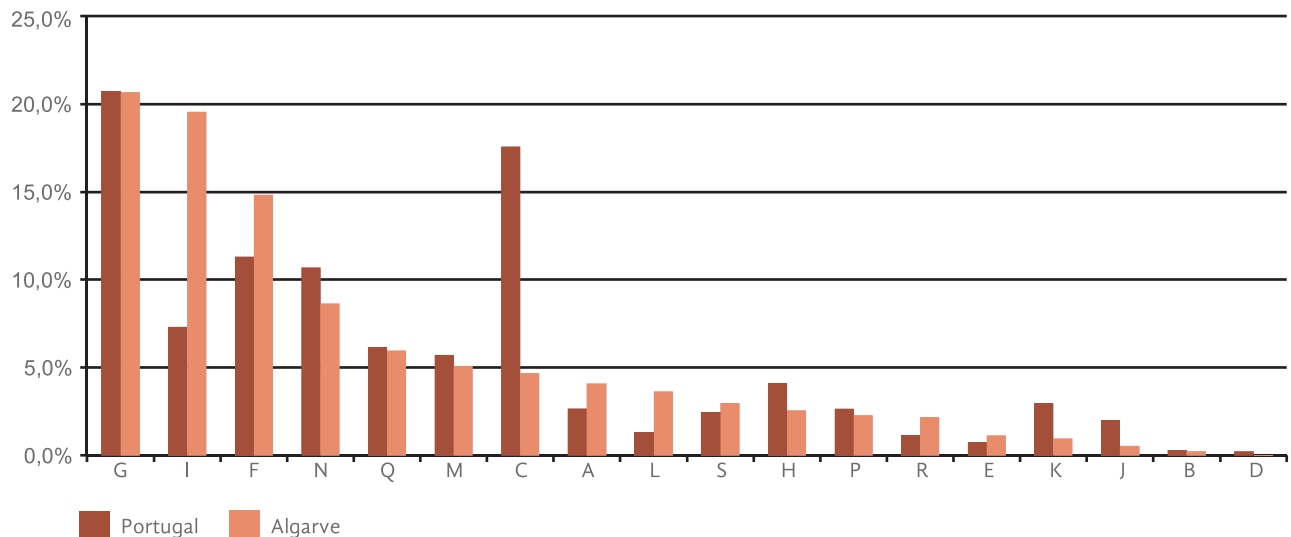
**Figura 3.11 - Distribuição das empresas das cinco principais atividades económicas (Divisão - CAE<sup>30</sup> Rev. 3), no Algarve**

Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.

<sup>29/30</sup> Ver nota de rodapé nº 28

A importância económica das atividades relacionadas com o Turismo é ainda manifestada no volume de emprego gerado pelas mesmas (ver Figura 3.12). Destacam-se as atividades das secções G (comércio por grosso e a retalho) e I (alojamento, restauração e similares) que absorvem individualmente cerca de um quinto do pessoal ao serviço nas empresas. Saliente-se que a secção I apresenta uma proporção de pessoal ao serviço quase três vezes acima da média nacional. As atividades relacionadas com a construção (secção F), por estarem na região intimamente

ligadas ao turismo, são responsáveis por cerca de 18% do emprego nas empresas. Por outro lado, a maior proporção de empresas que operam no comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos (G) compensa o menor número de pessoas empregadas em cada empresa desta área. Destaque-se ainda o fraco contributo das indústrias transformadoras (secção C) para o emprego empresarial no Algarve, sobretudo se o comparamos com a realidade do país.



**Figura 3.12 - Distribuição do pessoal ao serviço das empresas em 2010, por atividade económica (Secção - CAE<sup>31</sup> Rev. 3)**  
 Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.

Em geral, o pessoal ao serviço nas empresas do Algarve aumentou ligeiramente ao longo do período 2004-2010, ainda que abaixo da média nacional. Os efeitos da crise económica no emprego fizeram sentir-se com maior expressão na construção (F), no comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos (G) e no alojamento e restauração (I). A proporção de pessoas que trabalham na agricultura também diminuiu no período analisado, contrariando a tendência observada no país.

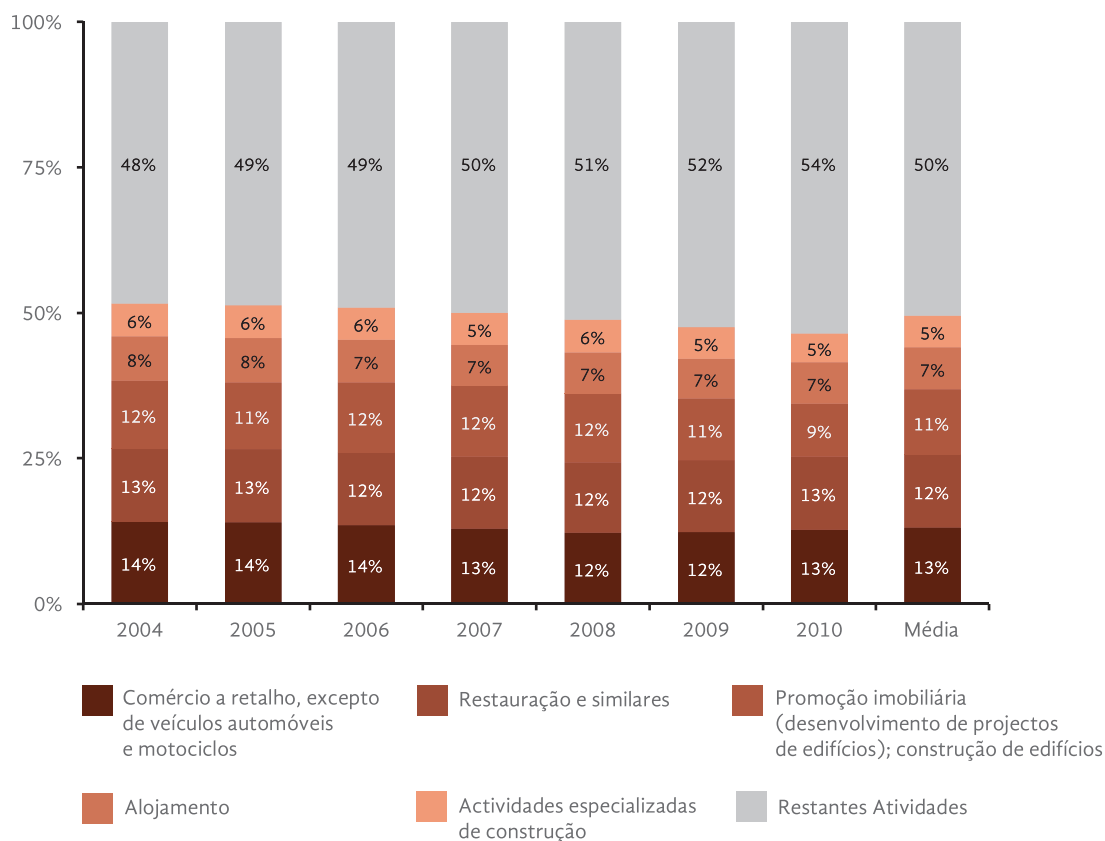
Mais uma vez, a análise ao número de pessoas ao serviço, confirma as mesmas cinco principais atividades

diretamente relacionadas com o turismo (ver Figura 3.13). Embora respondam por cerca de metade do emprego empresarial na região, a proporção tem vindo a diminuir, de 52%, em 2004, para 46%, em 2010.

Cerca de 70% do volume de negócios total gerado pelas empresas com sede no Algarve está concentrado no comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos (G), na Construção (F) e nas atividades de alojamento e restauração (I), exibindo uma especialização mais pronunciada, quando comparado com a média do país, especialmente os setores I e F (ver Figura 3.14).

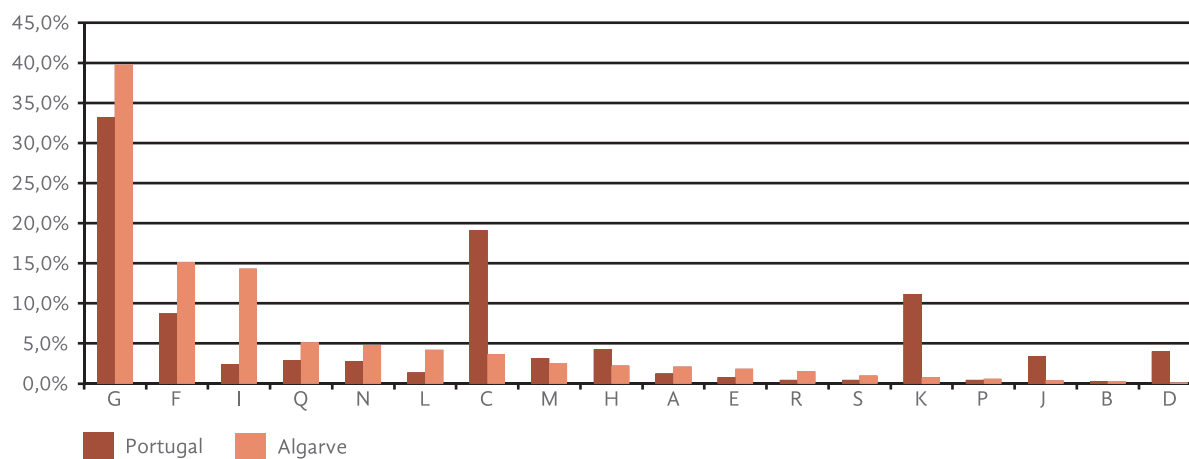
<sup>31</sup> Ver nota de rodapé nº 28





**Figura 3.13 - Distribuição do pessoal ao serviço das empresas nas cinco principais atividades económicas (Divisão - CAE <sup>32</sup> Rev. 3), no Algarve**

Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.



**Figura 3.14 - Distribuição do volume de negócios das empresas em 2010, por atividade económica (Secção - CAE <sup>33</sup> Rev. 3)**

Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.

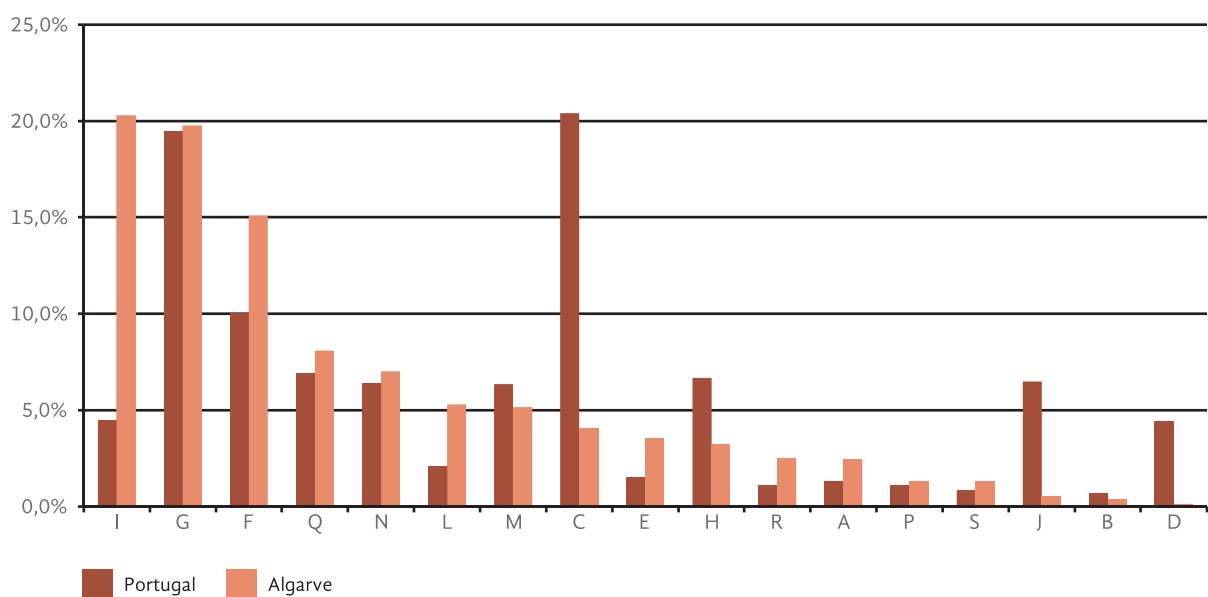
<sup>32/33</sup> Ver nota de rodapé nº 28

O volume de negócios das empresas da região diminuiu ao longo do período 2004-2010, contrariando a evolução verificada no país. Alguns setores regionais mostraram dinâmica positiva, nalguns casos com um desempenho superior ao nacional (D, E, O). O núcleo do Turismo - Atividades de alojamento e restauração - não foi gravemente afetado pela crise económica; no entanto, os setores relacionados, especialmente a Construção (F) e as atividades imobiliárias (L), foram fortemente afetados, com quebras muito acima dos níveis nacionais.

Mais de 50% do VAB total gerado pelas empresas do Algarve está concentrado nos serviços de alojamento e restauração (I), no comércio por grosso e a retalho (G), e na Construção (F), refletindo, novamente uma especialização mais acentuada do que no país, com destaque

no setor I (ver a Figura 3.15). As atividades do núcleo de Turismo (I) criam valor na proporção correspondente a cinco vezes os níveis nacionais. No geral, o Algarve em 2010 representava apenas 2,6% do valor acrescentado bruto criado em Portugal.

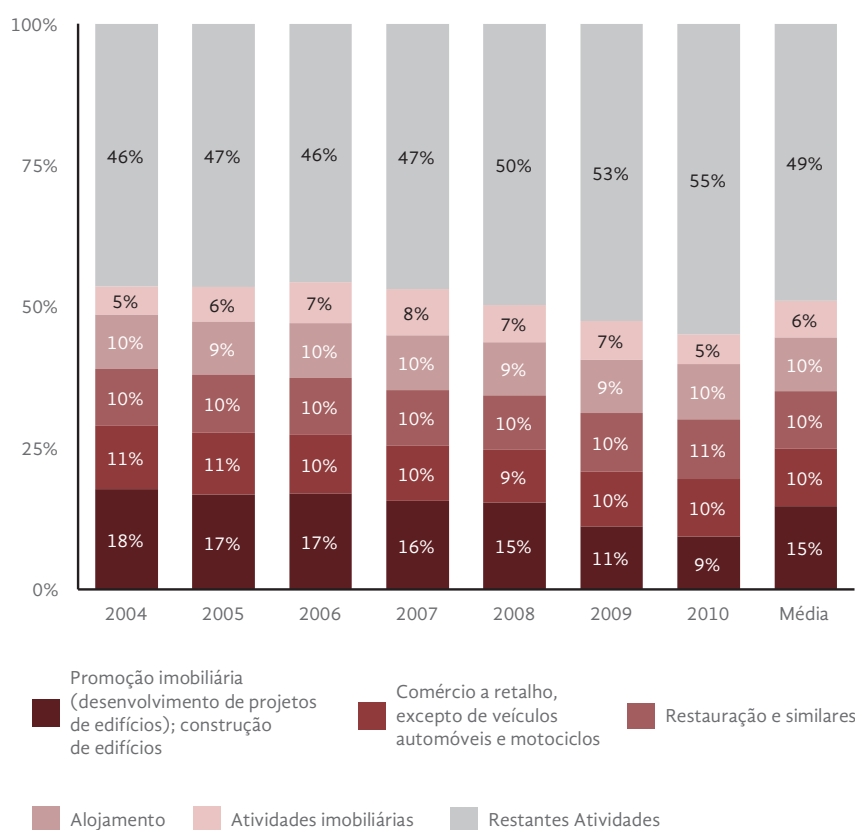
O impacto da crise económica na Construção (F) e Atividades imobiliárias (L) é observável na diminuição do VAB de 2004 a 2010. Mais preocupante é o facto de, em geral, o Algarve ter perdido a capacidade de acrescentar valor, enquanto no país se verificou tendência contrária. A análise do VAB das empresas neste período mostra um desempenho negativo das cinco principais atividades.(ver Figura 3.16).



**Figura 3.15 - Distribuição do valor acrescentado bruto das empresas não financeiras em 2010, por atividade económica (Secção - CAE<sup>34</sup> Rev. 3)**

Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.

<sup>34</sup> Ver nota de rodapé nº 28



**Figura 3.16 - Distribuição do valor acrescentado bruto das empresas nas cinco principais atividades económicas (Divisão - CAE<sup>35</sup> Rev. 3), no Algarve**  
 Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.

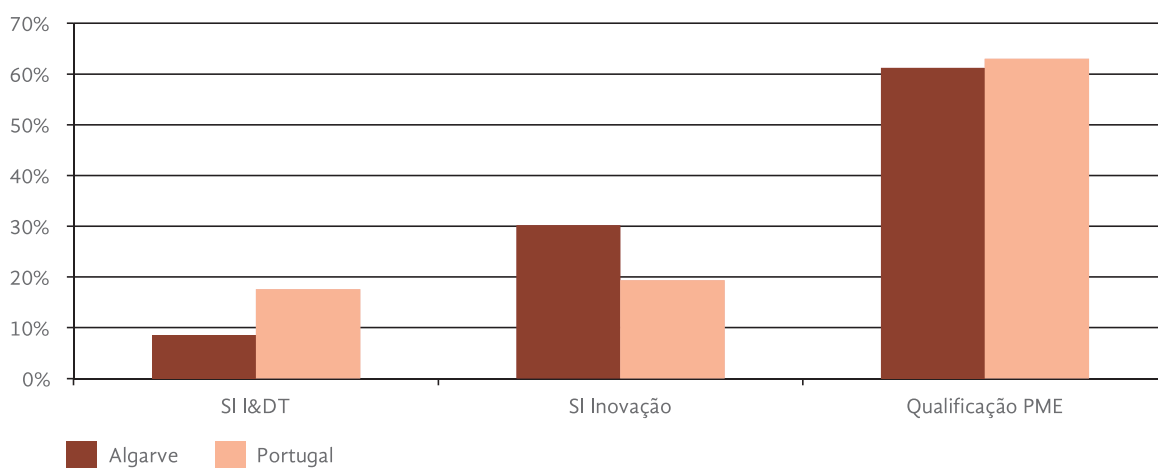
## 3.4 Investimento

A dinâmica moderada da economia regional do Algarve nos últimos anos reflete, em parte, a dinâmica de investimentos feitos com cofinanciamento dos três principais programas públicos disponíveis para as empresas:

- QREN - I&D, Inovação e (ações imateriais) fatores de competitividade;
- PRODER - agricultura e zonas rurais;
- PROMAR - pesca e aquicultura, atividades marítimas e zonas costeiras.

No geral, o Algarve é a região com menor protagonismo no que se refere à utilização dos fundos, o que é explicado, em parte, pelas características do próprio tecido empresarial, nomeadamente o número de empresas que, relembre-se representam apenas 5% do total nacional, mas também devido ao estatuto de região em “*phasing-out*” no período 2007-2013, que reduziu os fundos disponíveis (2,7% do nº total de projetos aprovados de 2,2% do valor do investimento total aprovado no país - Ver figura 3.17). A situação agrava-se quando se trata de investimento em investigação e desenvolvimento: apenas 1,3% dos projetos aprovados nesta área foram apresentados por promotores do Algarve.

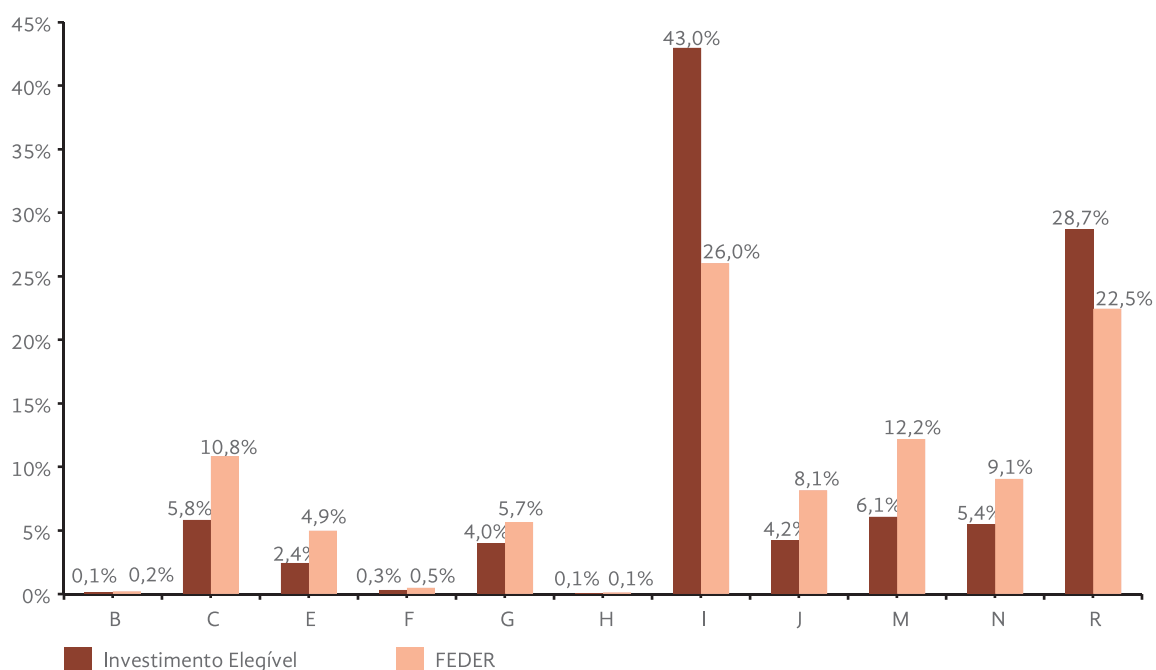
<sup>35</sup> Ver nota de rodapé nº 28



**Figura 3.17 - Projetos aprovados no QREN – Sistemas de Incentivos às empresas (situação em 2013/06/04)**  
 Fonte: CCDR Algarve, dados - [www.pofc.qren.pt](http://www.pofc.qren.pt)

Esta situação pode estar relacionada com a composição da estrutura produtiva apresentada na secção anterior. As empresas de serviços são geralmente menos propensas a envolver-se e desenvolver atividades de I&D. Pese embora o notável progresso que se tem registado nos últimos anos, devido à existência do CRIA - Divisão de Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia da Universidade do Algarve, a situação atual exige o reforço da promoção de projetos conjuntos entre as empresas e as Universidades, de modo a incorporar mais valor nos produtos e serviços das empresas.

O Turismo (I), é responsável por 43% do investimento total aprovado no QREN - Sistema de incentivos às empresas (ver Figura 3.18). Além disso, a maioria dos projetos pertencentes ao setor R (Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas) relacionam-se com o apoio às atividades do turismo, o que significa que a atividade principal do Algarve tem absorvido a maior parte dos fundos disponíveis durante o período analisado. Embora tal pudesse ser esperado, este não é um indicador favorável para a diversificação da base económica da região.



**Figura 3.18 - Investimento e incentivo aprovado no QREN – Sistema de incentivos às empresas (????), por atividade económica (CAE <sup>36</sup> Rev. 3), no Algarve (situação em 2013/06/04)**  
 Fonte: CCDR Algarve, dados - [www.pofc.qren.pt](http://www.pofc.qren.pt)

<sup>36</sup> Ver nota de rodapé nº 28

O investimento na agricultura e nas zonas rurais é apresentada na Tabela 3.2. O número de projetos aprovados no Algarve representa apenas 4,6% do total nacional, enquanto o montante aprovado não ultrapassa 3,8%. Um aspeto positivo reside no facto de cerca de 30% de todos os projetos respeitarem à instalação de jovens agricultores, uma boa indicação para a grande necessidade de

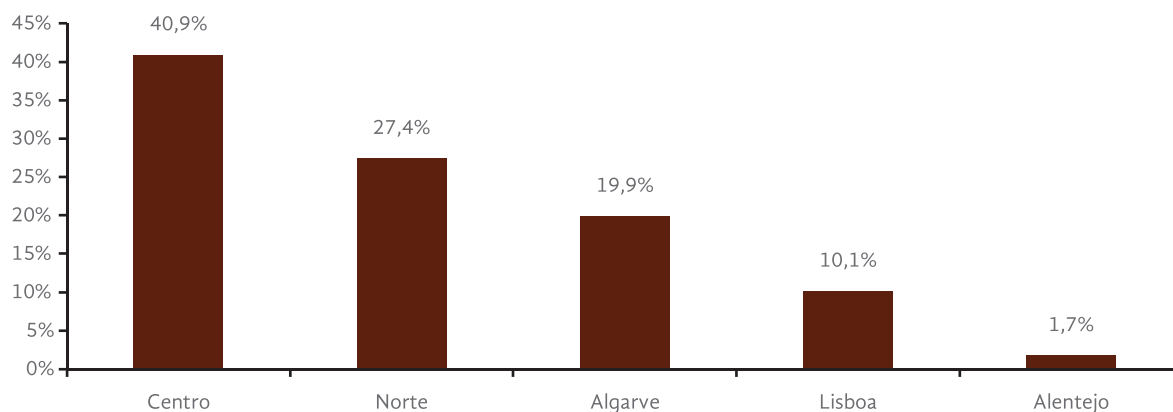
renovação do setor que regista um forte envelhecimento dos seus agentes, como será mencionado na Secção 4.3.1.

No que diz respeito à pesca e aquicultura, o Algarve foi capaz de absorver 20% do financiamento executado até o final de 2012 (ver Figura 3.19).

NUTS II	Projetos Aprovados		Investimento		Investimento médio por projeto
	Nº	%	Mil €	%	Mil €
Norte	11.146	39,4%	1.252.283	23,2%	112,4
Centro	8.456	29,9%	1.743.825	32,4%	206,2
Lisboa	630	2,2%	203.442	3,8%	322,9
Alentejo	6.767	23,9%	1.983.342	36,8%	293,1
Algarve	1.306	4,6%	203.704	3,8%	156,0
<b>Total</b>	<b>28.305</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.386.596</b>	<b>100,0%</b>	<b>190,3</b>

**Tabela 3.2 - Projetos aprovados no PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural, por NUTS II (situação em 2013/04/05)**

Fonte: CCDR Algarve. Autoridade de Gestão do PRODER



**Figura 3.19 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PROMAR – Programa Operacional das Pescas 2007 – 2013, por NUTS II (situação em 2012/11/30)**

Fonte: CCDR Algarve. Autoridade de Gestão do PROMAR

Cerca de 49% do investimento aprovado no Algarve com o apoio do PROMAR foi orientado para os investimentos produtivos na aquicultura e para a transformação e comercialização de produtos da pesca, um indicador positivo para o reforço e expansão destas atividades. Em

termos da adaptação do esforço de pesca refira-se que 2,7 milhões de euros, 15% do total aprovado no Programa, destinaram-se aos investimentos a bordo e seletividade e à pequena pesca costeira.

Eixo	Medida	Investimento	
		€	%
1 - Adaptação do esforço de pesca	Cessação definitiva de embarcações de pesca	325.000	1,8%
	Cessação temporária das atividades de pesca	3.775.378	20,7%
	Investimentos a bordo e seletividade	1.620.524	8,9%
	Pequena pesca costeira	1.050.592	5,8%
	Compensações socioeconómicas	135.627	0,7%
2 - Aquicultura, transformação e comercialização dos produtos da pesca e aquicultura	Investimentos produtivos na aquicultura	5.263.038	28,9%
	Transformação e comercialização de produtos da pesca	3.635.917	19,9%
3 - Medidas de interesse geral	Ações coletivas	807.453	4,4%
	Portos de pesca, locais de desembarque e de abrigo	249.697	1,4%
	Projetos piloto e transformação de embarcações de pesca	739.352	4,1%
4 - Desenvolvimento sustentável das zonas de pesca	Desenvolvimento sustentável das zonas de pesca	630.377	3,5%
<b>Total</b>		<b>18.232.956</b>	<b>100,0%</b>

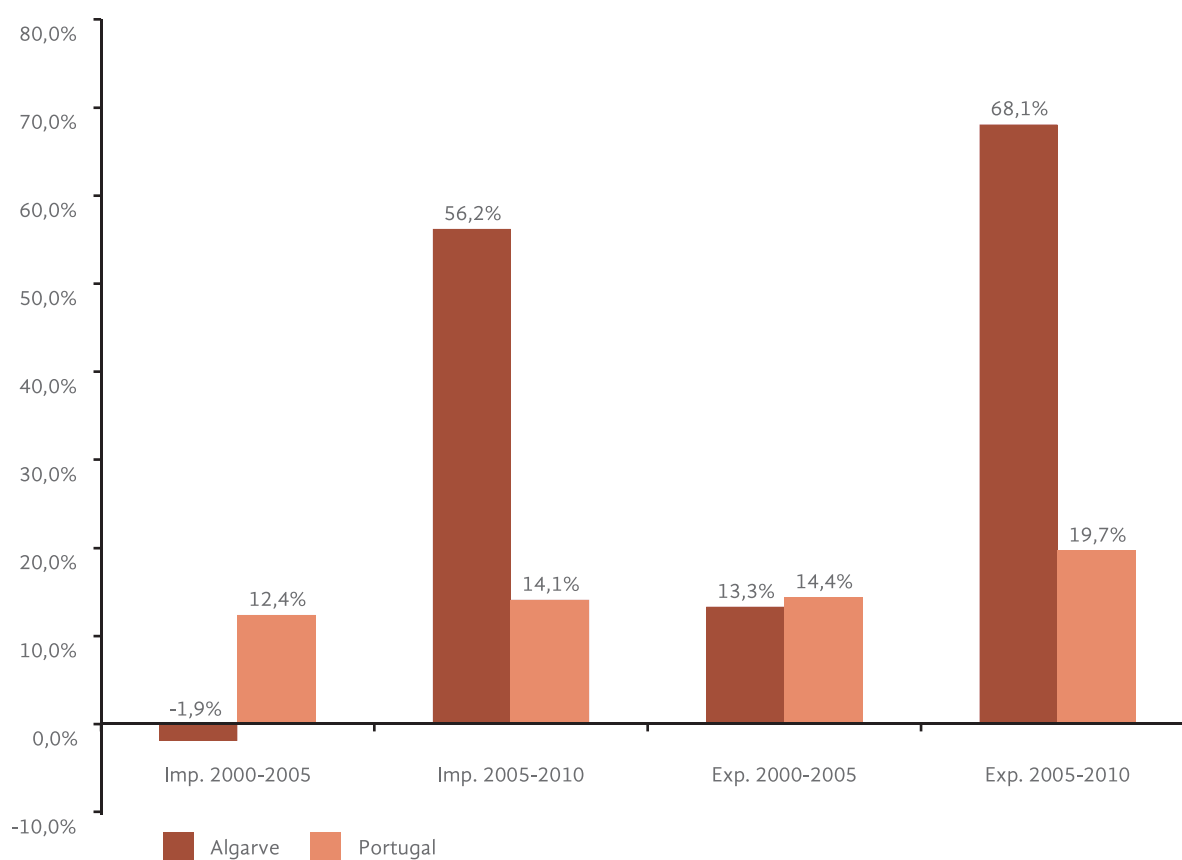
**Tabela 3.3 – Investimento aprovado pelo PROMAR no Algarve, por Eixo e Medida (situação em 30.11.2012)**

Fonte: CCDR Algarve. Autoridade de Gestão do PROMAR

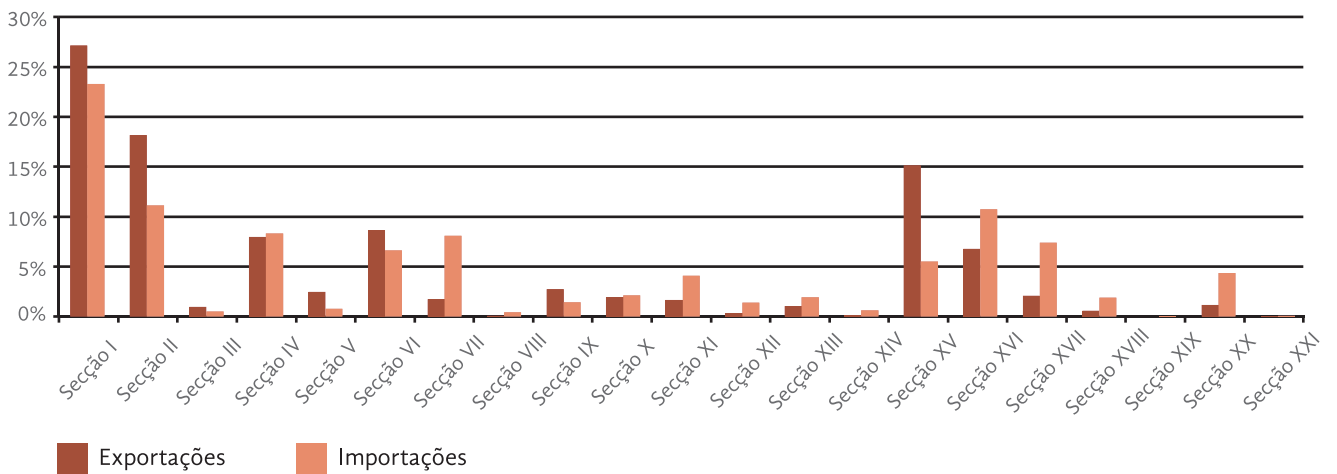
## 3.5 Comércio Internacional

Tem sido colocada uma ênfase crescente na necessidade de reforçar a competitividade externa da economia portuguesa devido à contração do mercado interno e também porque é imprescindível corrigir o desequilíbrio estrutural da Balança Comercial. Nos últimos anos tem-se notado uma maior aposta e esforço das empresas para aumentar a internacionalização das suas atividades. Como resultado, as exportações aumentaram ao longo do período 2000-2010, quer no país, quer na região (ver Figura 3.20). O crescimento das exportações no Algarve superou o crescimento das importações, em especial no período 2005-2010.

As principais mercadorias exportadas a partir da região são os “animais vivos e produtos do reino animal” e os “produtos do reino vegetal” (secções I e II respetivamente), que representam uma variação nas exportações superior a 40% no período 2005-2010, embora a sua importância relativa tenha diminuído neste período (ver a Figura 3.21). Naquele último ano os “metais comuns e suas obras” e os “produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas” foram o terceiro e quarto grupo de bens com o valor de exportações mais elevado. No geral, as exportações aumentaram em todas as categorias de bens no período 2005-2010.



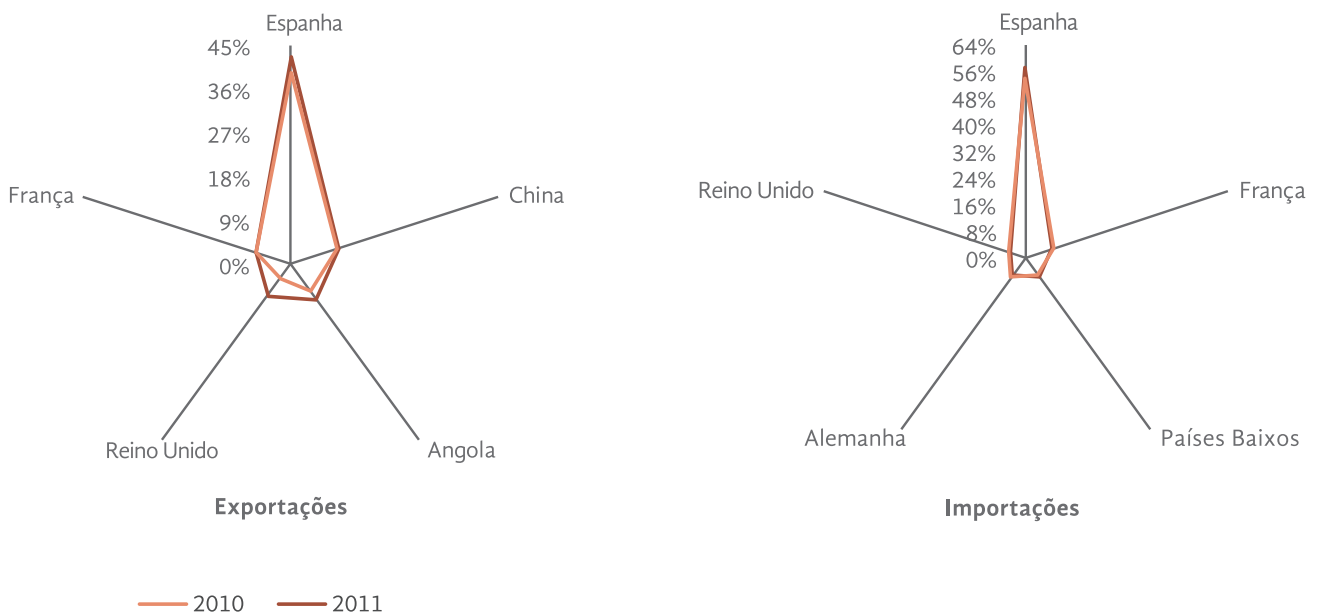
**Figura 3.20 - Taxa de variação das importações e das exportações**  
Fonte: CCDR Algarve;INE.



**Figura 3.21 – Exportações e Importações de bens em 2011, por tipo de bens (Nomenclatura Combinada NC2)**  
 Fonte: –CCDR Algarve; Estatísticas do Comércio Internacional de Bens, INE.

Os principais mercados para as exportações dos operadores sediados no Algarve são Espanha, China, França, Reino Unido e Angola (ver Figura 3.22). As exportações para a China aumentaram significativamente nos últimos anos. Este mercado passou da 41ª posição, em 2009 (0,3%),

para a 2ª posição, em 2010 e 2011, quando absorveu cerca de 10% do total das exportações da região. Espanha é o principal mercado de importação e exportação para as empresas do Algarve (ver Figura 3.22).



**Figura 3.22 - Top 5 dos mercados para as exportações / importações dos operadores sediados no Algarve**  
 Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.



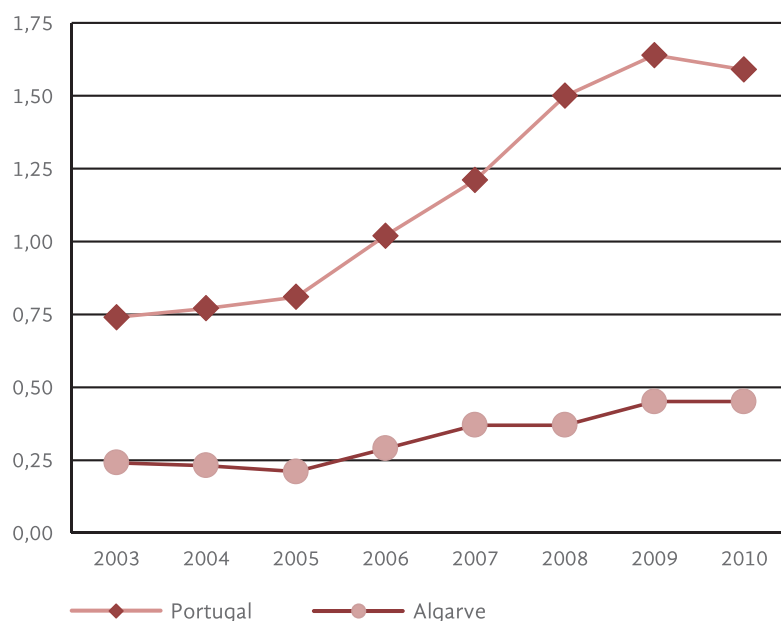
A literatura sobre as “falhas” da inovação é útil para analisar o contexto no Algarve. Os problemas são visíveis e relevantes, sublinhando várias limitações da região, que são maioritariamente sistémicas (ver Quadro 1.3.). As falhas de “mercado” impedem os agentes privados de investirem em I&D e fazerem uma utilização adequada dos mecanismos de propriedade industrial.

Mas a **principal falha do lado do mercado refere-se às “Capacidades”** e está relacionada com a limitada cultura empreendedora, especialmente de conhecimentos baseados nas empresas. As empresas locais têm capacidade limitada para absorver e beneficiar da investigação e a população residente carece de competências avançadas.

A **segunda falha refere uma limitação de infra-estrutura**. A região carece de infraestruturas tecnológicas de promoção da inovação e articulação de agentes públicos e privados em C&T. Isso impede a existência de vários tipos de agentes da inovação que devem preencher um sistema

regional de inovação dinâmico, como agências de inovação, animadores de cluster, serviços de incubação, entre outros. Aqui, o papel da Universidade é particularmente importante, mas muitas vezes difícil de coordenar. A limitada atratividade fora das fronteiras nacionais exige uma estratégia regional de investigação clara para a Universidade e a identificação de áreas de interesse comum, para que esta não esteja tão dependente do financiamento do orçamento geral da Universidade<sup>37</sup>.

A terceira limitação é a **falta de conexão interna entre os atores**, especialmente a falta de cooperação entre as empresas e as ligações limitadas entre os produtores de conhecimento, nomeadamente a Universidade do Algarve e as empresas, em especial as do turismo, o principal setor de especialização da região. Externamente, os diferentes tipos de atores estão relativamente bem conectados e têm ligações e redes internacionais relevantes.



**Figura 3.23 - Proporção da despesa em I&D no PIB**

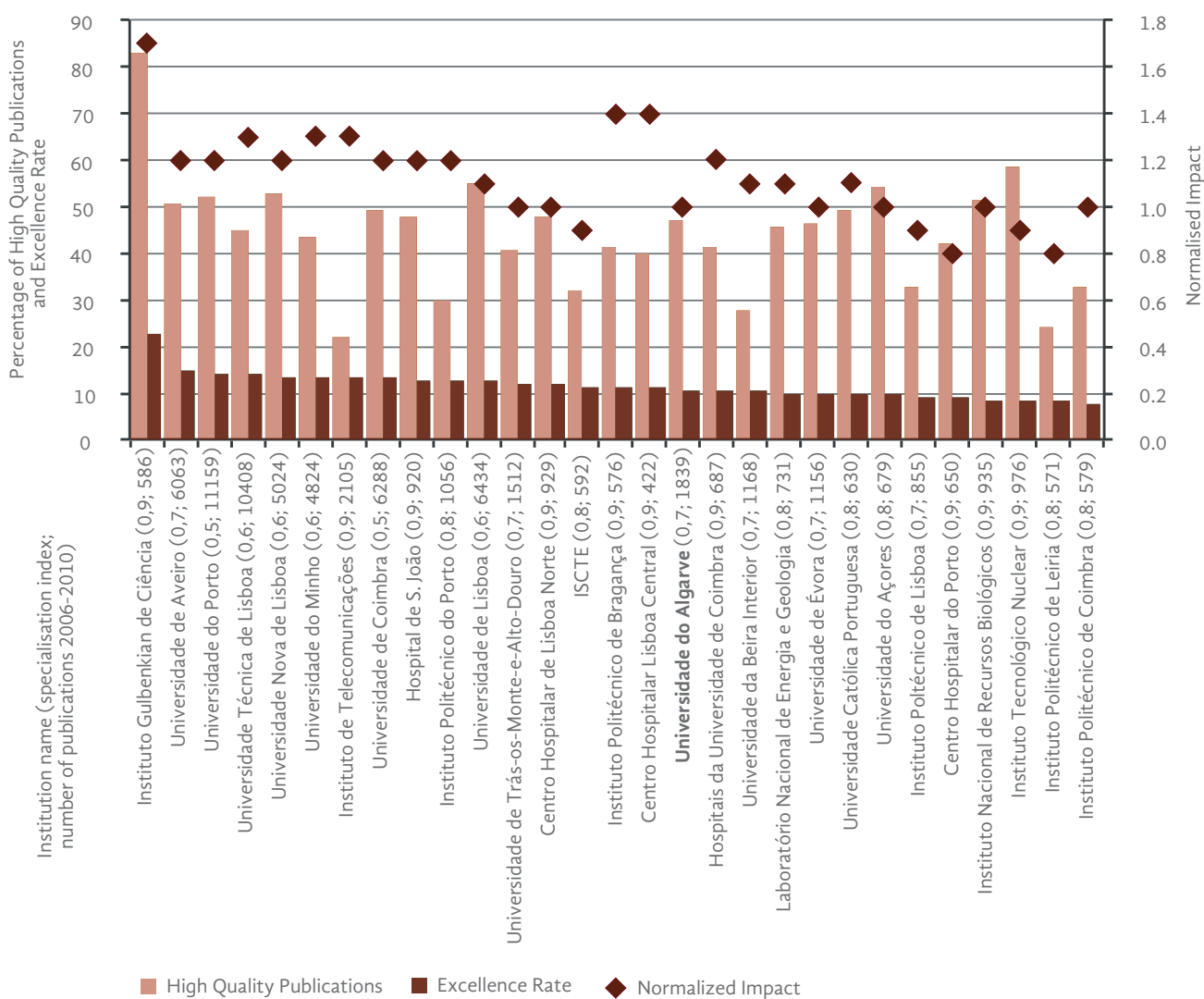
Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. INE

<sup>37</sup> Como apoiada pela posição sobre as universidades regionais em: Bonaccorsi, A. (2010), “Unbundling Regional Innovation Policies”, background report for the OECD.

Também é relevante destacar que o excesso de especialização da estrutura económica do Algarve no turismo é **um obstáculo à inovação**, pois o setor não está geralmente conotado com uma perspetiva de inovação tecnológica. Testemunho desse facto, no atual quadro 2007-2013, foi o facto de não ter existido nenhuma candidatura do setor turismo ao financiamento do I&DT).

A evolução dos gastos em I&D, comumente considerado um bom indicador para os esforços de investigação e um início da inovação, mostra-nos que o Algarve, em relação a este indicador, parte de um nível bem abaixo da linha de base nacional e que se encontra muito longe das metas da UE que propõe alcançar uma despesa em I&D

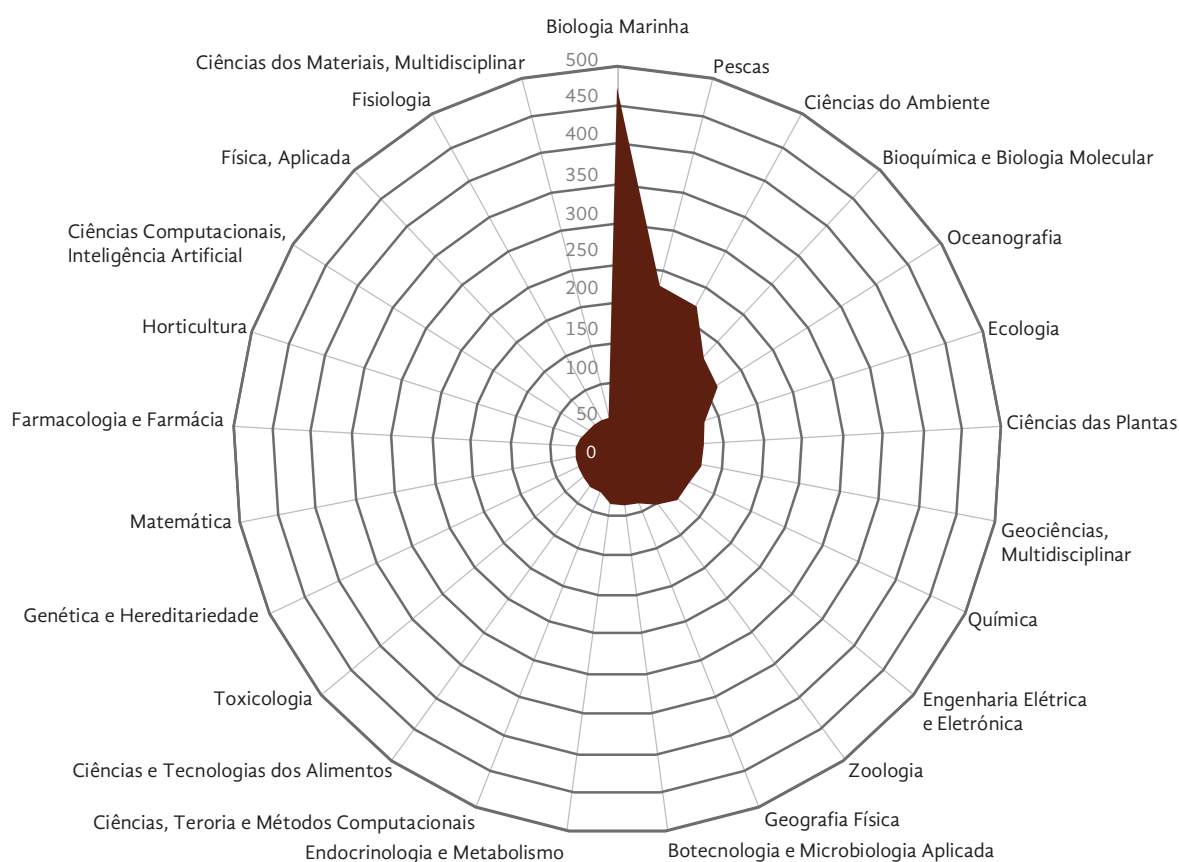
correspondente a 3% do PIB, em 2020 (Figura 3.23). Em paralelo, o baixo nível de I&D é acompanhado por uma taxa de crescimento inferior à média nacional, nos últimos anos. Se somarmos a esta situação duas características adicionais das despesas de I&D no Algarve, a concentração da execução das despesas no setor do Ensino Superior, em especial, na Universidade do Algarve, e o facto do financiamento ser maioritariamente proveniente de fontes públicas, entendemos que a região ainda está numa fase inicial em relação à produção do conhecimento e à dinâmica de inovação.



**Figura 3.24—Instituições portuguesas incluídas no SCImago Institutions Rankings (SIR)**  
 Fonte: FCT (2013).

Não obstante esses problemas, em termos de produção de conhecimento, se levarmos em consideração o quadro de pessoal permanente, a Universidade do Algarve está a produzir relativamente bem. Um exemplo ilustrativo do bom desempenho da Universidade do Algarve é apresentado num estudo da FCT<sup>38</sup>, surgindo esta Instituição de Ensino Superior (IES) na lista de 29 instituições portuguesas incluídas no SCImago Institutions Rankings (SIR), como entidades com pelo menos uma centena de publicações na Scopus. A Universidade do Algarve posiciona-se no primeiro terço da lista nacional, relativamente à percentagem de publicações de alta qualidade e no meio da Tabela, se considerarmos a percentagem de publicações de excelência (Figura 3.24).

O desempenho da Universidade do Algarve também pode ser avaliado usando dados do Web of Science para as áreas de produção de conhecimento, o qual revela que a especialização regional está ligada aos recursos naturais existentes. Os conhecimentos científicos no Algarve são principalmente nas áreas relacionadas com o mar: Biologia Marinha e de água doce, pesca, ciências ambientais, bioquímica e biologia molecular, oceanografia, ecologia, ciências das plantas, geociências, química, engenharia elétrica e eletrónica, e zoologia (Figura 3.25).



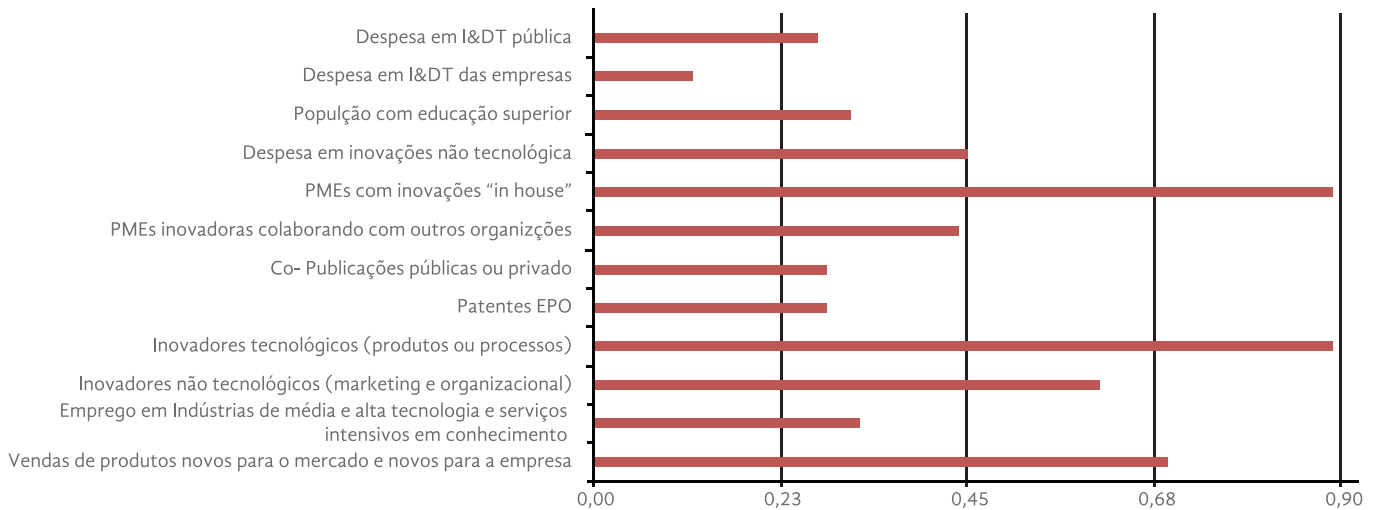
**Figura 3.25 - Número de Publicações por área científica, Algarve**

Fonte: FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia / DGEEC - Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência / Ministério da Educação e Ciência

<sup>38</sup> FCT (2013) Diagnóstico do Sistema de Investigação e Inovação: desafios, forças e fraquezas rumo a 2020, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, disponível em: [http://www.fct.pt/esp\\_inteligente/index.phtml.en](http://www.fct.pt/esp_inteligente/index.phtml.en)

Se levarmos em consideração os indicadores utilizados pelo *Regional Innovation Scoreboard 2012*, são evidentes outros défices da região nas atividades de inovação<sup>39</sup>. Os índices revelam, em particular, uma capacidade limitada em termos dos gastos privados em I&D, baixos níveis de emprego na indústria e serviços de média-alta e alta

tecnologia, de conhecimento intensivo, de patentes EPO e copublicações público-privadas (ver Figura 3.26). Como aspetos positivos destaca-se o aumento relevante no produto tecnológico e inovação de processo, nas PME a inovar em casa e nas vendas de produtos novos para o mercado ou para a empresa.



**Figura 3.26 - Desempenho do Algarve em atividades de inovação, em 2011**

Fonte: Fonte: CCDR Algarve, dados - Regional Innovation Scoreboard 2012

<sup>39</sup> Os índices variam entre 0 (pior desempenho) e 1 (melhor desempenho).

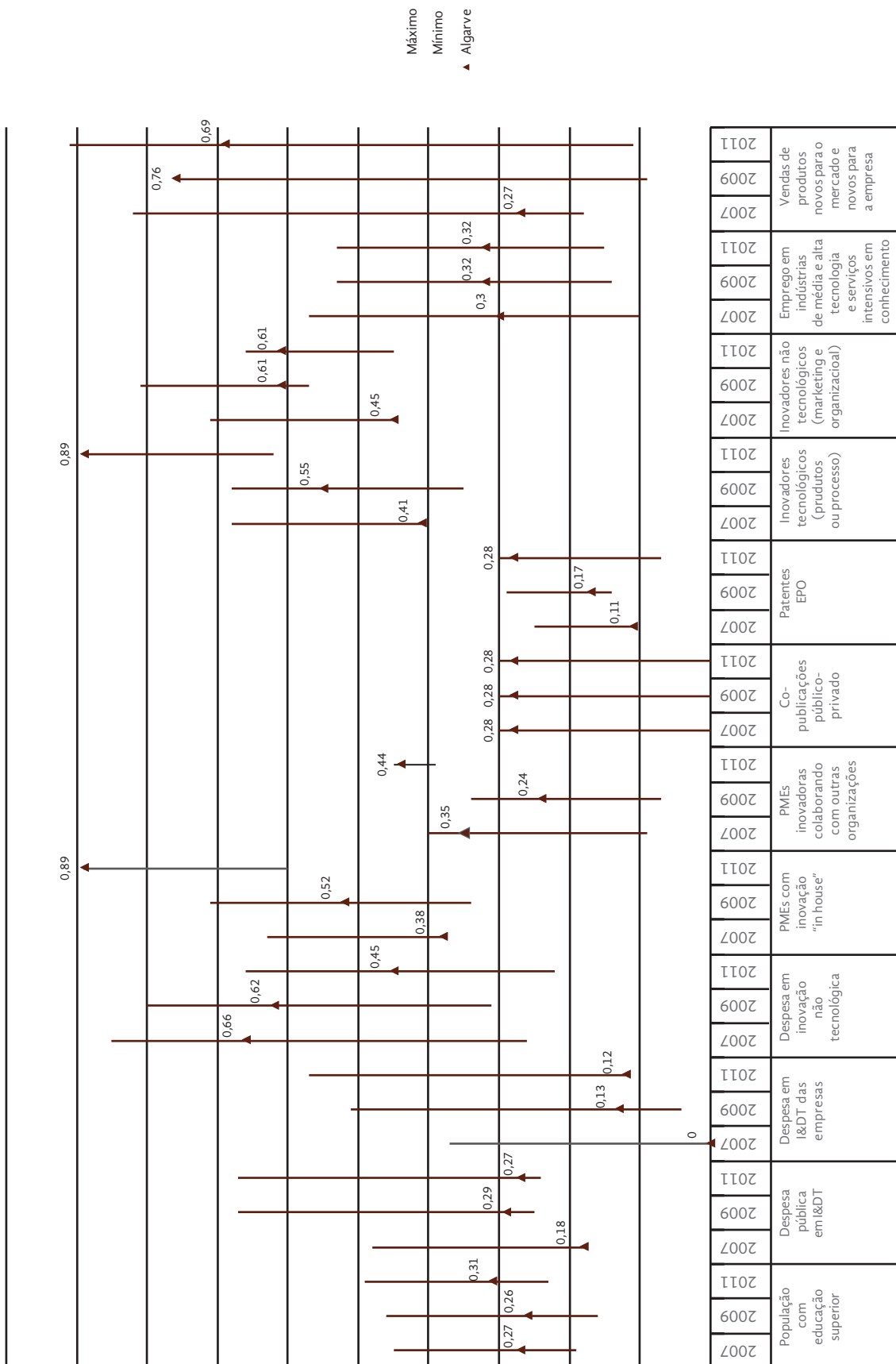


Figura 3.27 - Desempenho do Algarve em atividades de inovação face às regiões portuguesas com melhor e pior pontuação

Fonte: Regional Innovation Scoreboard 2012

Indicador	Atividade Económica	Período	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Empresas com atividades de inovação	Total	2006 - 2008	58,1	51,5	62,6	67,1	52,4	61,9	57,8	58,3
		2008 - 2010	60,8	53,1	64,4	72,0	60,8	54,3	70,6	47,8
	Indústria	2006 - 2008	54,4	48,5	63,5	63,5	50,9	54,7	58,1	46,7
		2008 - 2010	56,3	49,5	63,8	68,5	61,8	58,3	66,3	51,9
	Construção	2006 - 2008	81,4	87,2	39,1	88,9	100	x	50,0	100
		2008 - 2010	78,6	86,4	80,0	71,3	100	x	100	x
	Serviços	2006 - 2008	63,8	60,1	61,0	68,8	54,3	66,4	57,7	67,0
		2008 - 2010	67,0	62,4	65,5	73,5	59,1	51,8	72,7	45,1
Empresas com financiamento público para a inovação	Total	2006 - 2008	11,1	11,4	13,9	8,6	7,3	8,8	19,1	10,4
		2008 - 2010	18,2	20,2	23,0	11,5	17,3	15,9	29,2	18,4
	Indústria	2006 - 2008	10,9	10,1	13,2	9,1	9,2	8,1	22,1	13,0
		2008 - 2010	19,7	18,5	25,1	12,1	25,5	6,4	32,0	16,3
	Construção	2006 - 2008	15,6	21,1	x	17,6	x	x	x	x
		2008 - 2010	29,5	46,1	50,0	17,5	0,0	x	0,0	x
	Serviços	2006 - 2008	11,3	14,3	15,4	8,3	4,8	9,2	17,2	9,1
		2008 - 2010	16,4	23,4	18,8	11,2	4,3	22,6	28,1	19,9
Empresas com cooperação para a inovação	Total	2006 - 2008	24,8	21,3	28,5	27,3	24,8	17,9	26,9	24,0
		2008 - 2010	15,2	10,3	18,9	19,8	14,9	8,9	6,2	11,3
	Indústria	2006 - 2008	23,6	20,2	29,4	21,4	33,5	17,3	20,0	28,9
		2008 - 2010	14,8	10,7	20,5	18,8	14,1	8,4	13,0	6,4
	Construção	2006 - 2008	39,6	44,1	x	52,3	x	x	x	x
		2008 - 2010	30,4	30,4	0,0	41,1	0,0	x	0,0	x
	Serviços	2006 - 2008	26,4	23,7	26,5	29,8	13,6	18,1	32,7	21,8
		2008 - 2010	15,6	9,5	16,0	20,1	16,3	9,3	2,6	15,1
Intensidade da inovação	Total	2006 - 2008	1,3	1,8	3,7	0,9	1,9	0,9	0,9	0,5
		2008 - 2010	1,3	1,9	2,0	1,1	1,8	0,6	0,6	0,5
	Indústria	2006 - 2008	1,9	2,6	4,5	0,9	1,9	2,4	1,5	0,4
		2008 - 2010	1,8	2,8	2,4	1,0	2,1	1,6	0,5	0,7
	Construção	2006 - 2008	0,3	0,4	x	0,3	x	x	x	x
		2008 - 2010	0,2	0,1	0,6	0,2	0,0	x	0,2	x
	Serviços	2006 - 2008	1,0	1,3	1,6	0,9	2,0	0,5	0,4	0,5
		2008 - 2010	1,1	1,3	1,4	1,1	1,2	0,4	0,8	0,4
Volume de negócios das novas vendas de produtos	Total	2006 - 2008	22,3	17,6	25,1	23,1	34,3	21,9	33,7	16,0
		2008 - 2010	20,5	22,2	16,1	21,0	13,0	23,5	7,3	7,0
	Indústria	2006 - 2008	24,7	24,8	25,4	24,6	15,9	33,4	66,1	7,2
		2008 - 2010	20,8	24,0	18,3	20,7	12,7	55,9	5,1	3,0
	Construção	2006 - 2008	45,8	7,3	x	65,6	x	x	x	5,0
		2008 - 2010	16,1	6,8	17,4	20,1	x	x	x	x
	Serviços	2006 - 2008	20,7	12,0	23,8	22,0	61,7	17,5	10,2	18,5
		2008 - 2010	20,4	21,3	11,3	21,1	13,9	5,9	10,2	7,6

x Valor não disponível

Tabela 3.4 - Indicadores de inovação empresarial por NUTS II

Fonte: Inquérito Comunitário à Inovação, Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

Apesar do baixo investimento em I&D, os resultados das consultas sobre inovação empresarial revelam que o Algarve tem executado ao nível do país (ver Tabela 3.4).

Usando a tipologia da OCDE, o Algarve é uma região “non S&T-driven”, com uma economia orientada para os serviços e baseada nos recursos naturais, em especial o mar. O foco estratégico deve ser a captura de valor usando o conhecimento, a investigação e inovação regional baseada nos recursos existentes, procurando a maximização das

vantagens atuais e apoiando a transformação da economia regional. A estratégia de investigação e inovação deve fortalecer e aprofundar as relações existentes e procurar estender a conectividade entre setores e dentro de cada cadeia de valor, aproveitando o potencial turístico e de massa crítica - reforçada pela procura turística, pela disponibilidade de infraestruturas, de recursos humanos e de empresas nestas áreas - e pelo potencial inexplorado oferecido pelas novas TIC e por outras tecnologias chave (Tabela 3.5).

Type of region	Main strategy		
	Building on current advantages (science push/technology-led or a mix)	Supporting socioeconomic transformation	Catching up: towards the creation of knowledge-based capabilities
<b>Knowledge hubs</b>			
Knowledge and technology hubs	●	⊙	○
Knowledge-intensive city/capital districts	●	⊙	○
<b>Industrial production zones</b>			
US states with average S&T performance	●	⊙	○
Service and natural resource regions in knowledge-intensive	⊙	⊙	●
Medium-tech manufacturing and service providers	⊙	●	○
Traditional manufacturing regions	○	⊙	●
<b>Non-S&amp;T-driven regions</b>			
Structural inertia or de-industrialising regions	⊙	●	⊙
Primary-sector-intensive regions	○	⊙	●

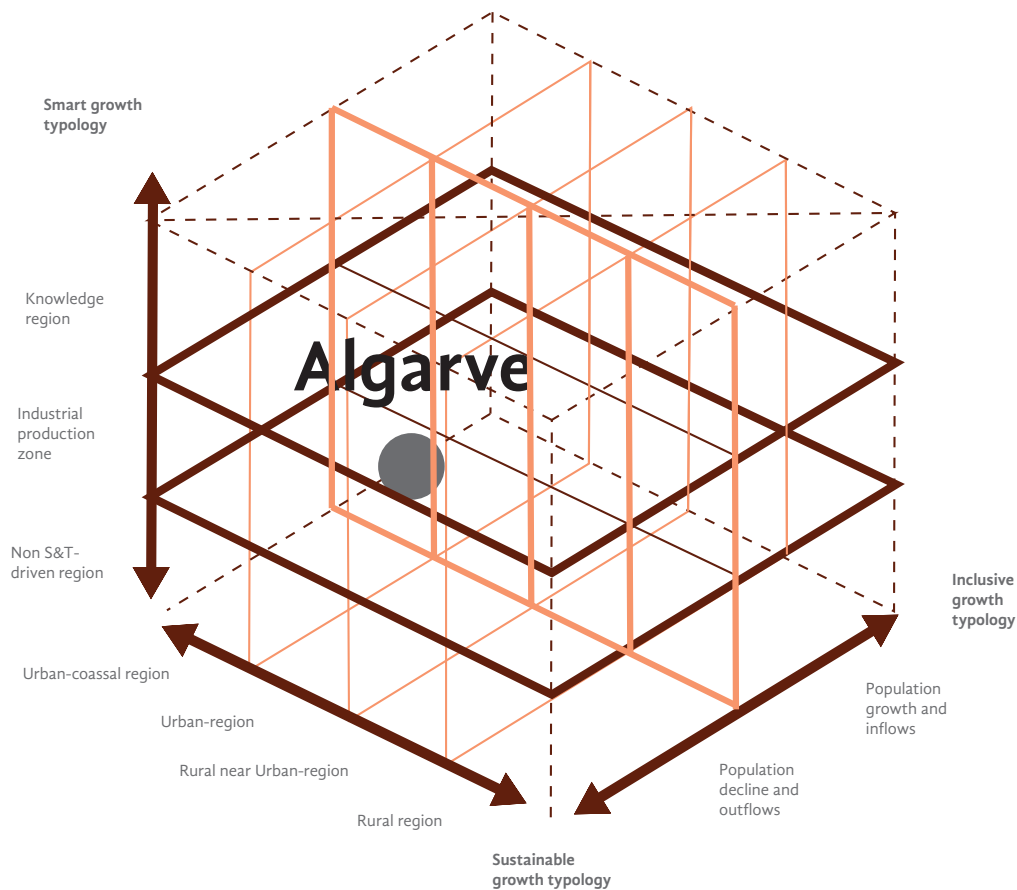
Note: ● main priority; ⊙ Strategic choice; ○ low priority

**Tabela 3.5 - Estratégias de inovação para diferentes tipos de regiões**

Fonte: OCDE, 2011,

Se pensarmos para além da tipologia do crescimento inteligente de uma região “non S&T-driven”, o Algarve é, essencialmente, uma região urbana e costeira, com uma população crescente, incluindo uma forte dinâmica de

imigração. Assim, podemos inserir a região no cubo estratégico em relação às três dimensões da Estratégia Europa 2020 (figura 3.27).



**Figura 3.28 - Estrutura do Algarve nas três dimensões da agenda para a Europa 2020**

Fonte: Baseado no Guia RIS3 “Guide to Research and Innovation Strategies for Smart Specialisations”, p. 47.

Em suma, o Algarve é uma região em progresso<sup>40</sup> ao nível da inovação, no contexto nacional e europeu, mas **com elevados défices** em:

- I&D com foco no mercado e nos resultados;
- Investimento em I&D, em comparação com as outras regiões portuguesas e europeias;

- Condições de suporte para estimular a inovação e o empreendedorismo.

A análise do contexto inovador do Algarve está resumida na matriz SWOT (Tabela 3.6).

<sup>40</sup> Conforme verificado pela melhoria contínua do Algarve no “Innovation Scoreboard”, passando de Inovador Modesto Médio em 2007, a Moderado Baixo em 2009, e Moderado Alto em 2011.



Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorias graduais no comportamento inovador;</li> <li>• Propensão do setor do turismo para a adoção das TIC;</li> <li>• Existência de potencial de consolidação do cluster;</li> <li>• Reputação do destino Algarve com várias unidades de excelência operacional em Turismo e Lazer;</li> <li>• Investigação na Universidade do Algarve, especialmente em nichos relacionados com o mar;</li> <li>• Experiência política de inovação a nível regional, com o Ettirse, o INOVALgarve e também em Programas Operacionais Regionais;</li> <li>• Boas condições naturais e recursos que podem ser a base para a diversificação da economia regional;</li> <li>• Inserção da região em redes europeias de eventos culturais e desportivos profissionais;</li> <li>• Ligações transfronteiriças e articulações com o Alentejo; e Andaluzia, em particular com a província de Huelva.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Baixo nível de despesa atual em I&amp;D (pública e privada);</li> <li>• Excessiva dependência do turismo;</li> <li>• Elevado nível de desemprego;</li> <li>• Capacidade insuficiente da Universidade para gerar conhecimento comercializável;</li> <li>• Baixo nível de emprego em atividades de média / alta tecnologia;</li> <li>• Produtividade do trabalho;</li> <li>• Nível de escolaridade;</li> <li>• Valor acrescentado e exportações em indústrias de alta tecnologia;</li> <li>• Suporte tecnológico insuficiente para as PME;</li> <li>• Escala do Capital de Risco;</li> <li>• Falta de habilidades em tecnologia e marketing internacional;</li> <li>• Inexistência de alguns atores-chave para um sistema regional de inovação;</li> <li>• Centros de decisão das empresas e órgãos públicos localizados fora da região;</li> <li>• Insuficiente ligação entre os atores RIS.</li> </ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consciência da importância crescente da inovação;</li> <li>• Novas atividades e indústrias de base tecnológica e de conhecimento intensivo alavancadas pelo setor do Turismo;</li> <li>• Consolidação das atividades de transferência de tecnologia da Universidade do Algarve;</li> <li>• Abertura de empresas à Sociedade da Informação;</li> <li>• Desenvolvimento do cluster marítimo que tem algum conteúdo inovador;</li> <li>• A crescente procura por produtos turísticos com maior valor acrescentado, associados ao mar, meio ambiente, cultura, património, turismo de saúde e bem-estar;</li> <li>• Introdução de novas tecnologias para revitalizar indústrias tradicionais;</li> <li>• Nivelamento de PME inovadoras internacionais através de contactos com parceiros internacionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A turbulência económica que impede o investimento privado em inovação;</li> <li>• A turbulência económica reduz a participação do setor público nas medidas de inovação;</li> <li>• Dificuldade em reter e atrair recursos altamente qualificados em comparação com os principais concorrentes;</li> <li>• Capital Humano qualificado pode deixar a região por causa do desemprego;</li> <li>• Baixa procura por inovação por parte das empresas regionais;</li> <li>• Restrições à mobilidade Universidade-Indústria enfraquecem empresas privadas;</li> <li>• Situação de afastamento da região;</li> <li>• Dificuldade crescente em atrair IDE; Desaparecimento de vantagens com base nos preços dos fatores de produção;</li> <li>• As empresas não encontrarem gestores com conhecimento para competir globalmente.</li> </ul>

**Tabela 3.6 - Análise SWOT da Inovação no Algarve**

# 04

**Potencial de inovação:  
áreas para a  
especialização  
inteligente**



A definição de uma estratégia regional de investigação e inovação para a especialização inteligente (RIS3) implica escolhas e uma seleção de um número limitado de prioridades para o desenvolvimento regional, com base nos pontos fortes da região, nas vantagens competitivas e no potencial de excelência.

A análise dos setores mais dinâmicos, o enquadramento da posição da região na dinâmica empresarial do país, os pontos fortes, as vantagens competitivas e o potencial de excelência da região, resultaram na definição de dois conjuntos de setores que estão a traçar um caminho de crescimento para a região.

Os principais critérios para a definição das áreas prioritárias foram:

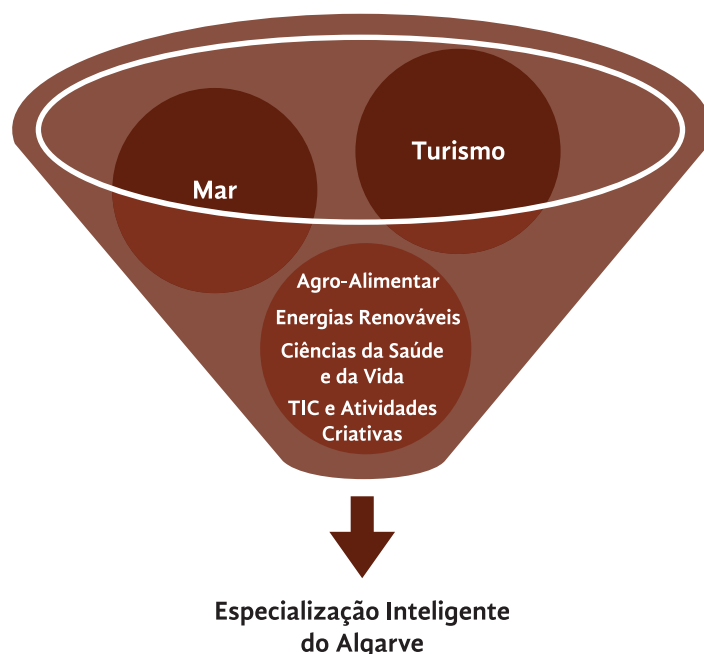
- A existência de ativos-chave, as capacidades de cada uma das áreas propostas e o potencial para a “variedade relacionada” dentro dos cruzamentos dos diferentes setores;
- O potencial destas áreas para a diversificação regional;
- A massa crítica existente ou o potencial crítico dentro de cada área;
- A posição relativa do Algarve como um nó em redes globais.

O primeiro conjunto - **os setores consolidados** - inclui o **Turismo e o Mar**. Estes são setores reconhecidos pela sua importância económica, pela capacidade de criar e manter postos de trabalho e por serem setores em que a região possui uma base sólida de I&D e outros recursos importantes (Ex: naturais).

O segundo conjunto de setores – os **setores emergentes** - inclui o Agroalimentar/Agroindustrial, as TIC e Atividades Criativas, as Energias Renováveis e as Atividades de Saúde e Ciências da Vida. Estes apresentam algum tipo de potencial a nível regional (por exemplo, recursos naturais, conhecimento corporativo ou unidades ativas de investigação e desenvolvimento na Universidade do Algarve), exibindo ainda falhas sistémicas que não permitem a prestação de uma forte base económica para o desenvolvimento, e que ainda não têm, por si próprios, capacidade para conduzir uma estratégia de especialização inteligente. Além disso, esses setores são os fornecedores de tecnologias de base (por exemplo, para a “*Blue Biotech*”, ou para apoio ao Turismo) e de outros recursos para os setores consolidados e, portanto, devem ligar-se e apoiar-se, uma vez que eles têm também uma natureza transversal, com potencial transformador dos setores consolidados e da economia regional.

Em primeiro lugar, a dinâmica empresarial da região é analisada destacando a importância relativa dos setores económicos. Em seguida são apresentadas as perspetivas da dinâmica da atividade empresarial e capacidades regionais (I&D) e as estimativas de desenvolvimento elaboradas nesta base, que liga os ativos locais para o desenvolvimento de cadeias de valor dentro de cada área.

Para voltar a crescer no período 2014-2020 a região deve procurar recuperar o ímpeto perdido nos últimos anos, promovendo áreas regionais com forte potencial. Essas áreas relacionam-se com a **vocação marítima da região**, isto é, com o turismo costeiro, a indústria naval, as pescas, a aquicultura, a produção de sal. Ao longo dos últimos 30 anos a Universidade do Algarve acumulou conhecimento científico, particularmente em biotecnologia azul, ciências da saúde e tecnologias marítimas, que podem ajudar os setores consolidados a serem os condutores de especialização inteligente na região.



**Figura 4.1 - Áreas de especialização inteligente no Algarve**

Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

A seleção das prioridades foi validada por uma análise da dinâmica das cadeias de valor mais relevantes do Algarve, com base em 20 indicadores diferentes<sup>41</sup>. Algumas atividades foram incluídas na seleção em detrimento de outras, embora possam não ter sido as atividades melhor classificadas, tendo em conta a documentação existente sobre a economia regional, as suas características e o potencial real para estimular a criação de emprego ou promover a diversificação acima referida.

As atividades classificadas como mais relevantes e as atividades selecionadas são apresentadas na Tabela 4.1.

O processo resultou na seleção de cinco atividades principais (ver Tabela 4.2) que representavam cerca de um terço do número de empresas, 40% das pessoas empregadas e cerca de metade do volume de negócios total e do VAB gerado na região entre 2004 e 2010. Os níveis de produtividade bem como o investimento também foram maiores do que nas outras atividades. A análise levou ainda à conclusão de que cerca de 75% da atividade económica se baseia nas atividades selecionadas na tabela seguinte (ver Figura 4.2).

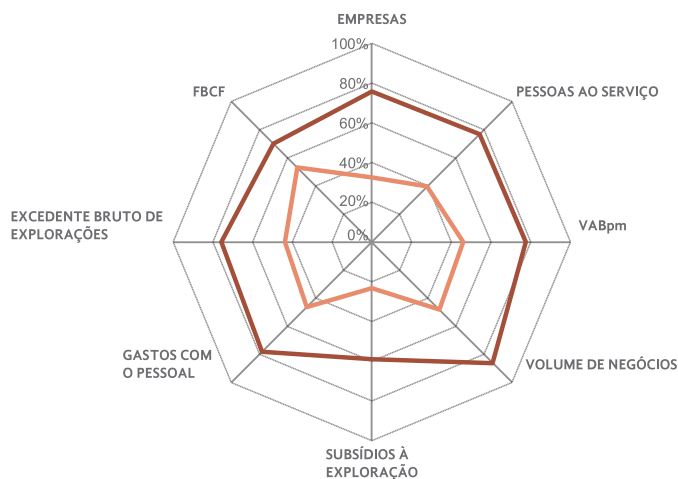
<sup>41</sup> Incluindo os indicadores analisados ao longo dos capítulos anteriores, bem como outros, sobre a demografia das empresas, dados do mercado laboral e económico-financeiros, referentes ao período 2004 e 2010 (excluindo as empresas do setor financeiro). No conjunto foram usados

os mesmos indicadores utilizados pelo INE para o seu “Destaque” de 13 de Julho de 2012, sobre a Evolução do Setor Empresarial em Portugal entre 2004 e 2010.

As atividades mais relevantes (por ordem crescente de relevância)			As atividades seleccionadas		
Designação	Divisão da CAE-Rev.3	Posição Global	Designação	Divisão da CAE-Rev.3	Posição Global
Alojamento	55	1º	Alojamento	55	1º
Promoção Imobiliária (desenvolvimento de projetos de edifícios; construção de edifícios)	41	2º	Promoção Imobiliária (desenvolvimento de projectos de edifícios; construção de edifícios)	41	2º
Actividades imobiliárias	68	3º	Atividades imobiliárias	68	3º
Captação, tratamemto e distribuição de água	36	4º	Comércio por grosso (inclui agentes), excepto de veículos automóveis e motociclos	46	6
Atividades desportivas, de diversão e recreativas	93	5º	Atividade de saúde humana	86	7º
Comércio por grosso (inclui agentes), excepto de veículos automóveis e motociclos	46	6º	Comércio a retalho, excepto de vaículos automóveis e motocivlos	47	9º
Atividade de saúde humana	86	7º	Engenharia civil	42	11º
Transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos	49	8º	Restauração e similares	56	12º
Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos	47	9º	Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e atividades relacionadas	79	13º
Atividades de aluguer	77	10º	Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos	45	14º
Engenharia civil	42	11º	Indústrias alimentares	10	16º
Restauração e similares	56	12º	Atividades especializadas de construção	43	17º
Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e atividades relacionadas	79	13º	Outras indústrias extractivas	08	18º
Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos	45	14º	Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	23	19º
Recolha, tratamento e eliminação de resíduos; valorização de materiais	38	15º	Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados	01	20º
Indústrias alimentares	10	16º	Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos	25	24º
Atividades especializadas de construção	43	17º	Atividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins	81	25º
Outras indústrias extrativas	08	18º	Pesca e aquicultura	03	27º
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	23	19º	Atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas	82	28º
Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados	01	20º	Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria	16	29º
Atividades jurídicas e de contabilidade	69	21º	Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	33	37º
Atividades de arquitetura, de engenharia e técnicas afins; atividades de ensaios e de análises técnicas	71	22º	Silvicultura e exploração florestal	02	39º

**Tabela 4.1 - As atividades mais relevantes (CAE Rev. 3) Algarve**

Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional



— Peso das 5 primeiras atividades selecionadas no Total do Algarve  
 — Peso das 22 atividades selecionadas no total do Algarve

**Figura 4.2 – Contributo das atividades selecionadas para a economia do Algarve**

Fonte: CCDR Algarve. Sistema de Contas Integradas das Empresas, INE.

Atividades (por posição)	Empresas (Nº)	Pessoas ao Serviço (Nº)	VABpm (euros)	Ponderação Final/Atividades Selecionadas
1º	Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos	Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos	Promoção imobiliária (desenvolvimento de projetos de edifícios); construção de edifícios	Alojamento
2º	Restauração e similares	Restauração e similares	Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos	Promoção imobiliária (desenvolvimento de projetos de edifícios); construção de edifícios
3º	Atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas	Promoção imobiliária (desenvolvimento de projectos de edifícios); construção de edifícios	Restauração e similares	Atividades imobiliárias
4º	Promoção imobiliária (desenvolvimento de projectos de edifícios); construção de edifícios	Alojamento	Alojamento	Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos
5º	Atividades especializadas de construção	Atividades especializadas de construção	Atividades imobiliárias	Atividades de saúde humana

**Tabela 4.2 - Hierarquização das 5 atividades económicas principais em cada indicador (Algarve)**

Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

Este processo foi depois validado e aferido no contexto regional com *stakeholders* do conhecimento, das empresas e do mercado.

Um exercício complementar e paralelo pode ajudar na identificação do peso das prioridades RIS3 (ver Tabela 4.3). As Figuras 4.3 e 4.4 mostram o posicionamento relativo das várias cadeias de valor identificadas, tendo em conta a sua dimensão atual e o potencial de crescimento, com base no desempenho observado entre 2004 e 2010<sup>42</sup>.

O turismo é, como seria de esperar, o principal setor, destacando-se como o mais importante nesta análise, pelo que a região deve mantê-lo como setor fundamental, dados os recursos existentes, a capacidade instalada e o

conhecimento acumulado. Este setor domina a economia regional (atualmente tem um peso de 54% das empresas, 65% do emprego e 69% do VAB). Até 2020, estima-se também um crescimento deste cluster, ainda que pequeno (aumento de 1% na participação / peso de empresas, manutenção da participação / peso do emprego e crescimento de 1% no peso do VAB).

Este desempenho é esperado devido ao elevado grau de especialização da economia regional e às perspetivas de melhoria no relacionamento com as outras cadeias de valor para gerar sinergias positivas para todos. No entanto, os dados confirmam a necessidade de ampliar a base económica da região, de modo a reduzir a dependência face a este setor, aumentando a resiliência e a sua capacidade de criar e capturar mais valor por outras cadeias de valor.

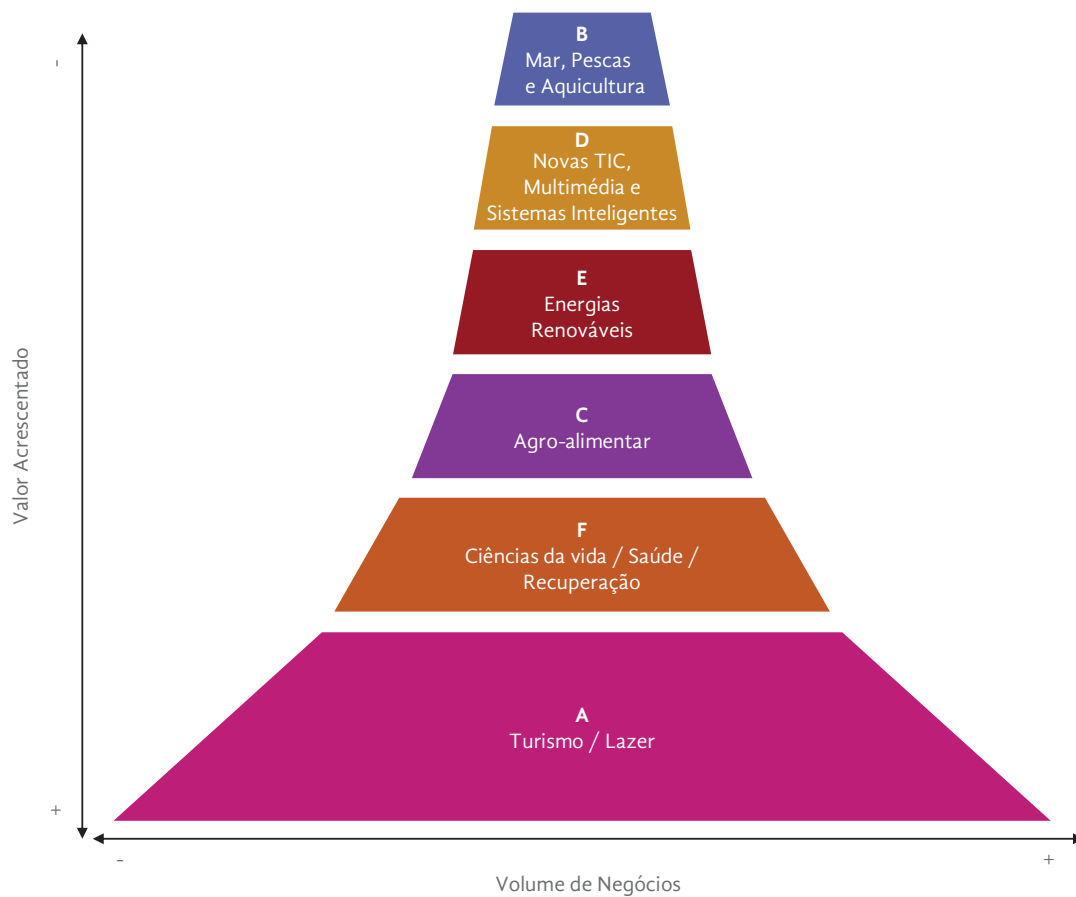
<sup>42</sup> Utilizou-se como referência o valor médio do período e comparou-se o mesmo com o último ano da série, com o objetivo de diluir o efeito de uma maior variabilidade, existente em séries mais curtas (Ex: variações anuais) e aproximar a cenários mais realistas. No entanto, a crise

forte e prolongada atualmente vivida na região, no país e até na Europa, e a ausência de dados mais atuais podem ser elementos suficientes para tornar qualquer estimativa irrealista.

Cluster	Divisão da CAE - Rev.3	Designação	Empresas (Nº)	Pessoas ao Serviço (Nº)	VABpm (euros)	Cluster's/ Setores mais Relacionados
Cluster A	<b>Turismo / Lazer</b>					
	08	Outras indústrias extractivas	56	439	13.032.710	B/E/F
	41	Promoção imobiliária (desenvolvimento de projetos de edifícios); construção de edifícios	4.748	18.001	374.957.365	E/D
	42	Engenharia civil	210	2.040	50.750.311	E/D
	43	Atividades especializadas de construção	3.643	8.726	116.514.195	E/D
	45	Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos	1.499	4.267	57.697.793	E/D
	46	Comércio por grosso (inclui agentes), exceto de veículos automóveis e motociclos	2.796	8.725	163.287.508	B/C/D
	47	Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos	9.356	20.903	258.245.805	B/C/D
	55	Alojamento	924	11.540	243.314.618	B/C/D/E/F
	56	Restauração e similares	7.030	19.836	257.370.578	B/C/D/E/F
	68	Atividades imobiliárias	2.364	5.588	166.691.577	D/E
	79	Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e actividades relacionadas	207	1.259	31.962.142	B/D
	81	Atividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins	627	2.360	28.414.055	E/D/C
		<b>Sub_Total destas atividades</b>	<b>33.461</b>	<b>103.685</b>	<b>1.762.238.657</b>	
	<b>Peso na região</b>	<b>54%</b>	<b>65%</b>	<b>69%</b>		
Cluster B	<b>Mar, Pescas e Aquicultura</b>					
	03	Pesca e aquicultura	1.446	2.551	20.715.953	C/A/D
	33	Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	147	315	4.363.093	A/D/E
		<b>Sub_Total destas atividades</b>	<b>1.593</b>	<b>2.866</b>	<b>25.079.045</b>	
	<b>Peso na região</b>	<b>3%</b>	<b>2%</b>	<b>1%</b>		
Cluster C	<b>Agro-alimentar</b>					
	01	Agricultura, produção animal, caça e actividades dos serviços relacionados	2.276	3.914	35.013.845	E/A
	02	Silvicultura e exploração florestal	194	292	3.022.017	E/A
	10	Indústrias alimentares	481	2.685	32.668.277	
	16	Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria	293	918	11.885.610	E/D
	<b>Sub_Total destas atividades</b>	<b>3.244</b>	<b>7.808</b>	<b>82.589.749</b>		
	<b>Peso na região</b>	<b>5%</b>	<b>5%</b>	<b>3%</b>		
Cluster D	<b>Novas TIC, Multimédia e Sistemas Inteligentes</b>					
	82	Atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas	5.112	5.504	34.926.528	A/B/C/E/F
		<b>Sub_Total destas atividades</b>	<b>5.112</b>	<b>5.504</b>	<b>34.926.528</b>	
	<b>Peso na região</b>	<b>8%</b>	<b>3%</b>	<b>1%</b>		
Cluster E	<b>Energias Renováveis</b>					
	23	Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	193	1.268	23.229.898	A/F
	25	Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	509	1.524	19.613.350	D/A/C
		<b>Sub_Total destas atividades</b>	<b>702</b>	<b>2.792</b>	<b>42.843.248</b>	
	<b>Peso na região</b>	<b>1%</b>	<b>2%</b>	<b>2%</b>		
Cluster F	<b>Ciências da Vida/Saúde/Recuperação</b>					
	86	Atividades de saúde humana	2.659	7.051	133.312.540	A/B/C/D/E
		<b>Sub_Total destas atividades</b>	<b>2.659</b>	<b>7.051</b>	<b>133.312.540</b>	
	<b>Peso na região</b>	<b>4%</b>	<b>4%</b>	<b>5%</b>		

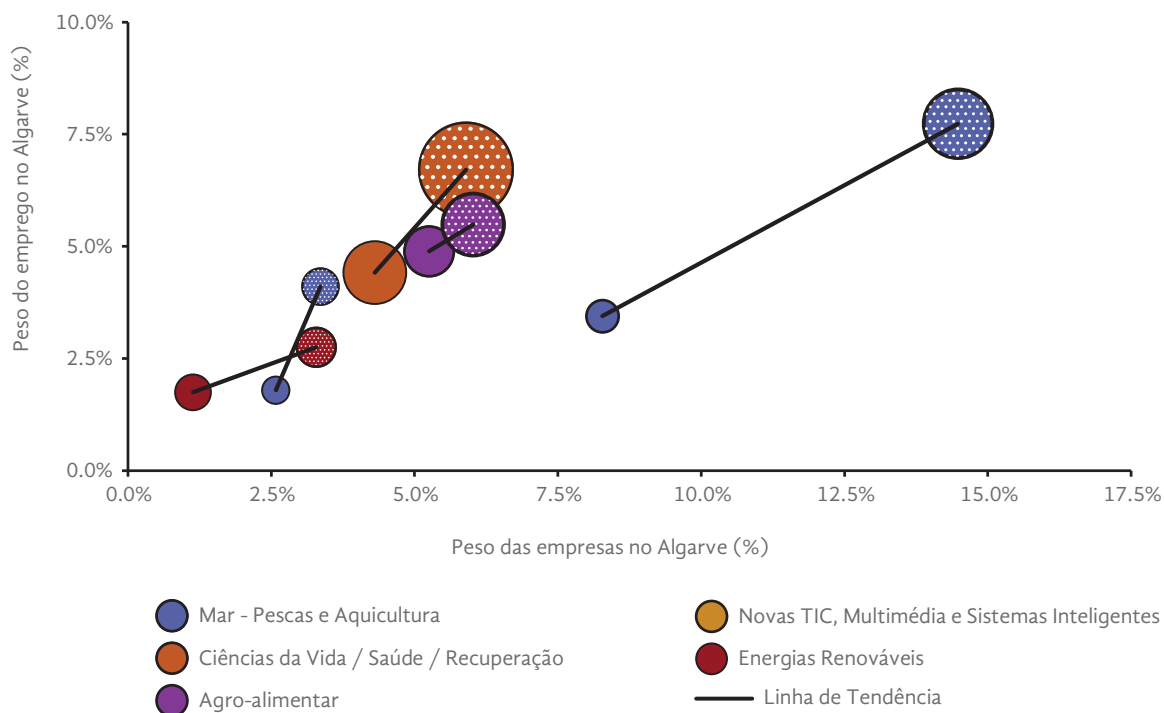
Tabela 4.3 - Principais cadeias de valor no Algarve

Fonte: CCDR Algarve.INE.



**Figura 4.3 - Dimensão atual das cadeias de valor / prioridades da região**

Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional



**Figura 4.4 - Dimensão atual e potencial das cadeias de valor / prioridades de menor dimensão na região**

Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional



O potencial de crescimento das cadeias de valor de menor dimensão é relativamente maior, destacando-se as Ciências da Saúde e as TIC e Criativas. Os setores do Mar e Agroalimentar / agroindustrial parecem ser particularmente úteis para a criação de emprego, especialmente para os grupos etários intermédios e para os trabalhadores menos qualificados, enquanto os demais setores podem ser mais importantes para a criação de emprego junto dos grupos etários mais jovens e/ou com níveis de escolaridade mais elevados.

Finalmente, convém sublinhar que o exercício é baseado em dados históricos, no conhecimento da região, na participação das partes interessadas e pressupõe a adoção de um conjunto de medidas e instrumentos (que será tratado adiante), com vista a estimular o setor produtivo e aumentar as condições de competitividade da região.

### **4.1.1. A variedade Relacionada**

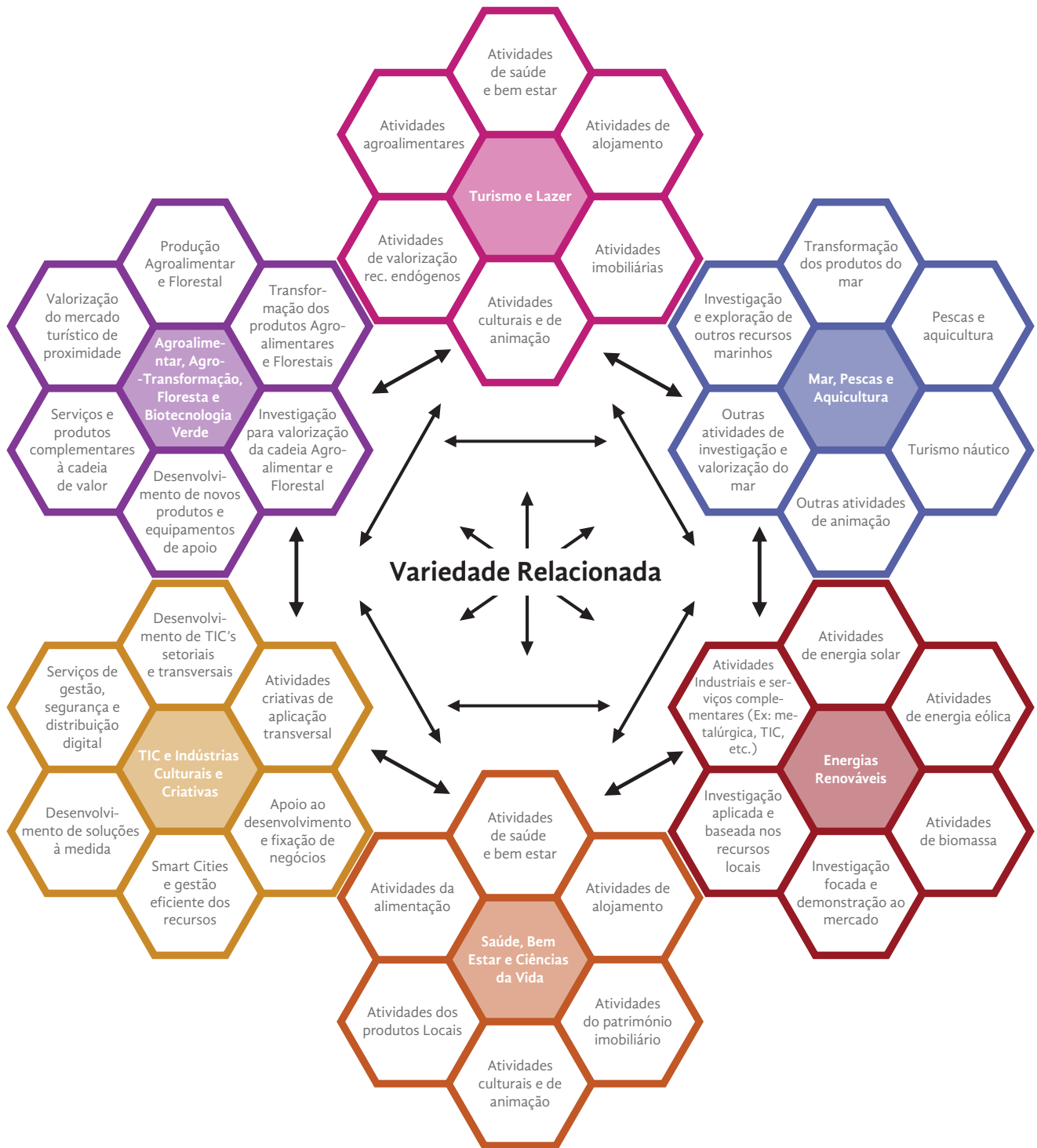
Além dos critérios anteriormente referidos, utilizados para a definição e seleção das áreas prioritárias identificadas, a possibilidade de variedade relacionada (intra e inter-setorial) e de articulação multinível, presentes na base do modelo da hélice quádrupla, foram também fatores constantemente presentes na análise e determinantes na decisão.

A evolução esperada para os diversos setores é baseada numa lógica de variedade relacionada<sup>43</sup>(Figura 4.5), onde o Turismo será a âncora para os demais, promovendo projetos que multipliquem as relações e parcerias entre os diversos setores, o que permitirá resiliência a choques exteriores.

Assim, o Turismo e o Mar (os designados setores consolidados) devem ser as áreas âncora para a especialização inteligente do Algarve, dado o seu peso na economia e o conhecimento acumulado existente na região (ver Figuras 4.6 e 4.7).

---

<sup>43</sup>**Variedade Relacionada** (Conceito) – Relação que explora sinergias intersectoriais, combinando bases cognitivas e produtivas e visões verticais com horizontais, contribuindo para reforçar a adaptabilidade da região aos choques externos e a sua capacidade de gerar e manter emprego.



**Figura 4.5 - Articulação intersetorial**  
 Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional



UPPSALA UNIVERSITET



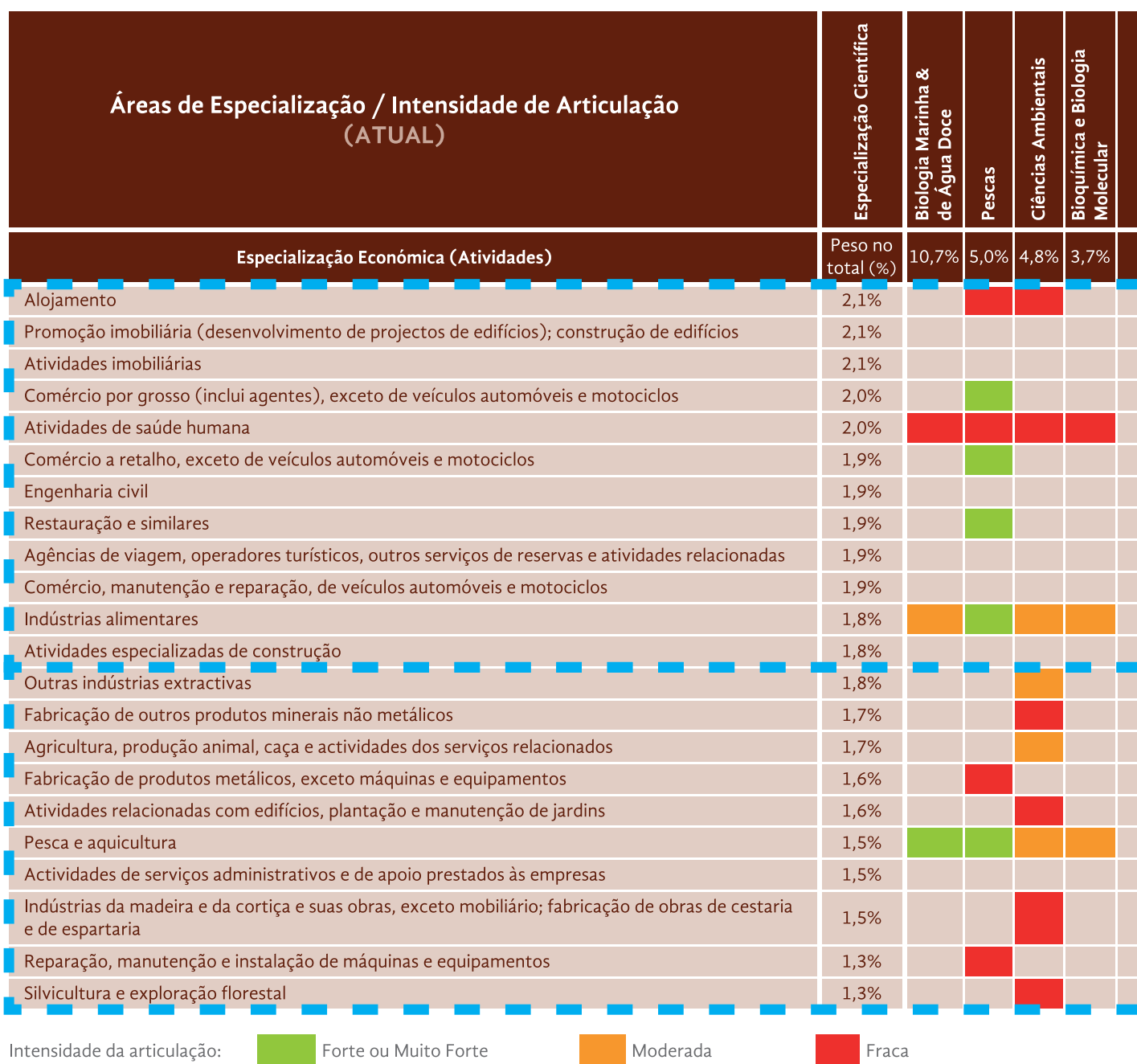
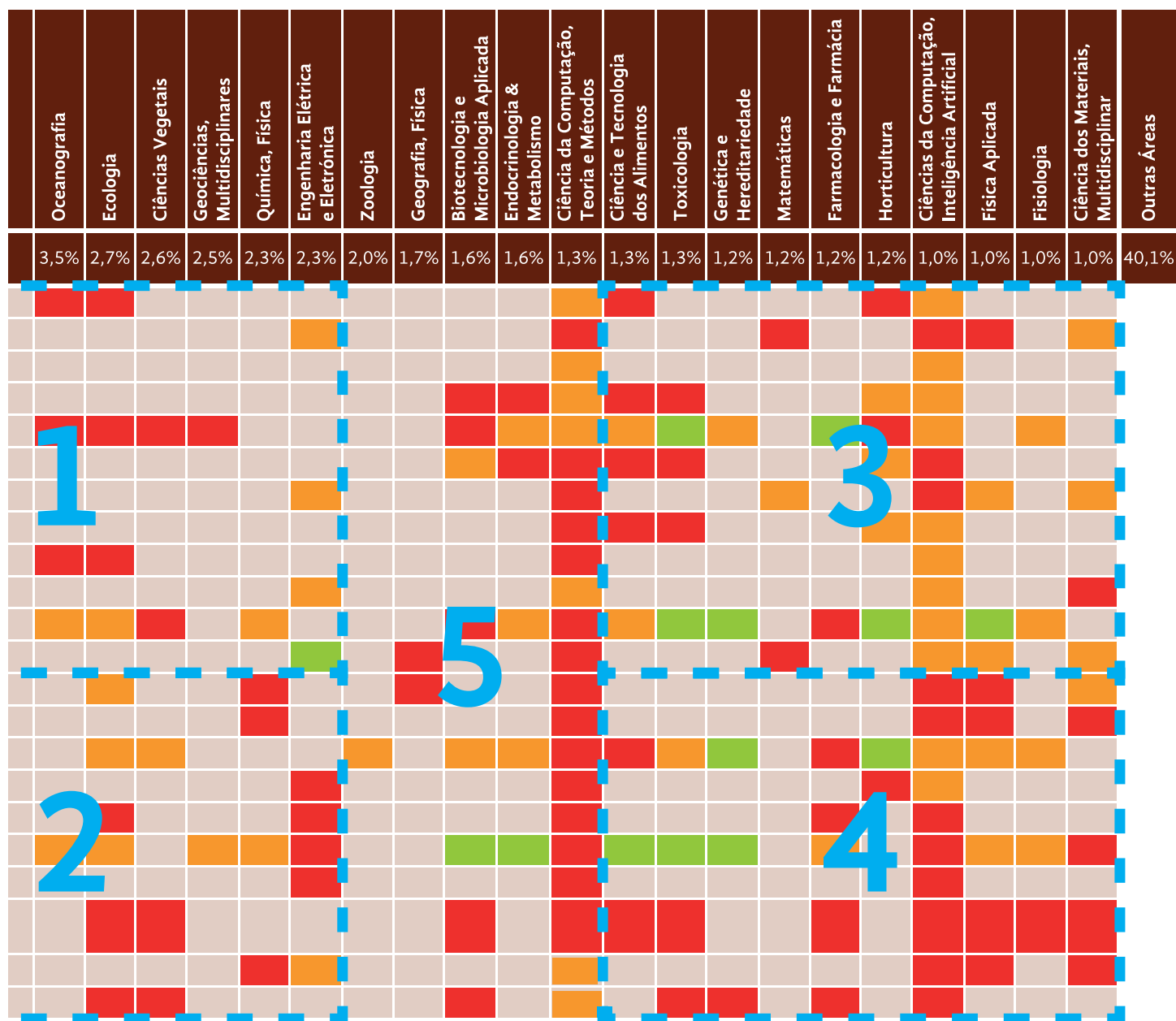


Figura 4.6 - Articulação entre a atividade económica e o conhecimento regional – Situação atual

Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

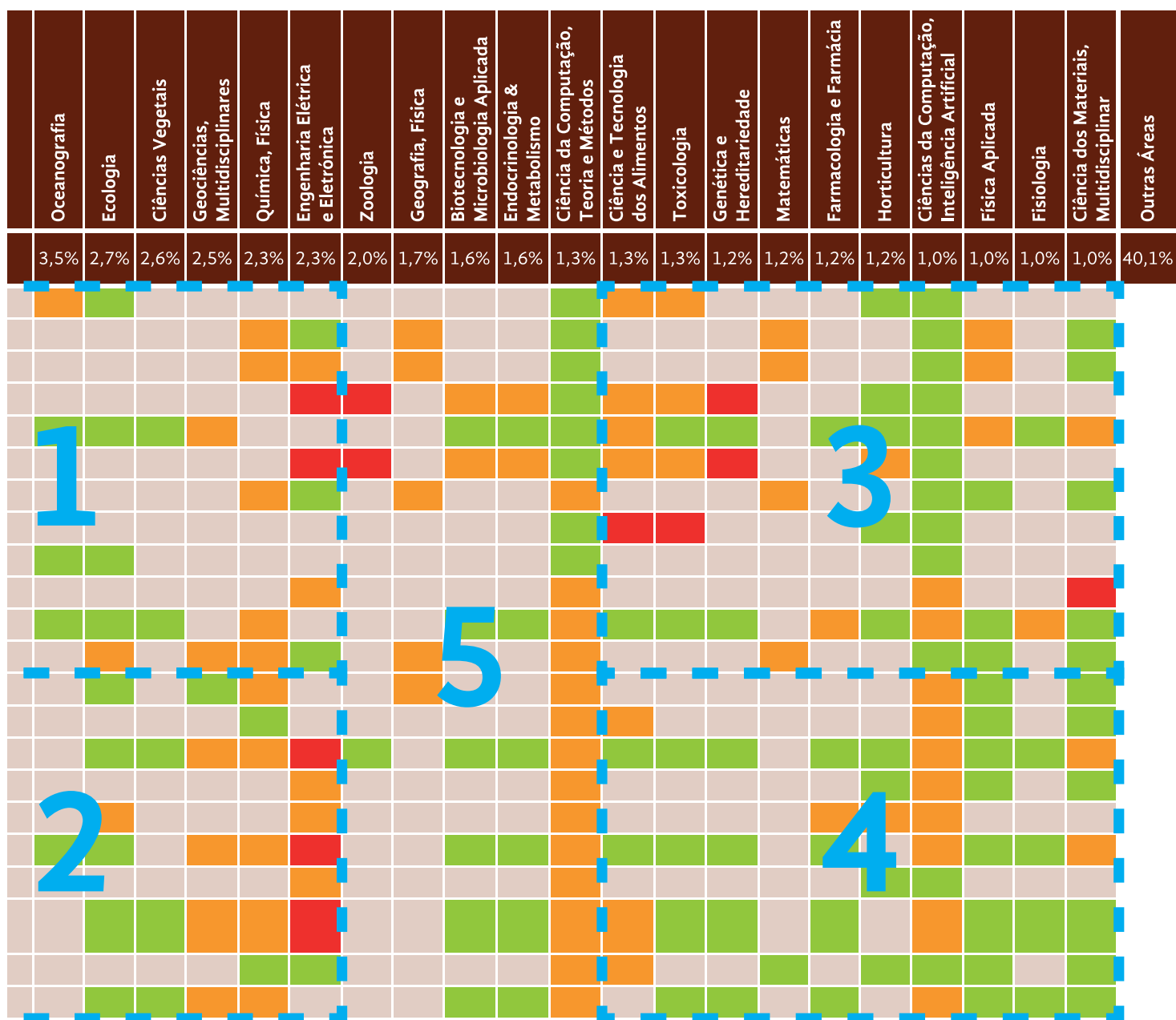


Áreas de Especialização / Intensidade de Articulação (NECESSÁRIO E EXPECTÁVEL)		Especialização Científica	Biologia Marinha & de Água Doce	Pescas	Ciências Ambientais	Bioquímica e Biologia Molecular
Especialização Económica (Atividades)		Peso no total (%)	10,7%	5,0%	4,8%	3,7%
Alojamento	2,1%					
Promoção imobiliária (desenvolvimento de projectos de edifícios); construção de edifícios	2,1%					
Atividades imobiliárias	2,1%					
Comércio por grosso (inclui agentes), exceto de veículos automóveis e motociclos	2,0%					
Atividades de saúde humana	2,0%					
Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos	1,9%					
Engenharia civil	1,9%					
Restauração e similares	1,9%					
Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e atividades relacionadas	1,9%					
Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos	1,9%					
Indústrias alimentares	1,8%					
Atividades especializadas de construção	1,8%					
Outras indústrias extractivas	1,8%					
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	1,7%					
Agricultura, produção animal, caça e actividades dos serviços relacionados	1,7%					
Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	1,6%					
Atividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins	1,6%					
Pesca e aquicultura	1,5%					
Actividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas	1,5%					
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria	1,5%					
Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	1,3%					
Silvicultura e exploração florestal	1,3%					

Intensidade da articulação: ■ Forte ou Muito Forte ■ Moderada ■ Fraca

Figura 4.7 - Articulação entre a atividade económica e o conhecimento regional – Situação expectável

Fonte: CCDD Algarve – RIS3 Regional







As figuras mostram que o reforço da articulação ao nível do “1º setor” poderá traduzir-se em resultados quase imediatos, dado conjugar as atividades com maior dinâmica, tanto ao nível da economia, como do conhecimento regional. Já os “2º e 3º setores” deverão possibilitar ganhos a médio prazo, mas contribuem de forma mais abrangente para a diversificação da base económica regional. O “4º setor” poderá proporcionar resultados essencialmente no longo prazo, uma vez que é o que regista menor dinâmica económica e de conhecimento. Por fim, o “5º setor” enquadra essencialmente áreas de conhecimento fundamental ou de aplicação transversal a toda a atividade económica.

Setorialmente, verifica-se o destaque:

**Do Turismo**, porque é, naturalmente, a área dominante da economia regional, ainda que careça de reformas que lhe permitam **acrescentar valor e tornar-se mais sustentável** (no seu ciclo de produção e na manutenção dos postos de trabalho), apoiando simultaneamente outras atividades no seu processo de crescimento ou de revitalização. Este setor, pelo peso que tem na economia regional e dado o conjunto imenso de atividades que gravitam em seu redor, **tem um papel estruturante e uma responsabilidade acrescida** nesta estratégia, quer pela sua dinâmica própria, quer pela sua capacidade e responsabilidade social para com a região para fomentar a dinamização de outros setores, estabelecendo relações multivariadas e incorporando bens e serviços de origem local na sua cadeia de valor.

**Do Mar**, que para além de ser a área dominante da especialização científica regional, com um peso crescente de conhecimento aplicado, tem um potencial imenso ainda por explorar, sobretudo no que respeita à transferência de conhecimento para o mercado. É uma área com vasto potencial e ativos empresariais na região, incluindo em atividades relacionadas com o turismo e para a qual persistem constrangimentos no circuito de transferência de conhecimento e na valorização dos recursos, identificados no trabalho prévio já estruturado, designadamente na “*Agenda Regional do Mar*”<sup>44</sup>.

As restantes cadeias de valor, os **designados setores emergentes**, apesar de terem atualmente uma participação menos marcada na economia e nas empresas regionais, foram consideradas prioritárias, dada a sua dinâmica recente e o potencial para responder aos desafios supra enunciados.

Como demonstrado anteriormente, as atividades que se posicionam em torno destes seis domínios temáticos prioritários representam atualmente cerca de 75% da atividade económica regional e as perspetivas para o Horizonte 2020 apontam para o seu crescimento, destacando-se as áreas que atualmente têm um peso inferior (setores emergentes) e o facto desta evolução ser baseada numa lógica de **variedade relacionada** (Figura 4.5), **entre os diversos setores**, onde o Turismo será “âncora” para os demais e o Mar um “veículo” essencial.

Tendo em conta as características socioeconómicas e territoriais do Algarve, nomeadamente os aspetos relacionados com a capacidade de gestão e massa crítica relevante, **a aposta na diversificação e internacionalização da economia regional deverá sempre considerar crucial o papel da investigação e da inovação e a sua valorização, bem como a aposta em nichos de mercado como fatores essenciais no processo de diferenciação e valorização à escala global.**

De seguida, apresenta-se uma análise mais detalhada a cada um dos setores e na parte final de cada setor (antes da matriz SWOT) pode verificar-se, a título de exemplo, a estruturação de cada domínio, cruzando as dimensões das **políticas com os recursos, as empresas e os utilizadores avançados.**

Esta estruturação foi pensada numa lógica de sustentação das intervenções de forma integrada, incidindo o foco nos subsectores onde se espera garantir os resultados mais eficientes, canalizando para esse efeito os instrumentos de política pública mais adequados à captação e valorização dos recursos das diversas tipologias, presentes na região.

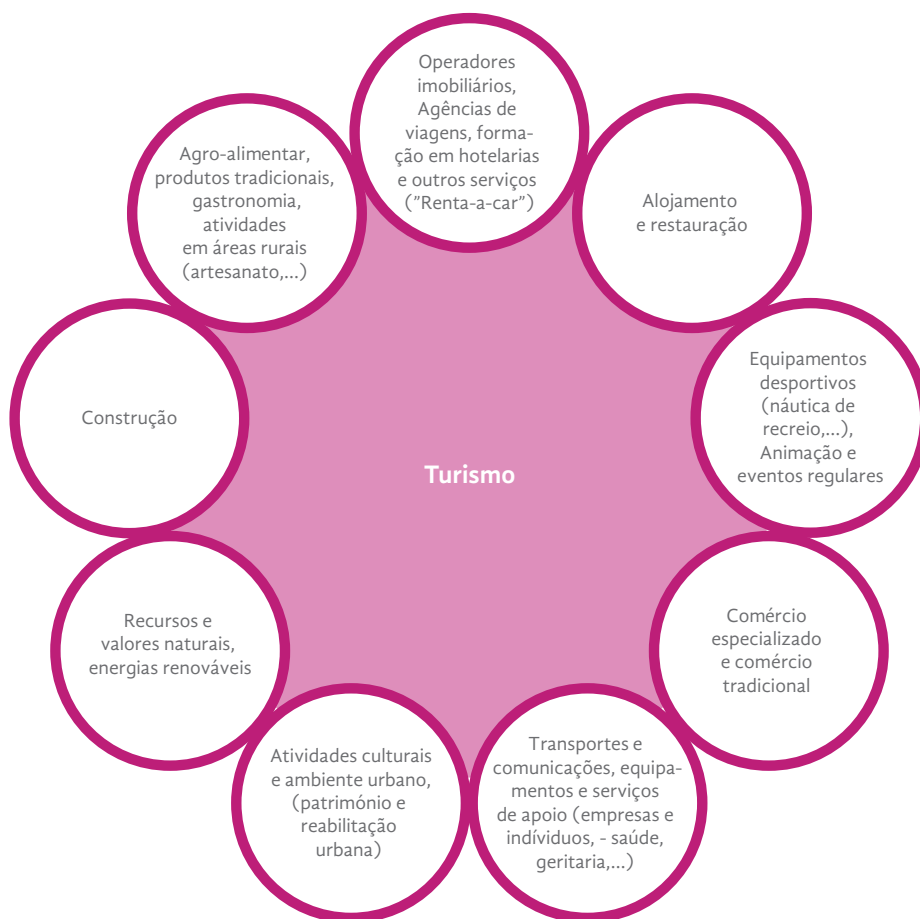
<sup>44</sup> [http://www.ccdr-alg.pt/site/sites/ccdr-alg.pt/files/publicacoes/agenda\\_mar.pdf](http://www.ccdr-alg.pt/site/sites/ccdr-alg.pt/files/publicacoes/agenda_mar.pdf)

### 4.2.1. Turismo

O Turismo é composto por um conjunto alargado e diferenciado de atividades que concorrem, em última análise, para proporcionar aos visitantes a melhor experiência possível, antes, durante e após a sua estadia num região (ver Figura 4.8). Este conjunto de atividades “cluster” destaca a diversidade e importância estratégica de promover relações densas entre os intervenientes na cadeia de valor.

O turismo é, no Algarve, o setor com a cadeia de valor mais estruturada, integrada e completa. Contudo, apesar dos progressos registados, em alguns aspetos muito

está ainda por fazer. Pode considerar-se uma atividade de “cluster” na região, no sentido em que vários agentes (empresas, organizações) desempenham papéis e realizam atividades em toda a cadeia de valor. Apesar disso não ser explicitamente reconhecido, por exemplo, através da existência de uma associação reunindo todas as diferentes atividades, o Algarve tem ativos como a tradição da atividade, a experiência como destino turístico, as associações empresariais e asentidades de ensino e de formação, que convergem para a existência do cluster.



**Figura 4.8 – Atividades do “cluster” do Turismo**

Fonte: Adaptado de PRIAlgarve – Programa Regional de Inovação (CCDR Algarve, 2007)

---

As principais atividades do turismo (alojamento e restauração) representam cerca de 20% do VAB empresarial regional e 20% do emprego das empresas. No entanto, a dinâmica induzida pelo turismo noutras atividades reforça a sua importância para a economia regional como um todo. Deve ser referenciado o facto de uma parte significativa do volume de negócios gerado pela atividade não ficar no Algarve, uma vez que a sede de muitas empresas que operam no Algarve está localizada fora da região ou mesmo do país. Isto representa um grande problema de “rigidez” e apropriação das mais-valias criadas pela atividade na região.

Outras atividades importantes na cadeia de valor regional do turismo são:

- O comércio por grosso e a retalho, que tradicionalmente tem sido reforçado pelo turismo e que representa cerca de 21% de todas as empresas do Algarve, 40% do volume de negócios, 20% do VAB e 21% do emprego empresarial na região;
- As atividades imobiliárias e as atividades administrativas e dos serviços de apoio, com peso de 12,3% do VAB e 12,4% do emprego;
- A construção, setor dinâmico no Algarve antes da crise económica, com um contributo de 15% para o VAB empresarial do Algarve.

A análise do desempenho competitivo da atividade turística na região entre 2000 e 2012, de acordo com alguns indicadores de referência da sua atividade principal (alojamento), traça a evolução do turismo regional. Os indicadores de volume refletem o peso significativo da hotelaria do Algarve no total nacional: cerca de 20% dos estabelecimentos e 35% da capacidade de alojamento localizam-se na região



	Portugal				Algarve			
	2000	2005	2012	2000 - 2012	2000	2005	2012	2000 - 2012
Estabelecimentos (n°)	1.786	2.012	2.046	14,5%	392	433	433	10,5%
Capacidade de alojamento (n° camas)	222.958	263.814	298.743	34,0%	85.738	99.982	107.938	25,9%

**Tabela 4.4 - Estabelecimentos hoteleiros e capacidade de alojamento**

Fonte: Inquérito à permanência de hóspedes e outros dados da hotelaria, INE.

Durante aquele período, a região denotou uma perda da competitividade relativa face a outros destinos nacionais.

O contributo regional para as dormidas totais do país diminuiu de 43% para 36%, tendo essa descida sido mais marcada no caso das dormidas de hóspedes residentes no estrangeiros: em 2000, o Algarve registava 50% de todas as dormidas de estrangeiros em território nacional, valor que baixou para 40% em 2012.

Além disso, embora a região continue a apresentar uma taxa líquida de ocupação-cama superior à média nacional, tem-se registado uma tendência de quebra, ainda que com algumas oscilações, mais intensa do que no país. O mesmo se pode referir relativamente à estada média nos estabelecimentos hoteleiros, que decresceu mais no Algarve do que em Portugal.

Refira-se ainda que, a nível regional, se mantém um desfazamento entre a oferta e a procura de alojamento hoteleiro, verificando-se um ritmo de crescimento bastante superior no caso da oferta .

	Portugal				Algarve			
	2000	2005	2012	2000 - 2012	2000	2005	2012	2000 - 2012
Total	33.795.123	35.520.631	39.753.499	17,63%	14.571.472	13.814.274	14.344.846	-1,6%
Portugal	9.693.160	11.647.747	12.472.303	28,7%	2.360.010	3.163.340	3.530.427	49,6%
Estrangeiro	24.101.963	23.872.884	27.281.196	13,19%	12.211.462	10.650.934	10.814.419	-11,4%

**Tabela 4.5 - Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por local de residência dos hóspedes**

Fonte: Turismo de Portugal.

	Portugal				Algarve			
	2000	2005	2012	2000 - 2012	2000	2005	2012	2000 - 2012
Estada média nos estabelecimentos (n° de noites)	3,6	3,1	2,9	-0,7	7,1	5,3	4,7	-2,4
Taxa de ocupação - cama (%)	42,1	40,8	39,5	-2,6pp	46,4	44,2	42,8	-3,6pp

**Tabela 4.6 - Indicadores da Hotelaria**

Fonte: Turismo de Portugal.

A economia do Algarve é assim sobre especializada no Turismo (ver secção 4.1). Esta realidade levanta questões fundamentais para a sustentabilidade da atividade económica na região, especialmente depois da crise económica ter conduzido a um forte agravamento da taxa de desemprego, particularmente em setores complementares, como a construção e o imobiliário, que também são importantes para a região. As recomendações de política apontam para a necessidade de diversificar a oferta da região, mantendo a competitividade do produto “sol e mar” e, simultaneamente, mas consolidando ou desenvolvendo outros produtos complementares e emergentes (nem todos com o mesmo nível de competitividade ou estruturação), tais como:

**Golf** - A região foi contemplada com vários prémios internacionais, em reconhecimento da sua excelência enquanto destino de golfe. Além de combater a sazonalidade da atividade turística, o perfil de consumo do turista de golfe gera repercussões positivas sobre outras atividades turísticas e de lazer. A oferta de golfe no Algarve representa quase metade da oferta total de Portugal (cerca de 46% em 2011);

**Náutica** - A costa do Algarve possui excelentes condições naturais e infraestruturas de qualidade para o desenvolvimento desta atividade. As marinas e portos existentes têm boas condições, quatro das onze instalações náuticas têm a distinção “Bandeira Azul”, bem como vários galardões internacionais, e normalmente registam-se elevadas taxas de ocupação. Apesar da região deter 30% (2011) dos postos de amarração a nível nacional, é necessário aumentar esse número. De acordo com um estudo efetuado em 2008<sup>45</sup>, centrado no segmento “iates”, o tempo médio de permanência dos nautas na região (6,8 dias) é bastante superior à estada média global nos estabelecimentos hoteleiros. Por outro lado, estima-se que os efeitos directos e indirectos da procura das marinas e portos de recreio regionais (estadas, amarrações e serviços de estaleiros/reparações) represente cerca de 1,5% do VAB regional, valor esse que sobe para 2,1% quando se considerarem também os efeitos induzidos pela utilização desses serviços. Uma das áreas a região deverá apostar na oferta de infraestruturas e serviços que favoreçam o seu posicionamento enquanto destino de “*inverno ativa*”, nomeadamente estacionamento de embarcações em seco constituindo-se como base de iates de turistas do norte

da Europa, dinamizando simultaneamente a indústria da construção e reparação naval, bem como toda a investigação associada ao complexo de produtos e serviços a ela agregados;

**Cruzeiros** - Por agora, Portimão tem o único porto de cruzeiros da região, tendo o mesmo beneficiado com a reestruturação da zona portuária e ribeirinha. Contudo a região poderá beneficiar mais e aproveitar melhor outras instalações portuárias existentes, especialmente o porto comercial de Faro, complementando as suas funções comerciais (de baixa utilização) com a função lúdica/turismo, dotando-os de condições adequadas, nas infraestruturas e zonas envolventes para a receção de pequenos cruzeiros, fomentando a reabilitação urbana e contribuindo para a dinamização dos centros históricos e comerciais das cidades mais próximas. A atividade no porto de Portimão carece ainda de maior dinamização para se tornar sustentável, ganhar relevo no panorama nacional e internacional e captar investimento e novas rotas que incluam este porto. Recorde-se, a este propósito, que os estudos realizados anualmente pelo *European Cruise Council* estimam que, em 2010, o turismo de cruzeiros tenha contribuído com cerca de<sup>46</sup>, 2 mil milhões de euros para a economia europeia, o que representa um crescimento de 3% relativamente a 2009. Em 2010 a indústria dos cruzeiros na Europa foi também responsável por cerca de 307 mil empregos e 9 mil milhões de euros de massa salarial e estima-se que por cada milhão de euros gasto na indústria de cruzeiros são gerados 2,4 milhões de euros de volume de negócios;

**Natureza / ambiente / meio rural** - Ao longo dos anos têm sido desenvolvidas várias iniciativas privadas, apoiadas num vasto património natural, que se estende das montanhas até à costa, e nas especificidades do legado cultural da região. Este segmento está em consolidação, mas é necessária maior cooperação entre os agentes, a qual é crucial para o sucesso, especialmente dos produtos em afirmação. Por outro lado é ainda fundamental apostar na diferenciação de produto/serviço (Ex: por via de processos de certificação de diversa natureza). Destaca-se que o Algarve, em 2013, ocupa a 1ª posição no ranking nacional no que se refere ao número de praias certificadas, tanto como “*Praia Acessível*”, como “*Praia Bandeira Azul*”, 24% e 25% do total nacional, respetivamente;

<sup>45</sup> Algarve. Perfil e Potencial Económico e Social do Turismo Náutico, CIITT-Universidade do Algarve, ed. 2008

<sup>46</sup> Ver: Ernâni Lopes, O Hypercluster da Economia do Mar, SAER (2009).

**Cultural** - As principais áreas urbanas e centros históricos fornecem uma densidade de recursos, particularmente relevantes nos municípios que já têm uma forte vocação turística no produto “sol e praia”. O património histórico e cultural deve ser usado para mostrar que a região é um território de pessoas que transportam ideias e tradições, favorecendo a troca de conhecimento e estimulando o aparecimento de atividades criativas. Contudo, é necessário fomentar o espírito empreendedor e novos modelos de organização social e económica que proporcionem um melhor aproveitamento deste património;

**Saúde** - Este produto está a ser desenvolvido de forma consistente, e pode beneficiar da I&D regional, do clima, das condições naturais e dos fluxos de aposentados do Centro e Norte da Europa que escolhem o Algarve para residir ou para aqui passar parte do ano. A disponibilidade de equipamentos relacionados com o turismo, com reduzidas taxas de ocupação, especialmente na época baixa, conjugada com os progressos tecnológicos que

possibilitam maior facilidade no acesso aos dados clínicos dos utentes e a coordenação de diversas equipas médicas em diferentes países, são também fatores que poderão favorecer a consolidação futura deste produto. Este produto tem fortes condições para se afirmar e deve ser claramente considerado na estratégia de redução da sazonalidade;

**MICE** - Este segmento pode suportar-se na rede de infraestruturas municipais (por exemplo, salas de conferências, teatros, auditórios), que se estende por toda a região como base para o seu desenvolvimento, e pode também contribuir para a correção da sazonalidade.

O Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), publicado em 2007, revisto em 2011 e em 2013, apresenta uma matriz produto/região, com destaque para os produtos a serem desenvolvidos em cada região portuguesa. A matriz do Algarve é apresentada na Tabela 4.7, de acordo com os setores acima referidos.

<b>Produtos Estratégicos</b>	“Sol e Mar”
	Golf
<b>Produtos a Desenvolver</b>	Turismo de Negócios
	Resorts Integrados e Turismo Residencial
	Turismo Náutico
	Turismo da Natureza

**Tabela 4.7 - Matriz dos produtos turísticos no Algarve**

Fonte: Plano Estratégico Nacional do Turismo (Turismo de Portugal, 2007, pp.76).

Entretanto a Região de Turismo do Algarve, desenvolveu o Plano de Marketing Estratégico para o Turismo do Algarve 2015-2018, definindo opções estratégicas e um plano de ação, **que deve servir, em complemento à estratégia nacional, como referencial das opções estratégicas para o setor.**

O setor turístico é baseado numa diversidade significativa de agentes económicos, com reflexos sobre a falta de posicionamento estratégico regional, na deficiente definição de padrões de qualidade do serviço prestado e das práticas de gestão de recursos (por exemplo, nos recursos humanos e nas TIC).

A aposta tem que passar, necessariamente, pela melhoria da competitividade dos operadores, colocando ênfase na adoção da inovação, permitindo acrescentar valor aos produtos tradicionais e aos produtos com condições promissoras de crescimento, de forma a melhorar a eficiência do desempenho e qualidade do serviço prestado, enquanto se reduzem os custos.

Em termos operacionais, a nível empresarial, a inovação em Turismo pode ser desencadeada pela certificação de sistemas de gestão, pela adoção de novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e pelo reposicionamento para mercados consolidados e novos, agindo constantemente em antecipação e de forma proativa. A este respeito, o próximo período de programação deve prestar especial atenção à necessidade de adaptar o apoio disponível para o financiamento das empresas do setor. Apesar da grande proporção de investimentos canalizados através do QREN, devem ser revistos os critérios e prioridades, permitindo um quadro mais favorável para que as empresas que operam no setor possam beneficiar mais, mas de forma a incrementar verdadeiros processos inovadores e competitivos, particularmente quando contribuem para atenuar a sazonalidade ou posicionar produtos em contra ciclo.

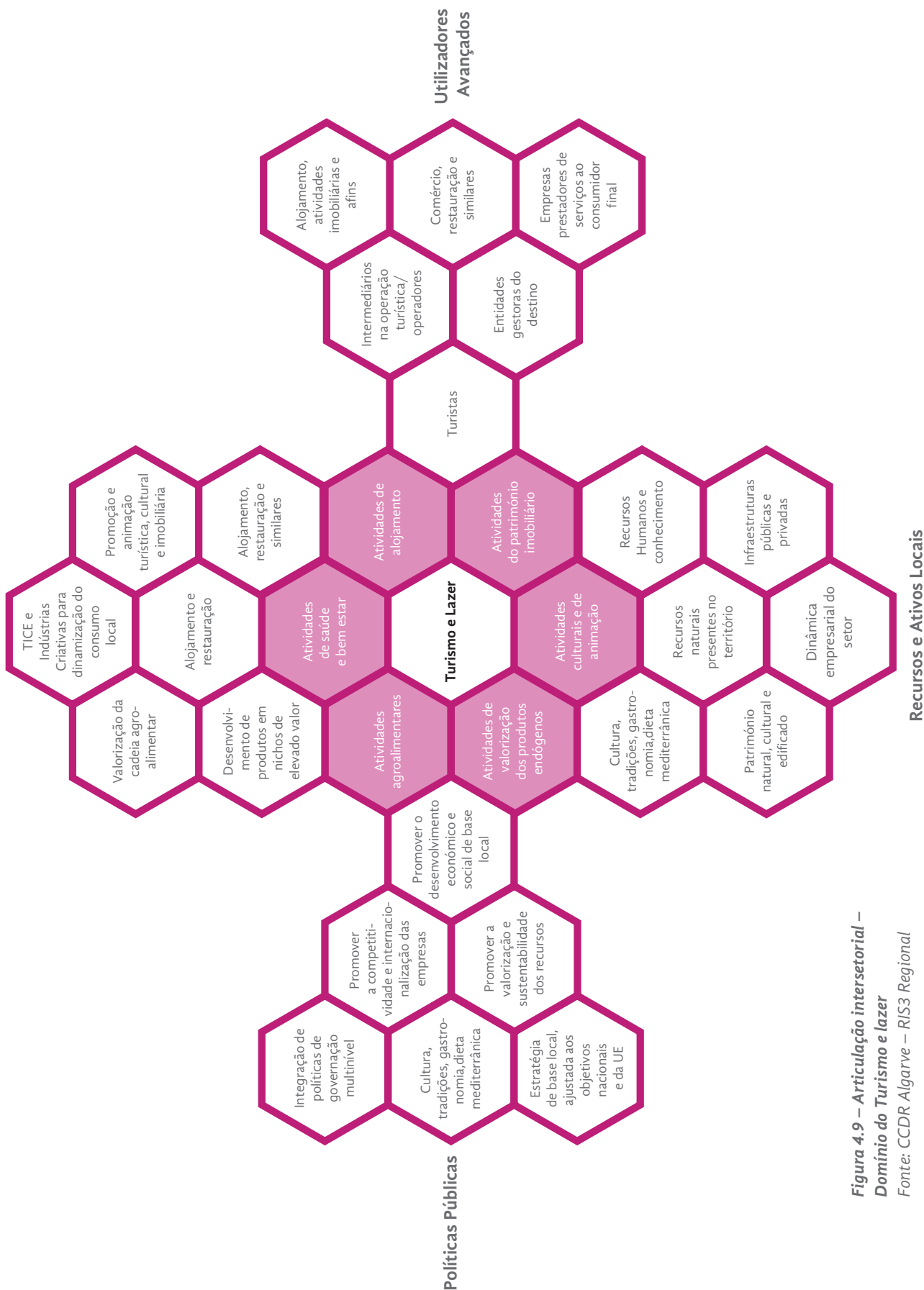
A nível macro deve haver um entendimento comum sobre a necessidade de oferecer a melhor experiência possível aos turistas, envolvendo organizações públicas, privadas e os indivíduos. Além disso, é fundamental realizar um debate sobre a prevenção dos riscos e dos efeitos (tais como aqueles que ocorrem durante o atual período de crise económica) decorrentes da elevada especialização.

No que respeita à inovação, a qualificação do território e ambiente vai promover maior atratividade do destino, melhorar o desempenho das empresas e a qualidade do produto turístico como um todo.

O setor gera um grande volume de emprego. No entanto, uma elevada percentagem dos trabalhadores do setor apresenta baixos níveis de qualificação. A Escola de Hotelaria e Turismo tem, ao longo dos anos, formado profissionais em diversas áreas, contribuindo para uma maior qualificação e para um perfil mais adequado dos ativos, sobretudo no ramo da restauração e hotelaria. Não obstante, é também essencial que os empregadores reorganizem as unidades de negócios, os processos de trabalho e as práticas de serviço, e sejam capazes de garantir recursos humanos dotados de especialização relevante. Em termos de gestão intermédia e de topo, o setor tem uma força de trabalho capaz de contribuir para a reorganização e qualificação e é um exportador líquido de graduados em diversas áreas, com ênfase para a Hotelaria. A Universidade do Algarve, através de vários centros de investigação, tem também fornecido importantes contributos para aumentar o conhecimento académico sobre o tema.

As prioridades na área do turismo devem insidir nos domínios do cruzamento entre as dimensões das políticas, com os recursos, as empresas e os utilizadores avançados (figura 4.9).

**Inovação de Base Empresarial**



**Figura 4.9 – Articulação intersetorial – Domínio do Turismo e lazer**  
 Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional



Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência de recursos capazes de acomodar e sustentar uma oferta turística qualificada e apoiar o desenvolvimento de produtos alternativos de qualidade: condições climáticas, biodiversidade, beleza cénica, diferenciação cultural;</li> <li>• Notoriedade - o Algarve é o principal destino turístico do país, com várias unidades de excelência;</li> <li>• Condições naturais / clima excelente para a prática de golfe e atividades náuticas;</li> <li>• A qualidade do ambiente e da paisagem da zona costeira, principalmente nas praias e zonas envolventes, marinas e portos de recreio;</li> <li>• Condições de segurança;</li> <li>• Boas ligações ao nível dos transportes;</li> <li>• Proximidade de mercados emissores, reforçada por ligações de baixo custo;</li> <li>• Fornecimento consolidado de formação profissional e educação e disponibilidade de mão-de-obra qualificada;</li> <li>• Capacidade de investigação relacionada com o turismo na Universidade do Algarve.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A concentração excessiva do turismo no produto "sol e mar" e num número limitado de mercados emissores;</li> <li>• Sazonalidade acentuada da atividade;</li> <li>• Processos burocráticos que dificultam a dinâmica do investimento e a utilização de equipamentos públicos existentes;</li> <li>• Falta de estratégia concertada (implementação);</li> <li>• Degradação do património histórico, juntamente com a pressão urbana no litoral, pode contribuir para a perda de atratividade;</li> <li>• Algum défice nos serviços de apoio na área da saúde; Insuficiência de produtos complementares ao "sol e mar";</li> <li>• Falta de eventos culturais com projeção internacional;</li> <li>• Centros de tomada de decisões setoriais localizados fora da região.</li> </ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento dos fluxos internacionais de turismo;</li> <li>• A diversificação de produtos e mercados com base nos recursos locais e produções tradicionais, no <i>know-how</i> e nas perspectivas de crescimento global (ecológico, cultural, de saúde, entre outros);</li> <li>• Novos negócios, conhecimento e atividades de base tecnológica aproveitados pelo Turismo;</li> <li>• Condições favoráveis ao desenvolvimento do turismo sénior, desportivo e turismo de saúde;</li> <li>• Aumento da preocupação da indústria com a adoção de práticas de sustentabilidade em TIC e Inovação;</li> <li>• Desenvolvimento de produtos existentes com conteúdos inovadores e de valor acrescentado ligados ao meio ambiente, saúde e passeios de barco;</li> <li>• A crescente procura por produtos turísticos com maior valor acrescentado, associados ao mar, meio ambiente, cultura e património;</li> <li>• Contactos com parceiros internacionais para obter práticas de gestão e relações de mercado inovadoras;</li> <li>• Crescimento com base numa maior coordenação com outras cadeias de valor regionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividade económica principal da região com alguma desaceleração nos últimos anos;</li> <li>• Aumento / crescimento de destinos concorrentes;</li> <li>• Localização periférica da região, agravada pelo alargamento da UE, para novos Estados-Membros, com destinos qualificados e mais baratos;</li> <li>• Mudanças na configuração do litoral reduzindo praias e destruindo falésias;</li> <li>• Pressão sobre a biodiversidade, a natureza e modelo de exploração dos recursos costeiros;</li> <li>• Redução da capacidade de recompor os fatores de competitividade dos produtos turísticos;</li> <li>• Alta rotatividade dos postos de trabalho de baixa qualificação, com efeitos negativos sobre a qualidade do serviço;</li> <li>• Dependência de operadores turísticos internacionais;</li> <li>• Aumento da dificuldade em atrair e manter IDE para o setor;</li> <li>• Incapacidade de competir globalmente em mercados tradicionais em face de novos destinos turísticos emergentes (com produtos semelhantes, mais agressivos e mais baratos).</li> </ul>

Tabela 4.8 - Análise SWOT do Turismo

## 4.2.2. Mar - As Atividades Marítimas

O mar é um recurso estratégico para Portugal e decisivo para o Algarve. A sua importância é destacada nas diversas estratégias nacionais desenvolvidas nos últimos anos, é transversal a toda a sociedade e engloba um conjunto complexo de atividades que vão desde o turismo e lazer, à energia e minerais, passando pela logística e transporte, pesca, aquicultura, transformação de produtos do mar, serviços de apoio relacionados e ainda pelas atividades baseadas em I&D, num relacionamento estruturado no conceito de hipercluster do mar<sup>47</sup>. No entanto, muito está ainda por fazer e torna-se necessário concertar esforços para, de forma coordenada, implementar integralmente as estratégias definidas a nível nacional<sup>48</sup>.

Historicamente, o mar tem tido um papel importante nas atividades económicas regionais, da pesca ao comércio. As Ciências Marinhas têm-se desenvolvido nas últimas décadas ao ponto de se terem tornado na principal área de investigação científica na Universidade do Algarve. Na verdade, muitas das atividades do hipercluster acima mencionadas estão presentes na região, embora com um carácter heterogéneo. Assim, o mar deve definitivamente ser assumido como um recurso estratégico para a região, nas suas múltiplas facetas. Isso foi reconhecido na Agenda Regional para o Mar (CCDR Algarve, 2008), um documento que visa a estruturação de um Cluster do Mar no Algarve, ancorado em cinco áreas principais: **Pesca, Turismo, Investigação e Desenvolvimento, Infraestruturas e Cultura**<sup>49</sup>.

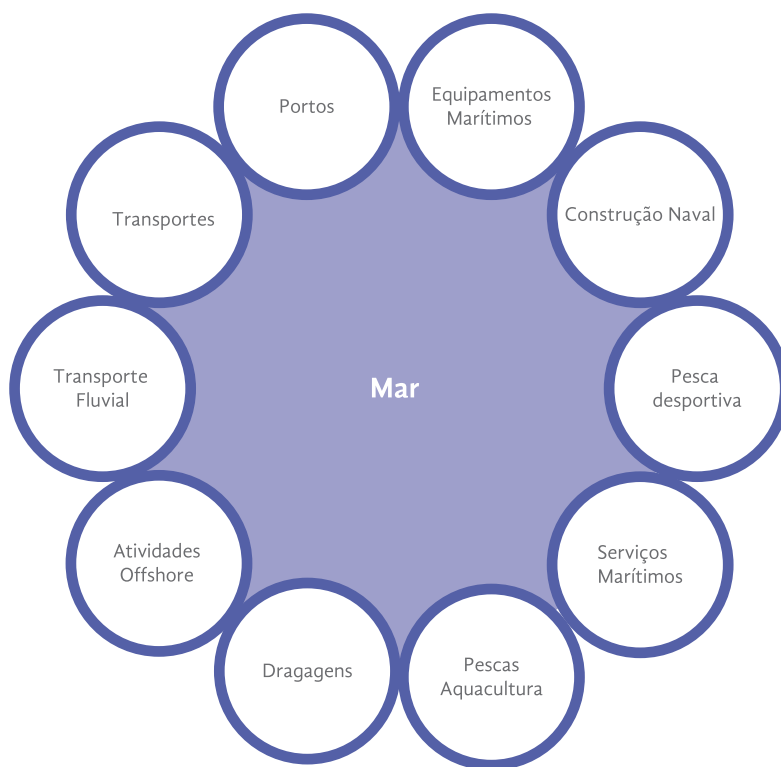


Figura 4.10 - “Cluster” das atividades marítimas

A pesca foi, desde sempre, uma área importante para a identidade regional e ainda hoje fixa um número significativo de postos de trabalho nas zonas costeiras. Apesar dessa relevância generalizada, há uma ideia geral errada de que o setor é improdutivo e que vive em declínio irreversível, marcado pela diminuição dos stocks de espécies de peixes tradicionalmente capturadas pela frota regional. No Algarve, em particular, existem recursos oceânicos, uma frota pesqueira significativa e conhecimento tácito acumulado. Alguns indicadores mostram a relevância das

atividades da pesca e da aquicultura regional no contexto do país.

Os pescadores licenciados registados nos portos do Algarve representam cerca de 17% dos pescadores registados a nível nacional. No entanto, entre 2000 e 2012 observou-se uma quebra significativa no número de profissionais (- 57,5%), bastante superior à que se registou no país (-33,8%). De salientar que o decréscimo foi mais intenso no início daquele período.

<sup>47</sup>Ver: Ernâni Lopes, O Hypercluster da Economia do Mar, SAER (2009).

<sup>48</sup>Ver: Tiago Pitta e Cunha, Portugal e o Mar – à redescoberta da geografia, FFMS (2011).

<sup>49</sup>Ver: CCDR Algarve, Agenda Regional – Contributos para o cluster Maralgarve (2008), pp. 119.

	Unid.	2000	2005	2012	Δ 2000 - 2012
Portugal	Nº	25.021	18.085	16.559	-33,8%
Algarve	Nº	6.539	3.411	2.778	-57,5%
	% do país	26,1%	18,9%	16,8%	-9,3pp

**Tabela 4.9 - Pescadores matriculados**

Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.

	Unid.	2006	2012	Δ 2006 - 2012
Portugal	Nº	5.521	4.653	-15,7%
Algarve	Nº	1.199	975	-18,7%
	% do país	21,7%	20,9%	-0,8pp

**Tabela 4.10 - Embarcações de pesca registadas**

Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.

A frota de pesca é constituída por cerca de 975 embarcações e representa cerca de um quinto da frota total de Portugal, embora no período 2006-2012, tenha registado uma diminuição no número de barcos superior à média nacional (18,68% no Algarve comparando com 15,72% em Portugal) (ver Tabela 4.10).

O volume e o valor do pescado descarregado têm vindo a diminuir de forma acentuada na região. A nível nacional a quantidade de capturas pouco variou entre 2000 e 2012, mas o valor do pescado capturado registou um acréscimo de quase 12%. No entanto, assinala-se que o valor médio do pescado descarregado é mais elevado no Algarve e que no período em análise a região apresentou, neste indicador, um crescimento superior à média nacional.

Merece ainda referência a diminuição progressiva do contributo da região para o volume e valor do pescado capturado e descarregado a nível nacional. Contudo, considerando o peso descarregado em 2012, o Algarve continua a deter quota significativa na captura de crustáceos (68,5%) e, ainda que com menor preponderância, nos moluscos (25%), em particular polvos. Cerca de 14% dos peixes marinhos são capturados na região. A captura de sardinha, uma das principais espécies pescadas na região, diminuiu drasticamente tanto no país, como no Algarve, o que se prende com a diminuição dos stocks e consequente implementação de medidas de proteção. No entanto, o valor médio desta espécie subiu de forma assinalável.

	Unid.	2000	2005	2012	Δ 2000 - 2012
Portugal	t	152.188	145.656	151.343	-0,6%
	mil €	251.568	255.000	281.307	11,8%
	€/t	1.653	1.751	1.859	12,4%
Algarve	t	39.319	32.945	23.591	-40,0%
	mil €	75.489	67.603	54.477	-27,8%
	€/t	1.920	2.052	2.309	20,3%
	% do país (volume)	25,8%	22,6%	15,6%	-10,2pp
	% do país (valor)	30,0%	26,5%	19,4%	-10,6pp

**Tabela 4.11 - Capturas nominais de pescado** <sup>38</sup>

Fonte: INE

	Unid.	2005	2011	Δ 2005 - 2011
Portugal	t	6.698	9.166	36,8%
	mil €	34.493	58.279	68,9%
	€ / t	5.150	1.859	23,5%
Algarve	t	3.182	23.591	0,8%
	mil €	19.233	54.477	52,1%
	€ / t	6.044	2.309	51,0%
	% do país (volume)	47,5%	15,6%	-12,5pp
	% do país (valor)	55,8%	19,4%	-5,5pp

**Tabela 4.12- Produção dos estabelecimentos de aquicultura**

Fonte: CCDR Algarve, INE

Para garantir a sustentabilidade da atividade pesqueira é essencial a criação de sistemas de gestão para evitar a sobre-exploração de recursos, permitindo aos pescadores obter um rendimento estável e a possibilidade de se apropriarem de uma parte justa do valor criado ao longo da cadeia de distribuição, aumentando diretamente o seu rendimento e bem-estar. Nesta perspetiva, é essencial equilibrar o controlo das variáveis económicas associadas à atividade pesqueira, através da monitorização dos impactos da pesca sobre os recursos naturais.

Esta preocupação está presente na formulação da estratégia de desenvolvimento sustentável para o setor (cf. Plano Estratégico Nacional para a Pesca), no que se refere à “*promoção da exploração sustentável dos recursos, ajustando os níveis do esforço de pesca para alcançar o rendimento máximo sustentável e ao mesmo tempo diversificar as técnicas de produção, promovendo a produção de qualidade*”.

Salienta-se ainda que só na região do Algarve se concentram cerca de metade das Associações de profissionais da pesca, aquicultura, mercados e indústria transformadora. Este facto, se por um lado indica o pendor fortemente associativo do setor na região, por outro denuncia alguma atomização associativa e consequente perda de dimensão crítica, de conhecimento e de capacidade para intervir num plano mais alargado (Ex: participar em programas audazes de investigação aplicada, participar ativamente em planos integrados de gestão do setor, contribuir ativamente para a definição de legislação e outros instrumentos aplicáveis ao setor), pelo que o reforço / reorganização das estruturas associativas do setor deve ser uma

prioridade para que estas se capacitem como verdadeiro instrumento de ação setorial.

No que concerne à aquicultura, o Algarve produziu em 2011, 35% do volume e 50% do valor da produção aquícola de Portugal (ver Tabela 4.12). Estes impressionantes resultados estão ligados à existência de duas excelentes áreas de lagoa (a Ria Formosa e a Ria de Alvor) e à atividade das unidades aí licenciadas.

Embora se tenha verificado alguma perda na quota regional de produção aquícola, quer em volume, quer em valor, é de realçar que o valor médio da produção no Algarve é superior à média nacional e que, no período em análise, essa diferença aumentou. O Algarve tem condições naturais favoráveis ao desenvolvimento da aquicultura, em particular em modo extensivo e semi-intensivo (ver Tabela 4.13). A produção nacional continua a não ser suficiente para cobrir as necessidades de consumo, devendo continuar a apostar-se no incentivo à atividade, a racionalização dos custos de produção, na investigação em torno da introdução de novas espécies, mas também, entre outros aspectos, na sensibilização no que se refere a opções e hábitos de consumo.

Uma outra questão refere-se à necessidade de agilizar os processos de licenciamento e, sobretudo, definir claramente as competências das entidades públicas envolvidas, nomeadamente de forma a evitarem-se conflitos no uso do espaço marinho.

<sup>50</sup> Não inclui salgados, congelados e aquicultura

	Portugal (continental)				Algarve			
	t	%	mil €	%	t	%	mil €	%
<b>Total</b>	<b>9.166</b>	<b>100</b>	<b>58.279</b>	<b>100</b>	<b>3.207</b>	<b>100</b>	<b>29.263</b>	<b>100</b>
<b>Água doce</b>	<b>1.115</b>	<b>12,2</b>	<b>2.597</b>	<b>4,5</b>	0	-	0	-
Extensivo	0	-	0	-	0	-	0	-
Intensivo	1.115	12,2	2.597	4,5	0	-	0	-
Semi-intensivo	0	-	0	-	0	-	0	-
<b>Águas marinhas e salobras</b>	<b>8.051</b>	<b>87,8</b>	<b>55.682</b>	<b>95,5</b>	<b>3.207</b>	<b>100</b>	<b>29.263</b>	<b>100</b>
Extensivo	3.504	38,2	29.024	49,8	2.761	86,1	26.221	89,6
Intensivo	3.648	39,8	21.179	36,3	5	0,2	53	0,2
Semi-intensivo	899	9,8	5.478	9,4	441	13,8	2.989	10,2

**Tabela 4.13 - Produção dos estabelecimentos de aquicultura por tipo de água e regime de exploração, em 2011**

Fonte: CCDR Algarve. INE

A aquicultura deve ser vista como uma atividade complementar à pesca, podendo contribuir para a absorção de recursos humanos, para diminuir o défice da balança comercial de produtos alimentares, ao mesmo tempo que tem um papel decisivo na diminuição da pressão sobre os recursos piscatórios.

O Governo anunciou a intenção de duplicar a capacidade de produção do país, com o objetivo primeiro de abastecer o mercado interno, que consome três vezes mais pescado do que a média europeia, e que é dependente das importações.

Assim, espera-se que tal intenção seja rapidamente materializada, devendo para tal o Governo promover maior celeridade e desburocratização nos procedimentos associados ao licenciamento e funcionamento da atividade, não negligenciando o controlo dos pontos críticos do processo, principalmente associados à superintendência dos recursos naturais / ambientais, às questões da segurança alimentar / saúde humana e ao potencial de conflitualidade entre as atividades económicas que disputam o mesmo espaço do domínio público marítimo.

As prioridades estratégicas para os subsectores da pesca e aquicultura no Plano Estratégico Nacional para a Pesca compreendem:

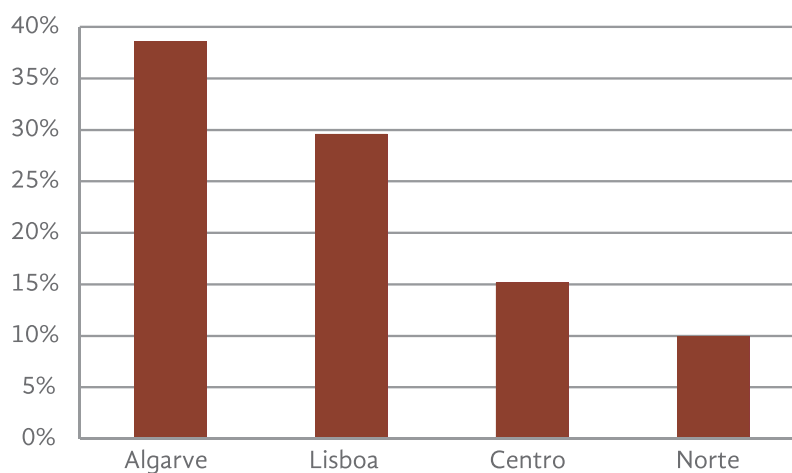
- Promoção da competitividade do setor das pescas, no âmbito de uma adaptação aos recursos disponíveis e exploráveis;
- Reforço da inovação e diversificação da produção aquícola;
- Criação de mais valor e diversificação na indústria transformadora;
- Desenvolvimento sustentável das zonas costeiras mais dependentes da pesca.

Devido às suas características, a aquicultura pode incorporar com facilidade os resultados da investigação aplicada e rapidamente transformar os avanços técnico-científicos, incrementando a produção de rotinas que geram maior retorno económico. As iniciativas experimentais realizadas em áreas offshore, têm fornecido um modelo de alto potencial aquícola e com uma melhor integração com o ambiente circundante.

A salicultura é outra atividade relevante no Algarve. Em 2012, a região foi responsável por mais de 96% da produção de sal nacional (Figura 4.11). Nesse mesmo ano, a produção de sal marinho em Portugal Continental foi de 89.000 toneladas, com um aumento de cerca de 85% em relação a 2011, enquanto no Algarve cresceu 89%. A produção média anual em Portugal é de cerca de 2.500 toneladas por lagoa de sal. O Algarve regista uma produtividade mais elevada, cerca de 3.500 toneladas.

A Universidade do Algarve e o ex-IPIMAR, agora IPMA - Instituto Português do Mar e da Atmosfera, desenvolveram nas últimas décadas capacidade científica suficiente que pode impulsionar este setor. É interessante notar a capacidade de interligação das várias unidades de I&D com empresas, em especial as de piscicultura. A intensidade crescente da aplicação da ciência em técnicas de produção pode dar origem a inovações que fortaleçam a competitividade de todo o setor. Uma área promissora de desenvolvimento é a chamada biotecnologia azul, onde a investigação e desenvolvimento baseado em recursos marinhos pode dar origem a aplicações promissoras em áreas como a farmacêutica, a cosmética ou a dietética.

O desafio global para o setor do Mar será o da criação de uma cadeia de valor assimilando atividades heterogêneas que utilizam um recurso natural sensível. No campo da Pesca e da Aquicultura, a produção poderia ligar-se com a tradição produtiva regional de conservas de peixe, cujas unidades são ocasionalmente capazes de manter a diversificação de produtos e alguma capacidade de diferenciação (de qualidade e produção de inovações), bem como atividades de logística (instalações, armazenamento), transporte e distribuição. O mar também é um recurso importante para o turismo, a principal atividade económica da região, no desenvolvimento de vários produtos turísticos: sol e mar, cruzeiros, ecoturismo, náutico, desportivo. De facto, 38,6% de todos os operadores turísticos marítimos estão no Algarve (ver Figura 4.11).



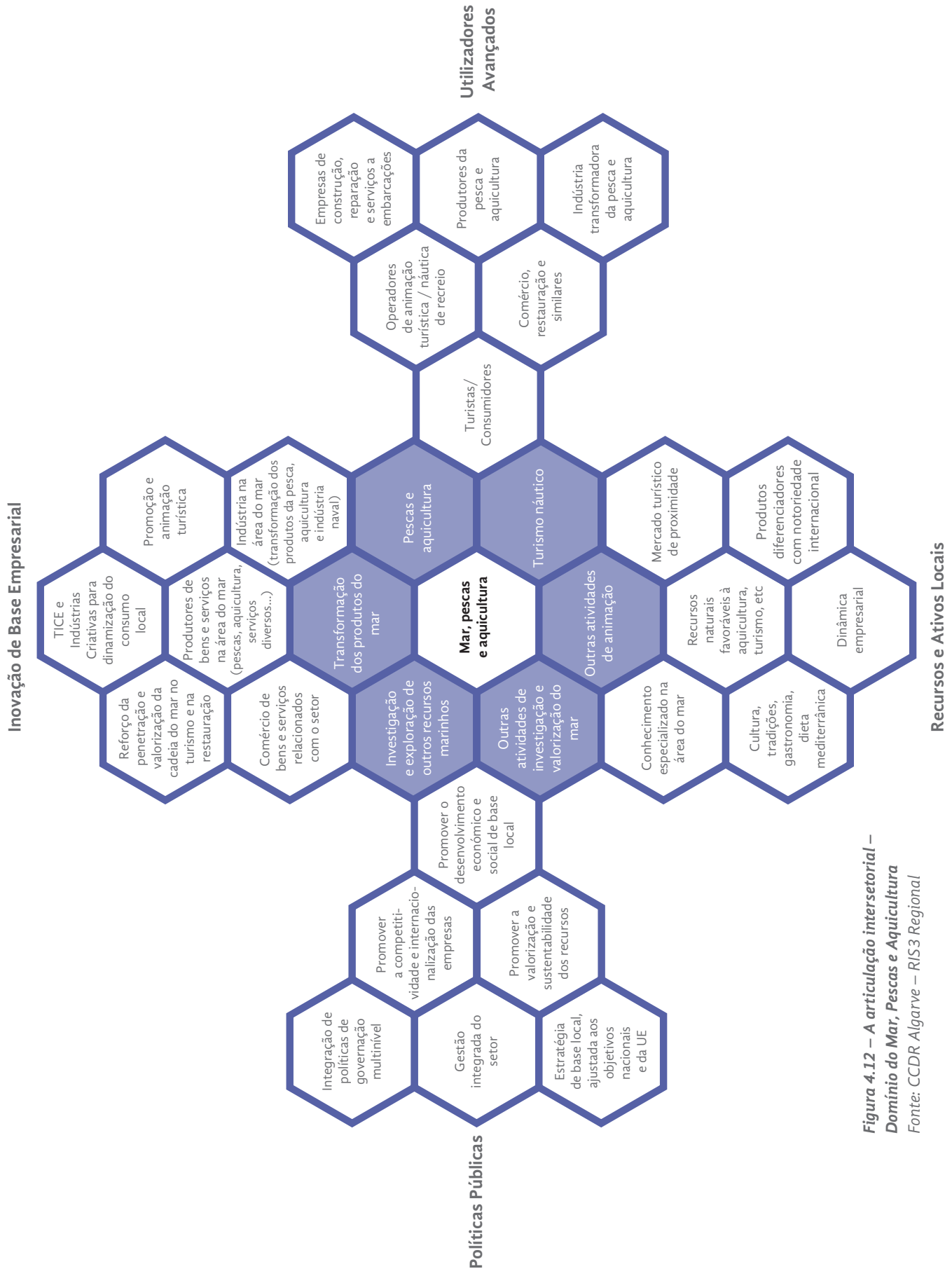
**Figura 4.11 - Operadores de a tividades marítimo-turísticos registados (a partir de 2013/04/12)**  
 Fonte: Turismo de Portugal, RNAAT.

As aplicações de I&D de base marítima também abrangem um potencial desbloqueador em diversas áreas (por exemplo, meio ambiente, biotecnologia azul, saúde, TIC), mas não há mecanismos de financiamento ao nível da região (por exemplo, capital de risco) para alavancar as atividades pré-competitivas necessárias e além disso, as instituições de intermediação não têm fornecido uma resposta satisfatória para colmatar a lacuna entre a investigação e o mercado.

A iniciativa Maralgarve é uma plataforma que pode, a curto prazo, ser um instrumento interessante e aglutinador para alavancar o desenvolvimento do cluster do mar no Algarve. No entanto, tal como nos restantes setores, também esta estrutura carece de consolidação da sua posição, por forma a demonstrar a sua real capacidade

para dinamizar todo o setor na região, envolver todos os associados e demais interessados no desenvolvimento conjunto de projetos inovadores, capazes de acrescentar valor aos recursos locais do setor na região e assim servir de intermediário e real alavanca entre as iniciativas públicas, as privadas e o conhecimento, justificando por essa via eventuais mecanismos financeiros para reforço da capacitação institucional.

As prioridades na área devem incidir nos domínios de cruzamento entre as dimensões das políticas, com os recursos, as empresas e os utilizadores avançados (Figura 4.12).



**Figura 4.12 – A articulação intersectorial – Domínio do Mar, Pescas e Aquícultura**  
 Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Região com a maior extensão de costa no continente;</li> <li>• Excelência da costa do Algarve;</li> <li>• Mercado consolidado para a pesca e aquicultura;</li> <li>• A pesca tradicional é uma componente importante da identidade regional;</li> <li>• Competência e dinâmica de várias unidades de investigação em Ciências do Mar;</li> <li>• Áreas Protegidas e Biodiversidade;</li> <li>• Existência de empresas exportadoras em várias áreas relacionadas com o mar (por exemplo, pesca, sal marinho, aquicultura, conservas, biotecnologia), com reconhecimento internacional;</li> <li>• Excelentes condições de solo e clima para culturas marinhas e bivalves;</li> <li>• Produtos de alta qualidade de empresas de aquicultura em resultado da modernização das unidades de produção.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistema de leilão de venda de peixe que beneficia os intermediários e induz a venda fora do mercado;</li> <li>• Frota de pesca desatualizada;</li> <li>• Conflitos entre várias atividades marítimas (por exemplo, turismo contra a pesca);</li> <li>• Pesca ilegal;</li> <li>• Complexidade do licenciamento de unidades de aquicultura;</li> <li>• Preponderância de microempresas produtoras de moluscos;</li> <li>• Utilização ineficiente dos fundos nacionais e comunitários por setores relacionados com o mar e a necessidade de se adaptarem os programas;</li> <li>• Fraca disseminação e absorção de conhecimento codificado resultante de investigação aplicada por empresas;</li> <li>• Cadeia de valor do mar não estruturada, tanto interna como externamente, com cadeias de valor complementares (por exemplo, Agroalimentar, turismo).</li> </ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção concertada dos produtos do mar do Algarve (por exemplo, peixe, sal);</li> <li>• Localização geográfica estratégica entre o Oceano Atlântico e o Mar Mediterrâneo;</li> <li>• Contexto nacional e internacional favorável para o desenvolvimento integrado de atividades marítimas;</li> <li>• Reforçar as ligações com as atividades industriais (construção e reparação naval, conservas);</li> <li>• A crescente procura por produtos do mar em Portugal (com apenas metade a ser produzida internamente);</li> <li>• Maralgarve, um instrumento na implementação da Estratégia Regional para o Mar;</li> <li>• Fortalecimento dos equipamentos dos portos de pesca;</li> <li>• Aumento da procura por atividades de ecoturismo;</li> <li>• Nichos de mercado para frutos do mar de alta qualidade (por exemplo, ostras e mexilhões), e conhecimento local especializado;</li> <li>• Instalações de aquicultura <i>offshore</i>;</li> <li>• Novas tecnologias (genética, nutrição, técnicas de gestão) permitem o desenvolvimento de serviços de nicho, a diversificação da produção e o aumento da produtividade;</li> <li>• Disponibilidade de conhecimento acumulado local e mão-de-obra qualificada;</li> <li>• Modernização da frota de pesca.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Poluição e esgotamento dos recursos marinhos;</li> <li>• Restrições à pesca reduzem a atratividade do setor;</li> <li>• Linha de costa sensível (por exemplo, erosão);</li> <li>• Baixa proporção do valor criado é apropriada pelos pescadores;</li> <li>• Envelhecimento da população do setor das pescas dificulta a renovação da atividade;</li> <li>• Descontinuidade de programas comunitários para apoiar as atividades relacionadas com o mar (em particular a pesca);</li> <li>• Pressão urbana / construção em áreas costeiras;</li> <li>• A concorrência dos países com condições climáticas mais favoráveis para a aquicultura (Grécia);</li> <li>• Múltiplos interesses e conflitos ambientais nos Parques Naturais localizados em zonas Natura e REN;</li> <li>• A aquicultura ainda é considerada como "perigosa para o ambiente";</li> <li>• Dificuldade para atrair e fixar investimento estrangeiro.</li> </ul>

Tabela 4.14 - Análise SWOT do Mar



### 4.3.1. Agroalimentar

O setor agroalimentar é tradicionalmente visto como um setor com importância na economia regional. A sua cadeia de valor integra as atividades que se estendem da agricultura e produção animal, à distribuição e marketing passan-

do pela indústria. A cadeia de valor beneficia dos recursos existentes e da I&D. A experiência da Universidade do Algarve, a partir de Engenharia Alimentar e das Ciências Agrárias, também é importante.



Figura 4.13 – Cadeia de valor do agroalimentar

A importância do setor diminuiu consideravelmente nas últimas décadas. Tal deve-se principalmente ao declínio da agricultura, que foi uma das principais atividades na região, mas que tem lutado para se modernizar e se manter competitiva apesar da existência de fatores condicionantes, nomeadamente a pequena escala das explorações, os baixos níveis de habilitação académica dos empregadores e dos trabalhadores do setor e ainda a elevada média de idade dos agricultores. Além disso, a estrutura dessas produções primárias está fortemente subordinada ao poder

do mercado da grande distribuição e compras, limitando o potencial para a recuperação económica.

A superfície agrícola utilizada (SAU) e o número de explorações agrícolas regionais diminuíram significativamente num período de apenas 4 anos, entre 2005-2009 (ver Tabelas 4.15 e 4.16). A quebra foi bastante mais acentuada do que no país, especialmente no que se refere à dimensão da SAU.

	2005	2009	Δ 2005-2009
	ha	ha	
Portugal	3.679.587	3.668.145	-0,3%
Algarve	106.225	88.297	-16,9%
Algarve/ país	2,9%	2,4%	0,5pp

Tabela 4.15 - Superfície agrícola utilizada

Fonte: CCDR Algarve. INE

	2005	2009	$\Delta$ 2005-2009
	No.	No.	
Portugal	323.920	305.266	-5,8%
Algarve	14.721	12.383	-15,9%
Algarve/ país	4,5%	4,1%	-0,4pp

**Tabela 4.16 - Explorações agrícolas**

Fonte: CCDR Algarve. Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas, Recenseamento Agrícola 2009, INE

Apesar da queda em vários indicadores que refletem a pequena importância do setor empresarial agrícola em termos de emprego, volume de negócios e VAB, existem alguns sinais de recuperação, nomeadamente em termos de criação de empresas e investimentos (ver secções anteriores). Além disso, apesar da pressão da crise económica e da contração do mercado interno, a região tem registado alguns casos de sucesso interessantes com empresas dinâmicas a operar e competir nos mercados externos, por exemplo nos segmentos dos legumes e frutas e das plantas ornamentais. Os principais fatores competitivos estão relacionados com a diferenciação e antecipação das produções e/ou com as técnicas de melhoria da produção, bem como com a capacidade para melhorar tanto a produção como a sua expedição.

A região tem neste setor algumas vantagens que devem ser consideradas e potenciadas:

- As ciências agrárias, a biotecnologia vegetal e a agricultura biológica são fatores de diferenciação no setor, com ativos regionais capazes de realizar investigação aplicada em ligação com a indústria e com os produtores;
- Os citrinos e algumas culturas específicas (p.ex. frutos vermelhos, morangos e a alfarroba), têm forte potencial para se desenvolverem no Algarve, e existem mercados externos potenciais, onde o seu valor pode ser totalmente explorado (por exemplo, para os aditivos alimentares);
- Os produtos tradicionais têm uma qualidade reconhecida pelos consumidores e apresentam viabilidade de valorização em nichos de mercado (p.ex. biológico e gourmet). O setor agroalimentar no Algarve é caracterizado por uma série de atividades que têm algum potencial de inovação nos seus processos económicos e produtivos, mas que deve ser reforçada por uma série de elementos-chave.

A qualidade e certificação das produções são oportunidades essenciais para o fortalecimento da cadeia de valor. Nesse sentido, devem ser adotados sistemas de gestão de qualidade e segurança alimentar que garantam que as exigências dos consumidores e a legislação sejam cumpridas, recebendo o reconhecimento do mercado por esta prática e a respetiva diferenciação e valorização. A segurança alimentar é, efetivamente, uma área de grande importância à luz da defesa do consumidor e da necessidade de cumprir com as diretivas europeias relevantes e de conformidade com as especificidades que permitem o acesso a determinados mercados externos.

O desenvolvimento económico de atividades vinculadas a produções tradicionais, sejam atividades primárias ou de processamento, recuperou importância nos últimos anos, após um período de declínio. Apesar da redução tanto no volume de produção como no número de produtores (e do envelhecimento dos agricultores ativos / produtores / artesãos), houve também uma diversificação de explorações de produções tradicionais. Além disso, a capacidade de antecipar produções (colheita antes do período normal devido a condições climáticas), com elevados padrões de qualidade de frutas e legumes para exportação (p. ex. bagas de frutas, frutas cítricas, saladas), juntamente com a qualidade da alfarroba e da cortiça produzida na região, são fatores distintivos, reconhecidos internacionalmente, ainda que limitado a poucos produtores, pelo que importa densificar e fortalecer a capacidade produtiva regional associada a estas produções.

	2000	2005	2011	média anual 2000-2011
	t			
Laranja	167.131	161.590	185.456	178.400
Tangerina	36.367	46.921	28.913	44.210
Uva de mesa	21.149	8.521	3.686	11.600
Batata de regadio	13.821	6.612	4.245	10.879
Limão	5.037	6.382	6.408	6.655
Azeitona para azeite	3.927	2.519	10.869	6.576
Milho	7.191	4.405	1.533	5.154
Pêssego	6.456	3.395	2.239	3.801
Uva para vinho	1.840	3.727	1.753	3.279
Aveia forrageira	0	0	35.047	3.186
Diospiro	2.310	2.033	2.874	2.704
Tânger	2.870	3.056	828	2.388
Trigo	3.303	442	954	1.950
Figo	2.064	993	1.590	1.908
Amêndoa	1.670	1.279	749	1.569

**Tabela 4.17 - Produção das principais culturas no Algarve (toneladas)**

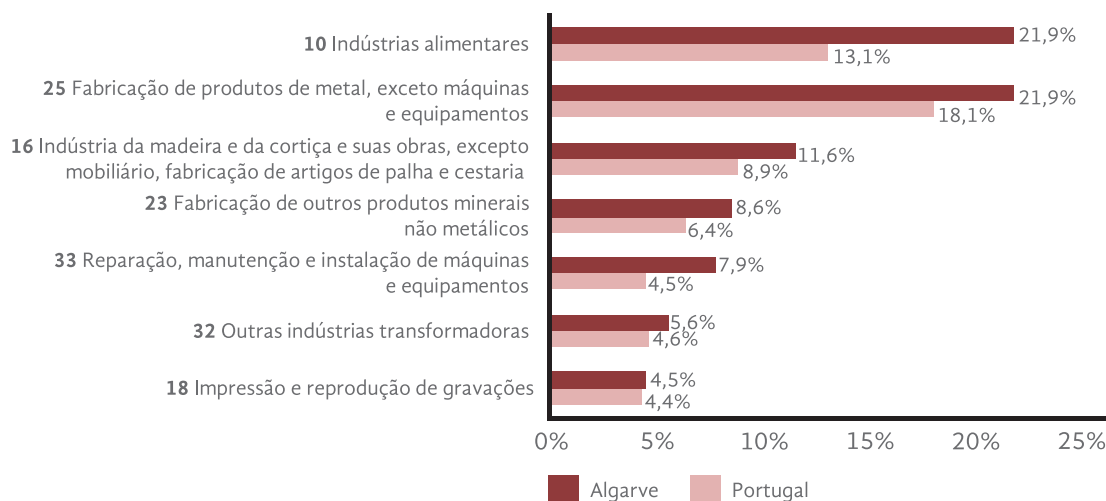
Fonte: CCDR Algarve, dados - INE.

Estas produções tradicionais exibem conteúdo inovador superior (p. ex. o uso de alfarroba em doces regionais e padaria), embalagens diferenciadoras com novo design e composição (p. ex. sal marinho tradicional, doces de amêndoa e figo). No entanto, o relacionamento com o mercado baseia-se predominantemente em estratégias individuais e é dependente de intermediários, que antecipam uma parte da mais-valia. Além disso, a limitada capacidade de produção impede a expansão para mercados maiores, portanto, as estratégias devem concentrar-se em nichos.

Estes produtos também representam uma boa oportunidade para a regeneração e desenvolvimento económico das chamadas áreas de baixa densidade da região.

A agricultura biológica é, de igual modo, um segmento interessante. Há uma tendência crescente de procura destes produtos e o seu valor excede o das produções agrícolas equivalentes, produzidas de modo convencional.

No geral, a indústria agroalimentar no Algarve tem sido caracterizada por uma baixa incorporação de tecnologia e inovação. No entanto, esta é uma das principais indústrias da região, considerando o número de empresas existentes (ver Figura 4.14). A indústria regional é condicionada pelo perfil de gestão, mas também pela falta de pessoal qualificado para o trabalho industrial no nível intermédio. A existência de formação qualificada na Universidade do Algarve pode constituir um fator de competitividade para as empresas regionais, facilitando a introdução de elementos inovadores na cadeia de valor.



**Figura 4.14 - Distribuição das empresas da indústria transformadora em 2010, de acordo com a CAE-Rev.3**

Fonte: CCDR Algarve. INE.

O aumento da produtividade dos processos de produção na cadeia de valor do setor agroalimentar requer mudanças significativas nas rotinas instaladas. Uma das atualizações a efetuar passa por ligar as necessidades e os novos desafios que se colocam à produção e transformação com os resultados da investigação científica no domínio das ciências agrárias e engenharia alimentar ou marketing, entre outros:

- A investigação aplicada em biotecnologia tem um papel importante a desempenhar, contribuindo para aplicações produtivas que levam a uma maior produtividade das culturas agrícolas, incluindo frutas e verduras;
- A proteção integrada tem um campo de estudo no Algarve, com aplicações de grande interesse e com resultados experimentais confirmados;
- Melhores tecnologias de refrigeração, lavagem, secagem, refrigeração pós-colheita e embalagem, podem ter um impacto significativo sobre a competitividade da indústria, especialmente ao abordar o mercado internacional.

A inovação no agroalimentar<sup>51</sup> é altamente dependente da otimização dos processos de produção, automação, controlo e certificação. Esses fatores permitem uma resposta rápida às novas exigências da procura, novas marcas e embalagens. As TIC podem desempenhar um papel muito importante, seja na gestão da tecnologia, no controlo de qualidade ou na logística, juntamente com a promoção de infraestruturas de investigação e desenvolvimento relacionadas com a produção e transformação. A resposta para os desafios do setor agroalimentar deve considerar a dimensão como o fator crucial, distinguindo a produção em média ou grande escala das pequenas produções de carácter tradicional, como por exemplo a alfarroba e a produção de frutas e vegetais, especialmente frutas cítricas e outras frutas.

As abordagens são diferentes, mas em ambos os casos deve enfatizar-se a importância da qualidade e diferenciação das características da produção agroalimentar. Estas vantagens comparativas estão novamente associadas à escala de produção, que permite a possibilidade de aceder a mercados de maior valor e competir com outras produções.

<sup>51</sup>A “nova” agricultura prossegue um paradigma de “agricultura de precisão” potenciando a emergência de tecnologias de apoio à atividade agrícola, com bons exemplos no Algarve que possibilitam competitividade global a algumas culturas regionais.

O fator crítico para produções de maior escala é uma ótima inserção em cadeias de distribuição, mais especificamente na detecção de grandes mercados importadores com elevado poder de aquisição. Assim, é importante que os atores envolvidos na cadeia de produção e os vários segmentos da procura articulem as posições de cada um, em particular os agricultores, em projetos e iniciativas de cooperação empresarial, na definição dos requisitos e assistência técnica (por exemplo, atrair capitais e tecnologias e adaptá-los às produções regionais).

As produções de menor escala devem concentrar-se na definição de uma estratégia de negócios alinhada, por exemplo, uma marca regional ou um projeto de certificação de origem<sup>52</sup>. Estas produções devem ter em conta as necessidades de outros setores, particularmente da hotelaria e da restauração, e relacionarem-se diretamente com os hotéis e com as empresas de *catering*. Os produtos devem ser avaliados na base das especificidades e particularidades regionais, estimulando a transmissão do saber-fazer tradicional que se baseia, em grande parte, no conhecimento tácito. A procura regional para a produção agroalimentar ainda é altamente dependente das importações (ver Secção 3), e o mercado interno pode ser uma oportunidade a ser mais explorada.

As prioridades na área agroalimentar devem incidir nos domínios de cruzamento entre as dimensões das políticas, com os recursos, as empresas e os utilizadores avançados (Figura 4.15)

---

<sup>52</sup> Os produtos “gourmet” estão associados a um turista mais sofisticado e podem associar-se também à “Dieta Mediterrânica”. A conjugação dos dois, cria sinergias positivas na imagem externa.



## Inovação de Base Empresarial

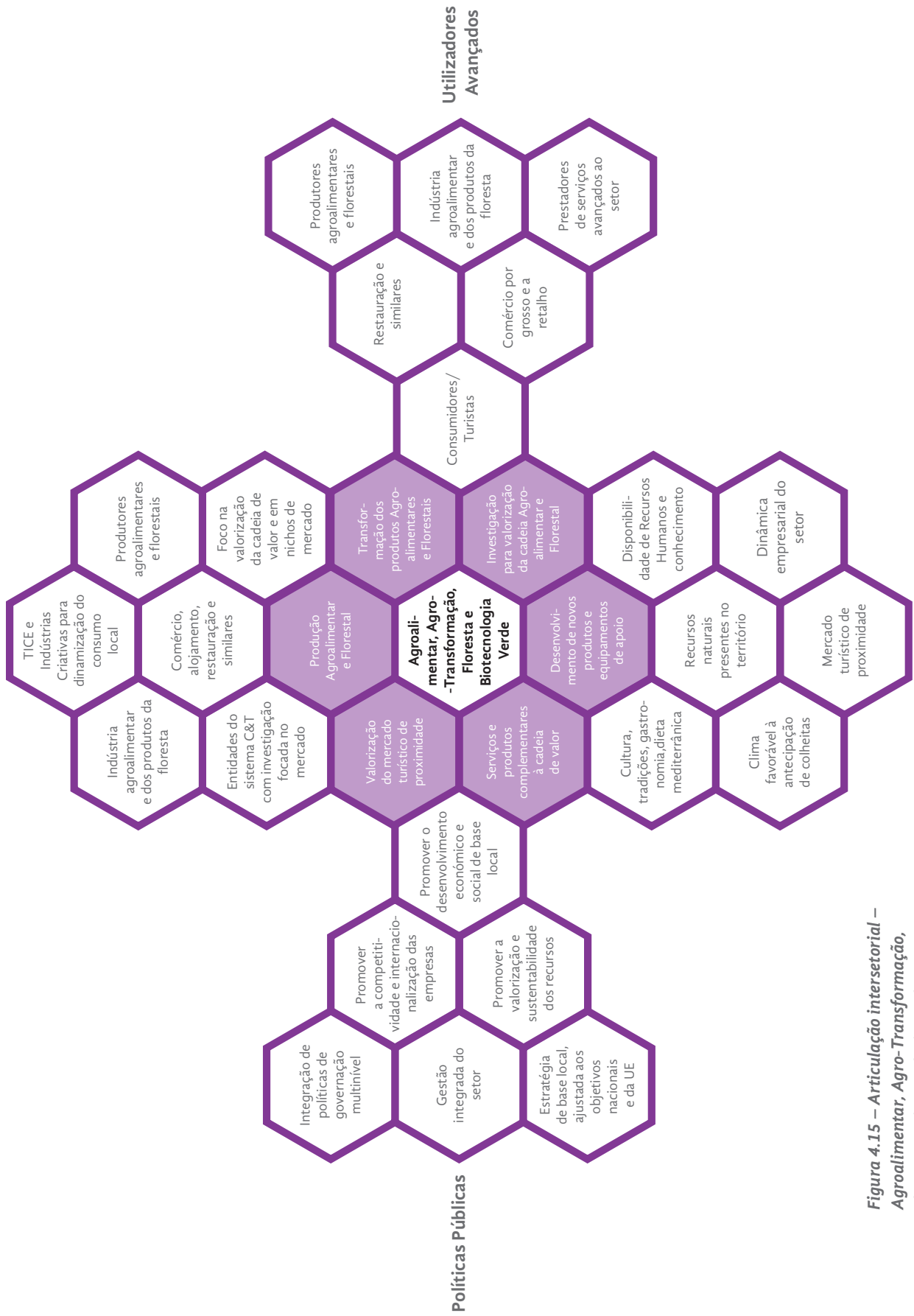


Figura 4.15 – Articulação intersectorial – Agroalimentar, Agro-Transformação, Florestas e Biotecnologia verde

Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Condições climáticas favoráveis e solos com elevados níveis de fertilidade;</li> <li>• Tradição regional na indústria agroalimentar;</li> <li>• Capacidade produtiva de espécies de elevado desempenho que transcendem o mercado local (por exemplo, citrinos, alfarroba e frutos vermelhos);</li> <li>• Composição diversificada de pomares de citrinos que permitem longos períodos de produção;</li> <li>• Experiência com projetos de investigação sobre vários temas específicos para as qualificações tecnológicas do setor;</li> <li>• Disponibilidade de know-how tecnológico;</li> <li>• Existência de alguma capacidade agroindustrial instalada;</li> <li>• Produtos regionais específicos com valor de mercado, mas que necessitam de certificação, de organização e marketing;</li> <li>• Alguma cooperação nos domínios da investigação, redes comerciais e processamento industrial da produção primária;</li> <li>• Instalações e capacidade de conservação da produção agroalimentar no Mercado Abastecedor de Faro (MARF).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Deficiente organização dos produtores e da capacidade de concentrar a oferta;</li> <li>• Ação insuficiente a jusante da cadeia de valor (promoção e marketing);</li> <li>• Trabalho de baixa qualificação;</li> <li>• Modernização insuficiente de empresas existentes, limitada pela baixa adoção tecnológica;</li> <li>• Dificuldades no fornecimento de mão-de-obra sazonal, com baixas qualificações;</li> <li>• A procura está concentrada na grande distribuição, enfraquecendo a posição negocial dos produtores;</li> <li>• Dificuldade em atender os requisitos para aceder aos apoios do FEOGA;</li> <li>• A associação e organização deficitária da produção primária, enfraquecem a estruturação de redes de comercialização;</li> <li>• Os elevados custos do licenciamento da agro-indústria.</li> </ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O uso do "Algarve" como indicação geográfica para a diferenciação do produto;</li> <li>• O turismo pode ser um veículo para promover a produção regional (por exemplo na gastronomia);</li> <li>• Reforçar a cooperação nos domínios da investigação, redes comerciais e de transformação;</li> <li>• O mercado regional pode absorver produções frescas e tradicionais;</li> <li>• Criação de quintas, revitalizando o setor;</li> <li>• Reforço do posicionamento internacional da alfarroba, dos morangos e das bagas;</li> <li>• Integração do agroalimentar com outras atividades (por exemplo, artesanato, turismo);</li> <li>• Fortalecer a capacidade de investigação da Universidade do Algarve;</li> <li>• Valorização de ervas e aromáticos e produtos de origem biológica;</li> <li>• Novas culturas (por exemplo, hidroponia, subculturas tropicais);</li> <li>• Maior abertura dos consumidores às produções regionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dificuldades na diferenciação dos produtos regionais contra produtos de baixa qualidade com menor preço;</li> <li>• Declínio da agricultura tradicional mediterrânica (posicionamento de mercado, envelhecimento da população, falta de inovação);</li> <li>• Exposição à concorrência de regiões mais competitivas (por exemplo, Andaluzia);</li> <li>• Produções do Mediterrâneo condicionadas pela PAC;</li> <li>• Degradação ambiental;</li> <li>• Elevada sazonalidade das produções pode limitar o crescimento do setor;</li> <li>• Falta de investimento público e privado em áreas do interior;</li> <li>• Alto custo da energia (eletricidade e combustíveis);</li> <li>• Utilização de processos de baixa intensidade tecnológica.</li> </ul>

Tabela 4.18 - Análise SWOT do setor Agroalimentar

### 4.3.2. Economia Verde

As principais atividades da cadeia de valor regional das energias renováveis estão relacionadas especialmente com as áreas da energia solar e da consultoria e instalação de equipamentos, onde a atividade empresarial é mais intensa.

A energia eólica tem sido a principal fonte de produção de energia renovável no Algarve, com uma quota de 98,6% em 2010, e com um aumento constante desde 2000 (ver Figura 4.16).

A aprovação, em 2002, do programa E3 (Eficiência Energética em Edifícios) e E4 (Eficiência Energética e Energias Endógenas), abriu um mercado de consultoria em eficiência energética e conduziu ao desenvolvimento de vários projetos financiados pela Comunidade visando a adoção de medidas com vista à eficiência energética em edifícios públicos.

Como consequência, surgiram diversas empresas ligadas aos serviços especializados na área de consultoria e engenharia e de instalação de equipamentos.

A existência de nichos ao nível da procura (por exemplo, dos estrangeiros residentes) permitiu a penetração e o desenvolvimento de algumas PME ligadas a este ramo, no Algarve. O mercado da construção também induziu a expansão da utilização de energias renováveis. Também os hotéis e resorts se têm preocupado em adotar estas tecnologias. Apesar da crise económica e do declínio da construção e das atividades imobiliárias, outros nichos promissores estão em desenvolvimento, nomeadamente aplicações para a agricultura, uma atividade que está novamente a gerar emprego.

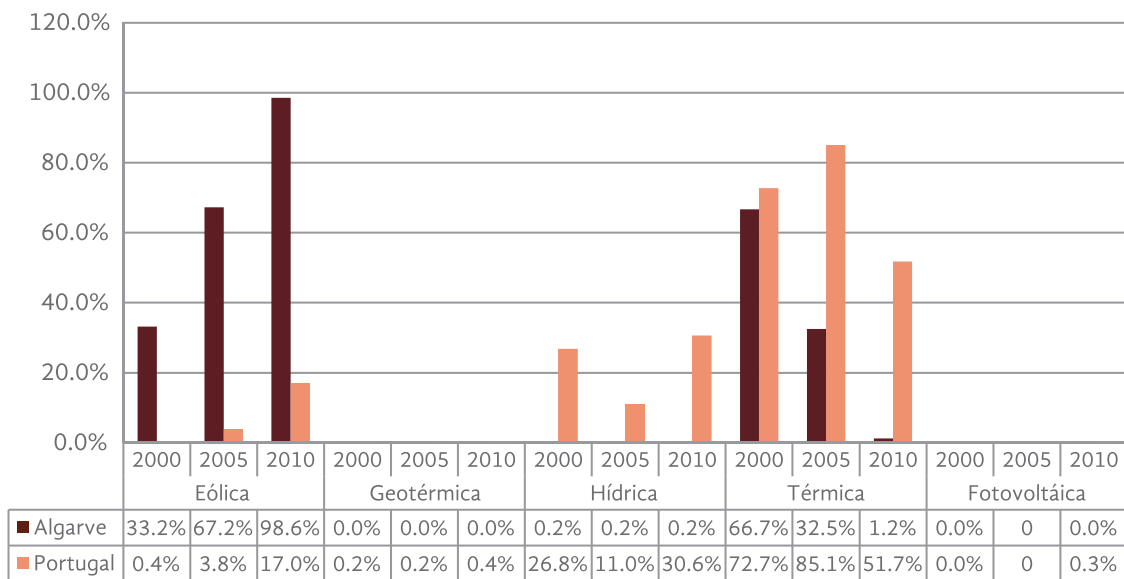


Figura 4.16 - Quota da produção bruta de eletricidade, por tipo de produção de eletricidade

Fonte: CCDR Algarve.INE.



O Algarve reúne uma série de condições essenciais que podem levar ao desenvolvimento de uma cadeia de valor dinâmica em energias renováveis:

- Condições climáticas adequadas para o aproveitamento da energia solar, eólica e das marés;
- Região com o maior número de horas de sol e com pouca variação ao longo do ano<sup>53</sup>;
- Existência de centros de investigação académica e experiência ativa de cooperação com empresas e entidades públicas (por exemplo, escolas);
- Conhecimento acumulado pelas empresas que operam no setor;
- Experiência de cooperação em projetos-piloto de parcerias público-privadas;
- Relevância social e política da questão energética, principalmente pela necessidade de encontrar alternativas aos combustíveis fósseis;
- Necessidade de incorporar soluções técnicas adequadas nos edifícios.

Estas oportunidades devem ser exploradas ao máximo pois são fundamentais para cumprir as metas relacionadas com a melhoria da eficiência energética e a diminuição das emissões de gases com efeito estufa) ao mesmo tempo que contribuem para a diversificação da economia regional (competitividade e emprego), através do estabelecimento de ligações ao longo da cadeia de valor, a montante e a jusante e com outros setores (TIC, desenvolvimento de produtos, I&DT, Turismo).

No entanto, para a consolidação das energias renováveis como um setor estratégico para o Algarve é necessário um fator crucial, o desenvolvimento de tecnologias na região. A maioria das tecnologias utilizadas na região não são aqui produzidas, são importadas ou adquiridas no mercado interno, e a região é carente de meios para desenvolver esta área. Além disso, as linhas de I&D da Universidade do Algarve estão essencialmente relacionadas com a construção, a gestão da construção, a monitorização e avaliação do consumo de energia e, portanto, não estão direcionadas para o desenvolvimento tecnológico em si.

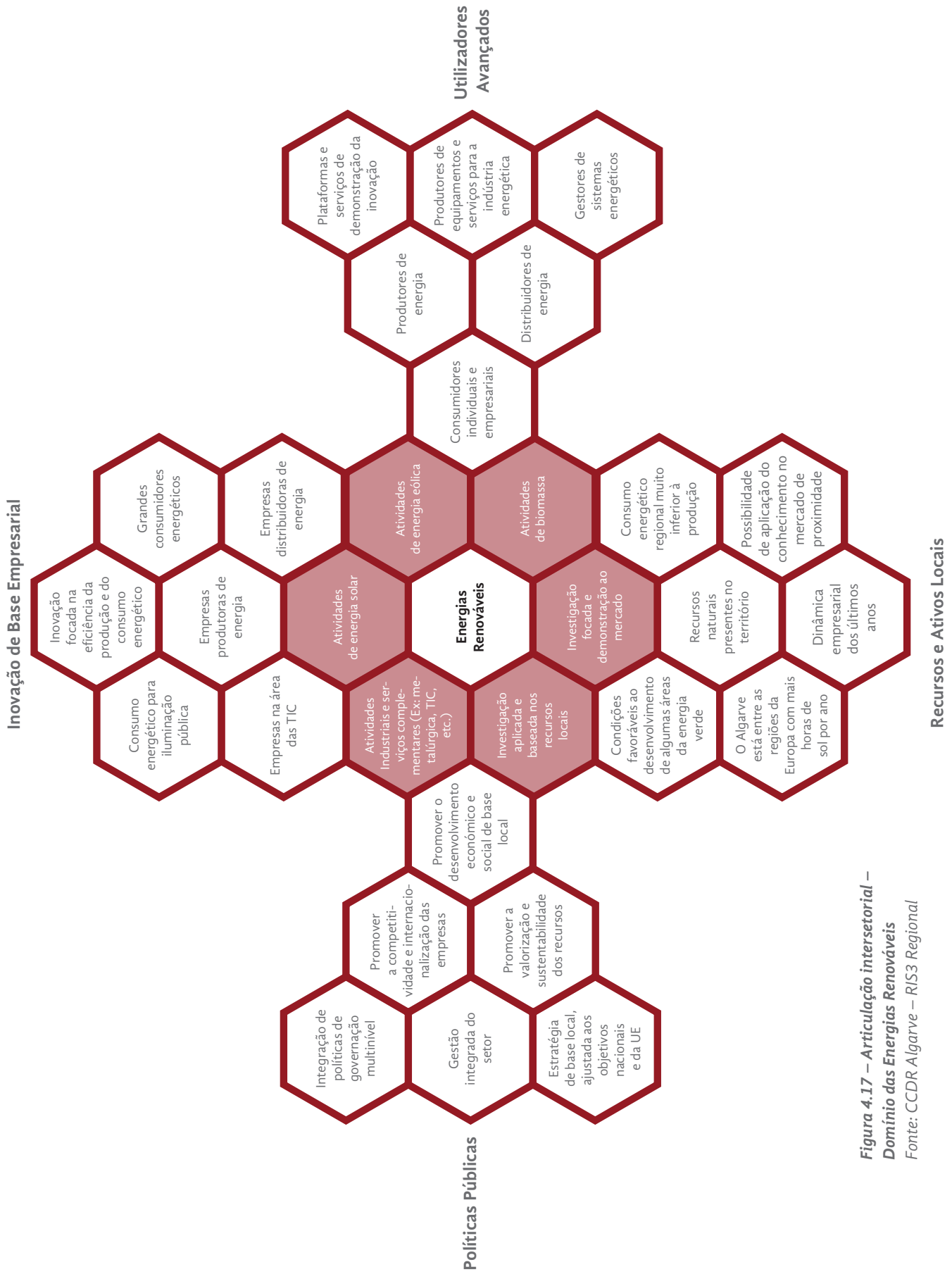
Portanto, a estratégia deve enfatizar uma “subida” na cadeia de valor, para atividades a montante (desenvolvimento de tecnologia e produção), dado que existe mercado para essas tecnologias, bem como conhecimentos técnicos locais a nível de instalação e utilização e ainda porque a Universidade do Algarve tem capacidade para formar mão de obra qualificada e já desenvolve projetos de investigação no campo da energia solar, energia eólica, biomassa / biocombustíveis, energia das marés, entre outras.

A intenção de evoluir para uma região Carbono Zero obriga a que todo o território assuma responsabilidades nestes domínios, no balanço de compensações e emissões entre litoral e interior.

Os domínios da economia verde, em particular a valorização económica dos resíduos, devem assumir neste contexto estratégico uma dimensão relevante.

As prioridades na área das Energias Renováveis devem incidir nos domínios de cruzamento entre as dimensões das políticas, com os recursos, as empresas e os utilizadores avançados ( Figura 4.17).

<sup>53</sup> European Commission, Joint Research Centre, Institute for Energy: <http://re.jrc.ec.europa.eu/pvgis/>



**Figura 4.17 – Articulação intersetorial – Domínio das Energias Renováveis**  
 Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O consenso político sobre a necessidade de alternativas aos combustíveis fósseis;</li> <li>• Excelentes condições naturais para o desenvolvimento da energia solar, biomassa, eólica e energia das marés;</li> <li>• A crescente procura por produtos e serviços relacionados com as energias renováveis;</li> <li>• Grandes hotéis e resorts estão a adotar cada vez mais medidas de eficiência energética;</li> <li>• Número significativo de empresas prestadoras de serviços e equipamentos relacionados com energias renováveis (principalmente solar);</li> <li>• Mapeamento das condições regionais de vento, sol e biomassa (AREAL).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Habitações pequenas que carecem de recursos para adotar novas práticas e utilizar fontes de energia renováveis;</li> <li>• Articulação limitada entre as empresas de energias renováveis (foco em estratégias individuais);</li> <li>• Falta de fornecedores locais de tecnologia;</li> <li>• Plano Energético Regional desatualizado;</li> <li>• Análise de custo / benefício de investimentos em energias renováveis ainda dependente de financiamento público.</li> </ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Área estratégica para o Horizonte Europa 2020;</li> <li>• Setor de construção cada vez mais interessado em adotar soluções de eficiência energética em edifícios;</li> <li>• A consciência dos consumidores intermédios e finais sobre as questões de eficiência energética;</li> <li>• Legislação na área da eficiência energética e energias renováveis, incluindo o novo regime para os edifícios;</li> <li>• Programas Nacionais e comunitários com foco na energia;</li> <li>• Utilização de energias renováveis em edifícios públicos e utilitários (por exemplo, ETAR).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lenta adoção de novas fontes de energia na Região;</li> <li>• Redução de incentivos fiscais para a aquisição de equipamentos e serviços focados em consumidores finais;</li> <li>• Declínio do setor de construção pode limitar o mercado para novas instalações;</li> <li>• Resistência à introdução de soluções de energia renovável em resultado da comparação de custos com outras soluções.</li> </ul>

Tabela 4.19 - Análise SWOT das Energias Renováveis

### 4.3.3. Saúde e Ciências da Vida

A cadeia de valor das Ciências da Saúde e da Vida ainda perspetiva alcançar um impacto económico importante na região. Esta é uma área central da Universidade do Algarve e o seu desenvolvimento na região deverá estar intimamente ligado ao Turismo (acessível e de recuperação), um potencial que ainda está por desencadear.

Os progressos na prestação de cuidados de saúde no Algarve, nas últimas décadas, têm sido dificultados pela

necessidade de racionalizar a despesa pública relacionada com a saúde. Tal resultou numa diminuição do número total de camas nos hospitais e centros de saúde (ver Tabelas 4.20 e 4.21) e num número de médicos por habitante abaixo da média nacional. Este problema agrava-se durante os meses de época alta, quando o fluxo de turistas leva à saturação das infraestruturas, incluindo as unidades de saúde.

	2005			2010			Δ 2005-2010		
	Hospitais	Centro de Saúde	Total	Hospitais	Centro de Saúde	Total	Hospitais	Centro de Saúde	Total
Portugal	37.372	996	38.368	35.625	385	36.010	-4,7%	-61,3%	-6,1%
Algarve	849	134	983	923	11	934	8,7%	-91,8%	-5,0%

**Tabela 4.20 - Camas (n<sup>o</sup>) nos hospitais e centros de saúde**

Fonte: CCDR Algarve. INE.

	2005	2010
Portugal	3,6	3,4
Algarve	2,4	2,1

**Tabela 4.21 - Camas (n<sup>o</sup>, lotação praticada) nos estabelecimentos de saúde por 1000 habitantes**

Fonte: CCDR Algarve. INE.

Algumas falhas na capacidade de resposta dos serviços de saúde públicos, o crescimento da oferta de seguros de saúde que oferecem opções diferenciadas, mas também o envelhecimento populacional e o aumento do número de residentes estrangeiros séniores, conjugados com outros fatores, conduziram ao reconhecimento de uma oportunidade de mercado e consequentemente à abertura de várias unidades privadas de saúde, que têm contribuído para melhorar a qualidade global do serviço na região.

Por outro lado, a prestação de cuidados integrados de saúde ao longo do ciclo de vida, os serviços de saúde pública em várias áreas (por exemplo, a autoridade de saúde, saúde ambiental, imunização), são outros dos progressos registados.

Uma iniciativa notável é o Centro de Medicina Física e Reabilitação, operando numa parceria público-privada, dedicada ao tratamento e recuperação das sequelas motoras resultantes de acidentes cardiovasculares, de viação ou outros.

A Universidade do Algarve tem formado profissionais na área de enfermagem e, a curto prazo, estarão também formados os primeiros médicos do curso de Medicina, contribuindo para o reforço de mão-de-obra qualificada na região. Esta formação é complementada pela existência de importantes recursos de I&D, direta e indiretamente relacionados com Ciências Biomédicas, cuja dimensão e escala podem constituir as sementes para um potencial “cluster” biomédico na Região.

Esses desenvolvimentos podem proporcionar condições avançadas para a criação de massa crítica em termos de capacidade de investigação e desenvolvimento experimental. Há, contudo, que assinalar a falta de mecanismos financeiros (por exemplo, capital de risco) que possam contribuir para o suprimento dessa lacuna. Embora a oferta de profissionais e técnicos qualificados tenha sido satisfatória, têm sido desenvolvidas algumas atividades empreendedoras e inovadoras. A cadeia de valor tem, portanto, falta de atores privados que possam transformar os esforços de investigação em produtos e serviços competitivos.

Uma área promissora de desenvolvimento parece ser a reabilitação, com base num mercado crescente de residentes estrangeiros que fluem para a região em busca de boas condições climáticas para desfrutar da sua reforma. Na área da saúde e bem-estar salienta-se a existência do complexo Termal de Monchique. As águas são especialmente indicadas para o tratamento de doenças respiratórias e distúrbios músculo-esqueléticos. A infraestrutura é particularmente adequada para o Turismo de Saúde, um dos segmentos que podem contribuir para a afirmação do potencial turístico do Algarve nesta área.

O setor de saúde no Algarve dispõe de um conjunto de equipamentos e atividades que podem servir como o “*ponto de partida*” para o desenvolvimento de um “*cluster*” sustentável. De momento, a iniciativa privada é dirigida principalmente à prestação de ofertas tipificadas.

O desenvolvimento estratégico deve concentrar-se na prestação de cuidados de saúde em conexão com a principal atividade económica, o Turismo. As respostas específicas de alocação de recursos humanos e financeiros (públicos) e capacidades devem atender às necessidades da população residente e apoiar planos de contingência eficazes para a ocupação turística do pico do verão.

O desenvolvimento de cadeias de produto mais complexas, que poderão permitir o reposicionamento da região em segmentos menos dependentes das flutuações sazonais, como é o caso do turismo sénior (em forte articulação com as componentes do turismo de saúde e bem estar e do turismo cultural, tendo por base um território “*acessível*”), pode ter um papel estruturante numa região que se quer economicamente competitiva durante todo o ano.

O Hospital Central, em estreita ligação com os recursos existentes na Universidade do Algarve, poderia constituir uma força motriz para o desenvolvimento de um cluster eficaz, mas a suspensão do projeto significa que uma parte significativa dos recursos humanos aqui treinados pode fluir para outros territórios e o “*lançamento*” do setor na região pode estar comprometido.

As prioridades na área Saúde, Bem-Estar e Ciências da Vida devem incidir nos domínios do cruzamento entre as dimensões das políticas, com os recursos, as empresas e os utilizadores avançados (Figura 4.18).



Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorias na prestação de serviços de saúde em quantidade (indicadores dos recursos humanos da atividade), qualidade (indicadores de saúde);</li> <li>• Concentração no uso de novas tecnologias e metodologias inovadoras para a gestão e operação de serviços de saúde;</li> <li>• Processos de qualidade e certificação de serviços e / ou instituições de saúde;</li> <li>• População estrangeira residente com elevados rendimentos;</li> <li>• Crescente interesse em investir em I&amp;D biomédica;</li> <li>• Papel do CRIA em articulação institucional para auxiliar a criação de novas empresas;</li> <li>• Implementação do grau de Medicina na Universidade do Algarve;</li> <li>• Laboratório Regional de Saúde Pública;</li> <li>• Aplicação generalizada das novas tecnologias no funcionamento dos serviços de saúde.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dificuldades e assimetrias no acesso aos cuidados de saúde pública;</li> <li>• Necessidade de reforçar a coordenação e integração entre os diferentes níveis de atuação (primária, secundária e contínua);</li> <li>• Orientação para a excelência e resultados dos modelos de gestão de recursos;</li> <li>• Proporção insatisfatória de médicos por habitante, agravada durante o verão;</li> <li>• Escassez de empresas na área da saúde / biotecnologia.</li> </ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescente massa crítica nas áreas de saúde e ciências biomédicas;</li> <li>• Produção de legislação com implicações em várias áreas (por exemplo, cuidados de saúde primários, especialidade, reabilitação, organização hospitalar);</li> <li>• Reorganização dos serviços regionais e sub-regionais;</li> <li>• Crescente interesse do setor privado na prestação de cuidados de saúde;</li> <li>• Programas de Financiamento de Ciências da Saúde e empresas de base tecnológica;</li> <li>• Entidades regionais (públicas, privadas e associativas) reconhecem a importância da estratégia do setor da saúde para o desenvolvimento do turismo na Região;</li> <li>• Procura crescente da região por clubes desportivos, em períodos fora da época de competição</li> <li>• Crescente procura por serviços de reabilitação / fisioterapia por estrangeiros idosos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incapacidade de adaptação a novos modelos de parcerias para o financiamento;</li> <li>• Cortes na despesa pública relacionada com a saúde podem limitar a adoção de novas tecnologias e tratamentos;</li> <li>• As restrições orçamentais;</li> <li>• Suspensão do investimento na construção do Hospital Central do Algarve e a falta de recursos financeiros pode dificultar o desenvolvimento de um "cluster da saúde" na região;</li> <li>• Setor biomédico altamente competitivo pode impedir o desenvolvimento de iniciativas empresariais de pequena escala.</li> </ul>

Tabela 4.22- Análise SWOT Saúde, Bem-Estar e Ciências da Vida

### 4.3.4. TIC e Atividades Criativas

As TIC são, nas suas mais variadas formas e aplicações, tecnologias facilitadoras essenciais e, portanto, têm uma natureza difusa, espalhando-se por todos os setores. No Algarve, a adoção dessas tecnologias tem aumentado ao longo dos últimos anos. A importância definitiva da internet para o turismo exigiu que as empresas locais, operadores e fornecedores de tecnologia, desenvolvessem vários produtos, com exemplos positivos, nomeadamente plataformas de reserva on-line e de marketing ou programas informáticos para a gestão de stocks.

Empresas de outros setores, por exemplo da agro-indústria, principalmente as que operam em mercados externos, também se têm aliado na implementação de TIC e tecnologias de sistemas inteligentes (por exemplo, gestão da produção, gestão da água).

O setor público regional desenvolveu, de igual modo, uma gama de serviços e competências de governo eletrónico, podendo referir-se, neste contexto, a iniciativa Algarve Digital. As autoridades locais adotaram sites com funcionalidades semelhantes, facilitando o relacionamento com os cidadãos.

Foram ainda implementados vários pontos para acesso à internet Wi-Fi em áreas públicas. Alguns municípios estão também envolvidos em projetos conjuntos, na sua maioria financiados por programas públicos, com vista à modernização, estruturação e racionalização dos processos de gestão e fluxo de trabalho interno. Também a promoção institucional da região na Web registou melhorias significativas.

Estes desenvolvimentos estão ligados à mão-de-obra qualificada que a Universidade do Algarve tem sido capaz de fornecer, o que tem fomentado, ao longo dos anos, o aparecimento de um número significativo de pequenas empresas. A competitividade do setor aponta para a necessidade de estabelecer parcerias estratégicas com empresas estrangeiras e centros de conhecimento, induzindo efeitos positivos sobre as empresas e divulgando boas práticas derivadas de experiências anteriores, integrando as empresas regionais no mercado global.

O desenvolvimento de um conjunto coerente neste domínio não parece viável a curto prazo. Embora exista conhecimento e dinâmicas locais positivas no setor público, a evolução no setor privado mantém-se discreta o que pode explicar-se, em parte pela existência de um número

reduzido de médias e grandes empresas e uma infinidade de pequenas iniciativas individuais, que carecem de consistência e coordenação.

Além disso, o setor das TIC no Algarve está “tradicionalmente” ligado à procura turística e ao setor público. Num período difícil, em que muitas atividades se encontram condicionadas pelos efeitos da economia e os gastos da administração pública foram drasticamente reduzidos, a aposta para a manutenção de um setor das TIC dinâmico deve ser dirigida noutro sentido, nomeadamente para a procura externa e para o desenvolvimento de ferramentas à medida, capazes de responder de forma mais adequada às necessidades do mercado regional, particularmente para alguns setores / nichos que revelam maiores dificuldades de articulação entre si ou com o mercado.

A internacionalização pode ser uma alternativa promissora, ainda que desafiadora, devido à presença das multinacionais. Assim, o objetivo deve ser também, neste caso, apontar a nichos de mercado. Devido à sua natureza transversal, as TIC podem contribuir para consolidar as ligações entre as cadeias de valor mais dinâmicas e processos produtivos mais complexos da região. A economia do mar parece ser um campo promissor, tendo presente várias iniciativas recentes, de pequena escala, apoiadas por uma forte componente de Investigação e Desenvolvimento.

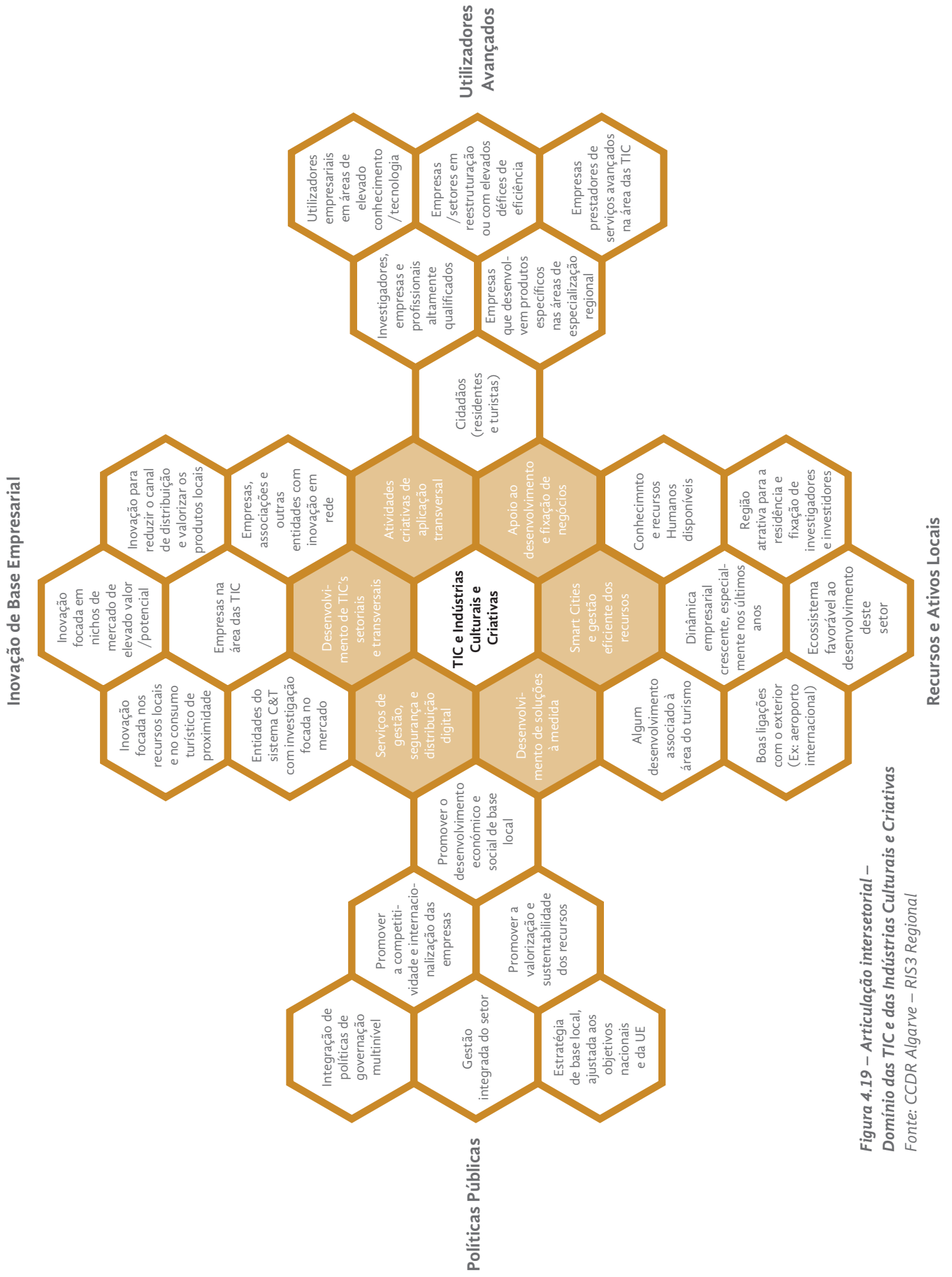
As aplicações digitais multimédia têm sido outra das áreas com um percurso interessante, devido às baixas barreiras de mercado, às iniciativas lançadas na Universidade do Algarve, à associação com as indústrias criativas (p.ex. design, animação ou cinema). Como resultado, essas iniciativas não têm escala e enfrentam a forte concorrência internacional.

Convém destacar que, ainda que a RIS3 Algarve não esteja diretamente envolvida nas prioridades do crescimento digital, nem apresente um quadro estratégico explícito, as TIC relacionam-se diretamente com o crescimento e com as ambições da agenda digital.

As prioridades na área das TIC e das Indústrias Culturais e Criativas devem insidir nos domínios de cruzamentos entre as dimensões das políticas, com os recursos, as empresas e os utilizadores avançados (Figura 4.19).







**Figura 4.19 – Articulação intersetorial – Domínio das TIC e das Indústrias Culturais e Criativas**  
 Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecimento codificado na Universidade do Algarve;</li> <li>• Centros de I&amp;D da Universidade com parcerias e projetos internacionais;</li> <li>• Dinâmica de equipamentos de retalho e PME de software;</li> <li>• Melhores práticas no uso da Internet nos serviços públicos (Algarve Digital);</li> <li>• Empresas de alojamento turístico que são casos exemplares dos benefícios do <i>e-commerce</i>;</li> <li>• Democratização das TIC;</li> <li>• Crescente colaboração entre a Academia e as empresas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grupo restrito de empresas privadas com atividades inovadoras;</li> <li>• Baixa propensão para a utilização de práticas de <i>e-commerce</i>;</li> <li>• Acesso às TIC pode ser dificultado devido a cortes nos investimentos públicos;</li> <li>• Escassa notoriedade do projeto Algarve Digital;</li> <li>• Falta de sistemas de financiamento para apoiar empresas start-up e desenvolvimento de novos produtos / serviços.</li> </ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Serviços baseados em TIC e multimédia podem ser prestados remota e globalmente;</li> <li>• Contexto dinâmico para o desenvolvimento das indústrias criativas;</li> <li>• Evolução contínua e acelerada no domínio das TIC, a nível mundial;</li> <li>• Penetração das TIC promove a expansão para novas áreas e setores;</li> <li>• Operadoras de turismo precisam de sistemas eficientes de TI (por exemplo, reservas).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Penetração limitada das TIC nas empresas, apesar do aumento do investimento das PME nesta matéria;</li> <li>• Presença limitada de empresas na Web;</li> </ul>

Tabela 4.23 - Análise SWOT das TIC e das Indústrias Culturais e Criativas

# 05

Quadro estratégico  
para o Algarve

### 5.1.1. A Experiência do Plano Regional de Inovação 2007

A definição da atual estratégia RIS3 beneficiou da experiência anterior de preparação da estratégia regional de inovação. O último exercício, o Plano Regional de Inovação do Algarve 2007 (PRIAlgarve) foi uma iniciativa da CCDR Algarve, elaborado pelo Centro Regional para a Inovação do Algarve (CRIA), a divisão da Universidade do Algarve focada na transferência de tecnologia e nas relações Universidade-empresas.

O trabalho técnico-científico da presente proposta de Especialização Inteligente (RIS3) é composto por três áreas principais:

- A análise de documentos (compreendendo a análise crítica de subsídios elaborados anteriormente como o Projeto ETTIRSE, o Programa INOVAAlgarve, o Programa Operacional Regional 2007-2013), outra documentação estratégica regional, uma avaliação setorial com base em informações estatísticas e outros documentos disponíveis ao público em diversos departamentos da administração, associações empresariais e estudos académicos realizados na Universidade do Algarve;
- As entrevistas e as reuniões temáticas feitas com diversos atores regionais, incluindo associações empresariais, organizações de setores-chave e investigadores em unidades de I&D da região, bem como visitas a empresas com atividades inovadoras e recursos relevantes de I&D;
- E as sessões de “brainstorming” envolvendo os membros do CRIA e investigadores de várias unidades de I&D da Universidade do Algarve.

O PRIAlgarve foi lançado no momento adequado para a região, após a elaboração do Plano de Ordenamento do Território e da estratégia regional 2007-2013. Na sequência da ambição para a região indicada neste último documento, o PRIAlgarve definiu uma visão para a consolidação do sistema regional de inovação, organização,

captação de recursos e competências de excelência para o Algarve.

O processo de preparação, negociação e aprovação do Programa Operacional Regional do Algarve para o período 2007-2013 (POAlgarve21) com a Comissão Europeia deveria ter fornecido e estabelecido (a nível nacional) os instrumentos de financiamento e as condições de enquadramento para alcançar os objetivos estratégicos e operacionais do PRIAlgarve. No entanto, os resultados ficaram aquém do que foi planeado. Assim, a redução do financiamento do FEDER no POAlgarve21 traduziu-se em menos apoio financeiro direto para os programas e projetos propostos pelo plano regional de inovação. Mais importante ainda, houve um maior grau de centralização do poder de decisão durante este período, manifestando a ausência de instrumentos de política regionais, necessários para implementar a estratégia de inovação prescrita no PRIAlgarve.

Combinado com a falta de dinamismo dos agentes económicos, tal significou que poucos objetivos foram parcialmente atingidos, indiretamente ou através de iniciativas casuísticas de agentes da inovação, e não de uma forma intencional e coordenada. Esta incapacidade de obter resultados visíveis e consistentes com as prioridades estabelecidas no PRIAlgarve demonstra que o modelo de governança da futura estratégia de inovação deve ser cuidadosamente projetado.

Como resultado, a estratégia RIS3 no Algarve vai colocar importância, tanto na definição de prioridades como na concentração dos esforços das políticas públicas e dos agentes privados, considerando a instituição do modelo de governação mais adequado que articule as políticas públicas e os agentes privados, em termos consistentes com a estratégia regional de inovação. Espera-se que este modelo de governação permita à região internalizar os processos de tomada de decisão e seja totalmente adequado aos resultados agora definidos.

## Quadro 5.1. – Plano Regional de Inovação 2007

A análise no âmbito do PRIAlgarve também mostrou que os níveis de competitividade da economia foram associados ao perfil mais especializado em atividades de comércio e serviços relacionados com o setor do turismo. As atividades mais complexas apresentavam um desempenho abaixo da média nos indicadores relacionados com a competitividade, incluindo a internacionalização da economia, o investimento em I&D, a tecnologia e a qualidade do capital humano. O Algarve é, com efeito, especializado em atividades centradas em mão de obra de baixa qualificação (alojamento, restauração e construção), o que também suscitou uma forte atração de trabalhadores estrangeiros não qualificados, apesar do potencial para a formação de novos licenciados.

Em geral, o desempenho da economia do Algarve ao longo da década anterior ao período de programação de 2007-2013 permitiu um salto qualitativo, contribuindo para alcançar um novo posicionamento no contexto Europeu. A região passou a estar em “*phasing-out*”, o que conduziu à redução dos fluxos de fundos estruturais. O Algarve apresentava então um volume populacional abaixo da média regional da UE, uma estrutura etária aproximada à média e indicadores positivos de emprego, ainda fortemente concentrado nos serviços. Os maiores défices centravam-se principalmente nos indicadores de capital humano, que tiveram, ainda assim, melhor desem-

penho do que a média nacional: 70% da população tinha nível de habilitação inferior ao ensino secundário, o ensino superior cobria apenas 14% da população e a aprendizagem ao longo da vida foi residual. Os principais pontos fracos evidenciados nos indicadores de inovação foram, em termos de *inputs*: esforço em I&D, principalmente do setor privado, quase inexistente, população empregada em setores de média e alta tecnologia residual. Em termos de *outputs* de inovação refira-se o reduzido número de patentes.

A sistematização de propostas de ação no contexto de um sistema regional de inovação sublinhou o potencial impacto de seis setores no Algarve:

- Um grupo de setores com importância económica na região - agroalimentar, pescas e aquicultura e turismo;
- Um outro grupo de setores com potencial derivado das reconhecidas condições regionais, recursos naturais, e / ou da existência de atividades de unidades de I&D - energias renováveis, ciências da vida, saúde e recuperação, e as TIC, multimédia e sistemas inteligentes.

## 5.1.2. Metodologia da RIS3

A Estratégia RIS3 do Algarve foi planeada atendendo às exigências da Comissão Europeia para a Política de Coesão 2014-2020, coordenando o acesso da região ao FEDER e às metas definidas para Portugal como um todo. Nesse sentido, a preparação desta estratégia seguiu a metodologia de seis etapas proposta no Guia “*Guide to Research and Innovation Strategies for Smart Specialisation (RIS 3)*”<sup>54</sup>.

Além da extensa evidência estatística recolhida, apresentada nas secções anteriores, foi organizada uma série de reuniões, abertas e restritas, seminários, debates e grupos de trabalho temáticos, com vista a alcançar um entendimento comum e consolidado da situação atual da região, das tendências passadas e perspectivas futuras, envolvendo o maior número de interessados.

A CCDR Algarve, considerando a sua esfera de responsabilidades e de intervenção, é a entidade que, no Algarve, tem a responsabilidade de coordenar o processo de preparação das Linhas Estratégicas e do Programa Operacional para o período 2014-2020.

- **A Descoberta Empresarial na RIS3 do Algarve**

Seguindo os princípios da Especialização Inteligente, a definição das prioridades da RIS3 Algarve foi baseada num exercício de correspondência entre um processo *top-down* visando a identificação dos grandes objetivos alinhados com as políticas da UE, nomeadamente com a Estratégia Europa 2020, e um processo *bottom-up* de **descoberta empresarial**.

Este exercício resultou de uma forte interação, teve a particularidade de ser suportado numa metodologia de participação mais consistente que, no caso da atual estratégia, contou com o envolvimento ativo de dois conjuntos de atores normalmente alheios a estes processos e tantas vezes desconhecidos: por um lado **as empresas** (em associação ou a título individual) e, por outro, **os centros de conhecimento**, gerando um conjunto de parcerias comprometidas e ativas, numa geometria variável em função dos objetivos pretendidos e das temáticas em análise. Este envolvimento, expresso na Figura 5.1, foi determinante para o sucesso deste trabalho e deverá prosseguir na fase de implementação da estratégia.

Assim, durante os trabalhos preparatórios, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR), a Universidade do Algarve, a Comunidade Intermunicipal do Algarve e sete Associações Empresariais da região, **assinaram um acordo**<sup>55</sup> com a intenção de se envolverem ativamente no processo, enquanto principais atores nas áreas de relevo para o desenvolvimento da estratégia e para a sua implementação.

Todos os parceiros e outros membros da sociedade contribuíram ativamente para a reflexão, fornecendo contributos e elaborando propostas. A definição de prioridades resultou, deste modo, de um amplo debate entre uma vasta gama de atores regionais, combinando iniciativas “*bottom-up*” e “*top-down*” a nível regional.

<sup>54</sup> Para mais informações ver: <http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/wikis3pguide>

<sup>55</sup> Destaca-se neste âmbito os protocolos assinados no final de 2012 com as principais Associações Empresarias da Região (ACRAL, AECOPS,

AHETA, AIHSA, ANJE, CEAL e NERA), com a Associação de Municípios e com a Universidade do Algarve, os quais possibilitaram o desenvolvimento mais profícuo dos trabalhos.



**Figura 5.1 - Síntese do processo participativo no Algarve**

Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional



- **As principais etapas deste processo:**

Em Fevereiro de 2013 foi remetido um **questionário** a cerca de uma centena de empresas, que visou a sua auscultação prévia relativamente à dinâmica e capacidade no que respeita à I&D+I e à internacionalização.

No decorrer de 2013 foram realizadas diversas **reuniões de trabalho / workshops e seminários**, em geometria variável, algumas mais setoriais / temáticas e outras de carácter generalista, que tiveram a participação de dezenas de empresas e outras entidades, nomeadamente dos Centros de Conhecimento da Universidade do Algarve (ver tabela 6.2), e que funcionaram como instrumento de “*descoberta empresarial*”.

A preparação da RIS3 incluiu ainda apresentações públicas, discussão e revisão pela **Plataforma de Especialistas S3**<sup>56</sup>, juntamente com comentários dos pares de regiões portuguesas e europeias, bem como dos parceiros regionais interessados. O processo de **Peer Review** da RIS3 do Algarve foi realizado a 4 e 5 de Julho de 2013, ocasião em que também teve lugar um seminário temático, organizado conjuntamente com a DG REGIO, centrado no conceito de Variedade Relacionada e da sua aplicação a regiões europeias com especialização no Turismo.

Este processo contou com o acompanhamento de um perito designado pela DG REGIO - o Prof. Philip Cooke, que posteriormente validou a abordagem e as opções do Algarve no seu **relatório de avaliação**.

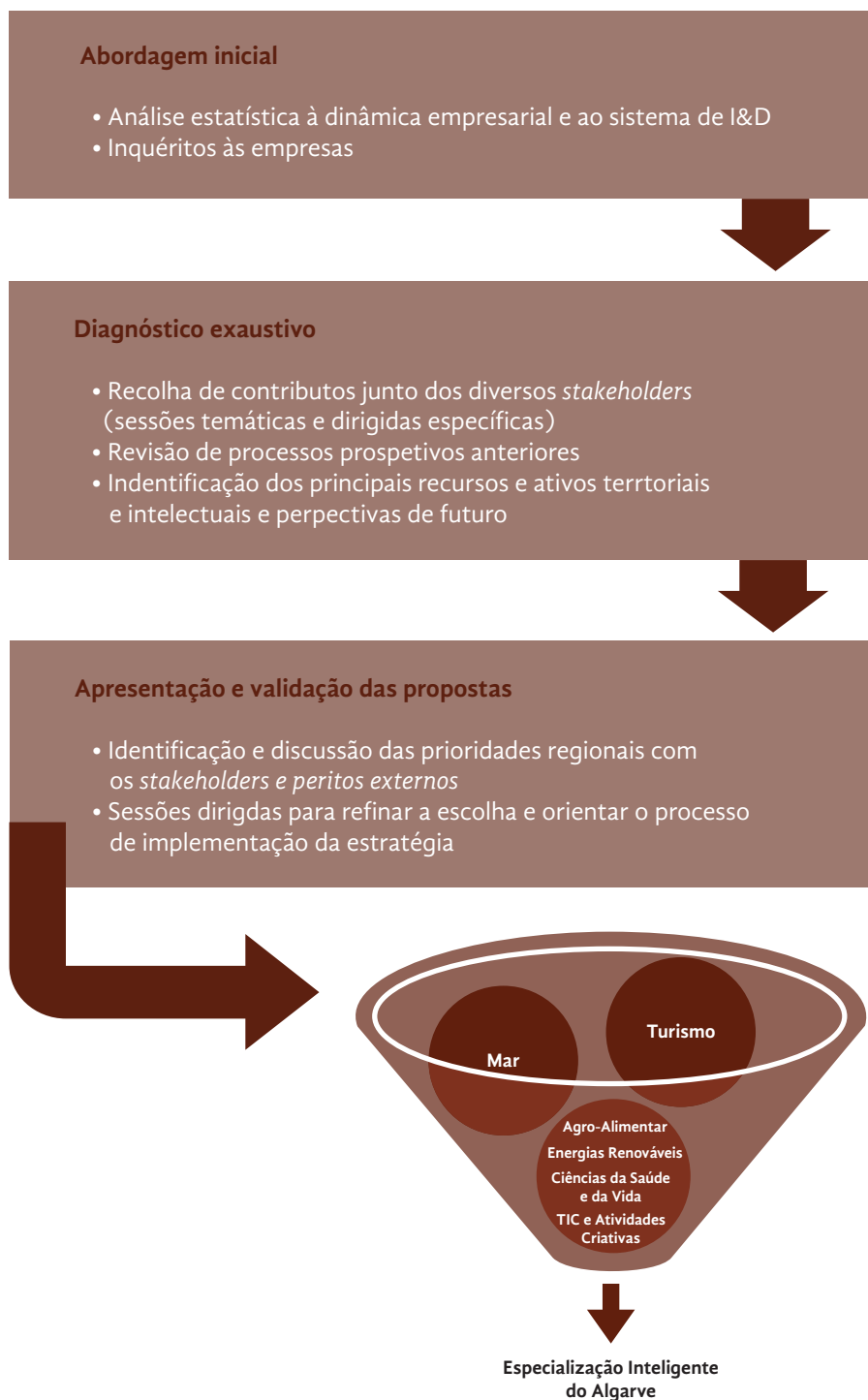
Em 2014 realizaram-se 71 **reuniões bilaterais** entre a equipa encarregue da elaboração da RIS3 do Algarve, que inclui consultoria externa especializada, e empresas da região, associações empresariais e centros de investigação, visando discutir e validar as propostas entretanto apresentadas. Estas propostas incluíam os instrumentos de operacionalização e metodologias de interação e auscultação futura, por forma a ajustar os instrumentos às necessidades do universo abrangido pela hélice quádrupla. Neste âmbito têm também sido dinamizadas “*Comunidades de Inovação*” que, nesta primeira fase, estão estruturadas setorialmente, tendo por base os temas identificados como prioritários na região, e incluem representantes das empresas mais dinâmicas de cada setor, bem como representantes da comunidade científica e de outras organizações da comunidade civil<sup>57</sup>. No futuro pretende-se que estas “*Comunidades de Inovação*” sejam dinamizadas para apoiarem a implementação da RIS3, enquanto atores que estão diariamente no terreno, com conhecimento profundo das necessidades e potencialidades mais relevantes em cada setor, e ainda para potenciar uma fertilização cruzada entre os setores prioritários para o Algarve, funcionando como elementos determinantes no suporte à decisão e na operacionalização da estratégia regional.<sup>58</sup>

<sup>56</sup> S3 Platform - Peer Review Workshop, Tourism and Smart Specialisation, 4-5 July 2013, Faro – Portugal – Para mais informações ver: <http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/9th-peer-review-4-5-july-2013>

<sup>57</sup> No final do presente documento pode ser encontrada a lista dos parceiros envolvidos no processo de elaboração da estratégia do Algarve (ver tabela 6.2).

<sup>58</sup> Mais detalhes sobre o processo de auscultação empresarial podem ser encontrados em:

<http://poalgarve21.ccdr-alg.pt/site/content/processo-construcao> ;  
<http://poalgarve21.ccdr-alg.pt/site/content/ris3> e <http://poalgarve21.ccdr-alg.pt/site/content/documentos-produzidos>



**Figura 5.2 - Esquema do processo participativo no Algarve**

Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

Dadas as condicionantes diagnosticadas ao longo deste processo, em particular as associadas à sobre especialização nas atividades relacionadas com o Turismo, ao défice de massa crítica (especialmente para além destas atividades) e à fraca conectividade intersetorial, será acon-

selhável que o Algarve aposte na **procura de nichos de mercado em áreas de experimentação** e desenvolvimento futuro que sejam capazes de responder aos desafios da especialização inteligente.

## 5.2 Rumo à RIS3 Algarve: Visão

Um exercício prospetivo sobre o desenvolvimento do Algarve em 2025<sup>59</sup> sublinha os constrangimentos que caracterizaram a região, no passado recente, refletidos na perda de mercado nos setores de especialização regional que, juntamente com as dificuldades de modernização das empresas, têm limitado o potencial de desenvolvimento. O cenário mais favorável, designado como “*Cenário de Progresso - Algarve mais dinâmico e inovador*”, assumiu que

é possível valorizar de forma mais satisfatória os recursos e potenciais existentes na transição para um novo modelo de economia regional (ver Figura 5.3).

Este cenário aponta um caminho de desenvolvimento baseado nos recursos locais e também em recursos exógenos que será necessário atrair e sem os quais o potencial de crescimento e de transformação serão limitados.

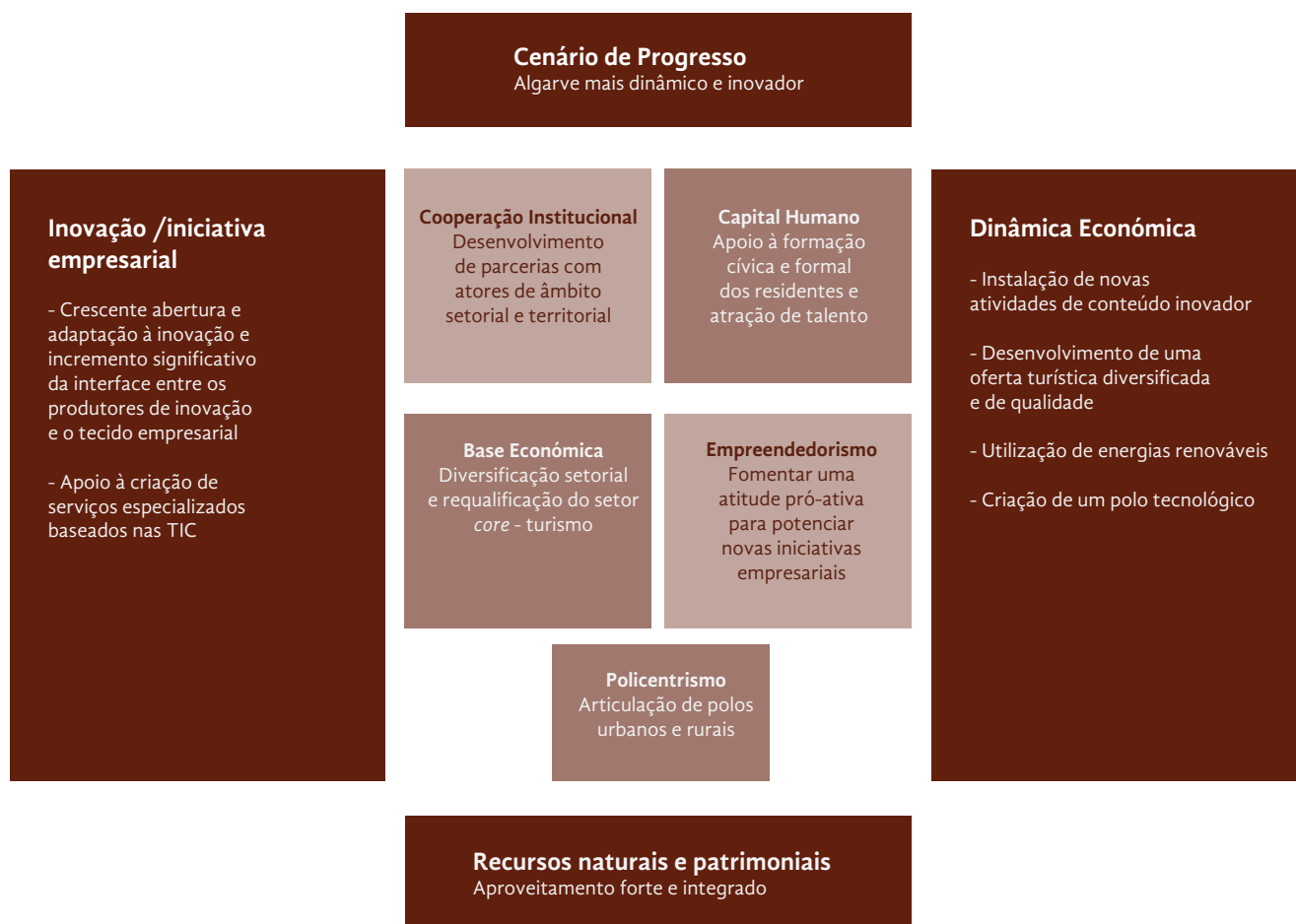


Figura 5.3 - Visão prospetiva para o Algarve em 2025

Fonte: Adaptado de Plano Regional de Inovação 2007

Esta visão de futuro implica um esforço maior para atrair investidores e capital humano, bem como a intensificação de várias iniciativas de cooperação territorial que permitam maior abertura institucional para o exterior. Este caminho levará a uma forte, embora gradual, reconfiguração do perfil de especialização produtiva da

região e, portanto, exigirá mais capacidade de atração de recursos humanos qualificados, nomeadamente em C&T, permitindo induzir uma maior dinâmica e competitividade empresarial. O Quadro 5.2 aborda de forma sucinta os pressupostos desta perspetiva para o horizonte 2020/25, incluindo elementos de continuidade e rutura.

<sup>59</sup> Adaptado e atualizado de PRIAlgarve (2007)

## Quadro 5.2. – O “Algarve mais dinâmico e inovador” Cenário para o horizonte 2020/25

Maiores taxas de crescimento da população nesse período, decorrentes da migração interna e externa, (atraindo oferta de emprego mais qualificada e permitindo melhores condições de vida) com o estabelecimento de casais estrangeiros com qualificações mais elevadas, poder de compra acima dos padrões médios e procura de bens e serviços com potencial para estimular a economia regional.

A mudança ambiental seria menos marcada do que o previsto e o seu impacto sobre a disponibilidade de recursos hídricos também seria atenuada. Os investimentos em infraestruturas para a gestão da água foram realizadas a um ritmo rápido, garantindo uma gestão eficiente deste recurso no que diz respeito ao abastecimento público de água e à sua utilização para fins agrícolas, industriais e turísticos. A maior capacidade de atrair investidores nacionais e estrangeiros permite o surgimento de um segmento da agricultura mais rentável, que contribui para a renovação da base agroalimentar tradicional.

A estrutura espacial tende a consolidar-se em torno de um número limitado de centros urbanos e áreas rurais, com um desenvolvimento policêntrico, que irá conceber a existência de diversas âncoras para as atividades que incorporam mais conhecimento e inovação (energias renováveis, agroalimentares, artesanato, indústrias criativas e serviços baseados em tecnologia, educação e saúde, serviços especializados para apoiar o turismo e novos moradores).

A proximidade ao aeroporto e a redes garantem uma boa conectividade para o exterior do território, facilitam o acesso não só ao mercado ibérico, mas também a outros mercados europeus, particularmente quando se pretende estimular a atratividade para uma procura turística mais sofisticada. Além disso, desenvolve a cooperação territorial, em particular com as regiões que apresentam os sinais mais evidentes da presença de atividades e conteúdo mais

inovador o que induzirá a obtenção de ganhos partilhados em termos culturais e tecnológicos.

As dificuldades para organizar a cadeia de valor da produção primária numa base competitiva foram corrigidas e contribuem para reduzir a degradação das zonas rurais e estimular o desenvolvimento de novas atividades, como por exemplo as relacionadas com jardinagem/floricultura, com as frutas e o vinho, juntamente com os produtos biológicos e, especialmente, o desenvolvimento de componentes experimentais da inovação agroalimentar.

Na renovação urbana, a reabilitação física de imóveis nos centros urbanos da região em articulação com intervenções de promoção cultural, social e económica, oferecem um conjunto de oportunidades económicas. Na verdade, o esforço de investimento público tem contribuído para alavancar os investimentos privados que permitiram abrir oportunidades económicas, nomeadamente nas tecnologias de construção, materiais tradicionais de restauro e energias renováveis. Houve uma notável melhoria em eficiência energética com o uso de técnicas de eco construção e uso eficiente de energias renováveis nas habitações, bem como com a construção de edifícios inteligentes em empresas maiores. Existência de vários centros de produção de energia a partir de renováveis, especialmente solar, eólica, das marés e biogás. A Universidade constitui um apoio relevante na modernização da cadeia de valor.

A consolidação do golfe como um novo produto turístico regional ajudou a mudar a dinâmica das atividades menos centradas no “*sol e mar*” e contribuiu para um avanço significativo em termos de valor acrescentado regional, por meio do crescimento no Resort & SPA. Verificou-se também o fortalecimento das relações regionais na cadeia de valor, com efeitos sobre o território e na promoção do emprego, por meio da ligação às atividades de lazer, ao agroalimentar e às áreas rurais.

## Quadro 5.2. – O “Algarve mais dinâmico e inovador” Cenário para o horizonte 2020/25

Serviços de apoio à atividade económica, que exigem capacidades renovadas do Ensino Superior, um ambiente de negócios mais robusto e a prestação de excelentes serviços essenciais para a modernização das empresas existentes. Os serviços de economia social também revelam uma expansão relativa, beneficiando da procura sazonal da crescente comunidade estrangeira residente e de turistas, com um potencial para a criação de um “cluster” sustentado das ciências da vida com vínculo à Universidade do Algarve.

A promoção de atividades relacionadas com a exploração dos recursos marinhos, designadamente com vista a estimular a investigação aplicada e a uma possível valorização económica, ganhou novas perspetivas na economia do mar. O desenvolvimento de atividades relacionadas com a aquicultura regional foi intensificado, focando a atenção sobre um maior esforço para diversificar as espécies e atrair empresas e investidores. Na verdade, os investimentos promissores em atividades de aquicultura tiveram um grande efeito, contando com o reconhecimento da procura potencial para o consumo de peixe e do potencial de exportação existente. Foram desenvolvidas estratégias

para a cooperação empresarial com empresas estrangeiras, uma tendência em que a evolução na produção científica regional proporcionou o apoio necessário, quer ao nível da logística quer no desenvolvimento de espécies e correção de patologias.

O desenvolvimento do capital humano, desafio premente para o avanço da região, assumiu um maior esforço nas áreas da educação e qualificação da população, com ênfase para a aprendizagem e fluência noutros idiomas, no domínio e uso de novas tecnologias e educação, nas artes e ‘design’. Tratam-se de recursos para promover a modernização das atividades existentes e contribuir para a afirmação de uma imagem do “Algarve - uma região moderna, competitiva e cooperativa”.

A cooperação com os outros centros de conhecimento da Universidade é um vetor de fundamental importância para induzir o desenvolvimento do capital humano e, acima de tudo, para criar as condições básicas para a renovação das atividades económicas existentes e o surgimento de novas atividades mais intensivas em conhecimento e inovação.

A proposta de visão é baseada no trabalho realizado nos exercícios estratégicos de suporte ao programa operacional regional 2014-2020, bem como nos estudos mais recentes sobre a evolução socioeconómica regional, no seu potencial, no conhecimento global e nas tendências regionais e visa também cumprir os objetivos da Estratégia Europeia para 2020.

Na elaboração desta proposta de visão considerou-se também o objetivo de proporcionar um contributo regional para responder aos desafios sociais do programa Horizonte 2020, a saber:

- Saúde, alterações demográficas e bem-estar;
- Segurança alimentar, agricultura sustentável, bio economia e investigação marinha e marítima;
- Energia segura, não poluente e eficiente;
- Transportes inteligentes, ecológicos e integrados;
- Sociedades inclusivas, inovadoras e seguras;
- Ação climática, ambiente, eficiência dos recursos e matérias-primas;
- Sociedades seguras, proteção da liberdade e segurança da Europa e dos seus cidadãos.

Na criação de uma visão partilhada do Algarve para a sua RIS3, consideraram-se, além do passado da região e dos desenvolvimentos recentes, do seu contexto socioeconómico, os impactos da investigação existente no potencial de inovação que a região ambiciona atingir. Com estas considerações preliminares, a visão partilhada sobre o futuro da região, pode ser definida como:

*“Transformar o Algarve em 2020, numa região dinâmica, inclusiva, sustentável e atrativa para pessoas, talentos e atividades, capaz de gerar mais e melhores empregos, e competitiva em bens e serviços de alto valor acrescentado, através da inovação e do conhecimento científico, da excelência do quadro de vida e de instrumentos de governança partilhada, com uma economia qualificada centrada nos domínios do turismo e do mar, apostando ainda em segmentos emergentes no agroalimentar, nas TIC, nas indústrias culturais e criativas, nas energias renováveis e na saúde”.*

A implementação efetiva da estratégia de especialização inteligente no Algarve implica a adoção de um modelo de governança que envolva os atores de forma contínua na definição de prioridades, na reavaliação da estratégia e na definição de como devem ser aplicados os instrumentos de políticas.

A governação regional respeita o modelo de **hélice quádrupla**, estabelecido no “*Guide on Research and Innovation Strategies for Smart Specialisation (RIS3 Guide)*”, elaborado pela Smart Specialisation Platform da Comissão Europeia, constituindo um processo de descoberta empreendedora. Envolve empresas, instituições de ensino, de investigação e de desenvolvimento, entidades públicas de planeamento e de gestão de políticas de I&I e utilizadores de inovação ou entidades representativas da dimensão da procura e dos consumidores de inovação, os chamados “*utilizadores avançados*”.

Este modelo assenta no princípio da “*liderança colaborativa*”, implicando um processo de decisão suficientemente flexível que permita a cada ator envolvido a possibilidade de desempenhar um papel pró-ativo, assumindo a liderança em certos projetos ou temas, de acordo com as suas competências e com o seu conhecimento. Deve ser estimulada a criação de **grupos de trabalho para temas ou projetos específicos**. Esta liderança colaborativa implica a existência de uma equipa de gestão disponível para animar e coordenar as agendas das reuniões, bem como o processo de monitorização e avaliação. Pretende-se um modelo que possibilite, simultaneamente, intensas interações entre atores, indispensável para a produção de inovação, e elevados níveis de eficácia na decisão.

O modelo de governança da RIS3 no Algarve deverá estar articulado com os princípios elencados para a governação do Portugal 2020 (Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro). Em particular, o artigo 3.º deste documento

expõe os princípios e as disposições gerais para a governação dos programas e estratégias, fazendo realçar a centralidade do princípio da subsidiariedade e da governação a vários níveis. Este artigo determina que se promova, no quadro do Portugal 2020, a articulação entre os diferentes níveis de governação central, regional e local e se potencie a experiência e os conhecimentos técnicos dos intervenientes relevantes, no pressuposto que as instituições, os agentes e as intervenções mais próximas dos problemas a superar e das oportunidades a realizar são os protagonistas e responsáveis mais eficientes e eficazes. A região do Algarve deve garantir a coordenação vertical e horizontal de políticas, promovendo maior eficiência e eficácia na aplicação das políticas no seu território. Importa garantir a mobilização de diferentes fontes de financiamento e encontrar soluções para maximizar a participação em programas de matriz nacional, com particular ênfase nos suportados pelo FEADER e pelo FEAMP, mas também reforçar a participação em linhas de financiamento internacionais como as enquadradas no Horizonte 2020, no COSME ou nos programas de cooperação territorial.

O trabalho preliminar de apoio à preparação do RIS3 no Algarve (Estudo de Diagnóstico e Estratégia 2014-2020 – “*Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3) Algarve*” preparado pela Sigma Team Consulting) analisou diversos modelos de governação regional da inovação. Estes modelos sublinhavam a predominância de perspetivas dirigidas centralmente, ou seja *top-down*. É relevante destacar algumas experiências, como os centros de excelência na Finlândia, nos quais se procuram agregar orientações para os domínios de especialização inteligente das regiões com diferentes tipos de atores-chave. Uma abordagem de governação com esta orientação poderia permitir a definição de elementos de *bottom-up* na seleção das prioridades e na prescrição das políticas e instrumentos.

Como noutras regiões, no Algarve observam-se falhas sistémicas no ecossistema de Inovação. Estas falhas são particularmente visíveis na **difusão e transferência de conhecimento**, abaixo do seu potencial. Estas falhas sistémicas dificultaram também a identificação coletiva das prioridades estratégicas. No passado, a articulação entre os setores público, privado e o sistema de ensino superior e de I&DT nem sempre surtiram os efeitos desejáveis.

O diagnóstico efetuado expôs debilidades regionais, destacando-se a este respeito as falhas no sistema regional de inovação, nomeadamente um défice ao **nível da capacidade** (fragilidade de estruturas de interface) **de apoio à transferência de conhecimento** das Universidades e centros de ciência e tecnologia para as empresas, alguma descoordenação no que respeita aos diversos instrumentos de política pública e elevado défice de organização, capacitação e massa crítica na região.

Estes problemas (ver Tabela 5.1) devem ser minimizados de forma a tornar mais eficaz e eficiente a execução do próximo período de programação, nomeadamente melhorando os resultados da investigação aplicada, fomentando a competitividade, o investimento em I&D, o emprego e visando a criação de melhores condições socioeconómicas.

Consequentemente, o atual quadro de governança da inovação, investigação e de desenvolvimento tecnológico no Algarve deve ser revisto na medida em que se revelou disfuncional e incompleto no passado, devendo ser implementado um **modelo baseado no compromisso, na partilha entre as partes**<sup>60</sup> e **focado numa maior proximidade às necessidades dos potenciais beneficiários da inovação e da I&D**, seguindo a proposta da hélice quádrupla.

Neste modelo, deve sublinhar-se o caráter interdependente, aberto e evolutivo do sistema regional de inovação, havendo a necessidade de incluir fóruns de discussão e de concertação estratégica bem como de fomentar políticas multissetoriais e multinível, que assumam a forma de parcerias entre a iniciativa pública e privada. A afirmação do desenvolvimento regional, promovido pela investigação científica e tecnológica e pela inovação, deverá ser assumida como fator de potenciação do valor dos ativos de excelência e das mais-valias locais, entendendo-se este quadro como referência do sistema. O maior envolvimento dos atores na formatação da RIS3 poderá permitir um processo baseado em informação relevante e uma maior mobilização de todos os atores para a concretização da visão, objetivos e mecanismos propostos para a região. **O envolvimento no processo de definição estratégica, de um leque alargado de atores e de entidades de referên-**

**cia, antecipa um processo de governação mais comprometido e por isso mais favorável, na articulação entre a ciência e o mercado, procurando ajustar o modelo anterior e respondendo às necessidades da procura, ouvindo os seus representantes e/ou interlocutores.**

Particularmente importante é a necessidade de fomentar a criação de **novos atores para a inovação**, conforme refere o relatório da FCT<sup>61</sup> onde é sublinhado que, no caso algarvio, a 'área de circulação do conhecimento' não é coberta em toda a extensão (Figura 5.4). Apenas a fase inicial (1) é coberta por um ator, no caso específico, o CRIA - Divisão de Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia da Universidade do Algarve.

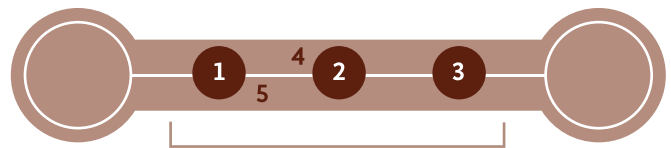


Figura 5.4 - Circulação conhecimento

- 1 - Escritórios ou unidades de transferência de conhecimento
- 2 - Instituições de interface com I&D incorporado em áreas específicas
- 3 - Centros de Tecnologia
- 4 - Clusters e polos tecnológicos
- 5 - Parques Tecnológicos

Fonte: FCT (2013).

<sup>60</sup> Este deve considerar um "Programa de Desenvolvimento de Lideranças" e reforço / reorganização das instituições da região de forma a conseguir lideranças "fortes" e capazes de trabalhar em prol dos resultados desejados (suportado por ações previstas na capacitação do Objetivo Temático 11 - Reforçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente).

<sup>61</sup> FCT (2013, p. 178). Neste relatório, um outro ator também é identificado, o Algarve STP - Parque de C&T do Algarve quando na verdade ele ainda é um dos elementos em falta no Algarve e que precisa ser cuidadosamente abordado na RIS3.

Setor	Situação atual	Proposta de alteração
<b>Público</b>	<p>Alguma falta de coerência entre as políticas nacionais e regionais;</p> <p>Alguma rigidez nos instrumentos de ação face às alterações profundas e rápidas no contexto socioeconómico atual;</p> <p>Carência de envolvimento transversal da sociedade numa visão global de longo prazo.</p>	<p>Maior integração entre a estratégia e as políticas regionais e nacionais;</p> <p>Maior flexibilidade nos instrumentos de ação e/ou possibilidade de revisão e adaptação às alterações no contexto socioeconómico;</p> <p>Conceção de estruturas de governança e instrumentos de política que promovam maior capacitação dos diversos atores e o envolvimento transversal da sociedade numa visão global de longo prazo.</p>
<b>Privado</b>	<p>Demasiada concentração no “Grande cluster do turismo”, tradicionalmente com pouca iniciativa inovadora e baixo nível de entrosamento com os demais clusters;</p> <p>Baixo peso do setor empresarial regional no contexto nacional e com estruturas mais frágeis;</p> <p>Défice de capacitação / liderança / organização e massa crítica;</p> <p>Baixo nível de investimento em I&amp;D;</p> <p>Foco nos resultados a curto prazo.</p>	<p>Conceção de estruturas de governança e instrumentos de política que promovam maior capacitação dos diversos atores, o envolvimento transversal da sociedade numa visão global de longo prazo e o entrosamento intersetorial.</p> <p>Incentivo ao envolvimento e compromisso na perspetiva do benefício coletivo.</p>
<b>Ensino Superior / Investigação, I&amp;DT</b>	<p>Pouco entrosamento com o setor empresarial regional;</p> <p>Baixo nível de investigação aplicada;</p> <p>Fraco foco nos resultados;</p> <p>Investimento deficitário em I&amp;DT (tanto por parte do setor público como do privado).</p>	<p>Conceção de estruturas de governança e instrumentos de política que promovam maior capacitação dos diversos atores, o envolvimento transversal da sociedade numa visão global de longo prazo e o entrosamento intersetorial baseada na investigação aplicada com foco nos resultados.</p>
<b>Utilizadores</b>	<p>Défice de capacitação / liderança / organização e capacidade crítica;</p> <p>Défice de formação em algumas faixas etárias;</p> <p>Distribuição heterogénea no território regional;</p> <p>Agravamento das condições sociais.</p>	<p>Adoção de instrumentos de política que promovam maior capacitação dos diversos atores / estruturas de governança e o envolvimento transversal da sociedade numa visão global de longo prazo e o entrosamento intersetorial.</p> <p>Incentivo ao envolvimento e compromisso na perspetiva do benefício coletivo.</p>

**Tabela 5.1 - A perspetiva da governança multinível**

Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional



Neste contexto, os modelos associados a agências da inovação (*one-stop-shop*), que centralizam a gestão regionalizada dos instrumentos de políticas de inovação e a interação com as empresas e outros agentes, permitem níveis elevados de coordenação e parecem ser eficazes (cf. Estudo da Sigma). Este modelo seria provavelmente o que melhor asseguraria a coordenação das diferentes políticas setoriais, bem como uma maior facilidade de acesso pelos atores, mas exigiria um nível de autonomia política e financeira elevada inexistente no enquadramento legal em Portugal.

Assim, a RIS3 regional deverá assumir um modelo de governança assente numa perspetiva colaborativa envolvendo **empresas, universidades, instituições e utilizadores**, fomentando um processo aberto e equilibrado de inovação entre as perspetivas *science-led* e *user-driven* (orientando a ciência para o utilizador), combinando Ciência, Tecnologia, Inovação com os diversos modos de ação (fazer, usar e interagir).

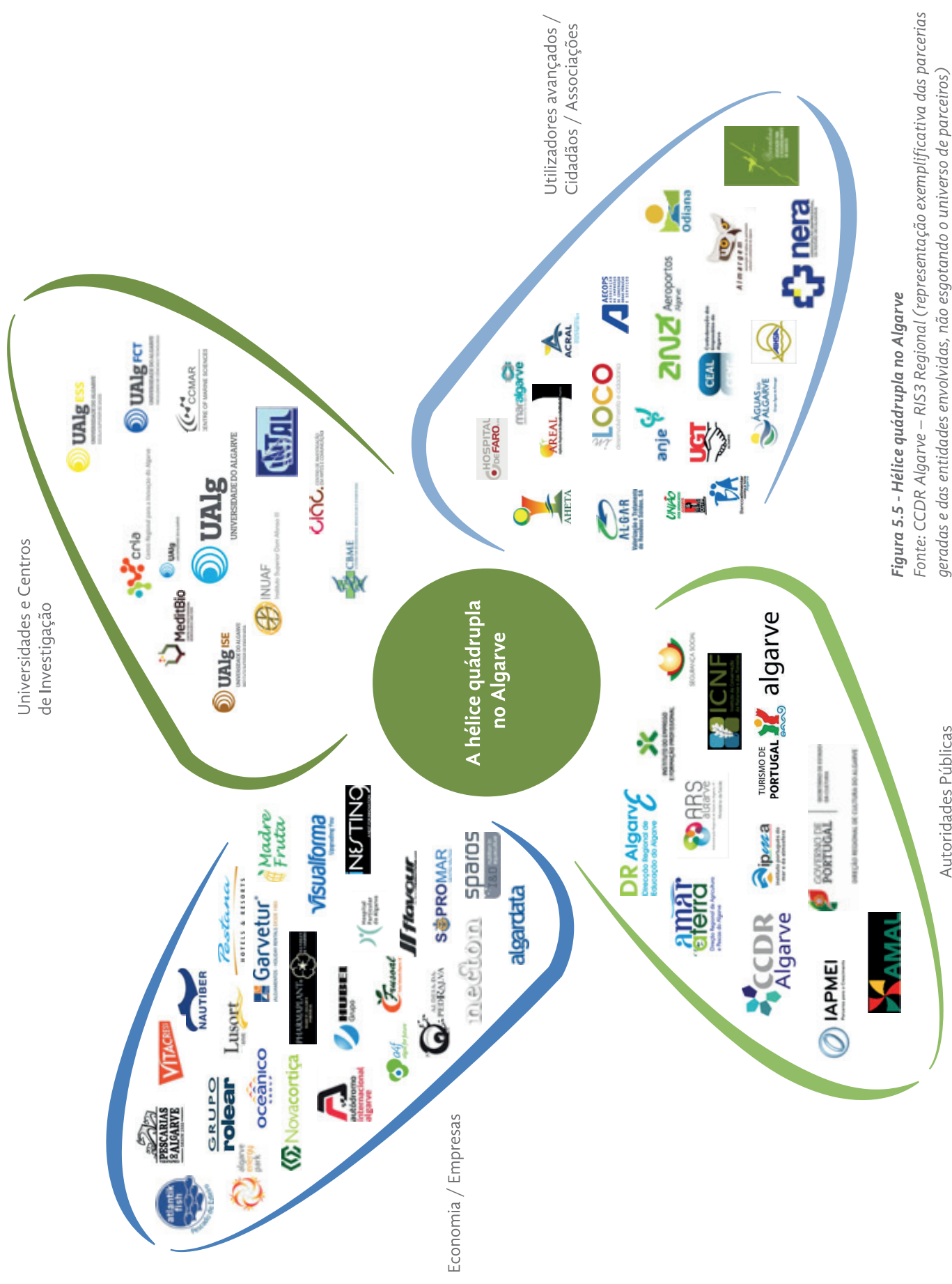
Este sistema deverá ser concebido numa perspetiva de autofinanciamento a médio prazo, numa lógica de representação global e enquanto parceiro principal entre a iniciativa pública, o setor empresarial e a sociedade.

Nesse sentido as perspetivas de capacidade de representação, captação de financiamento, apoio à dinamização da economia local / emprego e à internacionalização das empresas / trabalho em rede e dinamização do I&DT e da Inovação deverão ser aspetos centrais de caráter operacional do novo modelo de governança.

Assim, o modelo de governação proposto tem em conta quer o diagnóstico realizado, quer a estratégia regional de inovação proposta, baseada no processo acima descrito, amplamente participado e discutido, e considera ainda o alinhamento em torno da visão para a região e dos instrumentos de gestão previstos para a sua implementação.

Nesse sentido será privilegiada a coordenação das políticas públicas multinível e o reforço da capacitação regional, dando continuidade ao trabalho de envolvimento e compromisso acima referido e tendo por base o modelo da **hélice quádrupla** (Figura 5.5).





Universidades e Centros de Investigação

Economia / Empresas

A hélice quádrupla no Algarve

Utilizadores avançados / Cidadãos / Associações

Autoridades Públicas

Figura 5.5 - Hélice quádrupla no Algarve  
 Fonte: CCDDR Algarve – RIS3 Regional (representação exemplificativa das parcerias geradas e das entidades envolvidas, não esgotando o universo de parceiros)

### 5.3.1. Descrição do Modelo de Governança

Como foi referido, a proposta de modelo de governança da RIS3 procura responder aos objetivos definidos, à visão, bem como à necessidade de responder às falhas do sistema de inovação, nomeadamente ao nível da coordenação e promoção da interação entre os atores regionais, contribuindo para minimizar as falhas sistémicas diagnosticadas e para a concretização da estratégia de especialização inteligente.

Procura-se ainda, com o modelo proposto:

- **Evitar a fragmentação de centros de decisão e coordenação e prevenir sobreposições de esforços e de competências.** Considera-se que o modelo de governança da estratégia tem de estar umbilicalmente ligado à gestão do Programa Operacional Regional, dar resposta à necessária articulação multinível e à também necessária coordenação com a política de eficiência coletiva. Nesse sentido, deve ser a Comissão de Coordenação e desenvolvimento Regional a coordenar o modelo de governança da estratégia de especialização inteligente, bem como ter uma participação ativa na mobilização dos atores.

Dotar a região de um instrumento com **características operacionais**, o que implica que, em paralelo com a mobilização de atores cujo âmbito de intervenção é transversal às diferentes prioridades temáticas, incentive uma mobilização focada em cada uma das prioridades temáticas. Esta focagem é também decisiva para assegurar uma adequada articulação com os Programas Operacionais financiados pelo FEADER e pelo FEAMP, dos quais se espera um contributo decisivo para as prioridades temáticas relacionadas.

Este é um racional subjacente à proposta de criação de novos atores de inovação que teriam como objetivo atuar enquanto plataforma de difusão do conhecimento na facilitação e intermediação de processos de transferência de conhecimento e de cooperação para a inovação. Contando com a participação da hélice quádrupla, os novos atores de inovação na região não seriam, como nos casos de estudo (cf. Estudo da Sigma), um órgão governamental, mas um **órgão regional partilhado** em que uma panóplia alargada de atores regionais participaria no processo de definição de prioridades, na definição de agendas coletivas e na melhoria do apoio à decisão para a focalização da aplicação dos fundos comunitários.

Este modelo pressupõe, na sua fase operacional, a criação de um **Conselho Regional de Inovação do Algarve (CIRA)**. Sob proposta da Presidência de cada CCDR, a constituição e as competências deste órgão serão apreciadas em Conselho Regional, estabelecido no Artigo 7º do Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, ganhando, assim, legitimidade institucional reforçada.

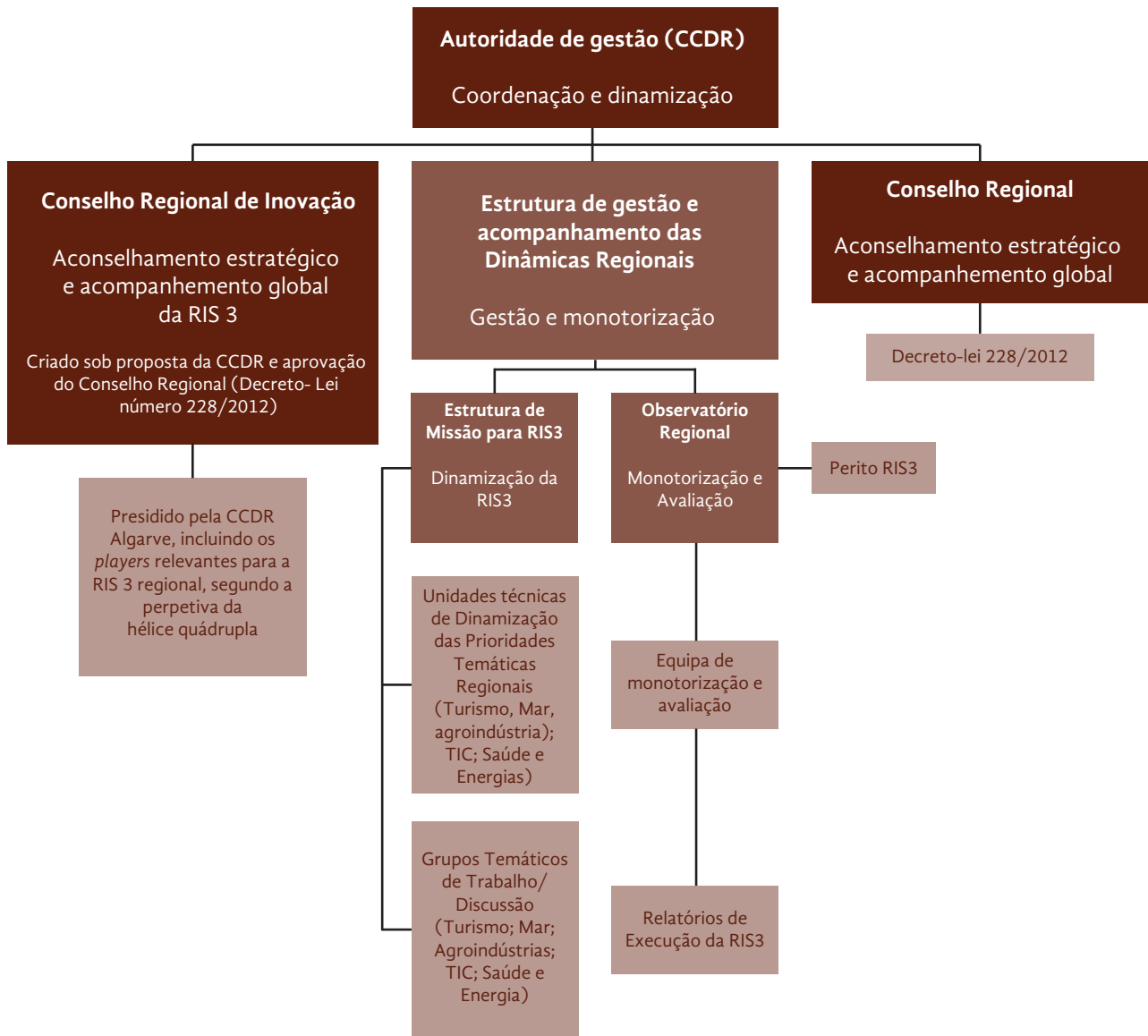
O **CIRA**, presidido pela CCDR Algarve, será composto por empresas, produtores de tecnologia e utilizadores avançados, entidades do sistema científico e tecnológico, universidades, associações empresariais, polos e “clusters” e entidades nacionais de planeamento e de gestão de políticas de I&I e entidades intermunicipais.

Este Conselho Regional de Inovação reunirá em plenário ou em secções orientadas para os domínios prioritários de especialização inteligente regional, que se constituirão como Plataformas Regionais de Especialização Inteligente. Estas plataformas visam assegurar uma resposta regional multi-institucional e multi-setorial para a monitorização, avaliação e evolução das respetivas estratégias, procurando dinamizar a cooperação e as redes, a inovação e a internacionalização. Constituem, na prática, espaços de descoberta empreendedora. Terá como competências, nomeadamente, a apreciação e aprovação de recomendações e propostas de linhas de ação das plataformas regionais de especialização. Deste processo de liderança colaborativa regional, deverão resultar propostas a apresentar à Autoridade de Gestão dos Programas Operacionais relevantes, nomeadamente quanto ao conteúdo temático dos Avisos de Concurso e à sua calendarização.

A CCDR Algarve, enquanto Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Algarve, assumirá a Gestão da RIS3 Regional, que deverá ser assegurada pelo **Unidade de Missão responsável pelo acompanhamento das dinâmicas regionais**, nos termos estabelecidos no modelo de governação do Portugal 2020 (Artigo 60º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro). A Unidade de Missão será responsável transversalmente às várias plataformas e no apoio ao Conselho Regional de Inovação, pela monitorização e avaliação, em tempo útil, da prossecução das estratégias dos diferentes domínios de especialização inteligente, no que diz respeito à sua execução por parte dos Programas Operacionais financiadores, emitindo relatórios periódicos.

Com caráter mais transversal, competirá também à Equipa de Gestão a recolha, o tratamento e a disponibilização de informação, qualitativa e quantitativa, relevante para o acompanhamento da execução da estratégia regional de especialização inteligente. Tratando-se de uma condicionalidade “*ex ante*”, torna-se necessário efetuar reportes periódicos à Comissão Europeia sobre a implementação e o contributo para a estratégia multinível. O seu trabalho deve ser acompanhado pelo perito designado pela Comissão Europeia para efetuar o “*assessment*” da estratégia regional.

Assim, o modelo de governação a adotar para a RIS3 do Algarve, deverá ser conforme o sistematizado na Figura 5.6.



**Figura 5.6 - Modelo de Governança Regional para a Inovação no Algarve**  
 Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

O nível operacional da implementação da RIS3 Algarve será organizado em redor de cada prioridade temática, a fim de se garantir um elevado comprometimento entre os atores envolvidos. Para cada prioridade temática deverá, desejavelmente, existir uma **unidade técnica de dinamização (UTD)** e um **grupo temático de acompanhamento (GTA)**. Estas UTD devem ser asseguradas por peritos da Equipa de Gestão com apoio de peritos/consultores externos. Este envolvimento personalizado da CCDR Algarve com elementos pivô de dinamização, permitirá criar um modelo próximo de *one-stop-shop*, facilitador da obtenção de resultados.

Cada UTD constituirá uma estrutura de apoio e promoção da investigação aplicada (especialmente nas áreas identificadas na estratégia), apoio ao empreendedorismo, à inovação, à promoção da internacionalização, integração em redes internacionais e atração de investimentos.

Cada GTA deverá mobilizar atores relevantes para a prioridade temática em causa, segundo a perspetiva da hélice quádrupla. Sugerem-se grupos pequenos que incluam representantes dos centros de competências, das empresas e das associações empresariais de âmbito setorial e de organismos da administração regional desconcentrada, entre outros. Sempre que possível os GTA deverão incluir parceiros externos à região, nas áreas empresariais e da I&D, com vocação para os temas de reflexão destes Grupos. Cada GTA estará focado na superação de lacunas no processo de disseminação do conhecimento e será uma ferramenta central na implementação da RIS3 Algarve, especialmente no processo de difusão do conhecimento e da inovação. Será ainda uma plataforma de encontro e de partilha entre as diferentes partes interessadas

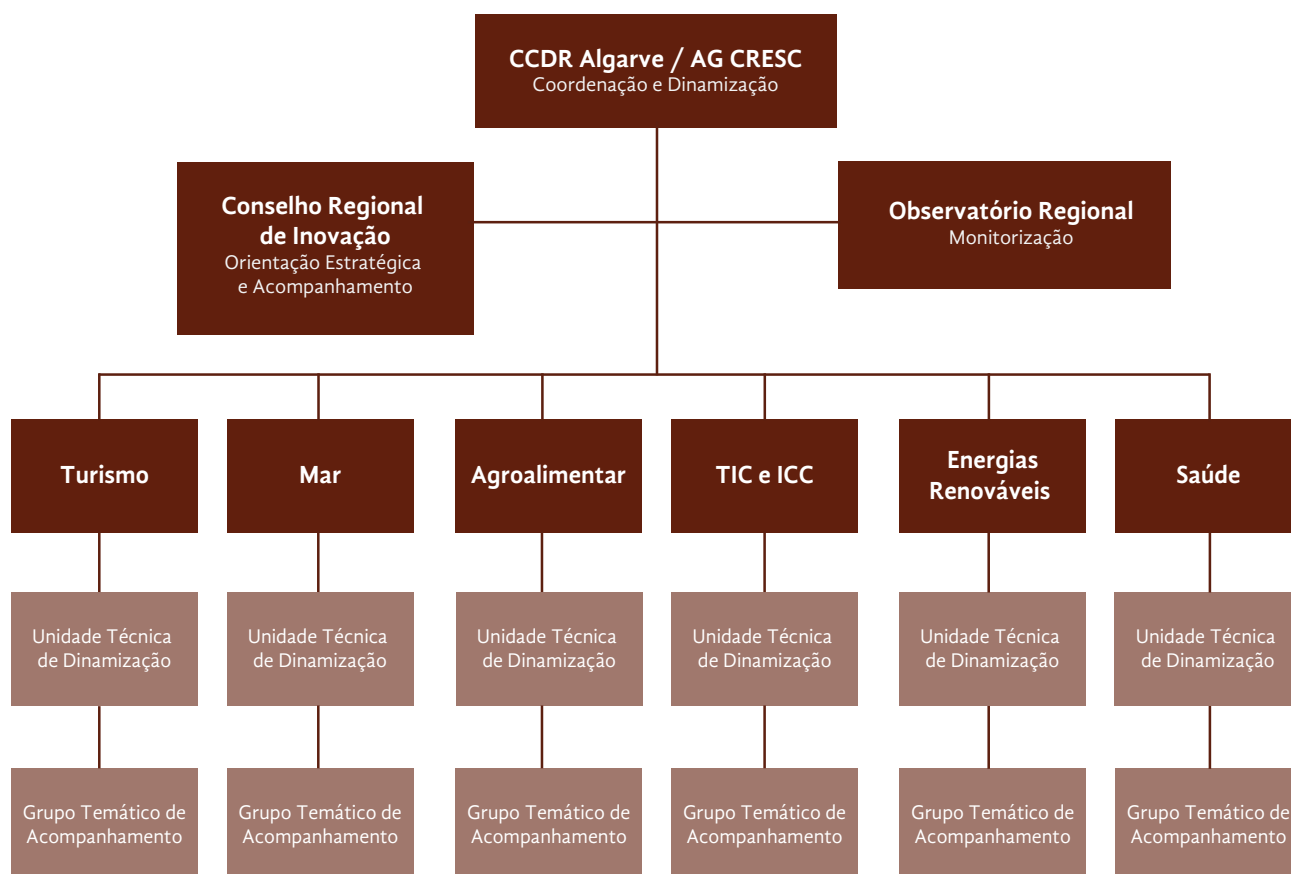


Figura 5.7 - Modelo de governança regional para a inovação no Algarve

O modelo de governança proposto (Figura 5.7) para a estratégia de especialização inteligente do Algarve é completo e ambicioso, preenchendo os requisitos ao nível da mobilização e participação dos agentes da hélice quádrupla. Este modelo de governança deve ser implementado a fim de estimular o sucesso, o acompanhamento e avaliação da RIS3. A governação equilibrada e partilhada entre os diferentes atores (empresas, unidades de I&D, municípios, terceiro setor, etc.) é essencial para garantir o sucesso da estratégia e as complementaridades entre as diferentes fontes de financiamento, especificamente Fundos Estruturais e os meios privados.

Em síntese, no modelo de governação proposto destaca-se a criação de um **CIRA** (a criar sob proposta da CCDR Algarve e aprovação do Conselho Regional) que estará focado na orientação, aconselhamento e acompanhamento da implementação da RIS3 do Algarve, bem como a adoção de uma **Estrutura de Missão** específica para a dinamização e operacionalização da RIS3. Prevê-se ainda que o processo de monitorização da RIS3 regional possa ser acompanhado pelo perito que validou a estratégia regional junto da Comissão Europeia.

A adoção de uma Estrutura de Missão específica para a dinamização da RIS3 deverá, portanto, ser capaz de assegurar a implementação da RIS3, numa lógica simultaneamente setorial e transversal (de articulação intersectorial) e envolvendo ativa e permanente os diversos atores, procurando desta forma superar as lacunas detetadas no Sistema Regional de Inovação de uma forma que se espera menos morosa e menos dispendiosa do que a que envolveria a criação de uma estrutura “tipo” agência regional de inovação. A participação dos atores da região nas decisões de política regional, passa também pela sua responsabilização no processo de definição de prioridades, na definição de agendas coletivas e na aplicação dos fundos comunitários, designadamente por via do seu envolvimento no seio do Conselho Regional de Inovação.

O objetivo é portanto encontrar uma forma que permita acelerar e **facilitar o processo de disseminação do conhecimento e que promova a inovação contínua na região, o encontro e a partilha entre diferentes atores, o fomento da investigação aplicada (especialmente nas áreas identificadas na estratégia), o apoio ao empreendedorismo, a promoção da internacionalização, da integração em redes internacionais e a atração de investimento para a região**, por forma a garantir uma região mais competitiva e com níveis de emprego sustentável e mais qualificado.

## 5.4

### Objetivos e Articulação de Políticas

A RIS3 Algarve tem uma abordagem transformadora e integrada (multinível e multi-setorial), de base local, mas deverá considerar as relações externas como um fator crucial de desenvolvimento da região.

Os instrumentos de política fornecem condições de contexto (incentivo) para melhorar as áreas prioritárias para a visão de futuro, na perspectiva dos decisores. No entanto, o processo implica a partilha de responsabilidades na elaboração, conceção e envolvimento no modelo de governação. Neste quadro, os empresários têm um papel fundamental na implementação dos instrumentos de política que são disponibilizados.

Na sequência da revisão por pares, surgiram várias ideias críticas para a combinação de políticas no Algarve. Numa região já especializada em turismo, a especialização inteligente deve ser entendida como um novo ecossistema de

atividades. Como tal é necessário moderar a consideração elevada que tradicionalmente existe a favor das abordagens de CTI (Ciência, Tecnologia e Inovação), com a introdução de instrumentos DUI (Fazer, Utilizar, Interagir). Isto significa que a introdução de novas prioridades e o estímulo a novos produtos não deve gerar antagonismos aos atores regionais já estabelecidos.

A criação de novas áreas deve beneficiar do turismo como alavanca para a criação de massa crítica e de procura. As áreas avançadas que podem beneficiar da especialização do turismo na perspectiva da “*variedade relacionada*” são as que resultam da interligação do que é diferente com o que tem potencial no Algarve e em que se pode valorizar a sua singularidade.

## • **Objetivos socioeconómicos da Investigação e Inovação**

O estabelecimento da RIS3 do Algarve terá como objetivos socioeconómicos principais, que correspondem a necessidades claras dos envolvidos e a desafios societais:

- Reduzir a dependência do setor do turismo do produto sazonal “sol e praia”, recorrendo a outros produtos complementares;
- Desenvolver “nichos de excelência” em áreas avançadas que beneficiam da “variedade relacionada” com o turismo;
- Explorar o potencial do cluster marítimo no Algarve;
- Diversificar a base económica da região, a criação de valor acrescentado e o emprego.

Os objetivos específicos da RIS3 são direcionados para:

- Densificar e animar a RIS do Algarve;
- Desenvolver modos de aprendizagem CTI e DUI junto dos agentes da inovação;
- Estimular o aparecimento de novas empresas avançadas, em particular nas áreas prioritárias da RIS3;
- Qualificar, atrair e reter talentos para o tecido económico;
- Promover o *networking* e a internacionalização de agentes da inovação.

## • **Seleção de áreas para a Especialização Inteligente**

A seleção de áreas para a “*especialização inteligente*” teve em atenção os aspetos contextuais dinamizadores da sustentabilidade e da inclusão. Estes aspetos devem ser entendidos como condições essenciais para um Algarve economicamente competitivo e socialmente coeso, que pode beneficiar da implementação dos programas e projetos orientados para os objetivos específicos da RIS3.

Outras condições contextuais consideram a garantia da facilidade da mobilidade interna (comboio / metro ligeiro, mas também autoestrada) e as conexões externas (naval e aérea). Um ambiente urbano reabilitado e coerente, cativante, com diferentes equipamentos coletivos em toda a região, é fundamental para a capacidade de atrair mais

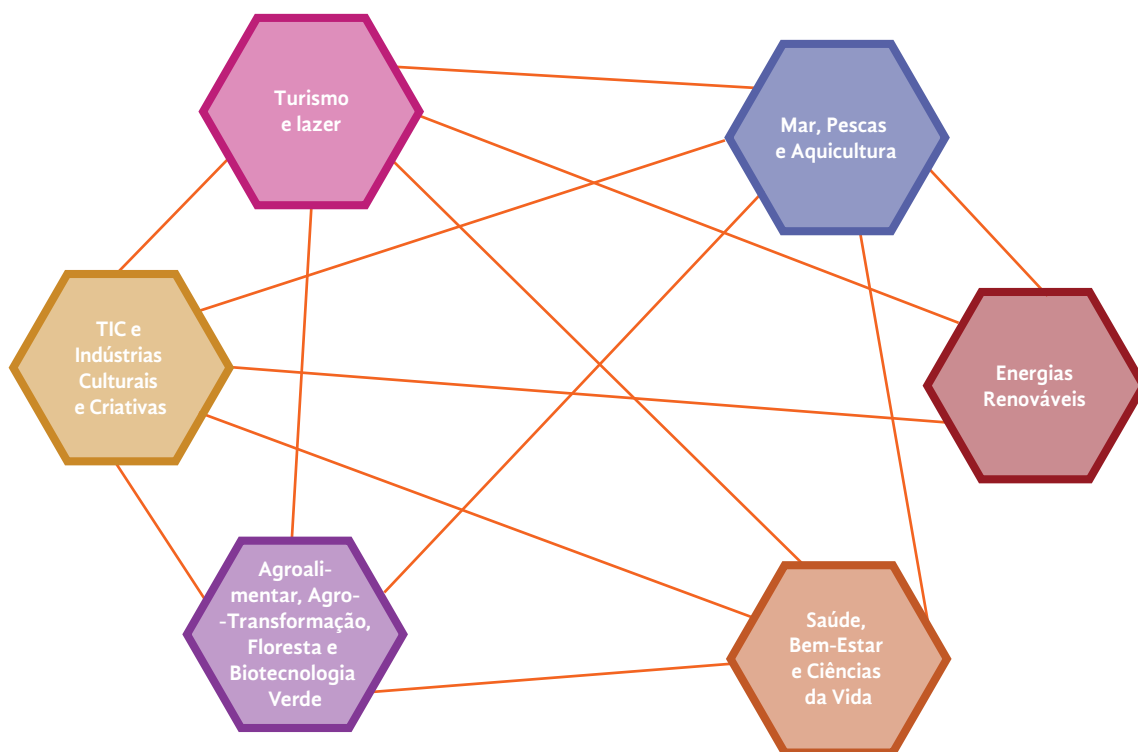
residentes, ativos e não ativos, a fim de gerar a dimensão populacional necessária para justificar, manter e incentivar o desenvolvimento de infraestruturas.

A definição das prioridades da RIS3 Algarve foi baseada num exercício de correspondência entre um processo top-down de identificação dos grandes objetivos alinhados com as políticas da UE e um processo bottom-up de descoberta empresarial de nichos de mercado candidatos à especialização inteligente, em áreas de experimentação e desenvolvimento futuro, com base nos eventos e reuniões organizadas regionalmente.

O Algarve deve definir linhas de incentivos que permitam apostar em setores da atividade económica que se dividem em quatro linhas:

- Atividades que nos últimos anos tiveram na região uma elevada expressão em termos de produção, emprego e exportações;
- Atividades tradicionais, atualmente com expressão moderada na região, mas com recursos e capacidade de inovação, de criar riqueza, gerar emprego e contribuir para aumentar as exportações potencialmente relevantes;
- Atividades inovadoras tradicionalmente com pouca expressão na região, mas com uma expansão de reconhecido potencial associado aos serviços prestados a outros setores (Ex: tecnologias da informação) ou recuperação de conhecimento disponível através de investigação aplicada;
- Atividades culturais e / ou sociais que podem contribuir para um quadro de coesão social denso e apoiar na dinamização de outras atividades económicas (Ex: dinamização da atividade turística, reposicionamento da “marca” Algarve).

Nessas quatro áreas é necessário estruturar linhas programáticas capazes de estimular não só a criação de riqueza e a retenção de emprego qualificado, mas também as exportações. É de extrema importância, para recuperar a perda de emprego, a transferência de novas capacidades e o ajustamento das respetivas formações às necessidades regionais. As iniciativas que estão inseridas nas interseções de áreas prioritárias podem ser especialmente bem-sucedidas para esses fins e ser um alvo para a implementação da política (Figura 5.8).



**Figura 5.8 - Fluxos intersetoriais e “Variedade Relacionada”**

Fonte: CCDR Algarve

Apesar da extrema especialização no turismo e do défice industrial, que cria restrições à “*variedade relacionada*”<sup>62</sup> regional, há exemplos de áreas com potencial nas prioridades selecionadas, sendo as principais prioridades RIS3

apresentadas numa matriz que pode ser encontrada na Tabela 5.2. e que sintetiza, no essencial, as relações possíveis no Algarve.

<sup>62</sup>O relatório da FCT (2013, p. 248) salienta que o foco regional do Algarve no turismo cria barreiras à “variedade relacionada”.



	Turismo e lazer	Mar, Pescas e Aquicultura	Agroalimentar, Agro-Transformação, Floresta e Biotecnologia Verde	Energias Renováveis	TIC e Indústrias Culturais e Criativas	Saúde, Bem-Estar e Ciências da Vida
Turismo e lazer						
Mar, Pescas e Aquicultura	Sol e mar Turismo náutico Cruzeiros Ecoturismo					
Agroalimentar, Agro-Transformação, Floresta e Biotecnologia Verde	Turismo rural Produções tradicionais (cortiça, alfarroba), Pruduzões emergentes (frutos vermelhos, vinho, azeite, frutos tropicais)	Pesca Aquicultura Sal				
Energias Renováveis	Energia Solar Racionalização de energia no alojamento e golfe	Algas Eólica offshore Ondas	Eficiência energética nas indústrias Agricultura sustentável			
TIC e Indústrias Culturais e Criativas	Sistemas de informação; Aplicações de software; Indústrias criativas; Eventos culturais; Património	Tecnologias marítimas; Racionalização de energia nos portos e navios Sistemas de navegação	Sistemas de refrigeração Certificação do Sistema de gastronomia Segurança alimentar	Sistemas de gestão de energia		
Saúde, Bem-Estar e Ciências da Vida	Recuperação Cuidados Continuados Desporto Turismo ativo	Biotecnologia azul Cosmética Produtos farmacêuticos	Biotecnologia verde Cosméticas Produtos Farmacêuticos Dieta mediterrânica	Tecnologias não poluentes	Sistema de gestão de saúde	

**Tabela 5.2 - Matriz para o aparecimento de nichos de excelência**

Fonte: CCDR Algarve.

## O “mix” de políticas

A estratégia de especialização inteligente do Algarve, sendo um documento de referência no quadro de programação para o período 2014-2020, não tem na sua natureza uma dotação financeira própria embora estructure uma proposta de afetação às ações que preconiza. Neste contexto, a sua operacionalização está estreitamente articulada com o Programa Operacional **CRESC ALGARVE 2020**, nos diferentes domínios de intervenção, em particular com os Objetivos Temáticos 1, 3, 4, 6, 8 e 10 e 11, mas não se esgota no mesmo.

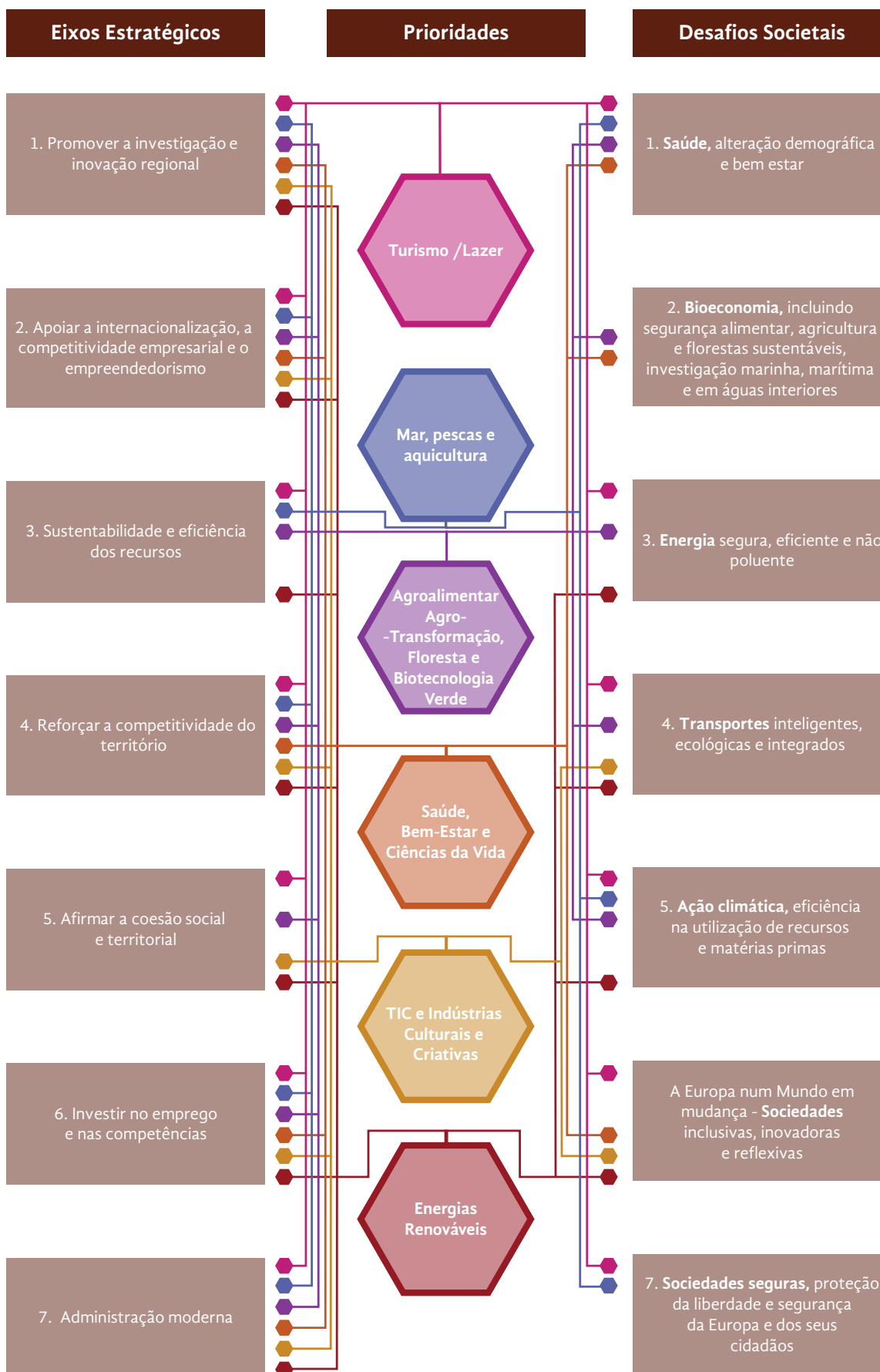
Além de mais, apesar deste ser um instrumento focado no contributo que a área do conhecimento pode devolver à sociedade, o seu alcance vai muito para além do impacto na economia ou nas empresas, pelo que importa conciliar neste contexto um mix de instrumentos de política setoriais e transversais, que traduzam uma orientação global e partilhada, que se identifique com os princípios desta estratégia e que seja capaz de mobilizar os diversos agentes em torno da prossecução dos seus objetivos.

Nesse sentido, o instrumento base de suporte da RIS3 do Algarve é o Programa Operacional Regional, embora não seja o único. O PO incorpora as prioridades expressas na RIS3 regional e prevê a clara articulação entre estas e os seus eixos estratégicos. Por sua vez, esta relação entre objetivos estruturantes e fontes de financiamento impõe um forte foco na **articulação, quer com a iniciativa privada, quer com outras fontes públicas nacionais e comunitárias**, de forma a garantir a coerência no mix da política pública multinível com os grandes desafios societais que se colocam à Europa (Figuras 5.9 e 5.10), sendo particularmente relevantes para o sucesso desta estratégia os Programas Operacionais Temáticos e outros fundos nacionais, bem como os Programas e Iniciativas Europeias (Ex: Horizonte 2020, COSME e os Programas da Cooperação Territorial Europeia - CTE).

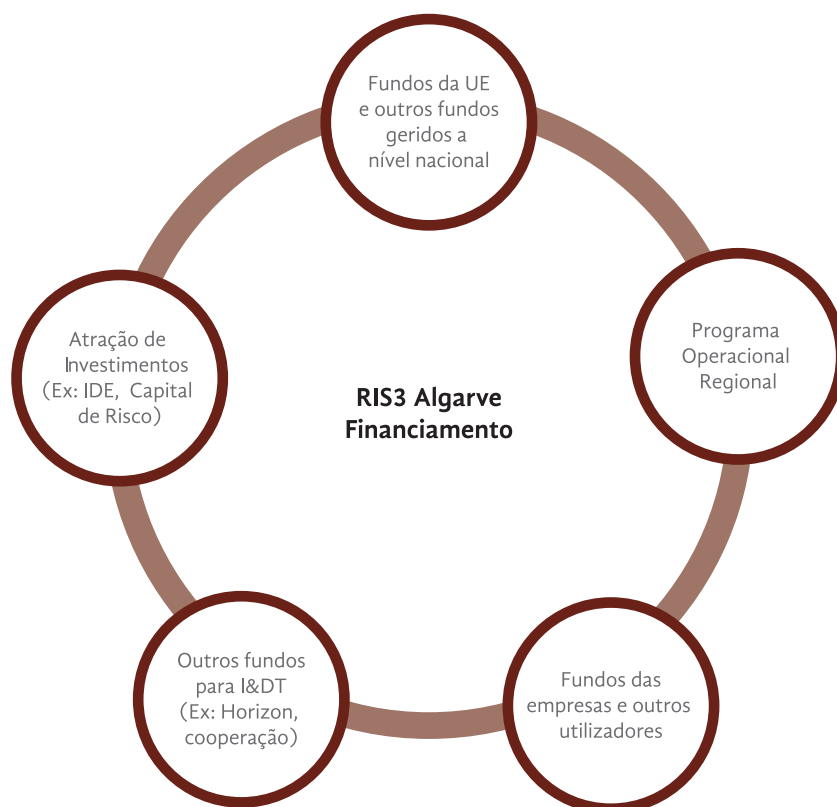
Embora os programas da CTE tenham dotações limitadas face ao número de regiões abrangidas, a relevância da cooperação para a implementação da RIS3 pode ser muito elevada, na medida em que potencie dimensões como o *networking* entre regiões (redes de inovação e de clusters), complementaridades ao nível de ações, infraestruturas e competências, plataformas de internacionalização cruzada para as PME, disseminação de boas práticas e plataformas de *policy learning*.

Acresce que os Programas da CTE a que a Região do Algarve terá acesso preveem prioridades de investimento no âmbito do Objetivo Temático 1, pelo que estão diretamente relacionados com o núcleo central de instrumentos de suporte às RIS3.





**Figura 5.9 - Instrumentos, Prioridades e Desafios**  
 Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional



**Figura 5.10 – Fontes de Financiamento da RIS3 Algarve**  
 Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

Por outro lado, a RIS3 do Algarve prevê a articulação com os diversos instrumentos setoriais e transversais que estão a ser trabalhados no plano nacional e com as prioridades definidas na Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (ENEI) (Tabela 5.3).

A lógica da abordagem multissetorial e multinível pressupõe uma intervenção em diversas dimensões / políticas. Assim, a intervenção da RIS3 no Algarve, alinhada com

orientações de política pública definida na ENEI, assume uma intervenção em sete dimensões, com diferentes níveis de relevância (ver Tabela 5.4).

A Tabela 5.5 apresenta o foco que cada uma das Prioridades de Investimento / Objetivos Específicos propõe para cada um dos domínios prioritários do Algarve.

Eixos Temáticos e temas prioritários (ENEI)	Domínios diferenciadores (Prioridades) do Algarve					
	Turismo e Lazer	Mar, Pescas e Aquicultura	Agroalimentar, Agro-Transformação, Floresta e Biotecnologia Verde	Saúde, Bem Estar e Ciências da Vida	TIC e Indústrias Culturais e Criativas	Energias Renováveis
<b>I. Tecnologias Transversais e suas Aplicações</b>						
1. Energia						
2. Tecnologias de Informação e Comunicação						
3. Materiais e Matérias-Primas						
<b>II. Indústria e Tecnologias de Produção</b>						
4. Tecnologias de Produção e Indústria de Produto						
5. Tecnologias de Produção e indústria de Processo						
<b>III. Mobilidade, Espaço e Logística</b>						
6. Automóvel, Aeronáutica e Espaço						
7. Transportes, Mobilidade e Logística						
<b>IV. Recursos Naturais e Ambiente</b>						
8. Agro-Alimentar						
9. Floresta						
10. Economia do Mar						
11. Água e Ambiente						
<b>V. Saúde, Bem-Estar e Território</b>						
12. Saúde						
13. Turismo						
14. Indústrias Culturais e Criativas						
15. Habitat						





	Integração total		Moderadamente relacionados
	Fortemente relacionados		Sem relação significativa

Tabela 5.3 – Matriz de relação entre os domínios diferenciadores da RIS3 do Algarve e as prioridades da ENEI

Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

Domínios RIS 3 Algarve		Dimensões de Política Pública da ENEI						
		Política de RH	Política de I&D	Política de I&D+I	Política de Empreend. de inovação	Política de Inovação	Política de Internac. em ID e Inovação	Política de contexto
Energias Renováveis	Fomento da I&D+I associada aos recursos locais com potencial na área das energias alternativas (Ex: sol, mar, biomassa...), quer na perspetiva do desenvolvimento tecnológico associado à cadeia da produção energética (incluindo as fases pré comerciais de teste/demonstração), quer na perspetiva da racionalização dos consumos/eficiência energética, suportada noutras tecnologias. A dinâmica existente no sul de Portugal e de Espanha, na área do solar, conjugada com a exposição solar destas regiões e com a evolução da política energética na Europa, podem beneficiar esta aposta. O desenvolvimento de I&D+I nesta área, particularmente na componente da eficiência energética, pode ter aplicação generalizada a todos os setores, mas tem nos grandes consumidores (empreendimentos turísticos, grandes serviços públicos e iluminação pública) um grande potencial de crescimento.	4	4	5	4	4	4	3
TIC e Indústrias Culturais e Criativas	Fomento da articulação das "TIC e Atividades Criativas" com outras áreas da economia e do conhecimento, no sentido de promover o desenvolvimento de ambas, estimulando o aparecimento de I&D+I em novas áreas com elevado potencial e interesse para os outros setores. Desenvolvimento de ferramentas de suporte à gestão /operação, que permitam otimizar processos, racionalizar custos/consumos, aceder a outros mercados, facilitar nos processos de internacionalização ou de gestão da I&D, etc. Esta é uma área transversal com potencial de aplicação a qualquer atividade e atualmente impacto significativo em áreas como o Turismo, no setor primário ou a área da saúde e bem-estar. As atividades criativas abrangem um largo espetro, que vai desde a mais comum criação artística até à arquitetura / design de embarcações turísticas, nos produtos à base de cortiça ou à criatividade na área das TIC / WEB, etc.	5	5	5	5	5	4	4
Agroalimentar, Agro-Transformação, Floresta e Biotecnologia Verde	Promover a investigação e inovação associada aos recursos naturais com potencial de aproveitamento na cadeia de valor do agroalimentar/agro-industrial / biotecnologia verde e da floresta, beneficiando das mais-valias naturais/ambientais presentes no território. Fomento dos processos produtivos de algumas espécies (Ex: citrinos, pequenos frutos vermelhos, legumes e ervas aromáticas, espécies endógenas associadas ao "pomar tradicional de sequeiro", sobreiro e outras espécies florestais, etc.), promovendo o aumento da capacidade competitiva à escala global e a maximização do valor acrescentado na região. Reforço da cadeia de valor de transformação dos produtos do mar e aumento da integração dos produtos do mar nos consumos intermédios do setor turístico.	4	5	5	5	5	4	4
Mar, Pescas e Aquicultura	Dinamizar uma gestão mais adequada dos recursos associados ao mar, na perspetiva do acréscimo de valor, da monitorização e gestão dos recursos e do seu aproveitamento económico e social. O aproveitamento económico da fileira do mar, deverá abranger um largo espetro de atividades e recursos que vão desde o aproveitamento para atividades mais diversificadas relacionadas com as atividades lúdicas / turismo / lazer ou competição (regatas), até ao aproveitamento mais intensivo do potencial para fins alimentares (Ex: pesca, aquicultura, sal, algas e outras culturas marinhas, etc.), passando pelos recursos energéticos offshore na área das energias ou dos minerais, pelos transportes marítimos e logística associada, ou ainda pelas atividades de construção e reparação naval.	5	5	5	5	5	5	5

Domínios RIS 3 Algarve		Dimensões de Política Pública da ENEI						
		Política de RH	Política de I&D	Política de I&D+I	Política de Empreend. de inovação	Política de Inovação	Política de Internac. em ID e Inovação	Política de contexto
Mar, Pescas e Aquicultura	Reforço da cadeia de valor de transformação dos produtos do mar e aumento da integração dos produtos do mar nos consumos intermédios do setor turístico.	5	5	5	5	5	5	5
Turismo e Lazer	Fomentar a articulação entre o turismo e as demais atividades (especialmente as prioritárias para a região), estimulando a I&D+I cruzada, com vista à valorização dos recursos presentes no território (cultura, recursos naturais/clima, capacidade instalada em termos técnicos, infraestruturas e humanos / conhecimento / experiência), com vista à incorporação de mais valor nos bens e serviços providos por outros setores (Ex: Mar, Agroalimentar, Floresta, serviços de saúde e bem-estar, etc.), que podem beneficiar da notoriedade internacional do destino Algarve e da procura turística de proximidade (circuitos curtos de distribuição), junto de um público com capacidade para reconhecer a diferença e disponibilidade para pagar mais por ela. Neste âmbito pretende-se fomentar a diversificação da base económica regional, quer numa lógica de abertura para outras áreas da atividade económica, para além do turismo, quer na busca de outros produtos turísticos, (complementares à oferta atual), capazes de se afirmarem de forma distintiva e mitigarem os efeitos da sazonalidade, à semelhança do exemplo que é hoje o produto "Golfe".	5	5	5	5	5	4	5
Saúde, Bem Estar e Ciências da Vida	Aproveitar os recursos presentes na região associados às amenidades, à capacidade instalada e à localização geográfica / acessibilidades, especialmente no contexto europeu, para fomentar dinamização de I&D+I focada no mercado e que seja capaz de atrair mais investimento para o território. Dinamizar o mercado do turismo de saúde e bem-estar na região, suportado quer num público mais sénior que requer cuidados de saúde e de acompanhamento / vigilância adequados (Ex: acompanhamento médico à distância suportado em tecnologia), quer associado aos cuidados físicos / de reabilitação exigidos essencialmente pela procura do turismo desportivo, ou ainda por via da dinamização de produtos ou pacotes de serviços de saúde pouco invasivos (Ex: diagnósticos completos, pequenas intervenções cirúrgicas no âmbito da estética, da medicina dentária, etc.) mais dirigidos ao público de meia- idade.	4	5	5	4	5	3	5
Habitat	Promoção de iniciativas individuais ou coletivas com vista a responder a "Desafios Societais" à escala regional, com foco na monitorização e gestão dos recursos naturais e do ambiente (Ex: I&D+I associada à valorização de resíduos / desperdícios de outras atividades; mitigação do impacto ambiental da atividade económica ou de riscos naturais; valorização territorial de espaços com importantes recursos naturais ambientalmente afetados ou em risco e com interesse estratégico; valorização das condições de qualidade de vida para captar recursos altamente qualificados.	4	4	4	4	4	4	3
Global		4	5	5	5	5	4	4

Tabela 5.4 – Matriz de relevância das políticas da ENEI por domínio diferenciador da RIS3 do Algarve

Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

PO Algarve		Domínios RIS 3 Algarve																				
Prioridade de Invest. (PI)	Objetivos Específicos	Energias Renováveis			TIC e Indústrias Culturais e Criativas			Agroalimentar, Agro-Transformação, Floresta e Biotecnologia Verde			Mar, Pescas e Aquicultura			Turismo e Lazer			Saúde, Bem Estar e Ciências da Vida			Habitat		
		R	E	UA	R	E	UA	R	E	UA	R	E	UA	R	E	UA	R	E	UA	R	E	UA
PI 1.1	Reforçar a inserção das infra-estruturas do SCTN nas redes internacionais de I&D e aumentar a produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente, orientada para a especialização inteligente (RIS3 Regional).																					
PI 1.2	Aumentar a intensidade tecnológica, com reforço da transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor tecnológico para o setor económico																					
	Intensificar o esforço das empresas em I&D e fomentar a articulação entre o tecido empresarial e os centros de investigação.																					
	Aumentar o investimento empresarial, nomeadamente de não PME, em produtos/serviços inovadores, promovendo o aumento da produção transacionável e internacionalizável e a progressão na cadeia de valor.																					
PI 2.3	Reforçar a disponibilidade de serviços em rede por parte da administração e serviços públicos, contribuindo para uma melhoria do desempenho das funções de interação do Estado com os cidadãos e com os agentes económicos.																					
PI 3.1	Incentivar o empreendedorismo qualificado como instrumento de promoção da inovação e de diversificação da base produtiva regional (RIS3)																					
PI 3.2	Aumentar a competitividade e a notoriedade externa dos produtos e das empresas dos setores RIS3 Regional para promover a internacionalização e a exportação.																					
PI 3.3	Melhorar a competitividade das empresas e estimular o investimento empresarial, nomeadamente no âmbito dos setores RIS3.																					
PI 4.2	Aumento da eficiência energética nas empresas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalizando os consumos.																					
PI 4.3	Aumento da eficiência energética nas infraestruturas e espaços públicos, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalizando os consumos.																					



PO Algarve			Domínios RIS 3 Algarve																						
Prioridade de Invest. (PI)	Objetivos Específicos	Energias Renováveis			TIC e Indústrias Culturais e Criativas			Agroalimentar, Agro-Transformação, Floresta e Biotecnologia Verde			Mar, Pescas e Aquicultura			Turismo e Lazer			Saúde, Bem Estar e Ciências da Vida			Habitat					
		R	E	UA	R	E	UA	R	E	UA	R	E	UA	R	E	UA	R	E	UA	R	E	UA			
PI 4.5	Estimular iniciativas direcionadas para a redução de emissões CO <sub>2</sub> e promover a descarbonização da economia e da sociedade, apoiando o desenvolvimento de modelos e sistemas de transportes ecológicos com baixo teor de carbono, medidas de sequestro de carbono e novos padrões de consumo energético																								
PI 6.3	Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural.																								
PI 8.5	Intensificar a formação dos empresários para a reorganização e melhoria das capacidades de gestão e liderança, assim como dos ativos das empresas apoiadas em temáticas associadas à inovação e à mudança																								
	Melhorar a empregabilidade da população (desempregados, empregados, em particular empregados em risco de desemprego) através do desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho																								
PI 8.8	Incentivar a criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas por parte de desempregados, pessoas pertencentes a grupos mais vulneráveis e pessoas inativas. Apoio à dinamização do empreendedorismo social (apoios ao investimento que viabilizam a criação líquida de empresas)																								
PI 11.1	Qualificar a prestação do serviço público, quer através da capacitação dos serviços, quer da formação dos trabalhadores em funções públicas.																								
PI 11.2	Reforçar a capacidade de atores e redes para a promoção de ações de desenvolvimento territorial.																								

R - recursos  
E - economia

Alta
  Média
  Baixa
  Não significativa

Tabela 5.5 – Matriz de relevância das PI / objetivos específicos do PO Algarve por domínio diferenciador da RIS3 do Algarve  
Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

Dimensão da Política Pública da ENEI						
Política de Recursos Humanos	Política de I&D	Política de I&D+I	Política de Empreend. de Inovação	Política de Inovação	Política de Internac. em I&D+I	Política de Contexto
5.500.000	9.373.578	12.296.525	15.442.622	34.886.835	19.071.305	16.352.160
Total indicativo (€)						117.923.025

**Tabela 5.6 – Matriz de imputação orçamental (indicativa) do PO Algarve CRESC-2020 à RIS3, por dimensão política**

Fonte: CCDR Algarve – RIS3 Regional

Na perspetiva financeira, a Tabela 5.6 mostra, a título indicativo, a distribuição do envelope financeiro previsto no Programa Operacional do Algarve para cada uma das Prioridades de Investimento mobilizadas e por políticas de intervenção que respondem de forma mais direta aos objetivos preconizados pela RIS3 do Algarve. A intenção de afetar cerca de 34% do total do envelope dos fundos do Algarve (44,1 % do total do FEDER e 9,5 % do FSE) a esta estratégia mostra claramente o foco que se pretende atribuir a esta dimensão.

Os projetos desenvolvidos no âmbito das prioridades da RIS3 deverão articular-se com as políticas e, nesse contexto, poderão vir a beneficiar de mecanismos de hierarquia superior para alocação de recursos.

O “mix” de políticas considerou um conjunto de domínios principais, programas e projetos-âncora a serem implementados ao longo do período 2014-2020 (ver Tabelas 5.7 a 5.12).

As iniciativas críticas para o sucesso da RIS3 do Algarve são aquelas que permitem a circulação do conhecimento, destacando-se:

- A implementação do modelo de governação proposto, designadamente a agência para a inovação regional, a gestão operacional / coordenação dos fundos regionais para a inovação, a promoção do Algarve como um território para acolher empresas avançadas, a promoção da competitividade e internacionalização das empresas, a captação de investimento, a promoção do Algarve como região de acolhimento para os cientistas;

- A dinamização de uma política que estimule o empreendedorismo, especialmente qualificado (através da dinamização de parques de C&T – parques temáticos e / ou focados na procura de negócios fora da investigação científica académica, mas absorvendo a investigação aplicada - e da dinamização de incubadoras e aceleradores de proto-ideias, com a Universidade e outras organizações públicas de investigação);
- A dinamização de programas focados na capacitação das empresas para a I&D+I e para a internacionalização, estimulando a incorporação de Recursos Humanos altamente qualificados e a qualificação / capacitação dos atuais quadros, incluindo o reforço da capacitação dos dirigentes empresariais.

#### Linhas de ação prioritárias

Considerando os domínios identificados como prioritários para a região, bem como o seu potencial de desenvolvimento, e dada a necessidade de orientar a operacionalização da RIS3 regional, identificam-se um conjunto de linhas de ação prioritárias que deverão nortear a implementação desta estratégia em cada um dos domínios, em articulação com as políticas multinível e multissetoriais e com os diversos recursos que seja possível captar.

Turismo e Lazer		
Linhas de ação	Atividades Prioritárias	Tipologias Prioritárias
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualificação e diferenciação dos produtos consolidados (sol e mar, golfe, gastronomia, residencial)</li> <li>• Diversificação e aposta em produtos complementares e em desenvolvimento</li> <li>• Articular a inovação ao nível do turismo (novos produtos e melhoria de processos) com as atividades de investigação e desenvolvimento de domínios científicos e tecnológicos como os do mar, agroalimentar, energia, TIC e saúde.</li> <li>• Fomentar a I&amp;D no domínio do Turismo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Hotelaria, com prioridade para os produtos complementares e em desenvolvimento</li> <li>• Produtos locais diferenciados</li> <li>• Animação Turística</li> <li>• Eventos internacionais com capacidade de atenuar a sazonalidade;</li> <li>• Património natural e cultural</li> <li>• Serviços e infraestruturas coletivas (com destaque para os associados à inovação e à internacionalização)</li> <li>• Outras atividades que se enquadrem na prioridade temática</li> <li>• Animação turística assente em produtos locais</li> <li>• Capacitação das PME (com destaque para a presença na web, a economia digital e as TIC, a certificação de serviços, a criação de marcas e design, o marketing internacional</li> <li>• Sustentabilidade (consumir e produzir de forma sustentável)</li> <li>• Qualificação dos recursos humanos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistema de Incentivos ao Investimento Empresarial Inovador e Qualificado (CRESC)</li> <li>• Sistema de Incentivos à Internacionalização (CRESC)</li> <li>• Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (CRESC)</li> <li>• Empreendedorismo qualificado e criativo (CRESC)</li> <li>• Coordenação e gestão de parcerias de estratégias de eficiência coletiva (CRESC)</li> <li>• Ações coletivas no domínio da internacionalização (CRESC)</li> <li>• Ações e infraestruturas coletivas no domínio do empreendedorismo (CRESC)</li> <li>• Valorização e promoção do património histórico-cultural (CRESC)</li> <li>• Valorização e promoção do património natural, incluindo o património marítimo (CRESC)</li> <li>• Rotas e percursos de natureza (CRESC)</li> <li>• Projetos no quadro de programas europeus (Horizon 2020, Cosme, Creative Europe)</li> <li>• Projetos de cooperação territorial europeia (POCTEP, PO Espaço Atlântico, PO MED, PO SUDOE, INTERREG EUROPE)</li> <li>• Ações que fomentem a articulação intersetorial (CRESC)</li> </ul>

Tabela 5.7 - Linhas de ação prioritárias para o Domínio "Turismo e Lazer"

Mar, Pescas e Aquicultura		
Linhas de ação	Atividades Prioritárias	Tipologias Prioritárias
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualificação e diferenciação dos segmentos tradicionais (pesca, conservas, sal, construção e reparação naval)</li> <li>• Diversificação e aposta em segmentos de elevado valor acrescentado (aquicultura, construção naval com novos materiais e intensificação tecnológica, serviços náuticos avançados)</li> <li>• Fomentar a I&amp;D no domínio das Ciências do Mar, visando a criação de conhecimento, bem como (i) a sua valorização nas atividades da economia do mar e (ii) uma melhor gestão dos recursos naturais associados ao mar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pescas</li> <li>• Aquicultura</li> <li>• Transformação dos produtos do mar</li> <li>• Construção e reparação naval</li> <li>• Turismo náutico</li> <li>• Serviços e infraestruturas coletivas (com destaque para os associados à inovação e à internacionalização)</li> <li>• Outras atividades que se enquadrem na prioridade temática.</li> <li>• Turismo sol/mar (criação de produtos diferenciados)</li> <li>• Biotecnologia azul ou marinha</li> <li>• Salicultura</li> <li>• Internacionalização e capacitação das PME (com destaque para a economia digital e as TIC, a certificação de produtos, a criação de marcas e design, a distribuição e logística)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investimentos na Economia do Mar (PO Mar2020)</li> <li>• Sistema de Incentivos ao Investimento Empresarial Inovador e Qualificado (CRESC)</li> <li>• Sistema de Incentivos à Internacionalização (CRESC)</li> <li>• Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (CRESC)</li> <li>• Empreendedorismo qualificado e criativo (CRESC)</li> <li>• Coordenação e gestão de parcerias de estratégias de eficiência coletiva (CRESC)</li> <li>• Ações coletivas no domínio da internacionalização (CRESC)</li> <li>• Ações e infraestruturas coletivas no domínio do empreendedorismo (CRESC)</li> <li>• Centros de competências em Ciência e Tecnologia (CRESC)</li> <li>• Projetos de Ciência e Tecnologia (CRESC)</li> <li>• Apoio à participação em programas europeus de I&amp;D (CRESC)</li> <li>• Infraestruturas tecnológicas, transferência de tecnologia e prestação de serviços tecnológicos às empresas (CRESC)</li> <li>• Atividades de demonstração e valorização económica dos resultados da I&amp;DT (CRESC)</li> <li>• Integração de quadros altamente qualificados nas empresas e apoio à mobilidade (CRESC)</li> <li>• Projetos no quadro de programas europeus (Horizon 2020, Cosme)</li> <li>• Projetos de cooperação territorial europeia (POCTEP, PO espaço Atlântico, PO MED, PO SUDOE, INTERREG EUROPE)</li> <li>• Ações que fomentem a articulação intersetorial (CRESC)</li> </ul>

Tabela 5.8 - Linhas de ação prioritárias para o Domínio “Mar, Pescas e Aquicultura”



## Agroalimentar, Agro-Transformação, Floresta e Biotecnologia Verde

Linhas de ação	Atividades Prioritárias	Tipologias Prioritárias
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Continuidade e intensificação da modernização organizacional e tecnológica das produções em escala (citrinos, frutos vermelhos), com um maior controlo a jusante, sobre a distribuição e comercialização</li> <li>• Valorização económica, através da tecnologia e de novos usos, de produções vegetais em que o Algarve apresenta qualidade (p. ex., cortiça) ou exclusividade (alfarroba)</li> <li>• Cruzar o agroalimentar e a floresta com oportunidades geradas pela procura turística (produtos “gourmet”, turismo de natureza, rural e industrial na Serra Algarvia)</li> <li>• Fomentar a I&amp;D no domínio do Agroalimentar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção agroalimentar</li> <li>• Produção florestal</li> <li>• Indústria agroalimentar</li> <li>• Transformação da cortiça</li> <li>• Turismo rural e de natureza</li> <li>• Serviços e infraestruturas coletivas (com destaque para os associados à inovação e à internacionalização)</li> <li>• Outras atividades que se enquadrem na prioridade temática</li> <li>• Turismo “gastronomia e vinhos”</li> <li>• Biotecnologia</li> <li>• Internacionalização e capacitação das PME (com destaque para a economia digital e as TIC, a certificação de produtos, a criação de marcas e design, a distribuição e logística)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investimento na exploração agrícola (PDR)</li> <li>• Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas (PDR)</li> <li>• Ações de integração na cadeia agroalimentar (PDR)</li> <li>• Prevenção e gestão de riscos das explorações agrícolas (PDR)</li> <li>• Sistema de Incentivos ao Investimento Empresarial Inovador e Qualificado (CRESC)</li> <li>• Sistema de Incentivos à Internacionalização (CRESC)</li> <li>• Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (CRESC)</li> <li>• Empreendedorismo qualificado e criativo (CRESC)</li> <li>• Coordenação e gestão de parcerias de estratégias de eficiência coletiva (CRESC)</li> <li>• Ações coletivas no domínio da internacionalização (CRESC)</li> <li>• Ações e infraestruturas coletivas no domínio do empreendedorismo (CRESC)</li> <li>• Projetos de Ciência e Tecnologia (CRESC)</li> <li>• Apoio à participação em programas europeus de I&amp;D (CRESC)</li> <li>• Infraestruturas tecnológicas, transferência de tecnologia e prestação de serviços tecnológicos às empresas (CRESC)</li> <li>• Atividades de demonstração e valorização económica dos resultados da I&amp;DT (CRESC)</li> <li>• Integração de quadros altamente qualificados nas empresas e apoio à mobilidade (CRESC)</li> <li>• Projetos no quadro de programas europeus (Horizon 2020, Cosme)</li> <li>• Projetos de cooperação territorial europeia (POCTEP, PO Espaço Atlântico, PO MED, PO SUDOE, INTERREG EUROPE)</li> <li>• Ações que fomentem a articulação intersetorial (CRESC)</li> </ul>

**Tabela 5.9 - Linhas de ação prioritárias para o Domínio “Agroalimentar, Agro-Transformação, Floresta e Biotecnologia Verde”**

## TIC e Indústrias Culturais e Criativas

Linhas de ação	Atividades Prioritárias	Tipologias Prioritárias
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforçar as competências em TIC, nomeadamente através de mais organização e mais recursos no interface Universidade / indústria</li> <li>• Potenciar um cluster de TIC, desenvolvendo e alargando a base empresarial, apoiando o investimento empresarial e promovendo a articulação com a procura de proximidade gerada por todas as restantes prioridades temáticas</li> <li>• Dar mais ênfase à promoção de atividades culturais e criativas, para além do seu cruzamento com as TIC, robustecendo a oferta cultural e promovendo atividades empresariais no domínio da criatividade e dos serviços culturais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aplicações e serviços baseados em TIC</li> <li>• Tecnologias da produção baseadas em TIC</li> <li>• Aplicações e equipamentos para Smart cities</li> <li>• Indústrias criativas e multimédia</li> <li>• Serviços e infraestruturas coletivas (com destaque para os associados à inovação e à internacionalização)</li> <li>• Outras atividades que se enquadrem na prioridade temática</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistema de Incentivos ao Investimento Empresarial Inovador e Qualificado (CRESC)</li> <li>• Sistema de Incentivos à Internacionalização (CRESC)</li> <li>• Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (CRESC)</li> <li>• Empreendedorismo qualificado e criativo (CRESC)</li> <li>• Coordenação e gestão de parcerias de estratégias de eficiência coletiva (CRESC)</li> <li>• Ações coletivas no domínio da internacionalização (CRESC)</li> <li>• Ações coletivas e infraestruturas no domínio do empreendedorismo (CRESC)</li> <li>• Capacitação das organizações culturais e criativas e de gestão do património natural (CRESC)</li> <li>• Animação e programação cultural em rede (CRESC)</li> <li>• Centros de competências em Ciência e Tecnologia (CRESC)</li> <li>• Projetos de Ciência e Tecnologia (CRESC)</li> <li>• Apoio à participação em programas europeus de I&amp;D (CRESC)</li> <li>• Infraestruturas tecnológicas, transferência de tecnologia e prestação de serviços tecnológicos às empresas (CRESC)</li> <li>• Atividades de demonstração e valorização económica dos resultados da I&amp;DT (CRESC)</li> <li>• Integração de quadros altamente qualificados nas empresas e apoio à mobilidade (CRESC)</li> <li>• Serviços e aplicações de administração pública em linha (CRESC)</li> <li>• Acesso à informação do setor público (CRESC)</li> <li>• Investimento na capacidade institucional e na eficiência das administrações e dos serviços públicos (CRESC)</li> <li>• Reforço de capacidades junto de todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais (CRESC)</li> <li>• Projetos no quadro de programas europeus (Horizon 2020, Cosme, Creative Europe)</li> <li>• Projetos de cooperação territorial europeia (POCTEP, PO Espaço Atlântico, PO MED, PO SUDOE, INTERREG EUROPE)</li> <li>• Ações que fomentem a articulação intersetorial (CRESC)</li> </ul>

**Tabela 5.10 - Linhas de ação prioritárias para o Domínio “TIC e Indústrias Culturais e Criativas”**

Energias Renováveis		
Linhas de ação	Atividades Prioritárias	Tipologias Prioritárias
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção em larga escala de eletricidade com origem em fontes renováveis, uma vez reunidas condições de viabilidade económica</li> <li>• Eficiência energética, incorporando produção desconcentrada de energia a partir de fontes renováveis (solar térmico e fotovoltaico), nos diferentes setores consumidores</li> <li>• Fomento da I&amp;D na área da energia, visando a criação de conhecimento e o aprofundamento de competências nas energias renováveis, bem como a transferência de tecnologia para o tecido económico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção de energia solar, de energia eólica e através da biomassa</li> <li>• Eficiência energética nos vários setores de atividade e institucionais</li> <li>• Serviços e infraestruturas coletivas (com destaque para os associados à inovação e à internacionalização)</li> <li>• Outras atividades que se enquadrem na prioridade temática</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento de projetos-piloto (PO SEUR)</li> <li>• Desenvolvimento de projetos de armazenagem de energia (PO SEUR)</li> <li>• Projetos de eficiência e diversificação energéticas no setor empresarial (CRESC)</li> <li>• Ações coletivas para a eficiência e diversificação energéticas (CRESC)</li> <li>• Auditorias energéticas e apoio a Planos de Racionalização dos Consumos de Energia (CRESC)</li> <li>• Projetos de eficiência energética em edifícios públicos e de interesse público (CRESC)</li> <li>• Eficiência energética na iluminação pública (CRESC)</li> <li>• Mobilidade urbana sustentável (CRESC)</li> <li>• Eficiência energética nos transportes coletivos de passageiros (CRESC, PO SEUR)</li> <li>• Sistema de Incentivos ao Investimento Empresarial Inovador e Qualificado (CRESC)</li> <li>• Sistema de Incentivos à Internacionalização (CRESC)</li> <li>• Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (CRESC)</li> <li>• Empreendedorismo qualificado e criativo (CRESC)</li> <li>• Coordenação e gestão de parcerias de estratégias de eficiência coletiva (CRESC)</li> <li>• Ações coletivas no domínio da internacionalização (CRESC)</li> <li>• Ações coletivas e infraestruturas no domínio do empreendedorismo (CRESC)</li> <li>• Centros de competências em Ciência e Tecnologia (CRESC)</li> <li>• Projetos de Ciência e Tecnologia (CRESC)</li> <li>• Apoio à participação em programas europeus de I&amp;D (CRESC)</li> <li>• Infraestruturas tecnológicas, transferência de tecnologia e prestação de serviços tecnológicos às empresas (CRESC)</li> <li>• Atividades de demonstração e valorização económica dos resultados da I&amp;DT (CRESC)</li> <li>• Integração de quadros altamente qualificados nas empresas e apoio à mobilidade (CRESC)</li> <li>• Projetos no quadro de programas europeus (Horizon 2020, Cosme)</li> <li>• Projetos de cooperação territorial europeia (POCTEP, PO Espaço Atlântico, PO MED, PO SUDOE, INTERREG EUROPE)</li> <li>• Ações que fomentem a articulação intersetorial (CRESC)</li> </ul>

Tabela 5.11 - Linhas de ação prioritárias para o Domínio “Energias Renováveis”



## Saúde, Bem-Estar e Ciências da Vida

Linhas de ação	Atividades Prioritárias	Tipologias Prioritárias
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prioridade centrada no Turismo de Saúde e Bem-estar, articulada com o reforço do sistema de saúde, privado e público, que contribua para uma região vista como destino seguro quer em termos turísticos quer em termos de cuidados de saúde</li> <li>• Fomento da I&amp;D na área das ciências da vida, com focus nos subdomínios mais diretamente associados aos setores de aplicação a privilegiar</li> <li>• Cruzamento das tecnologias da saúde com as TIC visando responder aos desafios sociais relacionados com a saúde, o envelhecimento ativo e a monitorização, vigilância e assistência à distância.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Turismo de saúde e bem-estar</li> <li>• Desporto de alto rendimento</li> <li>• Serviços de saúde, de cuidados continuados e de monitorização de doentes crónicos</li> <li>• Serviços e infraestruturas coletivas (com destaque para os associados à inovação e à internacionalização)</li> <li>• Outras atividades que se enquadrem na prioridade temática</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistema de Incentivos ao Investimento Empresarial Inovador e Qualificado (CRESC)</li> <li>• Sistema de Incentivos à Internacionalização (CRESC)</li> <li>• Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (CRESC)</li> <li>• Empreendedorismo qualificado e criativo (CRESC)</li> <li>• Coordenação e gestão de parcerias de estratégias de eficiência coletiva (CRESC)</li> <li>• Ações coletivas no domínio da internacionalização (CRESC)</li> <li>• Ações coletivas e infraestruturas no domínio do empreendedorismo (CRESC)</li> <li>• Centros de competências em Ciência e Tecnologia (CRESC)</li> <li>• Projetos de Ciência e Tecnologia (CRESC)</li> <li>• Apoio à participação em programas europeus de I&amp;D (CRESC)</li> <li>• Infraestruturas tecnológicas, transferência de tecnologia e prestação de serviços tecnológicos às empresas (CRESC)</li> <li>• Atividades de demonstração e valorização económica dos resultados da I&amp;DT (CRESC)</li> <li>• Integração de quadros altamente qualificados nas empresas e apoio à mobilidade (CRESC)</li> <li>• Projetos no quadro de programas europeus (Horizon 2020, Cosme)</li> <li>• Projetos de cooperação territorial europeia (POCTEP, PO Espaço Atlântico, PO MED, PO SUDOE, INTERREG EUROPE)</li> <li>• Ações que fomentem a articulação intersetorial (CRESC)</li> </ul>

**Tabela 5.12 - Linhas de ação prioritárias para o Domínio “Saúde, Bem-estar e Ciências da Vida”**

A dimensão da região algarvia e as fortes relações de interdependência existentes com as regiões que lhe estão próximas, designadamente com o Alentejo e a Andaluzia, impõem um exercício de análise relacionada com as eventuais sinergias que podem resultar de linhas de cooperação inter-regionais.

Paradoxalmente, no passado, os mecanismos financeiros estabelecidos para a promoção da cooperação inter-regional estavam melhor identificados para o caso de regiões pertencentes a países diferentes, em prejuízo da convergência entre territórios inseridos no mesmo espaço nacional.

Contudo, no âmbito da Europa 2020, esta problemática foi avaliada, permitindo que os envelopes financeiros regionais pudessem ser ajustados, facilitando-se algumas transferências (limitadas) e reconhecendo-se que alguns investimentos realizados numa determinada região poderiam ter efeitos positivos noutras regiões do espaço nacional.

No que respeita à Estratégia de Especialização Inteligente das três regiões referidas (Algarve, Alentejo e Andaluzia), prevalece um quadro de afinidade baseado globalmente em duas características específicas de âmbito territorial, às quais se poderão acrescentar uma terceira, relacionada com a qualificação genérica das regiões europeias.

Essas características são:

- **Ambiente mediterrânico**, com reflexos determinantes nas principais atividades relacionadas com a produção agrícola, com o turismo e com a cultura e o património;
- **Localização geográfica**, com reflexos estratégicos na inserção global em áreas relacionadas com os fluxos de pessoas e de mercadorias e com as energias alternativas;
- **Qualificação social**, abrangendo não só a saúde e o bem-estar, como também as tecnologias de informação e comunicação.

No que se refere ao **Ambiente Mediterrânico**, analisando as respetivas Estratégias de Especialização Inteligente, subsistem áreas potenciais de intensa cooperação nos domínios da investigação agrícola e da transferência de conhecimento associada à produção agrícola e alimentar. A bandeira da dieta mediterrânica pode e deve ser convocada para garantir a especificidade das produções mediterrânicas, a valorização dos produtos locais, a exploração sustentada dos sistemas agroflorestais de fins múltiplos e, ainda, o recurso à biotecnologia verde e à ampliação de sistemas de agricultura de precisão nas áreas da horticultura, fruticultura e floricultura.

Ainda neste patamar as três regiões identificam o turismo, nas suas diversas valências (sol e mar, natureza, golfe, náutico, patrimonial, etc.), como prioridades a desenvolver e a qualificar, garantindo a incorporação de conhecimento na generalidade das suas atividades. Recorde-se que o turismo consegue atrair a estas regiões milhões de pessoas por ano, o que constitui um mecanismo de exportação de serviços que importa conservar, eventualmente ampliar, mas sobretudo qualificar, ao mesmo tempo que se garantem níveis adequados de sustentabilidade nos recursos afetos e nas atividades implicadas.

No que respeita ao património, à cultura e eventualmente às indústrias criativas, esta região insere-se no ambiente histórico do Mediterrâneo, berço de civilizações e repositório de habitats, de técnicas, de colonizações que garantem um ativo histórico e patrimonial passível de ser explorado e valorizado. Integra a especificidade destas regiões e reforça a respetiva identidade. É aliás neste domínio que um importante papel pode ser jogado na aproximação das dinâmicas sociais das margens norte e sul do Mediterrâneo.

Em suma, nas vertentes agroalimentar, do turismo e da história as afinidades destas três regiões permitem um quadro de cooperação, transferência de boas práticas, valorização do conhecimento e estruturação de projetos conjuntos que importa identificar e desenvolver.

Estas três regiões têm também em comum a **localização geográfica** - a extremidade sudoeste da Europa. Os portos oceânicos instalados no Alentejo e na Andaluzia têm constituído elementos de alavancagem que facilitam a criação de condições para a localização de atividades produtivas, comerciais e de logística no território das três regiões. Sendo uma linha de prioridade das estratégias inteligentes do Alentejo e da Andaluzia, o Algarve deverá acoplar-se a este aspeto, criando condições de atração para a instalação de unidades produtivas inseridas nas suas prioridades, a instalar na região e aproveitando os diversos fluxos que o quadro logístico referido oferece.

Para além dos aspetos mais ligados aos portos e ao transporte marítimo, o mar é um elemento de extrema importância, quer pelo que já representa na economia das três regiões, quer pelo potencial de exploração de novas áreas/recursos. Neste campo as prioridades das estratégias inteligentes referem a exploração dos recursos vivos, incluindo as aquaculturas *inshore* e *offshore*, estruturando uma fileira inserida na economia azul. Deverá ser realizado um esforço no sentido de ampliar as colaborações já existentes nas áreas da I&D das ciências do mar, da biotecnologia azul, da gestão costeira e do ambiente litoral, num mar que é comum e que assume, por isso, características semelhantes.

Em termos energéticos, refira-se que estes territórios beneficiam de elevada insolação, registando cerca de 3.000 horas anuais de sol. São também fustigados, nas suas zonas do litoral, por ventos que podem ser aproveitados através de redes de aerogeradores. O potencial destes dois domínios, solar e eólico, é enorme. O seu aproveitamento tem já mobilizado inúmeras iniciativas. Este novo período deverá ampliar a capacidade de exploração dessas energias, beneficiando de alterações institucionais recentes, nomeadamente a abertura dos mecanismos de autoconsumo, que estimulam, ou obrigam mesmo, ao aumento da eficiência energética e à racionalização dos consumos, correspondendo a prioridades estabelecidas nas três regiões.

A partilha de características comuns entre estas regiões tem também expressão nos recursos minerais e geológicos potencialmente disponíveis, muitos deles pouco explorados e com interesse no desenvolvimento de novas fontes energéticas.

O terceiro patamar, orientado para a **Qualificação Social**, abrange conjuntamente prioridades nas áreas da economia social, da saúde e do bem-estar, das tecnologias da informação e das indústrias criativas. Correspondem a aspetos de qualificação da sociedade, de coesão social e de maior exigência associada às condições de vida, não só nos domínios da saúde e do bem-estar, e na generalização dos interesses de âmbito cultural que dão vida e personalidade às comunidades, que criam emprego e que geram rendimento.

O quadro seguinte integra as prioridades das três regiões NUTS II do sudoeste peninsular, tentando identificar as correspondências existentes entre as prioridades definidas nas respetivas Estratégias de Especialização Inteligente.

Esta correspondência genérica de prioridades, natural em regiões que registam afinidades biofísicas, ambientais e de localização, deveria suscitar linhas de cooperação que conduzissem a projetos conjuntos, à transferência de conhecimento, à difusão de boas práticas e, em suma, à criação de escala na abordagem prospetiva de certos temas. Admitindo também que as regiões, de uma forma genérica, não se bastam a si próprias e que muitas delas, sobretudo as de menor dimensão, estão em larga medida condicionadas por variáveis externas, interessa explorar as sinergias e os efeitos positivos que esses patamares de cooperação podem gerar.

Área de articulação temática	Algarve	Alentejo	Andaluzia
<b>Ambiente Mediterrânico</b>			
Agroalimentar	Agroalimentar e Floresta	Alimentação e Florestas	Agroindustria y alimentación saludable
Turismo	Turismo e Lazer	Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo	Turismo, cultura y ocio
História	Valorização do território e dos produtos locais, através da articulação com o património e o turismo apoiadas pelas TIC	Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo	Turismo, cultura y ocio
<b>Localização Geográfica</b>			
Mar	Mar, Pescas e Aquacultura		Aprovechar las nuevas oportunidades en economía azul
Logística		Aposta em atividades baseadas nos sistemas inteligentes de transporte e logística	Movilidad y logística
Energia	Energias renováveis	Economia Verde, Energia e Mobilidade Inteligente	Energías renovables, eficiencia energética y construcción sostenible
<b>Qualificação Social</b>			
TIC	TIC e indústrias culturais e criativas	Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social	TIC y economia digital
Indústrias Criativas	TIC e indústrias culturais e criativas		TIC y indústrias criativas
Saúde e bem-estar	Ciências da vida/ Saúde/ Recuperação	Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social	Salud y bienestar social Ciencias da vida/salud/recuperación

Figura 5.11 – Articulação das prioridades inseridas nas RIS3 do Algarve, Alentejo e Andaluzia

O estabelecimento de projetos conjuntos entre as três regiões do sudoeste peninsular permite, no caso do Algarve, encontrar outro tipo de agentes com capacidade empreendedora e recursos adicionais, capazes de partici-

parem em projetos com impacto regional e, dessa forma, contribuir para superar as limitações que reconhecidamente são impostas à região e decorrentes da sua situação particular.

A identificação das prioridades regionais, definida no âmbito da Estratégia de Especialização Inteligente, abre novas possibilidades destinadas a mobilizar apoios financeiros adicionais. Neste domínio, alguns programas comunitários estão disponíveis para avaliarem candidaturas de projetos que podem recuperar iniciativas regionais que interessam conjuntamente a outras regiões.

A diversidade de programas de **cooperação territorial**, desde o transfronteiriço (Algarve, Alentejo e Andaluzia) até aos de âmbito mais alargado (área atlântico, área mediterrâneo e área europeia), permite uma concertação com as Orientações Temáticas, designadamente com as OT 1 e 2, associadas de forma privilegiada às Estratégias de Especialização Inteligente. A formatação precisa destes programas não está, contudo, ainda totalmente acabada.

Um segundo capítulo convoca três Programas comunitários, geridos diretamente pela Comissão Europeia e com um enorme potencial de intervenção aberto às regiões. Quaisquer destes Programas são de acesso concorrencial e obrigam à estruturação de redes de atores regionais, com geometria variável. Trata-se de **Horizonte 2020**; **Erasmus +** ; **COSME**.

Nestes Programas o sentido dos projetos aponta para uma cooperação efetiva entre o mundo da produção do conhecimento e o meio empresarial, com uma especialização para a investigação e a inovação (Horizonte 2020), para o mundo empresarial (COSME) e para a comunidade académica (Erasmus +).

As linhas de apoio nas quais estes Programas se organizam respondem globalmente a muitos dos aspetos relacionados com a especialização inteligente, obrigando frequentemente à formação de consórcios de instituições de ensino superior, de empresas ou de outros agentes regionais (designadamente das entidades de administração regional), mas sempre com origem em vários países (as condições estabelecidas oscilam entre dois e seis países). Estes Programas permitem também a conceção de candidaturas abertas a países terceiros, agrupados por áreas geográficas mundiais e condicionados por prioridades de relacionamento estabelecidas pela própria União Europeia.

Apresentam-se as linhas desses três Programas que interessam diretamente às iniciativas com origem na região do Algarve:

Programa Cosme	
A	Acesso a meios financeiros
B	Accso a mercados
C	Criação de redes de empresas
D	Empreendedorismo e cultura empreendedora
Programa Erasmus +	
Ação-Chave 2	Parceiros Estratégicos
Ação-Chave 2	Alianças do conhecimento
Ação-Chave 2	Reforço das capacidades no domínio da educação
Programa Horizonte 2020	
1	Excelência científica
2	Liderança industrial
3	Desafios Societais

A monitorização e avaliação contínua da implementação da RIS3 é fundamental para a afinação dos domínios de especialização, para reavaliação desses mesmos domínios e para suportar a tomada de decisão dos stakeholders regionais e da Autoridade de Gestão do CRESC Algarve (Programa Operacional Regional para o período 2014-2020).

A monitorização e avaliação da RIS3 do Algarve será assegurada em contínuo através do modelo de governação anteriormente referido, nomeadamente através do **Conselho Regional de Inovação** e de um conjunto de instrumentos diversos de natureza operacional (indicadores e relatórios de execução) produzidos regularmente pelo Observatório Regional e previstos no Programa Operacional do Algarve, de acordo com as recomendações da Comissão Europeia e com as necessidades de informação de apoio aos gestores e decisores, no âmbito da especialização inteligente e da gestão de instrumentos desta natureza, em linha com os instrumentos de monitorização dos instrumentos financeiros / programas que suportam a RIS3 do Algarve.

Estes processos têm de suportar-se na combinação de análises qualitativas e quantitativas. A análise qualitativa, global e por domínio, deve ter como resultado um relatório de atividades anual. Esse relatório deve reportar as iniciativas desenvolvidas, o seu impacto esperado e a opinião dos parceiros regionais, assegurando um elevado escrutínio das decisões estratégicas e dos seus resultados. Complementarmente à análise qualitativa, importa estruturar mecanismos de reporte periódico e de cariz quantitativo. Estes, suportados na monitorização já empreendida pelo Observatório das Dinâmicas Regionais, compilarão e sintetizarão informação relativa aos indicadores de resultado e de realização mais relevantes para acompanhamento e avaliação da implementação da RIS3.

Esta análise quantitativa deve assentar na definição de uma bateria de indicadores de desempenho e de metas. Atendendo às limitações de recursos e de informação, a bateria de indicadores a monitorizar deve ser um subconjunto dos indicadores de realização e de resultado que já serão produzidos no âmbito da monitorização do Portugal 2020, concentrando-se nos programas operacionais e nas respetivas prioridades de investimento mais relevantes para a implementação da RIS3.

Assim, os instrumentos de monitorização a adotar para a RIS3 do Algarve serão, no caso do suporte por via do PO Algarve, os que respondem às Prioridades de Investimento (PI) mobilizadas no Programa Operacional Regional para suportar a RIS3, não invalidando a definição de uma lista limitada de indicadores de segundo nível para suportar a decisão, no que respeita ao suporte por via de outros Programas previstos no *Policy mix*, os que respondam ao respetivo quadro de monitorização.

Desta forma, a monitorização e avaliação da RIS3 do Algarve está substancialmente ligada à monitorização e avaliação do CRESC ALGARVE, pelo que parte dos indicadores de realização e de resultado serão necessariamente comuns.

De seguida listamos um conjunto de indicadores de realização e de resultado mais relevantes para a monitorização e avaliação da RIS3, estruturados por Prioridade de Investimento (PI), bem como as respetivas metas, apresentadas a título indicativo uma vez que estão dependentes de interações com outros fundos e outras regiões (nomeadamente por via da cooperação no âmbito da EuroRegião Algarve – Alentejo – Andaluzia).

Prioridade de Investimento/ Objetivo específico	Indicadores de Resultado		Indicadores de Realização	
	Designação	Meta 2023	Designação	Meta 2023
PI 1.1 OE 1.1.1	Patentes EPO por PIB em PPC (por mil milhões PIB em PPC)	0,4 - 0,5	Projetos de I&D apoiados (nº)	57
	Investimento público em I&D em % do PIB regional	0,48 - 0,58	Infraestruturas de investigação apoiadas Investgadores a trabalhar em infraestruturas de investgação melhoradas	4 63
PI 1.2 OE 1.2.1	Despesas das empresas em I&D no VAB (%)	0,2 - 0,3	Empresas que beneficiam de subvenções (nº)	68
			Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções) (€)	19.396.825
			Aumento do emprego em empresas apoiadas (ETI)	100
			Empresas que cooperam com instituições de investigação (nº)	15
PI 1.2 OE 1.2.2	Volume de negócios associado à introdução de novos produtos para o mercado no total de volume de negócios de empresas com inovações de produto (Não PME do Inquérito Comunitário à Inovação) (%)	0,8 - 2,8	Empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado (nº)	2
PI 1.2 OE 1.2.3	Receitas oriundas de fundos de empresas (nacionais ou estrangeiras) no financiamento das instituições de I&D (excluindo as unidades do setor empresas) (%)	2,0 - 2,2	Projetos de transferência e utilização de conhecimento (nº)	3
PI 3.1 OE 3.1.1	Nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia e serviços intensivos em conhecimento no total de nascimentos (%)	3,0 - 3,5	Empresas que beneficiam de apoio (nº)	76
			Empresas que beneficiam de apoio financeiro, com exceção de subvenções (nº)	14
			Empresas que beneficiam de subvenções (nº)	62
			Aumento do emprego em empresas apoiadas (ETI)	285
PI 3.2 OE 3.2.1	Valor das exportações no volume de negócios das PME (%)	7,0 - 7,7	Empresas que beneficiam de subvenções (nº)	61
			Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções) (mil €)	2.750
			Aumento do emprego em empresas apoiadas (ETI)	6

<b>PI 3.3</b> <b>OE 3.3.1</b>	Empresas que beneficiam de subvenções (nº)	60 - 63	PME apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa (ICC)(nº)	96
			PME que beneficiam de apoio financeiro, com exceção de subvenções (nº)	348
			Empresas que beneficiam de subvenções (nº)	51
			Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções) (mil €)	30250
			Empresas que beneficiam de apoio (nº)	384
			Aumento do emprego em empresas apoiadas (ETI)	1042
			Empresas que beneficiam de subvenções (nº)	152
<b>PI 4.2</b> <b>OE 4.2.1</b>	Consumo de energia primária nas empresas (tep).	2,888	Empresas com consumo de energia melhorado (77)	77
<b>PI 4.3</b> <b>OE 4.3.1</b>	Consumo de energia primária na administração regional e local (tep).	27.007	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos (Kwh/ano)	16.143.750
			Redução anual do consumo de energia primária na iluminação pública (Kwh/ano)	8.437.500
			Redução das emissões de gases com efeito de estufa (tCO <sub>2</sub> eq)	2.606
<b>PI 4.5</b> <b>OE 4.5.1</b>	Emissão estimada dos gases com efeito estufa (t de CO <sub>2</sub> )	577.691	Planos de mobilidade urbana sustentável implementados (nº)	3
<b>PI 6.3</b> <b>OE 6.3.1</b>	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros (milhares)	15.000 - 15.835	Aumento esperado de visitantes a sítos de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio (nº visitantes/ano)	142.781
<b>PI 8.5</b> <b>OE 8.5.1</b>	Empresas que implementam planos de mudança organizacional associados à formação no total de empresas (%)	80 - 90	PME apoiadas em programas de formação-ação (nº)	566
<b>PI 8.5</b> <b>OE 8.5.3</b>	Pessoal altamente qualificado contratado por empresas que se encontra empregado em empresas 6 meses após o apoio (%)	60	Pessoal altamente qualificado contratado por empresas apoiadas (nº)	140
<b>PI 2.3</b> <b>OE 2.3.1</b>	Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos (%)	50 - 60	Serviços da Administração Pública apoiados (nº)	15
	Câmaras municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras (%)	75 - 80		
<b>PI 11.1</b> <b>OE 11.1.1</b>	Trabalhadores em funções públicas que se consideram mais aptos após a frequência da formação (%)	> 75%	Trabalhadores em funções públicas apoiados em ações de formação direcionadas para a reorganização e modernização (nº)	10.526
<b>PI 11.2</b> <b>OE 11.2.1</b>	Instituições envolvidas nos projectos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados (%)	15	Projetos de promoção e capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	9
<b>PO SEUR</b> <b>PI 4.1</b>	Energias renováveis produzidas através de tecnologias apoiadas na produção de energia nacional (MW)	863	Capacidade suplementar de produção de energia renovável (Mw)	56

**Tabela 5.13 (continuação) – Quadro Resumo Provisório dos Indicadores de Resultado e Realização para as Prioridades Centrais da RIS3 do Algarve**



<b>Articulação com outros Programas - Prioridades Centrais com Indicadores por definir</b>	
<b>PDR (P1)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• P1A. Incremento da inovação, cooperação e desenvolvimento da base de conhecimentos nas zonas rurais;</li> <li>• P1B. Reforço das ligações entre a agricultura, a produção alimentar e a silvicultura e a investigação e a inovação, inclusive na perspetiva de uma melhor gestão e desempenho ambientais.</li> </ul>
<b>PDR (P2)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• P2A. Melhoria do desempenho económico de todas as explorações agrícolas e facilitação da reestruturação e modernização das explorações agrícolas, tendo em vista nomeadamente aumentar a participação no mercado e a orientação para esse mesmo mercado, assim como a diversificação agrícola;</li> <li>• P2B Facilitação da entrada de agricultores com qualificações adequadas no setor agrícola e, particularmente, da renovação geracional.</li> </ul>
<b>PDR (P3)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• P3A. Aumento da competitividade dos produtores primários mediante a sua melhor integração na cadeia agroalimentar através de regimes de qualidade, do acréscimo de valor aos produtos agrícolas, da promoção em mercados locais e circuitos de abastecimento curtos, dos agrupamentos e organizações de produtores e das organizações interprofissionais;</li> <li>• P3B. Apoio à prevenção e gestão de riscos das explorações agrícolas.</li> </ul>
<b>FEAMP (PI por definir)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investimentos estruturantes e de grande dimensão e transferência de tecnologia e serviços tecnológicos na Economia do Mar;</li> <li>• Investimento produtivo e inovador na Economia do Mar.</li> </ul>

**Tabela 5.14 – Articulação com outros programas**  
(a completar após aprovação do texto final dos respetivos Programas)

# 06

## Observações Finais



**Este é um documento de trabalho**, sujeito a ajustamentos e aberto a todos quantos pretenderem enriquecer com os seus contributos e comentários esta estratégia. A sua disponibilização pública nesta fase pretende garantir a transparência necessária ao processo de construção estratégico do documento.

O trabalho de diagnóstico e preparação da Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente do Algarve (RIS3 Regional), cuja versão provisória aqui se apresenta, seguiu as recomendações metodológicas da Comissão Europeia, designadamente as que foram definidas pela Plataforma de apoio à Especialização Inteligente (S3), no seu guia intitulado “*Guide to Research and Innovation Strategies for Smart Specialisation (RIS 3)*”<sup>63</sup>, que estabelece 6 etapas para a sua concretização:

- **Etapa 1 - Diagnóstico** do contexto regional incluindo a avaliação comparativa internacional sobre possíveis vantagens competitivas e potencial de inovação;
- **Etapa 2 - Assegurar a participação e apropriação regional ampla** dentro de um **modelo de governança** adequado;
- **Etapa 3 - Elaboração de uma “nova visão”** global para o futuro da região que seja partilhada e apropriada por ela;
- **Etapa 4 - Seleção inteligente de prioridades;**
- **Etapa 5 - Definição de um conjunto de instrumentos de política** e planos de ação coerentes, com a seleção de prioridades;
- **Etapa 6 - Integração de mecanismos de monitorização e avaliação.**

Desta forma, a definição de prioridades no Algarve resultou do debate com um alargado leque de atores regionais (ver ponto 5.1.2 supra), correspondendo a uma combinação adequada de iniciativas “*bottom-up*” com coordenação “*top-down*”, liderado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve e que incluiu parceiros de todos os setores e todo o tipo de atores.

A metodologia proposta pela Estratégia Europeia 2020, com base na Plataforma (S3) pressupõe três mecanismos de validação e garantia de coerência à escala do conjunto das Regiões dos 28 Estados Membros:

- Um primeiro momento, o **Registo na Plataforma S3**. Conforme se pode verificar na lista de Regiões integradas, o Algarve foi aceite como membro desta plataforma a 7/11/2012<sup>64</sup>;
- Um segundo momento, a **avaliação independente de um perito nomeado pela DG REGIO**. Na sequência deste registo, em Janeiro de 2013, foi nomeado pela DG REGIO o Prof. Phillip Cooke, da Universidade de Cardiff, como perito independente, tendo-se deslocado à região por duas vezes entre Abril e Maio e produzido o relatório de *Assessment* da nossa estratégia para a DG REGIO em Junho de 2013;
- Um terceiro momento, a submissão da estratégia a um **Peer Review** de acordo com a metodologia da Plataforma, confrontando a estratégia da Região com outras 3 Regiões. O Algarve submeteu a RIS3 regional a apresentação e discussão pública através de um *Peer Review* da sua estratégia, realizado a 4 e 5 de Julho de 2013<sup>65</sup>, tendo, na ocasião, realizado também (em organização conjunta com a DG REGIO) um seminário temático, centrado no conceito de Variedade Relacionada e a sua aplicação a Regiões Europeias com especialização no Turismo.

<sup>63</sup> Para mais informações ver: <http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/wikis3pguide>

<sup>64</sup> <http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/s3-platform-registered-regions>

<sup>65</sup> <http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/9th-peer-review-4-5-july-2013>

- Já em 2014 realizaram-se 71 **reuniões bilaterais** entre a equipa que tem trabalhado na RIS3 do Algarve (incluindo consultores externos) e empresas da região, associações empresariais e centros de investigação da Universidade do Algarve (ver Tabela 6.2), as quais foram extremamente importantes na discussão e validação das propostas apresentadas pelo Algarve.
- Neste âmbito, têm também sido dinamizadas “**Comunidades de Inovação**”, que nesta primeira fase estão estruturadas setorialmente (uma para cada tema identificado como prioritário na região) e incluem representantes das empresas mais dinâmicas em cada setor, bem como representantes da comunidade científica e de outras organizações da comunidade civil. No futuro, pretende-se que estas “Comunidades de Inovação” sejam dinamizadas para apoiar a implementação da RIS3, enquanto atores que estão diariamente no terreno, com elevado conhecimento das necessidades e potencialidades mais relevantes em cada setor, e ainda para potenciar uma fertilização cruzada entre os setores prioritários para o Algarve, servindo assim como elementos determinantes no suporte à decisão.

**Neste sentido, a estratégia do Algarve cumpriu todas as etapas de validação da sua legitimidade e coerência com a metodologia da Comissão Europeia.**

No entanto, este processo é um mecanismo dinâmico de ajustamento entre as necessidades e as potencialidades identificadas e não pode estar desligado da cadeia de programação do Programa Operacional. Neste sentido, à medida que se vão estabilizando os mecanismos e montantes de financiamento por objetivo temático, a equipa de trabalho vai afinando as interações com os *stakeholders* e ajustando os instrumentos de implementação que melhor sirvam os desígnios da estratégia regional e da relação entre setores.

Neste contexto, a atual proposta deve ser considerada como um processo em consolidação, ainda sujeita a ajustes pontuais da estratégia, adequação dos montantes financeiros e à revisão dos instrumentos de *Policy Mix*.



<b>Tipologia de organização</b>	<b>Entidade</b>
<b>Associações de Desenvolvimento Local/Agências de Desenvolvimento Regional</b>	<p>Agência de Desenvolvimento do Barlavento  Associação In Loco  Associação Odiana  Associação Vicentina  GLOBALGARVE – Agência de Desenvolvimento Regional do Algarve</p>
<b>Agências Regionais de Energia</b>	<p>AREAL – Agência Regional de Energia e Ambiente do Algarve</p>
<b>Federações, Clubes, Associações Empresariais/ Setoriais</b>	<p>ACRAL – Associação de Comerciantes da Região do Algarve  AECOPS - Associação de Empresas de Construção, Obras Públicas e Serviços  AHETA - Associação de Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve  AIDA – Associação Interprofissional Desenvolvimento da Produção e Valorização da Alfarroba  AIHSA - Associação dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve  ANJE - Associação Nacional de Jovens Empresários  APFSC – Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão  Associação Casas Brancas  ATA - Associação de Turismo do Algarve  CEAL - Confederação dos Empresários do Algarve  CVA – Comissão Vitivinícola do Algarve  ENERCOUTIM - Associação Empresarial de Energia Solar de Alcoutim  MADREFRUTA  NERA - Associação Empresarial da Região do Algarve  Plataforma Mar do Algarve - Associação para a Dinamização do Conhecimento e da Economia do Mar no Algarve</p>
<b>Autarquias, associações de municípios, comunidades intermunicipais e empresas municipais</b>	<p>Algarve Central - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação (RUCI)  AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve  EMPET - Parques Empresariais de Tavira, E.M.  Município de Albufeira  Município da Alcoutim  Município de Aljezur  Município de Castro Marim  Município de Faro  Município de Lagoa  Município de Lagos  Município de Loulé  Município de Monchique  Município de Olhão  Município de Portimão  Município de São Brás de Alportel  Município de Silves  Município de Tavira  Município de Vila do Bispo  Município de Vila Real de Santo António</p>

**Tabela 6.1 - Parceiros relevantes envolvidos ou consultados na preparação da RIS3 do Algarve**

Fonte: CCDR Algarve.

## Tipologia de organização    Entidade

### Direções Regionais ou equiparados

APA / ARH - Administração da Região Hidrográfica do Algarve  
 ARS Algarve – Administração Regional de Saúde do Algarve  
 CDOS Faro - Comando Distrital de Operações de Socorro  
 Comando da Zona Marítima do Sul  
 DRAP Algarve - Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve  
 DRC – Direção Regional de Cultura do Algarve  
 DRE - Algarve - Direção Regional da Economia do Algarve  
 DREALG – Direção Regional de Educação do Algarve  
 CCDR Algarve – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve  
 ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas – Algarve  
 GNR - Guarda Nacional Republicana  
 ERTA - Entidade Regional de Turismo do Algarve  
 IEPF – Instituto do Emprego e Formação Profissional - Delegação Regional do Algarve  
 Instituto da Segurança Social – Centro Distrital de Faro  
 IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação  
 IPDJ - Instituto Português do Desporto e Juventude – Algarve  
 IPMA - Instituto Português do Mar e da Atmosfera  
 IPTM - Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P (Delegação do Algarve)  
 PNRF – Parque Natural da Ria Formosa

### Empresas

A Industrial Fareense, Lda.  
 A4F- Algafuel, SA  
 Aldeia da Pedralva  
 ALGARDATA - Sistemas Informáticos SA  
 ALGARFRESCO – Indústria Transformadora da Pesca, SA  
 ÂMAGO – Energia Inteligente, Consultores para a Energia  
 ANIMARIS  
 AQUATESTTE  
 AquaExam, Lda.  
 ATLANTIK FISH - Pescado de Mar Lda.  
 ALL DOMOTICS, SA.  
 A Prova – Azinhal, Castro Marim  
 Apolónia Supermercados, SA  
 AQUALGAR  
 AVILUDO – Indústria e Comércio de Produtos Alimentares, SA  
 BÖER & SIEBERT, Lda.  
 CACIAL – Coop. Agric. de Citric. do Algarve CRL  
 CASAS BRANCAS – Associação de Turismo de Qualidade do Litoral Alentejano e Costa Vicentina  
 CAVIAR Portugal  
 Centro de Medicina Física de Reabilitação do Sul  
 CERTITERM  
 Companhia de Pescarias do Algarve, SA  
 CONCEPTEK - Sistemas de Informação, S.A.  
 Confraria dos Enófilos e Gastronómica do Algarve  
 Conservas de Peixe Dâmaso Unipessoal, Lda.  
 CONSERVEIRA do SUL, Lda  
 CONSTANTINO JORDAN - Property & Tourism Investment Advisory  
 CORTICAPE - Sociedade de Cápsulas para Cortiça, Lda.  
 Dandlen & Vasques, Lda.

**Tabela 6.1 - Parceiros relevantes envolvidos ou consultados na preparação da RIS3 do Algarve (continuação)**

Fonte: CCDR Algarve.

## Tipologia de organização    Entidade

### Empresas (cont.)

DECENTRALIZED PHOTOVOLTAICS  
 DEVIR – Atividades Culturais  
 ECLAT - Espaço de saúde e bem-estar  
 ECOCEANUS - Ciência e Turismo Lda.  
 EDP – Eletricidade de Portugal (EDP Distribuição - Faro)  
 ENERGYIN - Pólo de Competitividade e Tecnologia da Energia  
 Engenho com Alma, Lda.  
 ETIC Algarve  
 EVA -Transportes, SA  
 FLAVOUR PRODUCTIONS – Laboratórios Audiovisuais e Multimédia, Lda.  
 FLESK TELECOM – Produções Digitais, Lda.  
 FRUSOAL - Frutas Sotavento Algarve Lda  
 FRUTALGOZ – Sociedade Agrícola do Algoz, Lda.  
 FF Solar - Energias Renováveis, Lda.  
 GENOGLA - Research and diagnostics  
 GRUPO GARVETUR  
 GRUPO HUBEL  
 GRUPO OCEANICO  
 GRUPO PESTANA  
 GRUPO ROLEAR  
 Gyrad – Controlo de Qualidade e Proteção Radiológica, Lda.  
 Hospital Particular do Algarve  
 Hospitais Privados de Portugal  
 Hotel Alísios (Alisios II - Imob. e Turismo, SA)  
 Ideias Frescas – Design e Multimédia  
 ITELMATIS - Control Systems Lda  
 INESTING - Marketing Tecnológico, S.A.  
 INOFORMAT - Soluções para a Gestão  
 IRRADIARE - Investigação Desenvolvimento em Engenharia e Ambiente, Lda  
 LUÍS SABOO - Frutas do Algarve  
 LUZ DOC - Serviço Médico Internacional  
 MAGPOWER  
 MARALGARVE  
 Marina de Vilamoura, SA  
 Marinas do Barlavento - Empreendimentos Turísticos, S.A.  
 Martinhal Beach Resort & Hotel  
 MARSENSING, Lda.  
 MEMMO BALEEIRA HOTEL - Sagres  
 MUDSECRETS – Lama & Sal  
 Multi Triagem – Valorização de Resíduos, Lda.  
 NAUTIBER – Estaleiros Navais do Guadiana, Lda.  
 NECTON - Companhia Portuguesa de Culturas Marinhas, S.A.  
 NOVACORTIÇA - Indústria Corticeira, S.A.  
 PARKALGAR - Autódromo Internacional do Algarve  
 PICTURE PORTUGAL - Parque de Feiras e Exposições Caldeira do Moinho  
 PORTITOURS – Agências de Viagens e Turismo, Lda.  
 PREVIDENTE – Clínica Dentária  
 ProactiveTur – Turismo Responsável  
 PUBLIRADIO - Publicidade Exterior, SA  
 Quarternaire Portugal - Consultoria para o Desenvolvimento SA  
 Quinta da Ombria  
 Quinta do Barranco Longo

**Tabela 6.1 - Parceiros relevantes envolvidos ou consultados na preparação da RIS3 do Algarve (continuação)**

Fonte: CCDR Algarve.

## Tipologia de organização    Entidade

### Empresas (cont.)

Quinta do Freixo  
 Real Marina Hotel & SPA  
 REFRISUN - Refrigeração e Energias Renováveis, Lda.  
 RELEVE - Recursos Energéticos, Lda.  
 RENASCIMENTO - Gestão e Reciclagem de Resíduos, Lda.  
 RIAFARO  
 SALMARIM  
 SOPROMAR – Estaleiros Navais  
 SOLAR ONE  
 SPAROS, Lda  
 SPIC - Sonha, Pensa, Imagina, Comunica, Lda.  
 TERRAFORMA - Sociedade de Estudos e Projetos  
 TERTÚLIA ALGARVIA  
 VIDRALGAR - Indústria e Transformação de Vidro, Lda.  
 Vidreira Algarvia, Lda.  
 Villa Termal das Caldas de Monchique Spa & Resort  
 VINILCONSTA - Publicidade e Serviços Lda.  
 VISUALFORMA - Tecnologias de Informação, S.A.  
 Viveiros Monterosa, Lda.

### Empresas Públicas

Águas do Algarve, SA  
 ALGAR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA  
 ANA - Aeroportos de Portugal SA – Aeroporto de Faro  
 CP – Comboios de Portugal  
 CHA - Centro Hospitalar do Algarve  
 EP – Estradas de Portugal  
 REFER, EPE - Rede Ferroviária Nacional  
 REN – Rede Energética Nacional, SGPS SA

### Entidades e Programas de âmbito Nacional

AMA – Agência para a Modernização Administrativa  
 Comissão Nacional de Coordenação do Combate à Desertificação  
 TURISMO de PORTUGAL  
 PANCD – Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação

### Entidades de Investigação e/ou Transferência de Tecnologia

CBME – Centro de Biomedicina Molecular e Estrutural  
 CCMAR - Centro de Ciências do Mar  
 CIAC – Centro de Investigação em Artes e Comunicação  
 CIEO- Centro de Investigação sobre o Espaço e Organizações.  
 CIITT - Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo  
 CINTAL - Centro de Investigação Tecnológica do Algarve  
 CIMA – Centro de Investigação Marinha e Ambiental  
 CRIA - Divisão de Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia  
 ICS - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa  
 FCT - Faculdade de Ciências e Tecnologia  
 ISE – Instituto Superior de Engenharia  
 IESE - Instituto Superior de Estudos Sociais e Económicos  
 APGICO - Associação Portuguesa de Engenharia  
 MEDITBIO - Center for Mediterranean Bioresources and Food

**Tabela 6.1 - Parceiros relevantes envolvidos ou consultados na preparação da RIS3 do Algarve (continuação)**

Fonte: CCDR Algarve.



<b>Tipologia de organização</b>	<b>Entidade</b>
<b>Escolas e Centros de Formação Profissional</b>	Academia de Música de Lagos Centro de Formação Profissional de Faro Centro de Formação Profissional de Portimão Centro de Formação Profissional de Vila Real de Santo António Centro de Formação Profissional do Setor Alimentar de Albufeira EHTA – Escola de Hotelaria e Turismo do algarve- Faro FOR-MAR - Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar - Unidade de Olhão
<b>Estabelecimento de Ensino Superior</b>	UALG - Universidade do Algarve Centro de Investigação em Ciências da Comunicação e Artes (UALG) Centro de Biomedicina Molecular e Estrutural (UALG) Escola Superior de Gestão Hoteleira e Turismo (UALG) Escola Superior de Saúde (UALG) Faculdade de Ciências e Tecnologia (UALG) Faculdade de Economia (UALG) INUAF - Instituto Superior Dom Afonso III Instituto Superior de Engenharia (UALG)
<b>Organizações Não Governamentais (ONG)</b>	EAPN Portugal (Rede Europeia Anti-Pobreza) - Núcleo Distrital de Faro LPN - Liga Portuguesa de Proteção da Natureza – Delegação do Algarve
<b>Parques de ciência e Tecnologia e Incubadoras</b>	CACE – Centro de Apoio à Criação de Empresas CRIA – Centro Regional de Inovação para o Algarve
<b>Sindicatos</b>	CGTP-IN – União de Sindicatos do Algarve UGT – União Geral de Trabalhadores - Algarve

**Tabela 6.1 - Parceiros relevantes envolvidos ou consultados na preparação da RIS3 do Algarve (continuação)**

Fonte: CCDR Algarve.

**Plano Regional de Inovação do Algarve (PRIA Algarve):**

[http://www.cria.pt/cria/admin/app/CRIA/uploads/prialgarve\\_1mai08.pdf](http://www.cria.pt/cria/admin/app/CRIA/uploads/prialgarve_1mai08.pdf)

**Agenda Regional do Mar:**

[http://www.ccdr-alg.pt/site/sites/ccdr-alg.pt/files/publicacoes/agenda\\_mar.pdf](http://www.ccdr-alg.pt/site/sites/ccdr-alg.pt/files/publicacoes/agenda_mar.pdf)

**Diagnóstico Regional:**

[http://poalgarve21.ccdr-alg.pt/site/sites/poalgarve21.ccdr-alg.pt/files/2014-2020/ficheiro\\_1\\_diagnostico\\_algarve.pdf](http://poalgarve21.ccdr-alg.pt/site/sites/poalgarve21.ccdr-alg.pt/files/2014-2020/ficheiro_1_diagnostico_algarve.pdf)

**Documentos RIS3 (Europa):**

<http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/resources>

**RIS3 DGREGIO**

[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docgener/informat/2014/smart\\_specialisation\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/informat/2014/smart_specialisation_pt.pdf)

**Guia Metodológico RIS3**

[http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/c/document\\_library/get\\_file?uuid=a39fd20b-9fbc-402b-be8c-b-51d03450946&groupId=10157](http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/c/document_library/get_file?uuid=a39fd20b-9fbc-402b-be8c-b-51d03450946&groupId=10157)

**Ligar Inteligência e Sustentabilidade**

<http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/documents/10157/0/greengrowth.pdf>

**Ligar Universidades**

[http://ipts.jrc.ec.europa.eu/activities/research-and-innovation/documents/connecting\\_universities2011\\_en.pdf](http://ipts.jrc.ec.europa.eu/activities/research-and-innovation/documents/connecting_universities2011_en.pdf)

**Guia para a Inteligência – Inovação com Base na Incubação**

[http://ipts.jrc.ec.europa.eu/activities/research-and-innovation/documents/innovation\\_incubator.pdf](http://ipts.jrc.ec.europa.eu/activities/research-and-innovation/documents/innovation_incubator.pdf)

**Guia para Serviços de Inovação**

<http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/documents/10157/0/Smart%20Guide%20to%20Service%20Innovation.pdf>

**Inteligência e Industrias Criativas e Inovadoras**

[http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/documents/10157/0/120420%20CCI%20Policy%20Handbook%20\(FINAL\).pdf](http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/documents/10157/0/120420%20CCI%20Policy%20Handbook%20(FINAL).pdf)

**Investimento de Banda Larga**

[http://ipts.jrc.ec.europa.eu/activities/research-and-innovation/documents/broadband2011\\_en.pdf](http://ipts.jrc.ec.europa.eu/activities/research-and-innovation/documents/broadband2011_en.pdf)

**Cobertura Banda Larga**

<http://ec.europa.eu/digital-agenda/sites/digital-agenda/files/BCE%202011%20Research%20Report%20Final%20-%20Format%20No%20Image%2020121001.pdf>

**Ranking de Inovação Regional**

[http://ec.europa.eu/enterprise/policies/innovation/files/ris-2012\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/enterprise/policies/innovation/files/ris-2012_en.pdf)

**Guia para a Inovação Social**

<http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/documents/10157/47822/Guide%20to%20Social%20Innovation.pdf>



